



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PAULO MONTINI DE ASSIS SOUZA JÚNIOR

ABREU E LIMA, REDATOR:

**estudos sobre cultura política e pensamentos nos pasquins fluminenses de José Ignácio
de Abreu e Lima, 1833**

Recife

2020

PAULO MONTINI DE ASSIS SOUZA JÚNIOR

ABREU E LIMA, REDATOR:

**estudos sobre cultura política e pensamentos nos pasquins fluminenses de José Ignácio
de Abreu e Lima, 1833**

Dissertação de mestrado apresentada à banca
examinadora como exigência para obtenção do
título de Mestre em História, pelo Programa de
Pós-Graduação em História da Universidade
Federal de Pernambuco.

Linha de pesquisa: Cultura e Memória

Orientador: Prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira

Recife

2020

Catálogo na fonte
Biblioteca Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S729a Souza Júnior, Paulo Montini de Assis.
Abreu e Lima, redator : estudos sobre cultura política e pensamentos nos pasquins fluminenses de José Ignácio de Abreu e Lima, 1833 / Paulo Montini de Assis Souza Júnior. – 2020.
172 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2020.
Inclui referências.

1. Brasil - História. 2. Abreu e Lima, José Ignácio de, 1794-1869. 3. Pensamento. 4. Cultura política. 5. Imprensa. I. Siqueira, Antônio Jorge de (Orientador). II. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-253)

PAULO MONTINI DE ASSIS SOUZA JÚNIOR

ABREU E LIMA, REDATOR: estudos sobre cultura política e pensamentos nos pasquins fluminenses de José Ignácio de Abreu e Lima, 1833

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora como exigência para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

Linha de pesquisa: Cultura e Memória

Aprovada em: 20 / 02 / 2020.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Antônio Jorge de Siqueira (Orientador)
Departamento de História/UFPE

Profº. Dr. George Felix Cabral de Souza (Examinador interno)
Departamento de História/UFPE

Profº. Dr. Bruno Augusto Dornelas Câmara (Examinador externo)
Departamento de História/UPE

Profº. Dr. Celso Gestermeier do Nascimento (Examinador suplente externo)
Departamento de História/UFCEG

Profº. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho (Examinador suplente interno)
Departamento de História/UFPE

Dedico este trabalho a Maria da Conceição Cunha que, com todos os mistérios que cercam o amor de uma mãe e os sacrifícios possíveis, compartilhou muito carinho e compreensão nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, como sementes, ajudaram a germinar este trabalho ao longo de quase dois anos de pesquisa e escrita. Se os anos de 2018 e 2019, como as estações naturais, apresentaram momentos de turbulência ou crise e, por outras vezes, se mostraram favoráveis e férteis a esta feitura, só me resta agradecer a vocês pela sorte de conhecê-los e por tê-los, mesmo que em rápida convivência, presentes neste recorte da minha vida.

Ao professor Antônio Jorge de Siqueira pela orientação não apenas deste texto, mas por toda a disponibilidade e atenção desprovidas desde 2018, pelas conversas sobre o ofício de pesquisador – dissipando muito dos caminhos brumosos que se abriam quanto aos passos da profissão de historiador e, acima de tudo, de professor – e por, sempre, indicar os caminhos certos.

Aos professores Bruno Augusto Dornelas Câmara e George Félix Cabral de Souza pelas sugestões para este trabalho durante o momento qualificatório e pela disposição em lê-lo atentamente. Ao professor Celso Gestermeier do Nascimento que, mais do que um primeiro orientador, um amigo para toda a vida, por todos os comentários encorajadores ao longo de todo este novo percurso à distância de Campina Grande. Aos professores Antonio Clarindo Barbosa de Souza e Iranilson Buriti de Oliveira pelo incentivo para sair da zona de conforto e tentar, na Universidade Federal de Pernambuco, uma nova trajetória.

Agradeço a Maria da Conceição Cunha, minha mãe, por todo o carinho, companheirismo e amparo nestes dois anos de mestrado; mais do que minha, esta conquista é definitivamente sua.

A Ana Carolina Barreto Alves, por estar ao meu lado há mais de 6 anos, partilhando temores, alegrias, ansiedades e momentos de júbilos, em especial nestes dois últimos anos que, no que pese a distância entre Campina Grande/Recife e Petrolina, nos fortalecemos e crescemos, ambos, como parceiros e profissionais naquilo que optamos como atividade.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, pelo acolhimento a um completo desconhecido e pela oportunidade de realização deste trabalho. Agradeço aos professores Antônio Paulo de Moraes Rezende, Regina Beatriz Guimarães Neto, Rômulo Luiz Xavier do Nascimento e Christine Paulette Yves Rufino Dabat pela chance de compartilhar, como aluno, de todos os ensinamentos de vocês nas suas aulas; lições e conhecimentos que me acompanharão por toda a vida. Agradeço também a Sandra

Regina e Maria Carolina, da secretaria, por toda a agilidade nos processos e nos esclarecimentos de tantas (mas tantas!) dúvidas nestes dois anos.

Ao programa do CNPq, pelo apoio financeiro para o desenvolvimento de atividades desta pesquisa que, mesmo sob descomandos de infames aventureiros, nunca cessou a ajuda e prestou todo o amparo até quando foi possível.

Aos amigos, de toda uma vida. Aos “velhos”: Ayrton Adilson, Ana Carolina Monteiro (a quem muito agradeço as leituras e conversas sobre este trabalho), Lucas Santos, Franciellio Borges, Matheus Ramalho, César Augusto, Eduardo Lucas, Ubirajara Ramos, Eduardo Ramos, Diogo Clemente, Tales Norberto e Rodrigo Cunha que proporcionaram tantos bons momentos. Aos “novos”: Ivan Soares, pelas inúmeras conversas e debates sobre os nossos trabalhos, Anderson Botelho, José Eduardo da Silva e Máverik André, amigos que fiz nesta fase de estudos no CFCH e que, na capital pernambucana, transformaram aquele cotidiano atribulado de estudos e de incertezas numa cidade nova em momentos de mais leveza.

“Dos sonhos, conjuro um punhado de grãos amarelos. Arremesso-os, grãos ao vento. E ouço. O som de asas...”.

Nós, nós não temos heróis. Nem jamais os tivemos. Afinal, para que servem os heróis e suas
estátuas de granito ou mármore negro, seus cavalos de bronze, suas medalhas barrocas e as
espadas que não passam de metáforas?
Para que servem os heróis se o ácido da chuva desdenha da glória dos homens e nem os
pássaros se importam com eles?
Para que servem os heróis se nem sabem quem somos ou jamais ouviram falar dos nossos
mitos e utopias?
Infeliz do país que necessita de heróis.

(CARVALHO, 2004)

RESUMO

O seguinte trabalho opta em analisar, nos pasquins *A Torre de Babel* e *A Arca de Noé*, como José Ignácio de Abreu e Lima recepcionou as culturas políticas do momento e construiu representações políticas nestas suas duas produções publicadas em 1833 no Rio de Janeiro. Ao longo de três capítulos mais uma introdução, buscamos em um primeiro momento abordar, a partir da seleção de algumas biografias sobre este sujeito, como um primeiro recorte temporal da vida de Abreu e Lima fora construído por seus biógrafos; problematizando estas narrativas, procuramos interligá-las com demais outras documentações interseccionadas sobre este personagem e os diferentes cenários que serviram de palco à sua trajetória. No segundo capítulo optamos por investigar, no pasquim *A Torre de Babel*, como Abreu e Lima insere-se naquela cultura política moderna que era recepcionada (e também transformada) no Brasil de inícios do século XIX; partindo de alguns pressupostos metodológicos da chamada história do pensamento e da cultura política, perpassamos algumas das leituras liberais de Abreu e Lima, de sua recepção das ideias ditas modernas que corriam este período do oitocentos e a sua perspectiva sobre alguns eventos que marcaram o final do Primeiro Reinado e o início das Regências. O terceiro capítulo, por fim, objetiva aos estudos de como Abreu e Lima, na *Arca de Noé*, fabricou representações dos três grandes grupos políticos brasileiros que se encontravam em voga neste momento inicial das Regências, construindo e relendo as posições desde daqueles que lia como antagonistas até àqueles aos quais prestara apoio. Portanto, com este recorte e com tais vias metodológicas, intencionamos contribuir à historiografia do pensamento de Abreu e Lima a partir destas documentações fluminenses, pouco abordadas em estudos deste sujeito ou naquele campo historiográfico do pensamento político brasileiro.

Palavras-chave: José Ignácio de Abreu e Lima. Cultura Política. História do Pensamento. Representações políticas. Período Regencial.

ABSTRACT

The following dissertation has chosen to analyse, at the *A Torre de Babel* and *A Arca de Noé* journals, how José Ignácio de Abreu e Lima received the political culture of the moment and constructed political representations in these two pieces of works published in 1833 in Rio de Janeiro. Through three chapters and an introduction, we intend at the first moment to approach, by selecting some biographical works, how Abreu e Lima's first life record was built by his biographers; problematizing those narratives, we interlinked them with others intersected's documentations about this character and the different scenarios who were stage for his trajectory. At the second chapter we opted to investigate, at *A Torre de Babel* journal, how Abreu e Lima inserted himself at that modern political culture that were received (but also changed) in early nineteenth's; taking some methodological assumptions from the history of ideas and political culture, we go through some of the liberal ideas from Abreu e Lima, from his reception of the modern ideas that were hegemonic at the nineteenth's and his perspective about some events that marked the end of the Brazilian's Primeiro Reinado and the Regência's beginning. The third chapter objective the studies of how Abreu e Lima, at *Arca de Noé* journal, fabricated representations of the three great political groups that were majority at the early's Regências, building and reading his antagonists and politically allies. So, with those documents and methodological vias, we intend to contribute to Abreu e Lima's historiographical ideas with these fluminense's documentations, that were not so much used in the works about him or at that Brazilian history of ideas's field.

Keywords: José Ignácio de Abreu e Lima. Political Culture. History of Ideas. Political Representations. Brazilian Regencial's period.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	JOSÉ IGNÁCIO, ENTRE “DUAS ÉPOCAS E VÁRIOS MUNDOS”	21
2.1	Abreu e Lima, um personagem	21
2.2	O aporte das ciências modernas	28
2.3	Leituras sobre a família Roma	36
2.4	O Dezesete	39
2.5	“Mestres de internacionalismo e patriotismo”	48
2.6	“Me assalta todo o horror d’aquella noite”	52
2.7	“O General de Bolívar”	61
3	A TORRE DE BABEL, E OS TRAÇOS DE UMA CULTURA POLÍTICA MODERNA NO BRASIL DAS REGÊNCIAS	79
3.1	“Eu nada sabia do Brasil”	79
3.2	O Rio de Janeiro, “República das Letras”	83
3.3	Abreu e Lima, “redactor”	91
3.4	Leituras da abdicação	98
3.5	As arengas políticas do “general sem batalhas”	111
4	REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS REGENCIAIS NA ARCA DE NOÉ	119
4.1	“Será o Brasil culpado dos monstros que cria?”	119
4.2	“Os Architectos de Ruínas”: facções políticas regenciais na <i>Arca</i> de Abreu e Lima	122
4.3	“Aos que amão o progresso da Civilização”: ecos restauracionistas na <i>Arca de Noé</i>	136
4.4	“O Brasil é um vulcão”: atividades de José Ignácio de Abreu e Lima no Rio de Janeiro (1834-1844)	150
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
	REFERÊNCIAS	164

1 INTRODUÇÃO

Um extenso obituário na seção intitulada “**FACTOS DIVERSOS**” chamava a atenção dos leitores à primeira página do quinquagésimo número do jornal recifense *O Liberal*, datado de 10 de março do ano de 1869. Entre algumas condolências expressas pelo Partido Liberal pernambucano, que lamentava “profundamente a perda de um patriota tão celebre”, o artigo comentava como aquele ilustre falecido “dedicou o seu culto, e serviços” aos estudos da liberdade, chegando a defendê-la “com as armas [...] e [...] com a penna” em vida, legando obras e escritos de importância voltados às discussões libertárias – seu objeto de reflexões predileto, segundo esclarecimento do redator¹. O “ilustre pernambucano”, “homem de merecimentos reais”, chegara a prestar também “serviços relevantes na America do Norte, e na America do Sul” com “seu amplo saber, solida instrução, [...] talentos superiores” e demais ornatos invejáveis e brilhantes dignos de grande espírito, conforme a sequência do artigo².

A notícia da morte de José Ignácio de Abreu e Lima (1794-1869), entretanto, não se limitou a circular apenas pelo *Liberal* dentro daquela conjuntura de periódicos recifenses³. No dia anterior à publicação deste jornal, o *Diario de Pernambuco* informava aos seus leitores, em curto parágrafo de oito linhas no seu número 54, o passamento do “Sr. general”, homem notável pela sua inteligência e ilustração⁴. O curto espaço dedicado ao falecido neste jornal, o maior da província à época, não passaria despercebido à representante das folhas liberais pernambucanas: “vê se n’estas poucas linhas a indecencia e descaro, senão infamia, com que vieram cantar torpe victoria sobre um tumulo venerando”, seria publicado ainda – em tom agressivo – na edição 50 do *Liberal*, no artigo “**O general Abreu e Lima**”⁵.

Demais jornais e pasquins locais também se prestaram a noticiar o falecimento do ilustre e ilustrado “sr. general”. No dia 10 de março o *Jornal do Recife*, na sua edição 56,

¹ Alertamos ao leitor que daqui em diante, quanto às documentações catalogadas aqui em nosso trabalho, optamos por utilizar a grafia de época, preservando seus usos gramaticais.

² *O Liberal*, nº 50, 10 de março de 1869. Todos os demais periódicos consultados, quando sem aviso, foram pesquisados no sítio da Hemeroteca Digital na Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 21 jan. 2020.

³ O economista Sergio Bruni, em romance histórico sobre o Abreu e Lima – que será analisado com mais atenção ulteriormente –, chega a comentar como o passamento do general repercutiu na “mídia local, nacional (com mais intensidade na corte) e mesmo internacional, nos países que emergiram após o esfacelamento da Grã-Colômbia. Sergio Bruni, *O Mui Desassossegado Senhor General*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010, p. 109. Entretanto, Bruni não apresenta ou comenta considerações dos periódicos além-Recife, seja daqueles advindos dos demais países da América do Sul ou das demais províncias do Império brasileiro.

⁴ *Diario de Pernambuco*, nº 54, 9 de março de 1869.

⁵ *O Liberal*, nº 50, 10 de março de 1869 (*grifos do autor*).

compartilhava sobre o saimento do corpo do finado que, no caminho à sua última morada, recebeu um tanto numeroso séquito de “pessoas gradas” no seu enterramento, acabando por ser conduzido à sepultura por barões, conselheiros e um tenente-coronel⁶. A *Gazeta Literária do Recife*, de 14 de março⁷, comentava em sua “DEMONSTRAÇÃO SOLENE” como um mestre da Faculdade de Direito, em fala com proficiência, expôs com seu discurso a coragem cívica, a energia e a “devotação” pela liberdade e ilustração – dentre outros rasgos admiráveis – de Abreu e Lima que, por tais qualidades, honrara o Brasil “no interior e fora dele”⁸. Como os demais periódicos aqui consultados que abordaram o evento que foi o enterro do sujeito, a *Gazeta* também dedicou bom espaço em suas linhas sobre a embaraçosa situação sepulcral dos “restos mortais” deste⁹ já que, negada a sepultura do Abreu e Lima em cemitério público, seu corpo encontrou jazigo apenas no Cemitério Britânico, comumente chamado de Cemitério dos Ingleses, espaço internacional da cidade do Recife¹⁰.

A polêmica sobre a morada final de Abreu e Lima renderia inflamadas opiniões nos círculos jornalísticos da capital pernambucana. Em sua edição de número 16, saída a lume no 8 de maio, o *Democrata Pernambucano* ainda dedicaria parte de suas primeiras páginas a comentários sobre a polêmica situação. Se o bispo de Olinda, Francisco Cardoso Ayres (1821-1870), por influência do Monsenhor Joaquim Pinto de Campos (1819-1887), não permitira a sepultura de Abreu e Lima nos cemitérios públicos do Recife por aquela sua última contenda em vida¹¹, arrastada desde as páginas do *Diário de Pernambuco* e consumada

⁶ *Jornal do Recife*, nº 56, 10 de março de 1869. Dos periódicos por nós consultados, o *Jornal do Recife* foi a folha que mais dedicou o espaço de suas páginas ao falecimento do Abreu e Lima, chegando a reportar em mais duas edições posteriores escritos sobre o recém-falecido: no dia 13, publicaria convite para a organização de uma visitação à sua sepultura no dia seguinte – com uma pequena lista de abaixo-assinado publicada em seus anúncios e assinada por alguns amigos do “illustre” José Ignácio -, e, no dia 15, emitiu um excerto nominado “O GENERAL ABREU E LIMA” no qual extraía uma citação da *Opinião Nacional* anunciando como, na província pernambucana, a imprensa vinha se pronunciando contra a determinação que privou Abreu e Lima de sua sepultura em cemitério público. *Jornal do Recife*, nº 59, 13 de março de 1869; *Jornal do Recife*, nº 60, 15 de março de 1869.

⁷ Recortes da *Gazeta Literária* e, mais à frente, da *Ideia Liberal* sobre o falecimento de Abreu e Lima foram retirados do capítulo “A Morte Anunciada”, presente no romance *O Mui Desassossegado Senhor General* do já mencionado Bruni. Bruni, *O Mui Desassossegado...*, op. cit., p. 116-121. O economista, ao recortar e levar ao seu leitor tais excertos jornalísticos, opta por atualizar a ortografia destes textos, não informando a numeração dos recortes utilizados.

⁸ Antonio de Vasconcellos Menezes de Drummond, o orador em questão, além dos votos de amizade que a *Gazeta* nos informa admirava seu homenageado, dentre outros motivos, por este ter salvo do olvido “seu nobre pai”, o coronel Gaspar de Menezes Vasconcellos de Drummond, com uma biografia escrita em “hábil pena”. *Gazeta Literária do Recife* apud Bruni, *O Mui Desassossegado...*, Ibidem, p. 120-121.

⁹ Comenta a *Gazeta* que um concurso numeroso de pessoas, nacionais e estrangeiras, de todos os credos políticos e classes sociais prestou-se ao “mais solene protesto” contra o fanatismo e intolerância religiosa que negou o destino inicial ao “repouso d’alma” de Abreu e Lima. Idem, ibidem, p. 120.

¹⁰ Idem, ibidem, p. 121.

¹¹ Abreu e Lima publicaria seus dois últimos livros, *As bíblias falsificadas ou as duas respostas a Joaquim Pinto de Campos pelo Christão Velho* e o *Deus dos judeus e o deus dos Christãos*, ambos de 1867, defendendo

com a publicação de dois livros em resposta às opiniões do bispo Ayres e de Monsenhor Campos. Para o *Democrata*, “a memoria preciosa do General” era condenada por estes representantes do clero local, restando apenas ao “Sr. Bispo” uma “absolvição [...] recorrendo a Deus” pela negativa de jazigo ao falecido¹². Do contrário, “havemos de corrigil-o por meio de queixa criminal que estamos preparando para apresentar-mos ao Supremo Tribunal de Justiça”, porque “tambem voltaremos com a espada núa e afiada para cortarmos o embuste e o sophisma dos que vivem da autoridade inesperiente”¹³.

Se a *Ilustração Acadêmica*, em seu primeiro número, datado do dia 16 de junho, ainda prestaria homenagem ao “insigne litterato Pernambucano” morto no 9 de março, estampando em sua primeira página uma ilustração de seu busto¹⁴, uma outra publicação periódica do Recife consagraria maiores espaços dentre suas folhas às considerações sobre o José Ignácio. Em editorial do dia 13 de março, *A Ideia Liberal* faria alusão aos sentimentos reais do povo pernambucano ao pensador recém-falecido, em vida um verdadeiro exemplo de conduta, serviços e talentos, perda irreparável à província pernambucana e ao país na opinião de seu redator¹⁵.

Uma reflexão mais depurada desta seção da *Ideia* nos será útil aqui; será neste periódico que encontraremos uma maior construção da figura e do ator histórico que fora Abreu e Lima da parte de seu redator. Construção que nos remete, naquele recorte temporal, ao modo como este sujeito foi lido naquela época de seus últimos anos, em interpretações próximas àquelas construídas posteriormente e que reverberariam, nas suas narrativas, construção identitária semelhante do José Ignácio. Leituras que, não raro, acabariam por se estabelecer enquanto narrativa “comum” da parte daqueles que, ingressos no campo da historiografia ou da memorialística, se dedicam ao contar e ao estudar as trajetórias, percursos e influências deste personagem.

Estes recortes jornalísticos apresentados aqui, atentemos, acabariam por se demonstrarem textos produtores e também legitimadores de memórias, representações e traços do Abreu e Lima. Por suas narrativas do “illustre” general, homem “das Luzes” e das razões quando em vida segundo estes artigos, estes textos da imprensa recifense aproximam-

vigorosamente a liberdade religiosa. Na advertência de *Bíblias falsificadas*, escreveria como “nunca, em nossa vida litteraria, tomamos sobre nós uma tarefa mais fastidiosa, que a deu lugar a este livro”. Abreu e Lima, *As bíblias falsificadas ou as duas respostas a Joaquim Pinto de Campos pelo Christão Velho*, Recife, Typographia Mercantil, 1867, p. 3.

¹² *O Democrata Pernambucano*, nº 16, 8 de maio de 1869.

¹³ Idem, ibidem.

¹⁴ *Ilustração Acadêmica*, nº 1, 16 de junho de 1869.

¹⁵ *A Ideia Liberal* apud Bruni. Bruni, *O Mui Desassossegado...*, op. cit., p. 116.

se daquilo que o historiador português Fernando Catroga definiria como aquelas narrativas do passado que se equiparam “à linguagem dos cemitérios nas povoações, porque procuram [...] *re-presentificar* [...] mortos através de um itinerário narrativo”¹⁶.

Nestes relatos, que ao fim acabaram por gerar o fabrico de memórias por contribuírem “através do seu cariz narrativo e da sua cumplicidade [...] para a refundação, socialização e interiorização de novas ‘narrativas’”¹⁷, a figura do Abreu e Lima seria esculpida a uma imagem que, até então, pouco se assemelharia às identidades e referências elaboradas sobre si quando ainda em vida.

Por exemplo, a *Ideia* comentaria que a vida do “exímio general” marcou-se por uma luta magnífica reservada só àqueles que, fadados pela Providência, puderam se empenhar em “serem foco de luz e de verdade no meio dos ignorantes ou supersticiosos”. Sua existência fora útil a “todos os respeitos”, e a página mais brilhante de sua vida acabou por ser, “sem dúvidas”, o papel que Abreu e Lima desempenhou como “campeão denodado” contra a “hipocrisia, a crassa estupidez, [...] e os anacrônicos preconceitos e privilégios”, já que plantara com suas atividades literárias um domínio absoluto sobre a “*razão humana nesta época de civilização* no qual a filosofia, as luzes do século e o catolicismo deveriam imperar”¹⁸.

O mesmo jornal ainda atenta sobre a bibliografia, extensa, legada por Abreu e Lima, e como sua lembrança não se apagará tão cedo da memória de todos os homens porque seus “serviços e obras literárias e científicas [...] aí estão para honrar a história e testemunhar o mérito do homem” a cuja morte se pranteava. Sobram espaços nas linhas da *Ideia* ainda para comentários sobre os atributos e temperamentos do José Ignácio, como “sua grandeza de espírito, a lealdade, a generosidade, o talento, a instrução, a abnegação e a simplicidade”, feições características deste “importante vulto, que acaba de desaparecer da face da terra”¹⁹. Uma existência, segundo o editorial desta folha, calcada nas mais altas das virtudes, da moral e da produção científica racional.

¹⁶ Fernando Catroga, *Memória, história e historiografia*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015, p. 55 (*grifos do autor*).

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 77.

¹⁸ *A Ideia Liberal* apud Bruni, *op. cit.*, p. 117 (*grifos nossos*).

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 116-117. Um bom espaço nas derradeiras linhas do editorial da *Ideia* seriam reservadas à crítica da ação do bispo Ayres na sua recusa a uma sepultura reservada a Abreu e Lima nos cemitérios públicos do Recife: com agradecimentos aos “srs. protestantes desta cidade” pela “maneira generosa e humanitária com que acolheram os restos do general Abreu e Lima”, estes agora poderiam enfim descansar “bem no cemitério inglês, já que não lhe deram sepultura em cemitério católico, porque ao menos o general Abreu e Lima jaz entre cristãos e que sabem compreender e desempenhar o cristianismo”.

Mas, se várias foram as experiências vividas por Abreu e Lima ao longo dos seus 75 anos de inúmeras vidas e diversas experiências²⁰, incontáveis também foram as suas identidades. Os obituários, artigos e editoriais recortados dos jornais recifenses após a morte do José Ignácio, e que comentamos brevemente aqui, são apenas alguns escritos dentro de um universo literário e historiográfico maior, que ainda veem e fazem das suas experiências, registros e produções legadas um objeto de estudo – e que inevitavelmente acabam construindo, neste emaranhado literário, novas identidades e representações do general.

Esquecido dos manuais escolares do país e daquele panteão erigido e consagrado aos “heróis nacionais” brasileiros, seja nos anos do Império, seja nos anos republicanos do Brasil, e em que pese o resgate memoriográfico que o poder público de seu Pernambuco natal realiza desde meados dos anos 1940²¹, hoje já podemos falar de uma retomada das abordagens sobre as produções e as trajetórias do José Ignácio, iniciadas desde a segunda metade do século XX – apesar dos arroubos autoritários que, por vezes, tentaram impedir um maior alcance destas naqueles longos 21 anos de regime ditatorial que acometaram o Brasil a partir de 1964, por terem tais materiais como “subversivos”²².

Resgates memorialísticos e históricos que, se tardariam a vir no seu país de origem, já eram voga nos países sul-americanos que hospedaram Abreu e Lima em inícios do XIX. Pelos anos de serviço à independência da Grã-Colômbia na década de 1820, onde alcançara o generalato por suas movimentações militares contra as tropas reinóis da Coroa espanhola, José Ignácio fora lido por um oficial venezuelano como “nosso herói”, que vira “nascer a Colômbia, assistiu à sua infância, à sua agonia e à sua morte”, contemplando “o semblante radioso do Libertador [Simón Bolívar]”²³.

Era um Abreu e Lima que, se lido quando do seu falecimento como um “patriota” de vieses libertários e seculares para a imprensa liberal do Recife, agora seria o “general de

²⁰ Nos termos da historiadora Selma Rinaldi de Mattos. Selma Rinaldi de Mattos, *Para formar os brasileiros. O Compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*, tese de doutorado em História, São Paulo, USP, 2007, p. 10.

²¹ Em 1948, Maricota, então distrito da cidade de Paulista nesse estado, passou a se chamar Abreu e Lima em homenagem ao José Ignácio. Como cidade, emanciparia-se em 1982. Homero Fonseca, *Pernambucânia: o que há nos nomes das nossas cidades*, Recife, Cepe, 2006, p. 81.

²² Em 1969 um embaixador venezuelano no Brasil, Elbano Provenzano Heredia, promovera no Instituto Histórico Brasileiro, no Rio de Janeiro, uma homenagem ao Abreu e Lima. Barbosa Lima Sobrinho, orador da ocasião, tentara divulgar mais a conferência, não obtendo êxito; para Sobrinho, “parece que ele [Abreu e Lima] estava incluído na lista dos subversivos, não obstante sua categoria de herói continental [...] nas lutas pela libertação das Américas”. Barbosa Lima Sobrinho, Prefácio, in José Ignácio de Abreu e Lima, *O Socialismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.14.

²³ As palavras foram do então ministro da Venezuela no Brasil, Diego Carbonell, em 1932. Carbonell apud Vamireh Chacon, O romântico de 48: Abreu e Lima, *História das ideias socialistas no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1965, p. 151.

Bolívar” e, nessa segunda metade do século XX, recuperado como a figura mais romântica da história brasileira, tendo sido “ao mesmo tempo, Don Juan, Garibaldi e Saint-Simon” em vida²⁴. Identidade reforçada, afinal, na primeira década do século XXI.

A letróloga e socióloga Claudia Poncioni é da opinião de que “o nome de Abreu e Lima passa, de repente, a ser citado com alguma frequência nos jornais brasileiros” a partir de 2005. Neste ano os então presidentes do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva (1945-), e da Venezuela, Hugo Chávez (1954-2013), ao compartilharem o lançamento de um grande projeto econômico em Suape, Pernambuco, que seria símbolo da cooperação entre estes dois países naquele ano, fariam do nome de José Ignacio um “ícone das relações entre o Brasil e a Venezuela”²⁵. Este, não deixa de notar Poncioni, “cuja saga havia sido esquecida pelos brasileiros” tornava-se “um grande herói brasileiro”, símbolo das colaborações destes dois Estados sul-americanos²⁶.

Foram nestes anos, de uma memória “louvada, festejada, lembrada..., e construída” que a vida e obra de Abreu e Lima retornaram – não com tanto vigor, é verdade – aos espaços acadêmicos. Trabalhos como o de Selma Rinaldi de Mattos e de Luís Cláudio Moura, tese e dissertações publicadas nos anos de 2007 e 2006 respectivamente, revigoraram a produção de novos estudos sobre o sujeito, inspirando produções historiográficas posteriores.

E foi nesta conjuntura de um olhar mais atento, a partir da academia, aos países sul-americanos e aos seus processos históricos de formação e independência, que alcançamos nossas primeiras informações sobre José Ignacio. Em 2016, ainda nos anos da graduação do curso de História na Universidade Federal de Campina Grande, e já com a perspectiva de dedicação às pesquisas sobre os projetos de nação e “civilização” que varreram a América do Sul no século XIX, comentara o professor Roberval da Silva Santiago, em aula da cadeira de História do Nordeste, como existira um brasileiro que, envolvido nos andamentos de ruptura da Grã-Colômbia com a então metrópole espanhola, chegara ao posto de generalato naquele país. Produzira periódicos, obras e outras composições que, em que pese o “esquecimento” historiográfico brasileiro de décadas, como documentações aos olhos do historiador certamente poderiam ser recuperadas aos estudos históricos, afinal.

²⁴ Vamireh Chacon, *ibidem*, p. 145.

²⁵ Claudia Poncioni, O curioso percurso do general Abreu e Lima: de personagem histórico a ícone das relações entre a Venezuela de Chaves e o Brasil de Lula, *Impulso*, Piracicaba, v. 25(64), 2015, p. 129. Disponível em : <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/view/2942>. Acesso em: 18 jan. 2020.

²⁶ Na cidade que carrega seu nome em homenagem, uma estátua sua foi erguida ao lado de outra do Simón Bolívar.

Entrando em contato com os responsáveis à época pelo Instituto Abreu e Lima ainda neste ano de 2016, nos foi informado que este espaço institucional, mantido no Recife pelos herdeiros dos Roma, estaria digitalizando aquilo que tinham em mãos da bibliografia do José Ignácio: pasquins, missivas, opúsculos e mesmo as grandes obras que atraíram fama e polêmica ao general, como o *Compendio da Historia do Brasil* e *O Socialismo*, estariam disponíveis para acesso gratuito e universal no site do Instituto²⁷.

Alcançávamos, então, uma boa fatia do acervo documental produzido pelo Abreu e Lima. Mas, como já alerta uma literatura historiográfica àqueles seus profissionais, uma “documentação não é óbvia, é múltipla e, por si só, não constitui uma fonte”; afinal, o cerne do *métier* do historiador encontra-se não exatamente no seu ímpeto de colhimento documental, mas sim nas perguntas e nos problemas que irá propor a tais documentações²⁸. Nosso foco, portanto, voltava-se às produções periódicas do José Ignácio e, destes, àqueles produzidos quando de sua atividade no Rio de Janeiro em 1833, que no nosso entendimento se configurariam como os mais próximos às questões que pretendíamos abordar.

Agindo como “arqueólogos da História”, como se assemelharia o papel do historiador do pensamento para o historiador Quentin Skinner (1940-), optamos por trazer “de volta à superfície” as visões, ideias e pensamentos “enterrados” nestas folhas do Abreu e Lima, resgatando suas leituras e “possibilitando-nos reconsiderar o que pensamos deles” a partir das problematizações inseridas neste processo²⁹. A *Torre de Babel* e a *Arca de Noé*, pasquins de autoria do já general de Bolívar na sua estadia no Rio de Janeiro de 1833, nos permitiriam, decerto, a abordagem inicial intentada, a saber: como Abreu e Lima, nestas duas produções impressas e periódicas, pensara a formação do Estado brasileiro? Entretanto, maiores considerações mereceram reflexões antes de assumirmos tal problemática.

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento (1945-2009) comentaria como toda “leitura é [...] *rebelde*” porque levaria seu pesquisador, e aqui em especial o historiador, à “formulação de significados bem distantes daqueles almejados ou previstos pelo esforço retórico” naquele esforço inicial de problematização³⁰. Por isso a importância de cercar-se, nesta “rede de significados” para Pesavento, dos pressupostos teóricos e metodológicos adequados à narrativa historiográfica que deverá se manifestar ao largo do texto.

²⁷ A página do Instituto Abreu e Lima encontra-se no seguinte sítio: <http://www.institutoabreuelima.com.br/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

²⁸ Jörn Rüsen, *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*, Curitiba, Editora UFPR, 2015, p. 76.

²⁹ Quentin Skinner, *Liberdade antes do liberalismo*, São Paulo, Editora UNESP, 1999, p. 90.

³⁰ Sandra Jatahy Pesavento, *História & História Cultural*, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2014, p. 60-61 (*grifos da autora*).

Em primeiro lugar, temos de considerar como estes pensamentos e ideias circulantes da América Latina, neste século XIX de Abreu e Lima, são parte “de una concepción eurocentrista u occidentocentrista” da qual o historiador do pensamento deverá remeter, inevitavelmente, às relações que estas concepções guardam “con la filosofía, filosofemas e ideas de la cultura europea”³¹. Se for correta a afirmativa de como “toda interpretação surge de una circunstância histórica e implica um projeto determinado”, não devemos perder de vista que uma história do pensamento sul-americano acaba por revelar as adaptações das mais variantes correntes de pensamento europeias da parte destes pensadores no continente³².

Correntes de pensamento originalmente europeias que passaram a ser relidas e imbuídas de novos significados por alguns homens “iluminados” e “esclarecidos” da América do Sul, que agora se punham em deslumbro pelas possibilidades abertas no continente a partir de dois caminhos: por um lado, a emancipação política das nações sul-americanas que permitira maiores desenvolvimentos de estudos sobre as formações nacionais na região e, por outro, o aporte de um novo horizonte de pensamentos filosófico-político europeus que ganhava adeptos no mundo ocidental, com promessas de “razão”, “liberdade” e “civilização” que permitiam àqueles a quem deles se apropriavam um – suposto – maior domínio do mundo natural e daqueles que, “atrasados”, deveriam rumar à civilização.

Era a profusa chegada das ciências e das filosofias econômicas que marcariam o mundo ocidental e, por causa do imperialismo europeu, amplas bandas da África, Ásia e Oceania. Ideias sobre liberalismo, liberdade, civilização e progresso que, ao fim, dominariam os debates destes pensadores sul-americanos ao largo de todo o Oitocentos. Tempos, também, de arrebatadoras filosofias da História que demonstravam como, com o domínio de certas qualidades, a própria História enquanto processo poderia ser observada em toda sua “marcha” à civilização e ao progresso.

Portanto, neste cabedal de ideias e filosofias que afluíam para transformarem-se em pensamentos por estes “homens de letras” nas suas nações na América do Sul, Abreu e Lima, também por sua atividade escrita nestes pasquins, vai de encontro a estas correntes que agitavam, na década de 1830, o então Brasil regencial.

Entretanto, os próprios conceitos e vocábulos destes pasquins merecem também serem historicizados. Seguimos as indicações da historiadora Lúcia Maria Bastos Neves (1952-)

³¹ Leopoldo Zea, *Filosofía de la historia americana*, Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1978, p. 26.

³² Roberto Bartholo, Maurício Delamaro, André Da Paz, Don Leopoldo. Un hombre sin menos. Poucas palavras sobre um mestre e sua mensagem, in Leopoldo Zea, *Discurso desde a marginalização e a barbárie; A filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente*, Rio de Janeiro, Garamond, 2005, p. 19.

quando defende a abordagem dos conceitos como uma categoria analítica própria e enquanto “construções intelectuais em disputa, os quais tanto registram e moldam o que muda quanto o que persiste nas estruturas da sociedade”. Não mais lidos “como eternos e imutáveis”, mas antes polissêmicos que só adquirem sentido se apreendidos naquele cenário histórico que o produziu³³.

Afinal, palavras também têm história e, por isso mesmo, podem referenciar significações diferentes. Neste momento do Brasil de 1833 onde se explodia um espaço público de opinião, carregado de uma cultura política moderna em muito recepcionada, mas também transformada, da Europa Ocidental, vocábulos comuns continham significados diferentes de acordo com as suas “transformações de tempo, espaço e lugar social”³⁴.

A abdicação de Pedro I, contudo, conturbava as instituições políticas do recém-emancipado Brasil que, em menos de dez anos, vira seu primeiro representante político máximo abandonar o cargo. Neste início das Regências convocadas às pressas e de uma incipiente liberdade de imprensa, irrompiam projetos que voltavam-se não apenas a pensar o país, mas que, “modernos” e “liberais”, propunham maiores transformações para fazer, do único império sul-americano, o mais civilizado dos Estados no continente.

Projetos que, pelo volume, pelas divergências e também pelo alcance, fariam dos espaços públicos, e principalmente o daquele do Rio de Janeiro, um verdadeiro laboratório político e social³⁵. Espaço de debates, ataques e discussões que Abreu e Lima, voltando quase quinze anos depois de ausência do Brasil, participaria com as suas *Torre de Babel* e *Arca de Noé*.

Não esqueçamos que os periódicos, interpelados como documentação pelo historiador, não são meros veículos de informações e opiniões ou “transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos”. Na interpretação das historiadoras Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, “a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção” social³⁶.

Afinal, dos principais veículos da nascente imprensa brasileira naquele recorte do XIX, pela facilidade ao seu acesso e pelo extenso número de diferentes títulos, também abordaremos estas folhas como documentações de importância para o estudo daquele espaço

³³ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, *Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)*, Rio de Janeiro, Revan/FAPERJ, 2003, p. 17.

³⁴ Marco Morel, *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*, Jundiaí, Paco Editorial, 2016, p. 40, 67.

³⁵ Idem, *O período das Regências (1831-1840)*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003a, p. 9.

³⁶ Maria Helena Capelato; Maria Ligia Prado apud Tania Regina de Luca, História dos, nos e por meio dos periódicos, in Carla Bassanezi Pinsky (org.), *Fontes históricas*, São Paulo, Contexto, 2014, p. 118.

de debates e de circulação de ideias e propostas naquele Brasil recém-emancipado dos antigos poderes metropolitanos lusitanos. Afinal, “bases materiais de uma leitura de massa”, os jornais também acabariam por ser “germes” de uma cultura midiático-política³⁷ que, neste nascente império brasileiro, semeariam com sucesso já nos primeiros anos do independente país uma vigorante e diversificada opinião pública.

Portanto, a seguinte dissertação é composta de três capítulos. No primeiro, buscamos recortar uma primeira fase da vida de Abreu e Lima, que adotamos como sendo quando de seu nascimento em 1794 até o ano em que decide retornar ao Brasil, 1831, intencionando trabalhar a formação de seus pensamentos e ideias dentro destes anos; para tanto, optamos por partir de três biografias sobre o general para esta feita. No capítulo, se verá discussões sobre aqueles que, nos palcos que foram o Recife de início do XIX e a Grã-Colômbia da década de 1820, influenciariam o jovem Abreu e Lima no desenvolvimento de seus princípios, ideias e pensamentos.

No segundo capítulo propomos um olhar ao primeiro pasquim de José Ignácio no Rio de Janeiro, *A Torre de Babel*. Neste sentido, apresentamos uma discussão sobre as formações de um espaço público na capital imperial que, se ainda incipiente mesmo nos anos 1830, logo se veria tomado pela circulação de ideias e projetos dos três grandes agrupamentos políticos que, neste período das Regências, buscavam apresentar, convencer e, principalmente, angariar poder nos espaços político-institucionais do Império. Analisamos também o estudo de alguns vocábulos utilizados pelo José Ignácio neste pasquim, assim como o início de suas discussões com demais redatores e homens de letras com que dividia essa “República das Letras” em pleno coração do Império do Brasil.

Nosso último capítulo, por fim, preza o outro pasquim de Abreu e Lima lançado neste ano de 1833 no Rio de Janeiro, *Arca de Noé*. A partir dele, buscamos abordar as leituras dos grupos políticos então dominantes neste primeiro momento da Regência a partir dos artigos do general-redator neste jornal, bem como apresentar o modo pelo qual Abreu e Lima procurou trabalhar, nas suas narrativas nesta folha, alguns de seus princípios políticos neste início dos anos 1830.

³⁷ Para ficarmos nos termos do historiador Jean-Yves Mollier, que os utiliza para comentar a considerável influência dos jornais na consolidação daquela “cultura de massa” instalada na França em meados do XIX. Jean-Yves Mollier, *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre história cultural*, Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2008, p. 8.

2 JOSÉ IGNÁCIO, ENTRE “DUAS ÉPOCAS E VÁRIOS MUNDOS”

2.1 Abreu e Lima, um personagem

Abreu e Lima encontrou-se inserto em diversos cenários de serventia à reflexão do que foi o século XIX, nos seus mais variados recortes e possibilidades: nascido nos fins do XVIII, se formaria nas bases de pensadores e filósofos ilustrados e em outras diversas ideias “modernas” contemporâneas à época, morrendo no último terço dos oitocentos “após vivê-lo em toda intensidade romântica e revolucionária no Brasil, Estados Unidos, Venezuela, Colômbia, Equador, Europa” e na sua província natal, o “Pernambuco irredento”, carregado dos pensamentos, ideias e paixões de seu tempo, conforme nos informa sua biografia seminal³⁸. Um José Ignácio, em suma, das mais variadas “vidas”, singulares, apreendidas, narradas e reescritas ao longo deste pouco mais de século e meio de sua morte.

Abreu e Lima esteve envolto, também, em meio daqueles vários pensadores latino-americanos da primeira metade do XIX que, abertos aos questionamentos das formações e origens, mas também atentos aos “futuros”, destinos, lacunas e falhas culturais e políticas dos vários Estados e nações surgidos em seu continente, bem como suas identidades nacionais³⁹, acabaram a elaborar projetos e criar linhas de pensamentos interpretativos partindo das “modernas” ideias, ciências e filosofias importadas, em sua grande maioria, da Europa e dos Estados Unidos. Ou, para ficarmos apenas com algumas palavras do filósofo mexicano Leopoldo Zea (1912-2004), José Ignácio fez parte do rol daqueles sujeitos que, “forjadores del proyecto civilizador latinoamericano [que] harán suyo el proyecto civilizador occidental”, buscaram sua “realización en una América sometida hasta ayer al ya anacrónico proyecto ibero y su expresión conservadora”⁴⁰.

Neste primeiro capítulo buscaremos partir de como alguns acadêmicos leram, em suas narrativas, o José Ignácio de Abreu e Lima nesta sua primeira “vida”. Serão leituras que já verão o jovem Abreu e Lima, por exemplo, enquanto imbuído de um liberalismo radical, até mesmo de um “Quixotismo” quando da época de suas campanhas militares e nas letras grã-colombianas; outros, também, identificariam no recifense um precoce pensamento iluminista,

³⁸ Vamireh Chacon, *Abreu e Lima: general de Bolívar*, Recife, Cepe, 2007, p. 21.

³⁹ Como escreve Wilma Peres Costa, “no Brasil e em outras nações americanas a independência implicou um complexo equilíbrio de alianças e rupturas com metrópoles que eram fontes de identidade política e cultural”, situação que punha-se em volta de um complicado processo de manutenção de certos valores e destruição de outros, ao mesmo tempo em que reconstruía laços com “o mundo europeu e o sistema mundial de Estados-nação”, Wilma Peres Costa, *Viajantes europeus e o escrever da nação brasileira*, in Marco Pamplona; Marco A. Doyle (org.), *Nacionalismo no Novo Mundo*, Rio de Janeiro, Record, 2008, p. 299.

⁴⁰ Zea, op. cit., p. 37.

presente desde a sua juventude, que se aproxima daquelas abordagens já citadas de parte dos periódicos do Recife que cobriram seu passamento e sepultamento.

Escritos que, apesar de compartilharem do mesmo “objeto de estudo”, se apresentam distintos por suas narrativas, escolhas, propostas e momentos de produção, mas que compartilham, por vezes, de perspectivas próximas acerca deste personagem que, com certas nuances românticas, ainda mantém-se arraigadas e cristalizadas. Não esqueçamos que também a historiografia, ela mesma “fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições”, fornece crédito científico a “novos mitos de (re)fundação” de coletivos e da própria nação em si⁴¹.

Se várias foram as identidades e histórias construídas de suas experiências, desta sua “diferenciada e emocionante trajetória” nos dizeres de Selma de Mattos, sua primeira fase de vida, que compreenderemos adotando um recorte que parte do ano de seu nascimento, em 1794, até o seu retorno ao Império do Brasil, em 1831, também foi lida por prismas diversos. Será ao estudo destas leituras a que nos dedicaremos neste capítulo.

Portanto, como algumas destas narrativas que biografaram Abreu e Lima leram sua juventude e seu período de formação? Como interpretaram estes 37 anos da primeira fase de sua vida? Como chegaram a examinar seus primeiros pensamentos e ideias políticas, desenvolvidos ao largo de cenários tão distintos como o Recife, à beira de uma insurreição anticolonial, e a América Andina bolivariana?

Voltemos-nos para algumas destas peças literárias. Algumas dessas construções sobre esta primeira vida do José Ignácio nos remetem à biografia *Abreu e Lima: general de Bolívar*, do cientista político e filósofo Vamireh Chacon (1934-), escrita em 1983 e aporte historiográfico referencial àqueles que pretendem estudar este sujeito. Não desprestigiaremos, entretanto, demais produções biográficas que optaram pelo escritor e general enquanto personagem principal de suas narrativas; neste sentido, também utilizaremos o *Mui Desassossegado Senhor General: a vida de José Inácio de Abreu e Lima*, escrita pelo economista Sergio Bruni em 2010, e a produção dos historiadores Angelo Diogo Mazin e Miguel Enrique Stedile, o *Abreu e Lima: general das massas*, datado de 2006.

No decorrer deste capítulo, abordaremos como alguns eventos e recortes desta primeira fase de vida do José Ignácio foram trabalhados a partir do Chacon, por motivos que ficarão explicitados mais à frente, ao mesmo tempo em que abordaremos estas outras duas

⁴¹ Catroga, op. cit., p. 73. Sobre esta leitura da História como produtora de memórias e tradições, Catroga traz como este movimento, expresso na “reinvenção e sacralização das origens e de momentos de grandeza, simbolizados em ‘heróis’ individuais e colectivos”, encontra na modernidade do século XIX sua consolidação.

produções, de Bruni e Stedile e Mazin, que também se voltaram aos mesmos eventos e recortes, buscando delinear e apresentar suas diferentes perspectivas metodológicas e de ordem interpretativa.

Pela escolha destas documentações biográficas para este momento, não pensaremos estas obras como trabalhos biográficos completos, totalizantes ou que conseguem encerrar todas as perspectivas e problemáticas propostas por seus autores – mesmo que, por vezes, algumas assim se leiam. Como alerta o sociólogo alemão Michael Heinrich (1957-), consideramos para nossas análises que “uma biografia não é capaz de transmitir mais que uma imagem *incompleta* dessa vida [daquele que é biografado], já que as fontes disponíveis [...] são mais ou menos fragmentadas”⁴².

Portanto, é compreendendo a produção biográfica enquanto documentação de importância para se conhecer e pensar a História que nos proporemos a observar, nestes três escritos, as construções historiográficas do Abreu e Lima como ator social e que, evidentemente, não esgotam o absoluto deste personagem histórico, mas que antes expõem laços entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade nas suas narrativas. Afinal, silenciamentos, incertezas e possibilidades perdidas também fazem parte do processo de construção de toda escrita biográfica, assim como também são de serventia como ferramentas historiográficas⁴³; por outro lado, não nos iludamos com o caráter historiográfico: esse, “apesar de querer falar em nome da razão, se edifica [...] sobre silêncios e recalcamientos” também⁴⁴.

Afinal, estas biografias, matizadas a partir da História, também se veem sujeitas aos processos de silêncios e incertezas já que, como escreve o antropólogo francês Joël Candau, “a História pode pretender dispor de uma verdade definitiva quando não há mais do que histórias parciais”⁴⁵.

Não percamos de vista que cada um destes trabalhos escolhidos aqui, antes de tudo, carregam as pesquisas de quem os escreve, assim como o seu lugar quando de sua escrita e motivações, marcados também por instituições e demais grupos que, de nossa parte, merecerão recordação e reflexão. Não realizaremos, todavia, um repensar das trajetórias que

⁴² Michael Heinrich, *Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna: biografia e desenvolvimento de sua obra*, São Paulo, Boitempo, 2018, p. 399 (*grifos nossos*).

⁴³ Vavy Pacheco Borges, Grandezas e misérias da biografia, in Carla Bassenzi Pinsky (org.), *Fontes históricas*, São Paulo, Contexto, 2014, p. 215. A historiadora Vavy Borges atenta, neste texto, como a “sensibilidade e a intuição do historiador são muito importantes a fim de aproveitar ausências e vazios com os quais ele depara em seu trabalho de pesquisa para também interpretá-los”. Idem, *ibidem*, p. 221.

⁴⁴ Catroga, *op. cit.*, p. 68.

⁴⁵ Joël Candau, *Memória e identidade*, São Paulo, Contexto, 2019, p. 169.

permearam as relações entre biografias e Histórias, um tema que já foi – e vem – sendo alvo constante de temáticas e debates nas ciências sociais⁴⁶.

“Abreu e Lima pertence a duas épocas e vários mundos”, asseveraria Chacon nas primeiras linhas de apresentação de seu *Abreu e Lima*. Em um destes mundos, “o General José Inácio de Abreu e Lima desempenha um papel menor”, aquele da História oficial do Brasil, “por conta de pioneirismos malcompreendidos” – e apesar dos esforços daqueles que insistem em proclamar a importância de seu legado literário. Em outro mundo, sua memória recebe uma atenção em nada comparável àquela relegada do primeiro de sua própria terra natal: estas seriam de alguns países hispânicos, em especial da Venezuela, de onde partiriam os maiores esforços e alusões aos feitos deste brasileiro ao lado de Simón Bolívar e dos demais libertadores andinos quando de sua participação no processo emancipatório deste país e da então Nova-Granada nas primeiras décadas do século XIX⁴⁷.

Esforços da parte do Estado venezuelano que acabaram por chegar ao próprio Chacon. Como pontua no início desta sua empreitada biográfica, foi graças “à pátria de Bolívar e principal portadora de seu culto” que pôde ser financiado, patrocinado e assistido nesta sua atividade de “completar o perfil de Abreu e Lima”. Assim, este *Abreu e Lima* fruto de extensas pesquisas documentais realizadas no Recife, Rio de Janeiro, Bogotá, Caracas e demais outras cidades se distinguiria daqueles apanhados biográficos anteriores que, “com imprecisão impressionista e sem tantas fontes”, não compartilhariam do assumido “rigor metodológico sobre documentos inéditos” de seu autor⁴⁸.

Mas também é importante a ressalva de como a aproximação das pesquisas de Chacon com a bibliografia do Abreu e Lima já vinha de anos antes desta biografia de 1983. Em 1965, em sua *História das Ideias Socialistas no Brasil*, este pesquisador já consagrara um capítulo ao general pernambucano.

Nesta obra, em que se refere à necessidade de ao menos uma tentativa de abordagem desta corrente de pensamento no campo da história das ideias brasileiras, e apresentando sua metodologia nesta atividade como uma apreensão, “nos meandros sociológicos”, das “pegadas do ideal histórico brasileiro” e de uma “Herança Brasileira de Humanismo, da qual

⁴⁶ Um interessante balanço, escrito na década de 1980, é feito pelo historiador francês Phillipe Levillain. Ver Phillipe Levillain, Os protagonistas: da biografia, in René Rémond, *Por uma história política*, Rio de Janeiro, FGV, 2003, p. 141-176.

⁴⁷ Chacon, op. cit., p. 9, 21. Chacon comenta como foi apenas com a visita oficial do presidente venezuelano Luís Herrera Campíns (1925-2007) ao túmulo de Abreu e Lima em 1981, acompanhado de uma comitiva de ministros de Estado, parlamentares, militares e embaixadores, que o esquecimento do general começou a ser superado no próprio Brasil. Idem, ibidem, p. 372.

⁴⁸ Idem, ibidem, p. 22-23.

devemos nos orgulhar tanto quanto os estadunidenses da sua ‘American Heritage’⁴⁹, lemos como este Chacon de 1965 apresenta o Abreu e Lima como o sujeito mais romântico “na História brasileira” por aquilo que vê como “aventuras libertárias”: de berço aristocrático, “militar e socialista por vocação”, Abreu e Lima encerraria em si os mais valiosos valores liberais de sua época⁵⁰.

Estudando-o como dos “maiores vultos da História brasileira”, Chacon resgata Abreu e Lima neste trabalho com a hipótese de que olvidá-lo seria como que apagar um “laço íntimo, profundo, da nossa História [do Brasil] com as dos outros povos sul-americanos”. Pelos seus esforços nos embates pela libertação da América hispânica, este “livre-pensador” para o autor da *História das Idéias Socialistas no Brasil* “seguira assim o caminho de Garibaldi, Lafayette, Kosciuzko, Pulaski, Rochambeau, de Dombrowski na Comuna de 1871, da Brigada Internacional na Espanha dos anos [19]30”, em suma, “de todos os estrangeiros fascinados pela miragem da Liberdade, surgindo em terras estrangeiras, estrêla polar inatingível, porém sempre guiando os homens para uma vida melhor”⁵¹.

Seria esta a narrativa do Chacon que chamaria a atenção, afinal, de autoridades do corpo estatal venezuelano. O pesquisador comenta como foi este texto que atraía o diplomata venezuelano Napoleón Paredes Castellano, que proporia um programa de financiamento sobre escritos e demais atividades voltadas à vida e ideias do Abreu e Lima anos depois⁵².

Motivações em muito distintas da empreitada biográfica, com ares de romance histórico, de Sergio Bruni no seu livro de 2010.

Uma breve seção, chamada de “Alerta sem fronteiras”, alerta o leitor sobre o conteúdo e o processo de escrita do *Mui Desassossegado senhor General*. Nele, Bruni escreve que as anotações de seu livro “buscam reencenar parte da história do MUI DESASSOSSEGADO GENERAL JOSÉ INÁCIO DE ABREU E LIMA”, e que em certas ocasiões “até [...] descomedido” e fazendo “da realidade [...] seu mais importante ingrediente”, não se ateriam “à rigidez das crônicas dos eventos”. Preferia, antes, narrá-los “em um contexto mais amplo, [...] untando relatos histórico-biográficos” e “pincelando-os esteticamente” para esta “verdadeira e ziguezagueante saga” que foi a vida deste “combativo militar e intelectual pernambucano & grão-colombiano”⁵³.

⁴⁹ Vamireh Chacon, O Romântico de 48: Abreu e Lima, *História das Idéias Socialistas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 7, 9.

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 145.

⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 153.

⁵² Idem, *Abreu e Lima: general de Bolívar*, p. 22.

⁵³ Bruni, *op. cit.*, p. 9.

Descrições físicas e espaciais serão uma constante nesta biografia romanceada da autoria de Bruni que, no que pese um vasto capítulo chamado “Para Melhor Conhecer o General” no qual se encontram referências, bibliografias, e demais tipos de anexos de utilidade ao autor, será marcada em sua narrativa pela não utilização de referências ou indicações das documentações e demais fontes utilizadas para a escrita do livro⁵⁴.

Por sua vez, *Abreu e Lima: General das massas*, publicado em 2006 pelos historiadores Angelo Diogo Mazin e Miguel Enrique Stedile, também parte por veredas distintas para a produção de sua biografia daquelas apresentadas por Chacon e das que seriam apresentadas por Bruni: os autores põem seu *Abreu e Lima* enquanto um esforço para “resgatar a memória do general”, símbolo das “massas” e da “indignação”, já que, se sua trajetória na Venezuela ainda serviria de inspiração para discursos de sujeitos com proeminência no Estado, como o então presidente do país⁵⁵, Hugo Chávez, no seu Brasil natal sua história ainda seria pouco conhecida. Os autores buscam, portanto, reconstruir nesta biografia a trajetória de um Abreu e Lima que “lutou incansavelmente pela libertação e pela unidade latino-americana”, propondo o resgate histórico deste “internacionalista, de espírito aguerrido, que a história oficial [brasileira] deixou para trás”⁵⁶.

Nestas três biografias será uma constante a referência às ideias, filosofias e pensamentos políticos que cercaram não apenas Abreu e Lima, mas também alguns seus contemporâneos do seu Recife natal neste cenário das últimas décadas do século XVIII e dos primeiros quartos do XIX⁵⁷. Com este recorte delimitado em suas obras, alguns destes autores se debruçarão nas ideias liberais e iluministas europeias e nas suas conseqüentes recepções e releituras na então América Portuguesa, abordando dentre outros vieses as redes de sociabilidades constituídas em alguns cenários insurretos deste espaço.

⁵⁴ Poucas informações sobre a escrita e o processo de pesquisa do *Mui Desassossegado...* estão disponíveis ao longo do livro. Lendo seus agradecimentos, descobrimos que o economista contou com apoio do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (Cpdoc/FGV) para aquilo que chama de “pesquisas sobre aspectos históricos, que enriqueceram este livro”. Idem, *ibidem*, p. 7.

⁵⁵ Os autores se referem ao discurso chavista no V Fórum Social Mundial de Porto Alegre – evento organizado por movimentos sociais dos mais diversos continentes –, realizado em 2005 (confundem, entretanto, esta 5ª edição do fórum com a 4ª realizada em Mumbai, na Índia). Na ocasião, Chávez fez referências a Abreu e Lima e teria ficado surpreso com o desconhecimento por parte dos brasileiros de seu contemporâneo. Angelo Diogo Mazin; Miguel Enrique Stedile, *Abreu e Lima, general das massas*, São Paulo, Expressão Popular, 2006, p. 11. Na ocasião de seu discurso, Chávez se refere a “José Ignacio de Abreu e Lima” enquanto um “insigne brasileiro, pernambucano, revolucionário, socialista, bolivariano, um homem inspirado”. O discurso completo de Chávez encontra-se em: <https://www.youtube.com/watch?v=15uAejoNDU0>. Acesso em: 11 jan. 2020.

⁵⁶ Mazin; Stedile, *op. cit.*, p. 11, 13.

⁵⁷ Com exceção de Chacon, todavia, nenhuns dos outros atores se dedicarão a um maior aprofundamento sobre os pensamentos, e suas influências, de José Ignacio.

No *General de Bolívar* Chacon destaca, por exemplo, aquilo que chama de “processo ascendente de conscientização” ao longo da colônia brasileira que, a partir das guerras contra os holandeses no XVII, aos poucos seria fomentada, e que com o impulso de um liberalismo radical à época – de explícitas influências francesas – rebentaria na Inconfidência Mineira de 1789⁵⁸ e na Conjuração baiana dos Alfaiates de 1798⁵⁹. Estas duas insurreições são exemplos, para Chacon, da linha “crescentemente liberal radical” que será sentida posteriormente no cenário pernambucano, desde as insurreições de 1817 e 1824 até àquela do 1848 recifense próximo à eclosão da Insurreição Praieira, que invariavelmente marcarão as ideias de um jovem Abreu e Lima, no caso do 1817, e do já maduro “general das massas” em 1848.

Leitura das recepções das ideias liberais em Pernambuco que dialoga com uma historiografia clássica sobre a temática. O historiador Amaro Quintas (1911-1998) interpretaria a “grande Revolução de 1817” iniciada no Recife, por exemplo, como “uma das mais belas manifestações de idealismo, de desprendimento e de patriotismo”. O Dezessete, em sua leitura, seria a “filha espiritual dos ideais [franceses] de 1789”. Afinal, fora nos princípios dos iluministas e na Declaração dos Direitos do Homem produzidos na França que os líderes da insurreição pernambucana se (re)apropriaram daquilo que Quintas chama de “motivos ideológicos para a magnífica arrancada de 1817”⁶⁰.

Interpretação semelhante às suscitadas por Mazin e Stedile. Para estes, a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana serão exemplos de movimentos que, pela carga recebida de influência das filosofias liberais europeias, acabariam ressoando ideais e ideias de independência na América Portuguesa. Os autores, entretanto, não ampliarão a discussão sobre as recepções e releituras de tais filosofias e pensamentos: apenas afirmarão, em forma de síntese, que “em todos os períodos da história do Brasil, tivemos lutas que contestavam a ordem e a exploração do povo brasileiro”, interpretando como estas gestas “*sempre* receberam influência das transformações burguesas e do iluminismo europeu”⁶¹. No *Mui*

⁵⁸ À título de exemplo comenta-se como na biblioteca de setores das “elites locais” da Inconfidência Mineira catalogou-se um acervo de “livros em vários idiomas”, com “obras iluministas de agricultura, botânica, economia, educação, filosofia, física, geografia, história, política, química, religião e zoologia”. Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 49.

⁵⁹ Sobre o “intelectual” do grupo dos alfaiates baianos, Cipriano Barata (1762-1838), Chacon comenta como este provocava e agitava as trocas de “opinões e alentos” locais em Salvador. Idem, *ibidem*, p. 48-49, 51.

⁶⁰ Amaro Quintas, *A Revolução Praieira, O sentido social da Revolução Praieira*, Rio de Janeiro, Atlântica, 2004, p. 129. Quintas ainda interpreta como algumas destas leituras radicais do liberalismo francês serviram de inspiração ao Frei Caneca que, com seu *Typhis*, seguiu a “mesma pregação” naquela “sua preparação revolucionária contra o absolutismo de Pedro I” e que culminaria na Confederação do Equador de 1824. Idem, *ibidem*, p. 129.

⁶¹ Mazin; Stedile, op. cit., p. 23-25 (*grifos nossos*). Mazin e Stedile optaram por não debater alguma ideia ou filosofia europeia específica que fosse de relevância aos movimentos citados; ao invés disso, preferiram realizar

Desassossegado, Bruni não entrará em tais conjecturas sobre influências e releituras destas ordens filosóficas liberais e de pensamento independentista nas ideias de Abreu e Lima.

2.2 O aporte das ciências modernas

Convém lembrar que é pouco anterior a este cenário de gestações das insurreições, independências e lutas emancipatórias na América Latina dos oitocentos que se forma, dentro das filosofias e ideias europeias, um critério de “clasificación social a toda la población mundial a escala global”, como nos atenta o sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928-2018): é nesta região onde se constituirá uma “nueva identidad geocultural” que converterá a Europa – “y más específicamente Europa Occidental” – no “centro del moderno sistema-mundo”⁶².

Também é este o momento, na leitura do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (1940-), em que “as sociedades ocidentais têm vindo a privilegiar epistemológica e sociologicamente a forma de conhecimento que designamos por ciência moderna”, em um processo que perpassou uma ruptura desta nova forma de conhecimento (agora com a chancela de “científico”) com as demais anteriores. Nesse momento, esta ciência se proclamaria “como um novo começo, uma nova ruptura em relação ao passado, uma revolução científica”, lendo-se a si própria enquanto operadora autônoma e eficiente para produzir um “conhecimento verdadeiro ou tão próximo da verdade quanto é humanamente possível”, sendo capaz não apenas de compreender ou explicar o mundo, mas, principalmente, de transformá-lo⁶³.

Quijano aprofunda sua discussão ao afirmar como, neste recorte de delimitações de uma nova identidade geocultural da parte de uma Europa Ocidental e de uma ciência moderna europeia, se tem início a incorporação das tão diversas e heterogêneas histórias, experiências, recursos e produtos culturais de todas aquelas sociedades em contato com os europeus ao entorno de uma só ordem de cultura global que agora se propõe a ler, e criar, novos sentidos: categorias como raça, em um primeiro momento⁶⁴, modernidade e razão, por exemplo, se encontram nesta nova perspectiva histórica e hegemônica que, partindo do centro europeu,

um recuo temporal ao século XVI para comentar rapidamente sobre a subjugação das Américas e de seus “povos nativos, oprimidos desde a invasão” dos europeus naquele momento. Idem, *ibidem*, p. 14-17.

⁶² Aníbal Quijano, *Questiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*, Buenos Aires, CLACSO, 2014, p. 782-783, 788.

⁶³ Boaventura de Sousa Santos, *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*, São Paulo, Cortez Editora, p. 138.

⁶⁴ “La idea de raza, en sus sentidos modernos, no tiene historia conocida antes de América”, postula o sociólogo peruano, e a formação de relações sociais fundadas nessa categoria produziria, na América, “identidades sociales históricamente nuevas”, como índios, negros e mestiços. Mesmo termos como espanhol e português, que indicavam até então apenas procedência geográfica ou país de origem, “desde entonces cobraron también, en referencia a las nuevas identidades, una conotación racial”. Quijano, *op. cit.*, p. 778.

seria difundida e estabelecida dentro deste “nuevo universo intersubjetivo del patrón mundial de poder”⁶⁵.

É esta ideia de crescimento progressivo, de um avanço do saber inerente aos vários e diferentes programas científicos que, fruto da Europa do século XVI, seria para o historiador da ciência Paolo Rossi (1923-2012) classificado como sendo “o mais típico produto da civilização ocidental moderna”⁶⁶.

Sobre o caráter desta corrente de pensamento, que se tornará hegemônica já no XVII com o avanço expansionista além-mar dos europeus, Rossi nos traz como existirá a convicção, dentre os “homens de ciência” e “modernos”, uma convicção de que o saber científico seria algo crescente, mediante um processo cumulativo de uma geração após a outra. Entretanto se cristalizará, também, uma percepção de “que esse processo, em qualquer uma de suas etapas ou de seus momentos, jamais é completo”, o que significa que não se necessitaria de “sucessivos acréscimos, revisões ou integrações” do que até aquilo que fora alcançado pelos “modernos” métodos científicos⁶⁷.

Surge, em suma, a convicção da existência de uma tradição de conhecimento no qual, pela maior utilização destes métodos modernos, se colocam as contribuições individuais nesta construção “científica”. Esta convicção, a que se conhecerá por “progresso”, será não marginal, mas, antes, “constitutiva da imagem moderna da ciência”. E quem crê no progresso, por sua vez, não se prende às vias da utopia ou naquilo que Rossi chamará de “escolhas efetuadas no reino da imaginação”, já que nas linhas do historiador italiano os adeptos do progresso não se prostram aos confins da história: na verdade, julgam antes “poder contar com possibilidades reais ou que interpreta como reais”⁶⁸.

Veem antes, na História, possibilidades confirmativas de suas esperanças e perspectivas, julgando que o tempo histórico procederia não de duas ou mais direções, mas de um caminho que, se analisado da maneira correta com as “luzes” e os “esclarecimentos” adequados, seria passível mesmo da apreensão científica.

Não à toa, este também é o momento dos primeiros esforços de filósofos europeus em tentarem compreender a História enquanto um processo direcionado, que perpassa todas as histórias e experiências de todos os povos de Leste a Oeste e do Norte a Sul, como nos fala Quijano. “Iluminados” e “racionais” porque científicos, estes homens passam a refletir sobre

⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 787, 789-790.

⁶⁶ Paolo Rossi, *Naufrágio sem espectador*, São Paulo, Editora UNESP, 2000, p. 47.

⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 49.

⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 49, 52.

o próprio curso histórico e seus desdobramentos: o filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), por exemplo, com sua *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* de 1784, definiria a História como algo mais que “a soma temporal de dados individuais”. O alemão revelaria, ao seu leitor, “um tempo genuinamente histórico no conceito de História”, coincidente com a experiência da “Era Moderna” delineada naqueles anos⁶⁹.

Kant inclusive aventaria, na nona proposição deste seu livro, à possibilidade de como

Uma tentativa filosófica de elaborar a história universal do mundo segundo um plano da natureza que vise à perfeita união civil na espécie humana deve ser considerada possível e mesmo favorável a este propósito da natureza⁷⁰.

É este o texto kantiano inaugural da filosofia da história alemã que obrigaria os historiadores, desde então, “a verificar relações que não se orientam mais pela sucessão natural de gerações de soberanos, pelas órbitas das estrelas ou pela mística figural do simbolismo numérico dos cristãos”. A História, agora sob lentes modernas e transformada em conceito por Kant – mas não apenas por ele ali nos fins dos setecentos⁷¹ –, fundaria sua própria cronologia a partir deste cenário⁷².

Agora pensada como espécie de “coletivo singular”, a História passaria também a definir as condições possibilistas das histórias individuais, agora localizadas “numa relação complexa” em relação ao conceito da História que, aqui, totalizava-se⁷³. Desenvolvida no intuito de ordenar, em perspectiva temporal, os acervos de conhecimento do homem e do seu mundo, “a filosofia da história apareceu [...] como um sistema de ordenamento de descobertas empíricas” no qual seu conhecimento passava a ser interpretado enquanto “elaboração cognitiva de fatos temporais prévios”, nas palavras do historiador alemão Jörn Rüsen (1938-)⁷⁴.

Esta transformação do conceito de História, bem como da possibilidade surgida aos estudos de uma filosofia própria desta, verá nas lições sobre a filosofia da história de Georg

⁶⁹ Reinhart Koselleck, A configuração do moderno conceito de História, in Reinhart Koselleck; Christian Meier; et al., *O conceito de História*, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2018, p. 127.

⁷⁰ Immanuel Kant, *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2016, p. 19.

⁷¹ É do filósofo francês François-Marie Arouet, o Voltaire (1694-1778), a primazia da criação do termo “filosofia da história”, sendo este o título introdutório, de 1765, de uma empreitada mais ampla, o *Ensaio sobre os costumes e o espírito dos povos* e publicado em separado. Em que pese todas as suas desconfiças para com a história – chegará a escrever como “toda certeza que não é demonstração matemática não passa de uma extrema probabilidade”, não havendo “outra certeza histórica” –, o francês chegará a refletir sobre uma “história útil” com suas “verdades úteis”. Voltaire, *A filosofia da história*, São Paulo, Martins Fontes, 2007, p. 16.

⁷² “Através de reflexões como aquela [Koselleck se refere, dentre outros, à interpretação da História de Kant] a respeito do tempo histórico, o conceito de História incorporou o conteúdo complexo de realidade que acabou garantindo à ‘própria História’ [...] uma pretensão de verdade especial”. Koselleck, op. cit., p. 127.

⁷³ Idem, ibidem, p. 127.

⁷⁴ Jörn Rüsen, op. cit., p. 134.

W. F. Hegel (1770-1831) sua construção mais ousada: não são os feitos, para Hegel, que determinarão a história, mas sim é a história que já se encontra determinada *a priori* pela razão. Nos termos de Zea, a história para Hegel não seria algo arbitrário, caótico e anárquico, mas sim algo já passível de apreensão: “algo mueve a la historia, algo la hace posible y algo condiciona la acción de los hombres que hacen esta historia. Este algo quedará explícito en la filosofía” hegeliana, conforme o filósofo mexicano⁷⁵.

Novas medidas de temporalização, de horizontes de expectativas, de pensar o mundo, a História e suas sociedades. Se a Providência e a *historia magistra vitae* perdiam suas posições hegemônicas neste novo cenário, a consciência histórica “moderna” e o progresso temporalizariam “todas as histórias no processo único da história universal” nestas novas interpretações. Em suma, seria aquilo que o historiador Reinhart Koselleck (1923-2006) sintetizaria ao afirmar como “a consciência do caráter único da época torna-se permanente”, tornando-se aquilo “que mais tarde foi chamado de modernidade”⁷⁶.

Ao pensar o conceito antigo e moderno de História, a filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975) deduzirá como o “nascimento da moderna idéia de História” foi, além de coincidente, estimulado pela “dúvida da época moderna acerca da realidade de um mundo exterior dado ‘objetivamente’ à percepção humana” enquanto sendo objeto inabalável e imutável. Surgido “como algo que jamais fora antes” na época moderna⁷⁷, a História não mais seria composta dos feitos e sofrimentos dos homens, e nem contaria “mais a estória de eventos” que os afetariam: se tornaria, dentre os séculos XVI e XVII, “um processo feito pelo homem, o único processo global cuja existência se deveu exclusivamente à raça humana”⁷⁸.

Interpretada como processo nesta nova cognoscibilidade, tal como a natureza, esta nova interpretação da História seria para Arendt o que “separa a época moderna do passado”: “processos invisíveis”, segundo a alemã, “engolfaram todas as coisas tangíveis e todas as

⁷⁵ Leopoldo Zea, op. cit., p. 56.

⁷⁶ Reinhart Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006, p. 290.

⁷⁷ Para Arendt, a “época moderna começou quando o homem, [...] voltou seus olhos corpóreos rumo ao universo, acerca do qual especulara durante longo tempo – vendo com os olhos do espírito, ouvindo com os ouvidos do coração e guiado pela luz interior da razão – e aprendeu que seus sentidos não eram adequados para o universo, que sua experiência cotidiana, longe de ser capaz de constituir o modelo para a recepção da verdade e a aquisição de conhecimento, era uma constante fonte de erro e ilusão”. Hannah Arendt, *Entre o passado e o futuro*, São Paulo, Perspectiva, 1997, p. 85.

⁷⁸ Idem, ibidem, p. 83-84, 89. Esta individualidade seria, para Hannah Arendt, o que a distinguiria de uma História da Natureza. A Ciência Natural, para a filósofa alemã, conheceria sua ascensão também com o advento da época moderna quando seus cientistas “voltaram-se em direção ao experimento que, interferindo diretamente com a natureza, assegurou o desenvolvimento cujo progresso desde então pareceu ser ilimitado”. Idem, ibidem, p. 84-86.

entidades individuais visíveis para nós, degradando-as a funções de um processo global”⁷⁹. Este curso da História, “que torna por si só significativo o que quer que porventura carregue consigo”, monopolizaria, assim, universalidades e significações, privilegiando à sequência temporal “uma importância e dignidade que ela jamais tivera antes”⁸⁰.

Neste corpo de ideias, o homem parecia fadado ao total controle de seu universo social e ao domínio da natureza por suas capacidades criativas. Com o controle do mundo natural e dominador da História, o *homo faber* se leu como capaz de civilizar aqueles povos “bárbaros” ao mesmo tempo em que alimentava “a sensação de aventura no grande jogo da sociedade e na grande competição entre o homem e a natureza”, com uma fé, racional, “na continuidade e na eternidade do *regnum hominis*”⁸¹.

Agora, “a realidade aparece inteira e sempre controlável por meio de uma série de escolhas responsáveis e construtivas. A natureza se configura como uma entidade integralmente dominável” para estes filósofos e pensadores modernos. Estes compartilhavam, por suposto, da convicção de serem “os portadores de modelos de vida universalmente imitáveis”, já que vivendo no centro da história do mundo, a Europa Ocidental, e “enquanto herdeiros do Humanismo e da revolução científica”, acreditavam encarnar os valores universalistas da História⁸².

Expectativas modernas, grandiosas em abstrato, “falsamente infinitas e universais” que justificaram, e continuam a justificar, mortes, destruições e desastres em nome de uma redenção vindoura, conforme a postulação decisiva de Boaventura de Sousa Santos sobre este pensamento tipicamente moderno⁸³. Uma História que, na medida em que lida como processo nos parâmetros modernos, sugere “serem os homens, em suas ações, conduzidos por algo de que não tem necessariamente consciência e que não encontra expressão direta na ação mesma”⁸⁴.

É inevitável, portanto, não atentarmos aqui como serão estas ideias, filosofias e pensamentos – liberais ou conservadores, progressistas ou contrarrevolucionários – europeus que moldarão boa parte das elites intelectuais e políticas de toda a América Latina ao longo de todo o século XIX, incluindo, por suposto, o José Ignácio de Abreu e Lima.

⁷⁹ Uma transformação monstruosa, à filósofa alemã, que acrescenta que este conceito de processo ainda implica em uma dissociação entre o concreto e o geral, a coisa e o evento singulares e o significado universal. Idem, *ibidem*, p. 96.

⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 96-97.

⁸¹ Paolo Rossi, *op. cit.*, p. 96 (*grifos do autor*).

⁸² Idem, *ibidem*, p. 96.

⁸³ Boaventura de Sousa Santos, *op. cit.*, p. 119.

⁸⁴ Hannah Arendt, *op. cit.*, p. 118.

Advirão, destas filosofias europeias, o pensamento latino-americano sobre suas próprias origens, espaços e culturas, bem como de elucubrações sobre o seu porvir e de sua situação ulterior no que se refere a Estados, nações e sociedades. Serão pensamentos como estes, nos informa a historiadora Claudia Wasserman, que imiscuirão os pensadores do nosso continente e que lerão as novas identidades nacionais, mesmo as nações e os Estados recém-formados, a partir de uma perspectiva ontológica e candentes de categorias analíticas como “progresso”, “civilização” e, na ampla maioria das vezes, “atraso” e “barbárie”⁸⁵.

Será uma constância a leitura do continente sul-americano, ou da América Latina como um todo, enquanto um grande espaço carente de elementos “civilizadores” e de “progresso” no século XIX. Propostas e medidas de “civilização” e “progresso”, portanto, eram urgentemente necessárias para o continente, e seria uma marca do intelectualismo oitocentista hispano-americano a feitura de propostas que colocassem o continente na “corrida civilizatória” a par das demais nações e Estados “avançados” nesta marcha histórica.

“Tal será la historia de esta nuestra América”, nos diz Leopoldo Zea: “una historia distinta de la europea u occidental. Una historia, la de esta América, expresa en la persistente adopción de ideas importadas”⁸⁶. Ideias que partem de uma concepção e origem eurocêntrica que, apropriadas pela filosofia e pela cultura latino-americana, trataremos, nos percalços de Zea, pelo conceito de pensamentos.

Nos termos do mexicano, “no se trata de una historia de las ideas latinoamericanas, como las de Europa son de las europeas”. Parte-se de um ponto de vista “que la historia de las ideas en Latinoamérica es diversa de la historia de las ideas europeas” e, por isso, a proposta de não tratá-las, neste campo de estudos, como uma história da filosofia, “ya que se considera filosófico lo supuestamente original y no, simplemente, lo que parece ser sólo una copia o adaptación de filosofías extrañas”⁸⁷.

Para ficarmos com um exemplo, recordemos como aquele que é considerado por muitos o maior influenciador deste tipo de pensamento desenvolvido no continente, o argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), escreveria em sua obra máxima de 1845, o *Facundo, ou civilização e barbárie*, como a questão que definiria o futuro da América do Sul seria a de “ser ou não ser *selvagem*”. Se “as raças americanas vivem na ociosidade e mostram-se incapazes” e a ideia da introdução de negros ao trabalho no continente teria

⁸⁵ Claudia Wasserman, A primeira fase da historiografia latino-americana e a construção da identidade das novas nações, *História da Historiografia*, Ouro Preto, n° 7, p. 94-115, 2011, p. 96.

⁸⁶ Leopoldo Zea, op. cit., p. 21.

⁸⁷ Idem, ibidem, p. 15-16.

produzido “tão fatais resultados” para Sarmiento, o continente não se encontraria naquela trilha em que a “lei da humanidade”, que abarca “os interesses novos, as ideias fecundas, o progresso”, triunfaria no final “sobre as tradições envelhecidas, os hábitos ignorantes e as preocupações estacionárias”⁸⁸.

Uma luta trágica, o deste filosofar latino-americano do século XIX. “Trágica pela divisão e pela amputação interna, trágica por tentar anular o seu rebaixamento pela cultura arquétipo de toda Humanidade”; se se aspira à civilização e se nega a barbárie, como os pensadores do continente leriam uma ou outra? “Civilização é a Europa e sua expressão na América, os Estados Unidos da América”, enquanto os bárbaros serão os indígenas, mestiços e, no caso dos pensadores hispânicos, também o passado espanhol. A contradição, enfim, se expressaria nas mais diversas dicotomias: civilização ou barbárie, progresso ou retrocesso?

“Violenta luta por uma dupla utopia”, definiria Zea sobre os juízos destes pensadores modernos latino-americanos: punham-se, ao fim, entre as vias de um “conservadorismo que nada queria saber de uma nova imagem do homem”, ou intentavam “um liberalismo que acreditava não ter nada a ver com um passado que, de alguma forma, [o] tinha originado”⁸⁹.

Afinal, “só a ‘civilização’ europeia [...] poderia produzir a ‘modernidade’” neste cenário das hegemonias científicas. Como assevera o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (1930-2019) ao comentar este universalismo europeu, esta “modernidade” seria uma necessidade histórica, “encarnação dos verdadeiros valores universais, do universalismo” àqueles que a pensaram, no qual as civilizações e sociedades não-europeias deviam, na perspectiva destes eruditos,

Ter [...] algo incompatível com a marcha humana rumo à modernidade e ao verdadeiro universalismo. Ao contrário da civilização europeia, que se afirmava inerentemente progressista, as outras civilizações avançadas pararam em algum ponto de sua trajetória e, portanto, foram incapazes de se transformar numa versão da modernidade sem a intromissão de forças externas⁹⁰.

Senhora dos destinos dos povos e legitimadora das intervenções europeias no além-mar, esta concepção científica moderna foi transformando-se “numa verdadeira e própria *teoria* na qual entravam em jogo: a noção de perfectabilidade do homem e de sua natureza alterável e modificável”, a ideia de uma história universal do gênero humano e “os discursos sobre a passagem da ‘barbárie’ à ‘civilização’”, em que se realçam as afirmações sobre a existência de leis e constâncias que operam no processo histórico.

⁸⁸ Domingo Sarmiento, *Facundo, ou civilização e barbárie*, São Paulo, Cosac Naify, 2010, p. 58-59, 80 (*grifos nossos*).

⁸⁹ Leopoldo Zea, *Discurso desde a marginalização e a barbárie/A filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente*, Rio de Janeiro, Garamond, 2005, p. 363-364.

⁹⁰ Immanuel Wallerstein, *O universalismo europeu: a retórica do poder*, São Paulo, Boitempo, 2007, p. 66.

Se Paolo Rossi tratará esta “ideia de um crescimento e de um desenvolvimento do gênero humano” como uma noção de *advancement of learning*⁹¹, o geógrafo estadunidense James Morris Blaut (1927-2000) argumentaria, no seu *The colonizer's model of the world* de 1993, como esta imaginação moderna e histórico-geográfica de uma Europa fadada aos avanços, progresso e modernizante, como verdadeira *makers of history*, seria o produto de um moderno colonialismo europeu formado como teoria científica no XIX⁹².

Este sistema de crenças (*belief system*, no original), construído para dar coerência à nova realidade de mudanças na Europa e subjacente às movimentações colonialistas que partiam do continente europeu, seria uma espécie de super-teoria para Blaut. Incorporando teorias menores e expandida junto a forças armadas, econômicas e diplomáticas europeias aos demais espaços do planeta, Blaut comenta como esta construção única de crenças (*unique set of beliefs*) construiria a ideia de progresso como inevitável, natural e desejável, lendo todas aquelas sociedades de fora da esfera da Europa Ocidental com “falhas” de caráter moral e racional⁹³.

Chamada de *diffusionism* por Blaut, esta super-teoria estaria afinada também ao chamado eurocentrismo que, de importância à construção destas filosofias e pensamentos por seu caráter intrínseco por sua suposta racionalidade intelectual, embasaria as contribuições filosóficas e intelectuais da Europa que circulariam além do “European sector and toward the non-European sector”⁹⁴.

Mais do que uma teoria, o eurocentrismo como história universal abarcaria um vasto “complex of beliefs, a world model, made up of countless statements of fact and explanatory theories”. Nesta leitura eurocêntrica da História, as porções não-europeias do mundo “not only were relatively unimportant for social evolution before 1500 but remained so during the age of colonialism and are still basically unimportant today”; por este viés interpretativo, Blaut comenta que é neste ponto em que uma perspectiva histórica (*historical view*) torna-se perspectiva política: “so it is natural, and *right*, for Europe dominate the world today and tomorrow”⁹⁵.

Valores, leituras e interpretações de cariz universais que não tardariam a seguir a rota além-Europa. Comentando sobre as influências do Iluminismo nos processos de

⁹¹ Paolo Rossi, op. cit., p. 95.

⁹² James M. Blaut, *The colonizer's model of the world: geographical and eurocentric history*, Nova Iorque, The Guilford Press, 1993, p. 1, 18.

⁹³ Idem, ibidem, p. 10-11, 19, 21.

⁹⁴ Idem, ibidem, p. 1, 5.

⁹⁵ Idem, *Eight Eurocentric historians*, Nova Iorque, The Guilford Press, 2000, p. 208 (*grifos do autor*).

independência hispano-americanos, o historiador Cesar Guazzelli traz como a influência da Ilustração “se fez sentir de maneira assimétrica no continente”, já que apenas uma parcela diminuta daquele corpo social nas colônias havia tido contato com as obras de alguns autores e pensadores iluministas. Em que pese esta relativização do alcance das influências ilustradas advindas da França e dos Estados Unidos, estas serviriam aos emancipadores como “exemplos concretos da possibilidade de quebra da velha ordem” absolutista e hegemônica na América Hispânica⁹⁶.

Pensamentos, ciências, valores, filosofias, ideias que não se restringiram apenas à longa porção espanhola das Américas; “pensamento, idéias limitadas, nunca filosofia, entendendo por filosofia um grande sistema”, aos olhos mexicanos de Leopoldo Zea⁹⁷. Pensamentos e ideias de métodos modernos que não tardariam a aportar na porção portuguesa da América do Sul, encontrando na província de Pernambuco, no início dos oitocentos, acolhida em alguns círculos ilustrados locais.

2.3 Leituras sobre a família Roma

Para Chacon, não é possível empreender uma biografia de seu “general de Bolívar” sem remeter-se à localidade no qual este nasceu. Afinal, foi na vila do Recife⁹⁸ “oceânico, de frente e mente voltadas para o mundo pelo mar” onde, na segunda metade do século XVIII, já se observava um maior debate de “novas idéias justificadoras dos novos interesses nacionais e de classes em ascensão”. Imiscuídas aos ânimos locais de independência, estas ideias ribombariam na insurreição de Dezesete⁹⁹ e marcariam, no mais tardar, os primeiros pensamentos de um jovem Abreu e Lima¹⁰⁰.

Perspectiva semelhante às de Bruni. Para este, o Recife “daqueles tempos” seria o mais importante centro de produção e expansão das “ideias emancipatórias do país” por um conjunto de fatores, que perpassariam desde a relevante presença maçônica na província, o

⁹⁶ Cesar Guazzelli, A crise do sistema colonial e o processo de independência, in Claudia Wasserman (coord.), *História da América Latina: cinco séculos*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2010, p. 138.

⁹⁷ Zea, *Discurso desde a marginalização e a barbárie*, op. cit., p. 373.

⁹⁸ O Recife seria elevado à categoria de cidade em 1823.

⁹⁹ O Dezesete, porém, não aparece para Chacon como insurreição pioneira embalada pelas ideias de reivindicações emancipadoras e iluministas na capitania. Para este autor a Conjuração dos Suassunas, de 1811, haveria de ser o primeiro sinal de inspiração a partir dos pensamentos e paixões revolucionários franceses de 1789. Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 45-46. O filósofo Evaldo Cabral de Mello, no seu *A outra Independência*, também sinaliza interpretação semelhante ao comentar como “os Suassunas acreditavam poder contar com ajuda da França” nos seus esforços naquela insurreição que, para Mello, foi o “início do movimento da Independência em Pernambuco”. Evaldo Cabral de Mello, *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*, São Paulo, Editora 34, 2014, p. 25-26.

¹⁰⁰ Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 45.

Seminário de Olinda e até a quantidade elevada de estrangeiros e comerciantes residentes na cidade, bem como seu “movimentadíssimo porto”¹⁰¹.

O porto recifense e a própria vila já são lidos também por uma historiografia mais recente enquanto espaços urbanos privilegiados do aporte destas chamadas ideias modernas, seja pelas relações comerciais ali praticadas, seja pelo espaço “cosmopolita” que fora naqueles anos pelo intenso tráfego de pessoas; consolidava-se, portanto, a importância econômica do Recife e do seu porto como um dos principais ancoradouros da América Portuguesa. A ascendência econômica da província pernambucana, naquele cenário das províncias do Norte da América lusitana de fins do século XVIII e início do XIX, afinal, em muito se deve às possibilidades econômicas e ganhos financeiros resultantes das atividades comerciais neste espaço portuário da vila recifense¹⁰².

Além das movimentações características de um espaço econômico deste porte, o porto do Recife recebia também “ideias da Ilustração e das revoluções burguesas”, o que ajudaria a explicar, por exemplo, a presença de agentes reinóis lusitanos nos seus arredores. Fiscalizando e coibindo a divulgação das “novidades”¹⁰³ oriundas dos Estados Unidos e da Europa ali veiculadas, a máquina administrativa portuguesa buscava evitar a propagação destas “opiniões contrárias à religião e ao Estado”¹⁰⁴.

De fato, a vila como um todo parecia respirar um clima diferente naquele momento: entrecortada por boatos, pela circulação destas ideias modernas, por constantes denúncias de conspiração, reuniões secretas e brindes contra a “tirania real”, estas e demais movimentações, suspeitas aos olhos realistas, seriam comuns na capital pernambucana de finais do setecentos e começo do oitocentos¹⁰⁵.

Ideias que moveriam ânimos e paixões ao longo das províncias nortistas e que seriam, para um certo José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima (1768-1817) – também natural deste receptáculo de filosofias e ideias revolucionárias que já era o Recife de meados dos setecentos

¹⁰¹ Bruni, op. cit., p. 31.

¹⁰² O historiador Flávio Cabral comenta que, se por ali já se escoavam produtos não apenas de Pernambuco mas também das capitanias vizinhas, o cenário do comércio recifense passaria por alterações com a abertura dos portos no ano de 1808. Flávio Cabral, Os homens, as ideias, os escritos e os projetos políticos no Norte da América Portuguesa oitocentista, *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v. 7, nº 14, dezembro de 2015, p. 268.

¹⁰³ Nas palavras de Cabral, “por intermédio dessas medidas preventivas procurava-se desarranjar as várias teias de comunicação criadas pelos colonos para se comunicarem e debaterem assuntos, principalmente os do domínio da política, o fisco, os problemas administrativos, mesmo estes sabendo do risco que passariam caso fossem descobertos. Idem, ibidem, p. 269.

¹⁰⁴ Idem, ibidem, p. 268.

¹⁰⁵ Sylvia Costa Couceiro, Entre banquetes e batuques: a visão dos viajantes sobre um Recife em tempos de revolução, in Antônio Jorge Siqueira; Flávio Teixeira Weinstein; Antônio Paulo Rezende (org.), *1817 e outros ensaios*, Recife, Cepe, 2017, p. 97.

–, ecos de promessas e esperanças de liberdade, república e liberalismo. A trajetória do José Ignacio Ribeiro recebe atenção especial por parte daqueles que biografaram Abreu e Lima: será este sujeito de “temperamento arrebatado” que, capturado nas Alagoas em meio a uma missão de contato à Junta Revolucionária pernambucana nos idos do Dezesete, será penalizado com a morte por fuzilamento defronte a dois de seus filhos.

Nascido em 1768 e dotado de “recursos intelectuais e materiais” que o permitiram ir à Universidade de Coimbra graduar-se em teologia¹⁰⁶, José Ignacio Ribeiro seria ordenado em Roma¹⁰⁷ pelo Cardeal Ludovisio Chiamonti, o futuro Papa Pio VII. Por este período de vivência na cidadela romana, ganharia a alcunha que carregaria por toda a vida: Padre Roma¹⁰⁸.

Seria no Engenho Casa Forte, de propriedade do já laico Padre Roma que, no dia 6 de abril de 1794, nasceria José Ignácio de Abreu e Lima, em família que compreendia naquele momento de mais três filhos: Luiz, João e Antônio. É patente na historiografia nacional uma carência de estudos mais aprofundados sobre o patriarca da família Roma, já que muito do registro de suas experiências e do seu percurso eclesiástico se encontram nos próprios estudos de Chacon no *Abreu e Lima* ou na literatura que se debruça sobre a participação eclesiástica no Dezesete.

A matriarca dos Roma também se encontra em esquecimento nas pesquisas historiográficas: a pesquisadora literária Tatiane Maria de Oliveira comenta como a mãe de Abreu e Lima não é recordada nos trabalhos sobre o filho mais ilustre, com algumas poucas informações sobre si encontradas apenas nas citações dos bens que a família teria confiscada após o 1817¹⁰⁹. Confirmando os argumentos de Oliveira, nenhum dos três biógrafos do Abreu e Lima aqui abordados fazem, por sua vez, maiores referências à matriarca¹¹⁰.

Ainda criança, o herdeiro dos Roma teria uma formação de educação e estudos consideráveis: com o pai, Abreu e Lima seria iniciado nos estudos das humanidades, aprendendo o latim, a filosofia, lições de retórica, inglês e francês, estudando também no centro humanístico em torno do Seminário da diocese de Olinda para, na sequência,

¹⁰⁶ Chacon traz como, ainda jovem, José Ignacio Ribeiro chegou a ser lente no Convento do Carmo, na cidade de Goiana, com o nome de Frei José de Santa Rosa. Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 75.

¹⁰⁷ O etnólogo Estevão Pinto comenta ainda que, quando de sua moradia em Roma, José Ignacio Ribeiro chegou a frequentar as cortes romanas locais. Estevão Pinto, *O General Abreu e Lima, Ci. & Tróp*, Recife, nº 11, 1983, p. 79.

¹⁰⁸ Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 75.

¹⁰⁹ Tatiane Maria de Oliveira, *Abreu e Lima, o escritor público: estudo e antologia*, dissertação de mestrado (Letras), São Paulo, USP, 2018, p. 18.

¹¹⁰ Apenas Bruni apresenta como o nome desta seria Lucíola Souto de Abreu e Lima sem, contudo, apresentar referências ou documentações. Bruni, op. cit., p. 21.

matricular-se na Academia Real Militar do Rio de Janeiro, onde graduar-se-ia aos 22 anos de idade.

Nesta sua primeira passagem pela cidade do Rio de Janeiro, o jovem militar se formaria lente de matemática e capitão de artilharia pelos estudos na Academia Militar¹¹¹, sendo enviado à África, em sequência, para atuar como “membro de uma comissão que tinha por objetivo instruir a oficialidade” em Angola, permanecendo em terras africanas por cerca de nove meses¹¹².

Foi após seu retorno ao Brasil, depois da curta temporada africana, que Abreu e Lima conheceria o cárcere pela primeira vez. Preso por “assuada, resistência e ferimentos” em Olinda, o jovem oficial seria enviado à Fortaleza de São Pedro, na Bahia; encontraria-se encarcerado quando do rebentar das tensões de 1817 no Recife¹¹³.

Não estaria presente, portanto, nos conflitos que estouraram ao longo das províncias nortistas pelo fim do jugo colonial neste ano. Ficaria marcado, entretanto, pela repressão ao movimento, cujos algozes o obrigariam, junto ao seu irmão Luiz – que também se encontrava preso no cárcere baiano –, a assistir o fuzilamento de seu pai.

2.4 O Dezesete

1817, não bastasse seu impacto funesto em Abreu e Lima, merece uma atenção maior em nossa narrativa. Foi ano de uma revolta anticolonial que concentrou variados vetores de participação e intenções: com vozes da maçonaria pernambucana, que excluía portugueses de suas lojas e mantinha-se afastada da tutela do Grande Oriente Lusitano, e dos senhorios escravocratas e aristocráticos que, inspirados pelas filosofias iluministas e ideias revolucionárias de berço francês e estadunidense, pensaram e imaginaram a construção de um Estado independente e republicano, o Dezesete acabaria por congregar múltiplos setores sociais quando de seu início¹¹⁴.

¹¹¹ Bruni narra como Abreu e Lima, frequentando com assiduidade a vida cultural do Rio de Janeiro, se aprofundou em leituras filosóficas na cidade. Sem indicações de referência e fontes, o economista faz um panorama do período passado pelo recifense na Corte, onde frequentara teatros, exposições de arte, saraus e espaços de debates como a livraria La Maison des Amis des Livres, se aprofundando nas obras de Isaac Newton, John Locke, René Descartes, Montesquieu, Voltaire e seus “prediletos” Agostinho, Gregório Magno e Tomás de Aquino. Idem, *ibidem*, p. 35-36.

¹¹² Na África, segundo Bruni – e, ressaltamos mais uma vez, sem apresentar ou citar quaisquer documentações –, Abreu e Lima trabalharia onze horas por dia ensinando álgebra, cálculo, geometria e desenho aos oficiais angolanos que, segundo o economista, seriam donos de péssimos hábitos como a falta de pontualidade aos exercícios militares, mostrando-se “desatentos e desinteressados nas instruções que lhes ministram os instrutores brasileiros”. Idem, *ibidem*, p. 38.

¹¹³ Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 116.

¹¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 36.

É imprescindível, para compreender esta revolta em suas deflagrações e aspirações, falarmos do transplante da corte portuguesa à sua possessão americana quando das investidas napoleônicas na Europa da primeira década do XIX. Este movimento de fuga em 1808 que trouxe, para o historiador José Murilo de Carvalho, um “evento inédito e extraordinário”: o estabelecimento de uma monarquia europeia em sua extensa colônia que transformaria, de maneira brusca, o balanço de poderes e o cenário econômico ao longo do vasto espaço americano português ainda escassamente povoado, preservando sua base de legitimidade institucional – gravemente afetada pela perda de seu território peninsular aos franceses – e, na leitura de Carvalho, se aproximando dos seus súditos americanos¹¹⁵.

Os eventos do Dezesete se mostrariam marcantes não apenas para o José Ignácio de Abreu e Lima, cujo pai se tornaria dos mártires do movimento, mas se provaria, enquanto revolta anticolonial que foi, determinante aos novos rumos no qual se encontravam as províncias nortistas neste novo jogo de poderes na América Portuguesa que, sequencialmente, se deparariam com semelhante manutenção no já independente Império do Brasil.

Pretendemos abordar estes 76 dias de revolta naquilo que lemos de notável nesta ruptura com o poder hegemônico colonial e lusitano, como a explosão do motim que fomentou a insurreição e algumas das ideias circulantes e suas recepções que, para alguns dos biógrafos de Abreu e Lima abordados neste capítulo, delinearíamos as primeiras filosofias e pensamentos do então cadete José Ignácio.

Também nos motiva este movimento notar como o Dezesete não recebe, nestas biografias, uma leitura mais atenciosa: Chacon privilegiará em suas análises as figuras do motim que inspiraram Abreu e Lima, dedicando mais atenção ao cenário recifense de tensões correntes nos fins do XVIII, enquanto Mazin e Stedile a leem apenas como revolta com “plano de independência política do novo país que se formara”, sem se deterem a uma problematização ou desenvolvimento mais específico¹¹⁶. Bruni, por seu turno, dedica um parágrafo para as movimentações deste ano, interpretando-a como uma revolução que tinha por princípio a proclamação de uma República e a independência brasileira¹¹⁷.

Também não pretendemos apresentar novas leituras sobre a insurreição, cuja discussão vasta já se encontra assentada em inúmeras obras e releituras¹¹⁸. Iniciaremos uma

¹¹⁵ José Murilo de Carvalho, As marcas do período, in José Murilo de Carvalho (org.), *A construção nacional: 1830-1889*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2012, p. 19-20.

¹¹⁶ Mazin; Stedile, op. cit., p. 24.

¹¹⁷ Bruni, op. cit., p. 40.

¹¹⁸ A historiadora Sílvia Carla Pereira de Brito Fonseca apresenta, em seu “Pernambuco: 1817: crônicas, memórias e historiografia”, uma interessante análise às diferentes mudanças interpretativas feitas sobre o

discussão sobre aquilo que lemos enquanto pontos cruciais para se compreender esta que seria a primeira de um ciclo de insurreições liberais que marcaram a história do então Norte da América Portuguesa e do Império do Brasil, e cujas consequências se notariam tanto na vida de Abreu e Lima como na daqueles que, segundo seus biógrafos, haveriam de ser influentes na sua formação intelectual.

Neste sentido, personagens como Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá (1775-1833), e Padre Roma, figuras referenciais para se compreender as ideias deste jovem Abreu e Lima, encontrariam participações relevantes na insurreição e, por isso, merecem uma abordagem sobre suas atuações neste movimento que agitou alicerces políticos da América Portuguesa.

É comumente aventada na historiografia brasileira que se volta para este recorte temporal da história brasileira como, caso João VI caísse em mãos bonapartistas quando dos embates entre as duas nações na Europa, um processo emancipatório semelhante ao visto nos Vice-Reinados espanhóis nas Américas à época poderia encontrar forças e adesão popular nas capitânicas brasílicas neste momento. Recordemos que é a partir da queda monárquica na Espanha, também devassada pelas tropas a serviço de Napoleão Bonaparte (1769-1821), que se tem início ao longo de toda a América Hispânica o início dos conflitos por parte daqueles que, na vacância de poder do Estado espanhol – em muito devido à prisão e exílio de seus reis –, buscaram uma maior autonomia desta Coroa.

Sobre o tema, as historiadoras Maria Lígia Prado e Gabriela Pellegrino comentam sobre estas gestas independentistas hispânicas como algumas parcelas sociais daquelas possessões americanas da Coroa espanhola, em especial os *criollos* ilustrados, manifestaram suas inquietações com a ausência do poder real criando Juntas autônomas em suas cidades e formando exércitos que, na sequente radicalização que acabariam por implodir em conflitos armados, dividiriam “o mundo colonial [espanhol] entre rebeldes e defensores da Coroa real” nos anos de 1808 e 1810.

Se a Junta Suprema espanhola, primeiro estabelecida em Sevilha e Cádiz em seguida, buscava organizar uma resistência reinol inicialmente voltando-se à ameaça francesa na Europa, os primeiros reforços enviados para combater os insurgentes americanos já seriam “pagos pelos comerciantes de Cádiz, interessados em não perder os mercados coloniais” para demais concorrentes estrangeiros. Neste cenário de incertezas e turbulências nas Américas,

movimento com o passar dos anos, citando desde a leitura de viajantes estrangeiros que se encontravam no Recife quando do início dos motins até à produção impressa no ano da eclosão da insurreição, bem como leituras historiográficas produzidas posteriormente. Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca, in Antônio Jorge de Siqueira (org.); et al., op. cit., p. 255-285.

atenções espanholas e das demais potências coloniais europeias voltavam-se atentamente ao desenrolar dos conflitos e, inevitavelmente, ponderavam possibilidades comerciais advindas deste contexto.

Em que pese à mudança na situação peninsular com o retorno de Fernando VII (1784-1833) ao poder na Espanha, em 1814, e nos seus esforços à organização de um contra-ataque que submetesse os emancipadores latino-americanos, a perspectiva dos insurgentes hispano-americanos parecia ganhar mais fôlego nas lutas pela América, em uma trajetória que parecia inexorável, até em olhares metropolitanos, às independências¹¹⁹.

Cenários de conflitos pela América Espanhola que se faziam, em que valha a intensa censura régia portuguesa, conhecidos em alguns círculos e espaços de sociabilidades nos territórios sob jugo lusitano na América do Sul¹²⁰, e que um Abreu e Lima, exilado e fugido logo após os eventos de 1817, acabaria por conhecer ao frequentar os campos de batalha andinos.

O vislumbre de desventuras emancipatórias, porém, pareciam desvanecer-se à primeira vista na América Portuguesa com a vinda da família real lusitana para suas possessões ao sul do Equador. Abandonando à própria sorte os habitantes de Lisboa, deixando vazios os cofres da cidade e carregando consigo o que ainda havia do combalido tesouro português, deixando sem soldo suas tropas, sem vencimentos seus empregados e sem pagamento os principais credores do Estado¹²¹, em atabalhoada rota de fuga por causa do avanço napoleônico e ancorados pelas forças marinhas de sua histórica aliada, a Inglaterra, na travessia dos mares, princípios de grandes mudanças já se anunciavam ao Brasil antes mesmo do aporte desta realeza amedrontada no Rio de Janeiro. Em Salvador, João VI fazia anunciar a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, desfazendo num só ato uma das essências “da condição colonial: o monopólio do comércio exterior pela metrópole”¹²².

Confirmadas as informações sobre a mobilização do príncipe regente e sua corte ao Rio de Janeiro, “empenharam-se os fluminenses em preparar a cidade para a feliz recepção” dos ilustres exilados, sob ordens do vice-rei Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos (1771-1828). Uma historiografia consolidada nos informa sobre as transformações

¹¹⁹ Maria Lígia Prado; Gabriela Pellegrino, *História da América Latina*, São Paulo, Contexto, 2014, p. 29.

¹²⁰ A antropóloga Lilia Schwarcz comenta como uma censura real, preocupada com a circulação de materiais que ameaçassem a frágil estabilidade da Coroa portuguesa assentada na América, estava atenta às informações que vinham dos processos emancipatórios envoltos em guerra que provinham da América Hispânica, bem como dos ideais democráticos e republicanos estadunidenses. Lilia Schwarcz, *Cultura*, in Alberto da Costa e Silva (coord.), *Crise colonial e independência: 1808-1830*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2011, p. 211, 213.

¹²¹ Jurandir Malerba, *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

¹²² Alberto da Costa e Silva, *As marcas do período*, op. cit., p. 25.

econômicas, paisagísticas e urbanas por qual passou o novo centro do poder real lusitano quando da chegada de sua nobreza metropolitana: sobre tais reformas no Rio de Janeiro convém lembrarmos aqui apenas como, com a ida da família real à capital fluminense, esta se transformou em centro de produção e reprodução da cultura e memória monárquica portuguesa¹²³, datando dessa época a criação, instalação e reprodução de uma série de instituições e estabelecimentos político-administrativos e culturais¹²⁴ que pareciam consolidar o fim do estatuto colonial no Brasil e, principalmente, o assentamento administrativo e institucional luso no país.

Medidas que acabariam por tornar, enfim, o Rio de Janeiro na sede definitiva e centralizada do poder real português, com a cidade e sua Corte figurando quase como uma “nova metrópole em relação às demais capitanias do Brasil”, tornada receptáculo americano dos modos “civilizados” originários da Europa. Em suma, palco – e laboratório – de um processo civilizatório enquanto novo centro de direito do Império português.

Concomitantemente à ascensão da nova capital imperial, a situação interna das demais províncias da América Portuguesa também se veria sujeita a transformações. A presença da Corte acentuara a integração da região Sul ao novo centro: se o Rio de Janeiro “alimentava-se”, numa perspectiva mercantil, do Sul, as províncias nortistas continuavam em condição semelhante à colonial, com menor papel nesta nova relação econômica e sujeitas a pesadas quotas de encargos, colhendo menos vantagens da transferência da família real à cidade fluminense¹²⁵.

No Norte, as novas despesas com a Casa Real e as novas instituições eram tidas como encargos sem compensação. A província de Pernambuco tinha, às vésperas de 1817, sua carga fiscal composta das seguintes categorias, por exemplo: impostos devidos a “El Rei” por toda a colônia, “contribuições criadas para custear a guerra holandesa” e taxas donatarias antigas a serem cobradas “mesmo após a transformação da capitania donatária em capitania real”, além de “tributos exigidos a partir da instalação da Corte no Rio”, como uma contribuição anual de

¹²³ Buscando aproximação com os proprietários locais de terra e com os comerciantes lesados pelo novo cenário econômico na cidade fluminense, em sua grande maioria portugueses insatisfeitos com a chegada de seus compatriotas – porque agora concorrentes no comércio –, a Coroa criaria a Câmara do Registro das Mercês e a Corporação de Armas, em 1810, para organizar o “nascimento de uma nobreza e de uma heráldica em terras brasileiras”, semeando, conforme a precisa síntese de Schwarcz sobre tais medidas, “a nova terra com tudo o que pudesse dar lastro, efeito de tradição, e certeza de continuidade da monarquia”. Lilia Schwarcz, *Cultura*, op. cit., p. 218-219.

¹²⁴ Schwarcz, no *Espetáculo das raças*, é da opinião de que se formava em paralelo às novas instituições culturais e educacionais uma ilustração nacional “que paradoxalmente dependia das instituições criadas com o fim de garantir o melhor controle português”. Idem, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 32.

¹²⁵ Evaldo Cabral de Mello, *A outra independência*, op. cit., p. 28-29.

40 mil cruzados destinados à “reconstrução de Portugal”, e mesmo uma “imposição destinada à iluminação pública do Rio” – quando a própria vila do Recife ainda não dispunha de tal benesse¹²⁶.

Parasito da Coroa lusitana, o Rio de Janeiro atraía “o ódio de todas as províncias”, substituindo Lisboa nesta condição de acentuação e centro do sentimento de domínio colonial. Neste cenário carregado de tensões – agravadas, ainda, por uma severa seca que atingiu de maneira marcante setores da economia local –, recrudesciam as primeiras discussões no Norte que punham a insatisfação com a monarquia e o empobrecimento das províncias, com o aumento de preços e a falta de alimentos na pauta do dia de insuflados debates¹²⁷.

Em Pernambuco, província das mais pujantes no aspecto econômico do Norte brasileiro – e das mais afetadas pela nova situação econômica perpetrada pela Corte estabelecida no Rio de Janeiro –, uma movimentação sediciosa e antimonárquica já vinha sendo tecida desde o início da primeira década do XIX, articulada pela Maçonaria revolucionária e por grupos de “patriotas” em terras brasílicas¹²⁸.

O Recife, afinal, via-se envolto na circulação de livros e impressos que carregavam ideias “temerárias” aos olhos reais: pensamentos como os de Volney (1757-1820), Rousseau (1712-1778) e Voltaire, além da Constituição estadunidense, encontravam recepção em alguns segmentos da sociedade recifense. As constituições revolucionárias francesas de 1791, 1793 e 1795, com seus ideais de “Direitos do Homem” e linhas que versavam sobre a liberdade natural deste, por exemplo, chegariam a ser expostas em praças públicas da vila¹²⁹.

Ambiente propício à circulação de filosofias modernas e ideias revolucionárias que também se mostraria favorável às insurgências pelo reforço dos exemplos estrangeiros de insubordinação às realezas metropolitanas: se a independência estadunidense alimentava a fantasia dos grandes proprietários locais e a Revolução Francesa era admirada pelos setores não nobiliárquicos, a empreitada de Toussaint Louverture (1743-1803) no Haiti mexia com as paixões daqueles envolvidos nas margens do mundo do trabalho recifense.

A “ilustração” encontrava acolhida para suas luzes na capitania pernambucana também no Seminário da diocese de Olinda. Fundado em 1800 e sob a direção do bispo

¹²⁶ Idem, *ibidem*, p. 29, 30, 31. Para Mello, “a Corte explorava impiedosamente a prosperidade *inédita* que a grande lavoura e o comércio pernambucanos conheceram nos últimos anos do século XVIII e primeiros do XIX”, devido ao surto algodoeiro por qual passou esta capitania. Idem, *ibidem*, loc. cit. (*grifos nossos*).

¹²⁷ Jorge Pedreira; Fernando Dores Costa, *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p. 328-329.

¹²⁸ Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 45.

¹²⁹ Luiz Carlos Villalta, Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro. Notas sobre as idéias de pátria, país e nação, in *Revista USP*, São Paulo, n° 58, 2003, p. 61.

Azeredo Coutinho (1742-1821), encarregado também pelas inspeções e administração do seminário, esta instituição seria erigida “sob inspiração da ideologia reformista do absolutismo ilustrado”, nas palavras do historiador Antônio Jorge de Siqueira; para este, o Seminário de Olinda seria “sobretudo uma escola que nasce dos ventos e no terreno fértil do reformismo ilustrado como solução para os impasses da crise que se abatia sobre o sistema colonial”, “nascido [...] nas contradições de um sistema”¹³⁰.

Idealizado pela rainha portuguesa Maria I (1734-1816), em carta régia de 1796, e modelado nos parâmetros ilustrados pombalinos, este Seminário acabaria por representar “algo mais que uma simples escola de formação de futuros padres”. Casa educacional¹³¹, seria ensejado no seu interior também frutos inesperados daquela proposta educacional originalmente pensada, já que “o que o Seminário de Olinda contribuiria para a formação de um tipo de padre, a história nos conta a sua capacidade de liderar revoltas em nome do patriotismo e da liberdade”, nas palavras de Siqueira¹³².

O estouro de uma insurreição, portanto, não tardaria. Nesta conjunção particular de inquietações, crise econômica e tumultos, folhetins doutrinários encontravam circulação pelo Recife, aonde uma “revolução vinha sendo exercitada” nas casas, conventos e em demais espaços privados ou públicos por parte daqueles que segredavam uma revolta contra a Coroa. Já na segunda metade desta primeira década dos oitocentos, reuniões e encontros de pessoas com o intuito de se revoltarem contra o governo se realizavam na vila, e notícias de movimentações conspiratórias chegavam ao então governador da capitania, Caetano Pinto de Montenegro (1748-1827).

Informações sobre conspirações e planejamentos daqueles que se punham frente a um iminente confronto com a ordem reinol, portanto, eram de conhecimento das autoridades. Os primeiros dias de março de 1817, entretanto, trariam uma reviravolta no cenário recifense e ensejaria uma insurreição que, logo, se espalharia pelas capitanias vizinhas e criaria mesmo temor ao rei português e seus asseclas no Rio de Janeiro: uma ação de Montenegro, ordenando a prisão de conspiracionistas antimonárquicos no Recife, precipitaria uma rebelião atípica na vila¹³³.

¹³⁰ Antônio Jorge de Siqueira, *Os Padres e a Teologia da Ilustração: Pernambuco, 1817*, Recife, Editora Universitária da UFPE, 2009, p. 148.

¹³¹ Para um levantamento de obras presentes na biblioteca do Seminário de Olinda, ver Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 56.

¹³² Antônio Jorge de Siqueira, op. cit., p. 144-146, 148, 151.

¹³³ Pedreira; Costa, op. cit., p. 330.

No dia 6 de março, uma insubordinação de militares de um regimento de artilharia estacionado no Forte das Cinco Pontas – ocasionada por suspeitas de sublevação ao regime reinol, que levou ainda alguns dos envolvidos à prisão – teve início, precipitando os planejamentos revolucionários¹³⁴: amotinados, os revoltosos logo chegaram a contar com apoio de milhares de populares recém-integrados às milícias recém-formadas que não tardariam a ocupar as ruas do Recife suscitando tumultos e quebra-quebras.

Com as ruas e quartéis ocupados, assim como o porto – este último palco dos chamados “mata-marinheiros”¹³⁵ –, as autoridades perderam por completo o controle da situação. Pela vila uma multidão já havia se reunido, e expressões como “Viva a Independência! Viva a liberdade dos filhos da pátria” e “morram os europeus!” eram audíveis nas ruas, enquanto os revoltosos promoviam a libertação de criminosos comuns e detidos políticos¹³⁶.

A escalada das movimentações e a velocidade dos amotinados na ocupação das ruas do Recife, além da surpresa na população da vila, também pegou incauto o governador. Um observador das movimentações, residente da vila recifense à época, o francês Louis-François Tollenare (1740-1853), escreveria que “refugiado na Fortaleza do Brum, [Montenegro] desolava-se e não tomava providência alguma”. Na leitura deste comerciante, “é provável que, com estes recursos e um pouco de coragem, ele teria podido ganhar vantagem sobre as forças dos insurgentes, que apenas consistiam no regimento de artilharia” e de um “maior número de indivíduos de todas as cores, forçados a pegar em armas para fazer patrulhas”¹³⁷.

Isolado, e sem prestígio popular para reaver sua autoridade, restou ao governador a fuga para o Rio de Janeiro. O Recife também seria testemunha da debandada de alguns comerciantes que, às margens da insurreição, se retiraram à Bahia “onde, depois da chegada dos primeiros ‘refugiados’, começou rapidamente a organizar-se uma expedição contra a sedição de Pernambuco”. De conhecimento da situação na capitania vizinha, o então governador baiano, o Conde dos Arcos, “agiu rapidamente prevenindo qualquer possibilidade de adesão à revolta” nestas terras. Sem instruções do Rio de Janeiro, o Conde colocaria já em

¹³⁴ Segundo Chacon, os conspiradores acordaram o dia 16 de março como o dia para o levante, e não o 6º desse mês. Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 56.

¹³⁵ Receava-se a reação dos tripulantes das embarcações portuguesas ali ancoradas. Jorge Pedreira; Fernando Dores Costa, op. cit., p. 330.

¹³⁶ Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 77.

¹³⁷ Louis-François Tollenare, *Notas dominicais*, Recife, Cepe, 1978, p. 140.

marcha uma coluna militar a combater os insurretos, despachando também navios armados em direção ao Recife¹³⁸.

No dia 7 de março, a proclamação de um Governo Provisório – instalado nos moldes daquele Diretório francês de 1795, tão lido e debatido às escondidas nas sociedades secretas recifenses antes da explosão dos motins – marcava o fim da soberania de João VI sobre Pernambuco¹³⁹. Cinco sujeitos formariam este governo, que atenderia na ótica dos revoltosos uma divisão estamental social: o padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro (1766-1817), José Luiz de Mendonça (s/d-1817), magistrado, Manoel Correia de Araújo, coronel e responsável pela agricultura na nova ordenação política, Domingos José Martins (1781-1817), negociante e à frente do comércio, e Domingos Teotônio Jorge (s/d-1817), coronel e responsável pelas armadas¹⁴⁰.

Nas observações de Tollenare, podemos ler como “o novo governo publicou várias proclamações, nas quais incita o povo a sacudir o jugo de uma corte corrompida e dispendiosa, em que tudo se faz em proveito de favoritos e nada em favor da nação”, prometendo uma administração menos onerosa e voltada mais aos “nacionais”¹⁴¹. Uma Lei Orgânica, elaborada no dia 29 de março e que delineou os poderes do Governo Provisório, seria promulgada e enviada às câmaras das comarcas de Pernambuco, com projeto que previa que caso “a Constituinte pernambucana não houvesse sido convocada dentro de um ano, ou na hipótese de que a Constituição provincial não ficasse concluída no triênio seguinte, a junta do Recife ficaria automaticamente extinta, reintegrando-se o povo no exercício da soberania”¹⁴².

Ficavam estabelecidos também o catolicismo como a religião do Estado, o regime republicano de governo, a liberdade de consciência e imprensa e o acesso aos empregos públicos por reinóis e aqueles estrangeiros naturalizados “de denominação cristã”. Em suma, despachava-se uma ruptura política com o sistema colonial lusitano, agora com sede no Rio de Janeiro, e, para alguns, uma quebra também com algumas das relações de poder e sociabilidades então vigentes, por seus princípios modernos ali incluídos¹⁴³.

¹³⁸ Jorge Pedreira; Fernando Dores Costa, op. cit., p. 331.

¹³⁹ Villalta, op. cit., p. 71.

¹⁴⁰ Tollenare, op. cit., p. 145.

¹⁴¹ Idem, ibidem, p. 145.

¹⁴² Mello, *A outra independência*, op. cit., p. 49.

¹⁴³ Marcelo Casseb, *Lei Orgânica e Constituição na Revolução Republicana de 1817*, in Antônio Jorge de Siqueira (org.); et al., op. cit., 293. Esta última afirmação é do historiador Luiz Silva, ao comparar esta Lei Orgânica com as constituições francesa, de 1793, e espanhola, de 1812. Silva ainda traz uma interessante leitura de como os revoltosos publicaram uma *Declaração dos Direitos naturais, civis e políticos do Homem*, que afirmava como “a igualdade consiste em que cada um possa gozar dos mesmos direitos” e como “todos os cidadãos são admissíveis a todos os lugares, empregos e funções públicas”. Tal como a Lei Orgânica, estes *Direitos* também seriam enviados às câmaras das vilas para apreciação e opiniões quanto a suas diretrizes. Luiz

2.5 “Mestres de internacionalismo e patriotismo”

Três personagens centrais do Dezesete acabam por ser um objeto de maior reflexão por parte de alguns biógrafos de Abreu e Lima: o padre João Ribeiro, Domingos Jose Martins e Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá. Cada qual com importantes papéis na nova distribuição política do Governo Provisório, estes três “cosmopolitas companheiros do Padre Roma” e “próceres esquecidos porque radicais” foram, nos termos do autor do *General de Bolívar*, os “primeiros mestres de patriotismo tanto quanto de internacionalismo do jovem Abreu e Lima”¹⁴⁴.

Entretanto, nem Chacon ou os demais biógrafos de José Ignácio prestariam maiores linhas nos seus textos a pensarem as ideias ou experiências destes que seriam as primeiras referências do futuro “general de Bolívar”. Apesar disto, todos estes contemporâneos do Dezesete compartilham espaço nas atentas *Notas Dominicais* de Louis Tollenare, residente na vila do Recife desde finais de 1816. Sobre os escritos deste comerciante francês, diria o historiador Oliveira Lima que passam “o testemunho [...] [da] insubordinação dos espíritos” e a “efervescência nativista” pernambucana, também a “quase anarquia que se alastrara sob a fraca autoridade de Caetano Pinto; [...] os conhecidos episódios da rebelião em quartel” e a desordem inicial do movimento nacionalista”¹⁴⁵.

Escritos sobre os três personagens elencados por Chacon como mártires do Dezesete e de influência na formação do pensamento e ideias de Abreu e Lima encontram, nas *Notas*, considerável consideração.

João Ribeiro, “homem instruído e sem fortuna”, sujeito “bastante filósofo para desprezá-la”, seria descrito por Tollenare como alguém aberto à leitura de obras filosóficas, do qual “só respirava liberdade, e isto mais por amor dela do que por ambição”. “Exaltado desvairado” nas leituras do francês¹⁴⁶, o sacerdote à frente dos insurretos do Recife compartilhava da “mais alta confiança no progresso do espírito humano” e por isso era dono de uma imaginação que “ia mais depressa do que o seu século”¹⁴⁷.

Responsável também pela direção editorial e literária da chamada “Oficina Tipográfica da República de Pernambuco, 2.º vez restaurado”¹⁴⁸, o padre Ribeiro, em

Geraldo Silva, Igualdade, liberdade e modernidade. Escravos, afrodescendentes e libertos e a Revolução de 1817, *ibidem*, p. 218-219.

¹⁴⁴ Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 76.

¹⁴⁵ Oliveira Lima, *Notas Dominicais*, op. cit., p. 8.

¹⁴⁶ Chacon lerá o Tollenare como um conservador, *idem*, *ibidem*, p. 77.

¹⁴⁷ Tollenare, op. cit., p. 147-148.

¹⁴⁸ Quanto às nomenclaturas desta tipografia, Rodrigo Acioli informa que “muitas nuances cabem no entendimento de *república*, que ora emerge como contraponto ao poder monárquico e identificado com a tirania

conversas com seu amigo francês, comentara já nos momentos de refrega do Dezesete como se “deveria publicar uma gazeta para doutrinar o povo, que nada compreende do que se lhe vai fazer”¹⁴⁹.

Se antes dos motins de março o comerciante estrangeiro e o padre reuniam-se, proferindo debates e palestras donde se discutiam “o estado das artes, das ciências e da filosofia na França” e no qual se prestavam a conversar sobre “o progresso das luzes entre os povos, sobre a caducidade de muitas das suas instituições”, João Ribeiro confidenciaria como “é em vão que se pretende abafar as idéias liberais; pode-se adormentar por um momento a liberdade; mas, ela terá sempre o seu despertar, não duvideis disto”¹⁵⁰. Cauteloso, Tollenare receberia esta sua “sua declamação por uma simples inspiração filosófica sem a mínima alusão ao povo brasileiro” porque, já em prosas anteriores com o amigo, “tínhamos mil vezes convindo na sua ignorância e na sua inépcia [refere-se ao povo brasileiro] para compreender outra coisa além da obediência passiva e irrefletida”¹⁵¹.

Tollenare também se recordaria, nas *Notas*, da atuação de Ribeiro no dia 6 de março de 1817. Relata que, morando próximo ao quartel tomado pelo motim, observara “o Padre João Ribeiro perorando” às tropas envolvidas no tumulto e que, em dado momento, o sacerdote bateu a sua porta e, lançando-se nos seus braços, bradou como “soou a hora da liberdade”: o “Brasil está liberto dos seus tiranos”¹⁵².

João Ribeiro cometeria suicídio, já em momento no qual o avanço contrarrevolucionário parecia inevitável sobre a incipiente insurreição e seus líderes. Sobre sua morte, Tollenare escreveria como “passeiam a sua cabeça sangrenta pelas ruas da cidade”¹⁵³. Também recordaria como pouco antes, em cenário de ofensiva das tropas reinóis, “acrescentou que lamentava não poder me dizer adeus, mas, que eu podia ficar certo de que ele saberia morrer como homem livre”. “Não era um homem desonesto”, escreveria o francês, “mas, estava alucinado pela leitura dos nossos filósofos [franceses] do século XVIII”¹⁵⁴.

Nos Autos da Devassa, podemos ler no apontamento referente a João Ribeiro, erigida quando já derrotada a insurreição, como

e o despotismo. A *segunda vez restaurado* é uma assinatura do nativismo pernambucano, a primeira vez das gentes da terra, os brasílicos contra os holandeses, ainda no século XVII; a segunda vez contra a tirania real”. Rodrigo Acioli, *Astronomia da Revolução*, in Antônio Jorge de Siqueira [org.]; et al., p. 181 (*grifos do autor*).

¹⁴⁹ Tollenare, op. cit., p. 153.

¹⁵⁰ Idem, ibidem, p. 156-157.

¹⁵¹ Idem, ibidem, p. 157.

¹⁵² Idem, ibidem, p. 158.

¹⁵³ Idem, ibidem, p. 176.

¹⁵⁴ Idem, ibidem, p. 176.

O Padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro [...] é acusado de que ia aos clubes; tratava antes da revolução; aliciava a mocidade à sua aula; animou a tropa à insurreição; mandou tocar rebate; deu direção; escreveu cartas, chamado para a rebelião; um dos da capitulação de Caetano Pinto; proclamou no campo; foi Governador até o fim; foi principal rebelde [...] ¹⁵⁵.

Se João Ribeiro seria alvo de consideração simpática da parte do comerciante francês, Domingos José Martins seria descrito pelo mesmo como um sujeito “mediocre [...], hipócrita, [que] simula energia, altivez, afabilidade protetora” e que “com isto consegue iludir” aqueles ao seu redor ¹⁵⁶.

Caracterizado como “ambicioso”, é considerado por Tollenare “como um dos principais autores da revolução” – posição negada pelo próprio Martins que, no que concerne às atividades do Governo Provisório e à expansão da insurreição, “desenvolve uma grande atividade para fazê-la progredir”. Sobre suas atividades no meio comercial, o francês diria que “as suas operações aqui nada têm de brilhantes; a mediocridade de sua fortuna, não lhe permitindo tomar lugar entre o grosso comércio, ficou despeitado e atirou-se à agricultura”.

Em que pese os modestos ganhos comerciais, Martins chegou a realizar estada na Europa – em Londres montou praça no comércio, com uma casa comercial que viria a falir –, por onde entrou em contato com “os conhecimentos que pretende ter adquirido da política e da administração inglesa” e que usaria com “certo verniz de habilidade que, junto a um tom doutoral e resoluto, o impõem a alguns dos seus compatriotas” ¹⁵⁷.

Dono de um “cinismo jacobino adotado [...] nas suas vestes, nas suas maneiras e nos seus discursos”, a atividade de Martins na insurreição acaba revelada como “ardente” naquele “fazer rodar com vigor o carro da revolução”, para Tollenare ¹⁵⁸.

Se este negociante nascido no Espírito Santo ganharia contornos de ganância nas linhas do francês, Chacon ressaltaria seu papel internacionalista à causa dos insurretos. Dentre os camaradas do Governo Provisório seria aquele que “buscava, mais que os companheiros”, apoios externos ao governo recém-estabelecido. Citam-se, por exemplo, seus contatos com Londres e com o “grande centro maçônico” estadunidense da Filadélfia, assim como contatos com Buenos Aires e Moçambique que, pelo desenrolar dos acontecimentos, mostraram-se infrutíferos ¹⁵⁹.

Trajatória distinta da de Antônio Cabugá. Se a aproximação com os Estados estrangeiros se fariam nas aproximações iniciais fracassadas de Martins, Cabugá seria

¹⁵⁵ Documentos Históricos, *A Revolução de 1817*, vol. 104, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1954, p. 63. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1954_00104.pdf. Acesso em: 11 jan. 2020.

¹⁵⁶ Tollenare, op. cit., p. 149.

¹⁵⁷ Idem, ibidem, p. 149-150.

¹⁵⁸ Idem, ibidem, p. 150-151.

¹⁵⁹ Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 77-78.

destacado como daqueles sujeitos com encargos diplomáticos que, enviado a terras estrangeiras, buscariam angariar fundos e benefícios aos insurretos. Enviado aos Estados Unidos como “agente encarregado da compra de armas e munições de guerra e de boca”, Tollenare julgaria sua missão como de grande utilidade, mas como uma “tresloucada esperança de induzi-los [refere-se aos estadunidenses] a fornecer socorros e a firmar uma aliança”¹⁶⁰.

Entretanto, como emissário do governo revolucionário pernambucano e mergulhado, em terras norte-americanas, nas espessas tramas de intrigas em Washington, Cabugá nada obteria a favor dos insurretos. Apenas quatro aventureiros estrangeiros, presos no Ceará, representaram ganhos do diplomata à luta anticolonial no Dezesete¹⁶¹.

Ao secretário de Estado daquele país, Cabugá teria dito como a vinda do Príncipe Regente à possessão lusitana da América ainda chegou a persuadir “uma parte dos seus habitantes”; afinal, “um príncipe acochado da desgraça tomaria desta a lição e [...] adotaria um melhor e mais moderado sistema de governo e uma administração liberal”, escreveria em tons de esperanças que logo se esvairiam vide o “sumo grau de corrupção a que tinha chegado aquele governo” reinol assentado na América Portuguesa¹⁶².

No cenário regional, uma possível adesão da província da Bahia era de importância estratégica ao Governo Provisório. Observador, Tollenare comentava como “os patriotas persuadem-se da próxima adesão das capitânicas da Bahia e do Norte” que, caso sucedesse, traria embaraços à Corte do Rio de Janeiro¹⁶³.

De fato, esforços para a união da Bahia aos insurretos já se faziam desde os primeiros raias insurretos. Em mensagem emitida pelo Governo Provisório, intitulada de “Denodados patriotas baianos”, convocavam-se os habitantes desta província a seguirem o exemplo pernambucano, “um povo que tendia sempre a marchar à dianteira da estrada da civilização”, aludindo até a uma recuperação do “título, que nunca deveríamos ter perdido, o título de homens livres!”¹⁶⁴. Seria a província baiana, também, destino do emissário José Ignácio Ribeiro, o Padre Roma, enviado para angariar adeptos à causa do novo governo instalado no Recife naquelas “províncias do sul”¹⁶⁵.

¹⁶⁰ Tollenare, op. cit., p. 154.

¹⁶¹ Idem, ibidem, p. 154.

¹⁶² Cabugá apud Mello, *A outra independência*, op. cit., p. 34.

¹⁶³ Tollenare, op. cit., p. 143.

¹⁶⁴ Cabral, op. cit., p. 277.

¹⁶⁵ Documentos Históricos, op. cit., p. 63-64. Na sua relação de prisão, ainda seria acusado “de que assinou na eleição dos governadores” e que “já antes era da sociedade; foi emissário aos povos do Sul, Alagoas, Bahia para revoltar; levava proclamações, seduzia, persuadia e aconselhava”.

2.6 “Me assalta todo o horror d’aquella noite”

Voltemos as atenções, aqui, para uma outra documentação; encaminhem-nos aos últimos capítulos do primeiro e extenso volume do *Compendio da Historia do Brasil*, escrito por um já maduro Abreu e Lima vinte e seis anos após os eventos nortistas ao qual nos detivemos até agora.

Será neste *Compendio*, mais especificamente no “Capítulo Sexto. 1808-1821”, que encontraremos alguns tópicos interessantes à discussão até aqui desenvolvida. No quarto tópico, o “[...] Dissolve-se o Governo Republicano. Os Patriotas são remetidos para a Bahia. Novas execuções [...]”, encontraremos, redigido pela pena do já “general de Bolívar”, suas memórias sobre a execução do Padre Roma, seu pai, pelas tropas contrarrevolucionárias sob ordens da Coroa lusitana então representada pelo governador da Bahia à época, o Conde dos Arcos¹⁶⁶.

Não objetivaremos a analisar o *Compendio* neste trabalho, ou suas motivações à escrita, suas querelas de caráter historiográfico à época ou sua recepção; entretanto, algumas observações sobre sua feitura merecem ser apontadas aqui.

Publicado em 1843, mas com sua produção beirando já de três anos antes, o *Compendio* se prestaria ao atendimento do chamado do nascente Instituto Historico e Geographico Brasileiro (IGHB) para a produção de obras que visassem à escrita de uma história propriamente nacional para o jovem império na América do Sul.

Com sua fundação datada de 1838, esta instituição surgiu pelos avais da Coroa Nacional e, inspirado no Institut Historique de Paris, fomentou dentre seus associados e integrantes – por meio da promessa de publicações autorais e mesmo premiações – a escrita e publicações de artigos, missivas e obras que contemplassem a “natureza brasileira” e daqueles seus “melhores filhos”. Porém, privilegiava também a coleta e publicação de todas aquelas documentações que fossem relevantes, no entender de seu corpo diretivo, à história do recém-emancipado Estado brasileiro que, neste momento, se enxergava na necessidade de “reconhecer-se geográfica e historicamente” – em exercício no qual a História, por sua interpretação à época da possibilidade de “oferecer um passado e abrir-se um futuro”, teria um lugar privilegiado nesta construção nacional¹⁶⁷.

¹⁶⁶ José Ignácio de Abreu e Lima, *Compendio da Historia do Brasil I*, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1843, p. 282.

¹⁶⁷ José Carlos Reis, *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007, p. 25-26.

Abreu e Lima, já familiarizado ao mundo das letras por esta década¹⁶⁸, se associará à instituição já no ano seguinte de sua fundação, oferecendo uma obra de sua autoria, o *Bosquejo Político, Histórico e Literário do Brasil*, de 1835, ao Instituto¹⁶⁹. Certamente viu-se atraído à inovadora proposta do IHGB, e escreverá mesmo no *Compendio* como todo aquele “que lançar uma pedra no cimento do edificio, fará importante serviço á sua pátria, embora não tenhamos grande material por ora, porque o tempo, e só o tempo, pode reuni-lo com proveito”. Entretanto, e “felizmente para o Brasil, não sou eu o unico que assim pensa; antes de mim muitos dos meus compatriotas tem já concorrido com a sua quota para o deposito commum”¹⁷⁰.

Ora, Abreu e Lima chega a comentar como “um paiz, que apenas conta vinte annos de existencia como nação, não póde ter literatura propriamente sua” porque “nos primeiros desenvolvimentos da intelligencia não é dado tocar a perfeição, que se requer nas obras do espirito humano”. Seria “só depois da introducção das artes e das sciencias, que cada povo [...] vae [...] formando [...] o peculio de suas doutrinas e factos”¹⁷¹.

Apresentado e lido na sessão do dia de 14 de setembro do mesmo ano de sua publicação no Instituto, Abreu e Lima comentará acerca de sua produção que

Uma coisa resulta do meu compêndio e é quanto vale para dar-lhe algum valor. Tudo quanto existia escrito acerca do Brasil era sem método nem plano algum histórico. Era um montão de fatos atirados ao acaso, sem discriminação de épocas e períodos. E tanto é assim que o Instituto há pouco se ocupou desse objeto, tratando, de antes de tudo de triangular o terreno sobre que devia um hábil corógrafo traçar¹⁷².

Empreitada de compilação, organização e periodização dos “fatos históricos” da nação que Abreu e Lima carregará na confecção desta obra, em semelhança àquilo que havia sendo produzido no terreno da História no restante do continente americano, nesta busca – e também construção – pelos campos de saber que explicassem a existência de uma nação formada por brasileiros: o esforço, agora, deveria ser o da criação de uma “litteratura propriamente brasileira”, de “reparar o tempo perdido” para alçar o “rapido vôo da nossa intelligencia”¹⁷³.

O próprio autor admitia que sua obra não seria uma composição inteiramente “original, mas uma compilação de varios autores, que julguei mais habilitados, pondo todo o

¹⁶⁸ Já em seus períodos andinos, em meio aos conflitos pela independência da Grã-Colômbia, estaria na redação do jornal bolivariano *Correo del Orinoco* a mando de Bolívar, por exemplo, e, dois anos após seu retorno ao Brasil, publicaria dois pasquins na capital imperial, a *Torre de Babel* e a *Arca de Noé*, a qual nos voltaremos nos próximos capítulos.

¹⁶⁹ Luís Claudio Rocha Henriques de Moura, *Abreu e Lima: uma leitura sobre o Brasil*, dissertação de mestrado (História), Brasília, UNB, 2006, p. 81.

¹⁷⁰ Abreu e Lima, *Compendio*, op. cit., p. vii.

¹⁷¹ Idem, ibidem, p. v-vi.

¹⁷² Abreu e Lima apud Moura, op. cit., p. 150.

¹⁷³ Abreu e Lima, *Compendio*, op. cit., p. vii.

meu esmero em reunir de todos elles o maior numero de factos que me foi possivel”. São citadas por Abreu e Lima, como referências para este primeiro tomo do *Compendio*, a *Corographia Brasilica*, do padre Ayres de Casal (1754-1821), a *Historia do Brasil* de Robert Southey (1774-1843), *Historia do Brasil* de Bellegarde (1802-1839) e o *Historia do Brasil* de John Armitage (1807-1856) – sendo os escritos de Southey e Armitage aqueles assumidamente de mais valia à sua narrativa.

Entretanto, confessa que se serve também de demais documentos ao longo da obra, em muito para “alterações essenciaes” daqueles autores já referenciados: como exemplo cita os *Annaes* do Visconde de São Leopoldo para “falar d’essas guerras” de São Pedro do Rio Grande do Sul e Uruguai, assim como a “historia ultimamente publicada pelo Dr Muniz Tavares” no que se refere aos eventos de 1817 em Pernambuco e nas demais províncias do Norte – mas com “pequenas alterações na parte que eu estava pessoalmente informado”, adverte¹⁷⁴.

Sobre a metodologia empregada à confecção do *Compendio*, Abreu e Lima pontua que buscou organizar os acontecimentos “em serie por meio de uma muito exacta deducção chronologica”, o que seria, na sua própria leitura, seu principal mérito. Consistia numa “recopilação de grande numero de factos, que se acham espalhados por muitos escriptos em differentes épochas, vindo a ser o primeiro Compendio da Historia do Brasil” que, senão tão “exacto quanto podia sê-lo, ao menos o mais rico” naquilo que considera “documentos preciosos”. Até “para mais facilidade, e [...] para avivar a memória, fiz um indice chronologico dos principaes acontecimentos” ao leitor, em particular¹⁷⁵.

Partindo de todos estes pressupostos de caráter historiográficos, estilísticos, mesmo metodológicos por Abreu e Lima nesta sua produção, como seria abordado no *Compendio* aquele “acontecimento desgraçado” de 1817 em algumas províncias do Norte que, “arruinando muitas familias”, chegaria mesmo a atingir aquela de seu próprio autor? Como foi narrada a prisão de seu pai, o Padre Roma, nesta obra que prima por documentações precisas e tão exatas?

Primeiro, as causas. E duas são apontadas pelo já general enquanto as “principais d’aquelle successo”: a primeira, e “que apressou o golpe”, seria a “crescente rivalidade entre Portuguezes e Brasileiros”; a segunda, “toda política” por sua vez, foi a “situação violenta em que se achava Portugal, quasi sujeito ao dominio absoluto” das “intrigas e manejos do

¹⁷⁴ Idem, ibidem, p. ix-x.

¹⁷⁵ Idem, ibidem, p. viii, x.

Gabinete inglez”¹⁷⁶. O entrevero seria ampliado, na perspectiva do Abreu e Lima, com a presença da Corte lusitana no Rio de Janeiro que, “em vez de desarraigá-la com justiça imparcial a nascente discordia entre subditos de ambos os hemisférios, fomentava-a, crendo que só a desunião dos animos poderia perpetuar o seu domínio”. É neste cenário turbulento no qual “o descontentamento e as queixas eram iguaes em todas as Províncias”, e que “cedo ou tarde deveriam apparecer violentos effeitos” pelas insatisfações com a dirigência bragantina¹⁷⁷.

As situações ocorridas nas antigas 13 colônias inglesas, com a emancipação dos Estados Unidos perante um conflito armado com a Inglaterra no final dos setecentos, e nas “Colônias hespanholas” na primeira metade do século XIX estimulavam, segundo Abreu e Lima, setores descontentes com a Corte “por exemplo de tanta magnitude”. Entusiasta das emancipações americanas, o general chega a afirmar que com a “consciencia da propria força, era impossivel que [o Brasil] permanecesse em inacção”. Era o avanço do progresso que, às custas das ideias liberais e da razão, insistia em adentrar o território brasílico tal como ocorrera com seus vizinhos hispânicos e semelhantes estadunidenses¹⁷⁸.

Em uma série de sucessão de eventos, como o preparo de uma revolução tanto no Brasil quanto na metrópole lusa, a indecisão do João VI quanto a seu retorno ou não a Portugal¹⁷⁹ e mesmo uma alusão ao envolvimento da Maçonaria na insurreição – que “em seus brindes manifestavam seus generosos designios”, o que já bastava para “irritar ainda mais os Portuguezes, sempre desconfiados e ciosos”, que viam em tudo “aquillo uma ameaça contra o seu predomínio” –, é apresentada, cronologicamente, a explosão da revolta que chega a estender-se “á Parahiba e ao Rio Grande do Norte, onde se estabeleceram Governos Provisórios á imitação de Pernambuco”. E chega a ser destacado como no Sul “a revolução não tinha dado um passo”, mas como um homem “houve que, conhecendo a importancia de dar mais impulso áquelle movimento, se offereceu para ir ás Alagoas, e d’alli á Bahia, correndo elle só todo o risco da sua temeraria empresa”¹⁸⁰.

Seriam por estas veredas, “d’onde justamente tudo havia que receiar”, que se encontraria o Padre Roma. Neste momento, passamos a adentrar naquilo que será um dos

¹⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 272-273.

¹⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 273.

¹⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 273.

¹⁷⁹ E o consequente planejamento de um “movimento, preparado no Brasil” por aqueles “que almejavam a independência, e que tinham por grande obstaculo a presença d’El-Rei no Rio de Janeiro”, *idem, ibidem*, p. 274.

¹⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 275, 282-283.

aspectos narrativos mais interessantes do *Compendio* e que seria redigido por Abreu e Lima em vieses autobiográficos.

Sobre os objetivos do Padre Roma em meio às turbulências decorridas do Dezesete e sua ida rumo ao Sul, Abreu e Lima comentaria que

Suas relações na parte meridional da Província [de Pernambuco] lhe inspiravam grande confiança, e na verdade a sua marcha até as Alagoas foi um constante triumpho; por toda a parte consegue fazer com que os povos e as autoridades se decidam pela revolução; e quando julga oportuno, volta a Maceyó, freta uma balsa, e se dirige para a Bahia¹⁸¹.

Não era de se esperar menos daquele que, segundo seu próprio filho, seria “um dos mais habéis advogados de Pernambuco”. Nas *Notas* de Tollenare também encontramos impressões elogiosas ao patriarca dos Roma, sendo este agora emissário “um homem a quem atribuem grandes talentos”¹⁸². Entretanto, “sem embargo de seus variados conhecimentos”, o Padre Roma seria “homem [...] inexperiente dos manejos occultos das revoltas”¹⁸³ – conforme parecer do próprio filho e à semelhança dos seus demais correligionários¹⁸⁴.

Afinal, desde sua saída do Recife em missão, o Padre Roma partiu “sem nenhum disfarce” e “apresentou-se sempre [...] como se fosse o emissário de um governo autorizado”, o que acabaria facilitando sua captura. Segundo o *Compendio*, “ainda antes da sua marcha”, os repressores já tinham conhecimento da sua missão, e dessa já “tinha sido informado o Conde dos Arcos na Bahia com muita antecipação; assim foi que saltar em terra no lugar da barra, foi logo preso e conduzido á cadeia da Cidade”¹⁸⁵.

Sobre a rapidez da operação de captura do Padre Roma e nas rápidas movimentações para abafar a insurreição, o urbanista José Luiz Mota Menezes informa como o Conde dos Arcos já tinha ciência das ações insurretas nas províncias mais ao Norte, informado por dois sujeitos que se encontravam em fuga do Recife por causa dos eventos de março. No dia 21 deste mês uma proclamação do governador baiano seria divulgada em Pernambuco, o que dá conhecimento do imediato recebimento das primeiras notícias sobre os motins realizados no dia 6 e da ágil ação contrarrevolucionária por parte deste representante da Coroa lusitana. Menezes acrescenta como as dificuldades de comunicação entre as províncias por parte do Governo Provisório contribuiu à captura do Padre Roma e mesmo à derrota militar decisiva: afinal, como o porto recifense já se encontrava bloqueado por navios reinóis, restava aos emissários republicanos o caminho por terra, o que ajuda a explicar a chegada das notícias dos

¹⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 283.

¹⁸² Tollenare, *op. cit.*, p. 152.

¹⁸³ José Ignácio Ribeiro ainda chegaria a proclamar a revolução na cidade de Sirinhaém, nas Alagoas, “subindo ao púlpito de uma igreja” para tal anúncio segundo Chacon. Chacon, *Abreu e Lima*, *op. cit.*, 76.

¹⁸⁴ Abreu e Lima, *Compendio*, *op. cit.*, p. 283.

¹⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 283-284.

motins no Recife em Salvador antes mesmo da aproximação do Padre Roma à capital baiana¹⁸⁶.

A sequência narrativa do *Compendio* prosseguiria centrando-se na captura do Padre Roma: Abreu e Lima escreverá que “verificada a identidade da pessoa [de José Ignácio Ribeiro]”, esta acabou julgada “por uma comissão militar”, sendo “condenado á morte, e fusilado no dia 29 de Março no Campo da Polvora”¹⁸⁷.

É neste exato trecho da obra que um asterisco posto no texto principal desvia a atenção do leitor à longa nota de rodapé inserida na página; é nesta em que encontraremos uma narrativa autobiográfica, sendo a única passagem desse primeiro tomo do *Compendio* que carregará – mesmo em uma obra que preza pela compilação de escritos de outrem ligados à história do Brasil – as próprias experiências e provações de seu autor.

“Meu pai foi preso ao anoitecer de 26 de Março; no dia seguinte fizeram-se todas as perguntas do costume, confrontação de testemunhas, e nomeou-se a Comissão Militar, que o devia julgar”, sendo no dia 28 condenado “á morte, [passando] para o Oratorio ás tres horas da tarde”, escreve Abreu e Lima nestas primeiras linhas da nota de rodapé. Prossegue, na sua breve narrativa pessoal, revelando como José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima, o Padre Roma, – de “porte [...] sempre o de um philosopho christão, corajoso, senhor de si” e “tranquilo e resignado” perante o conselho no Oratório –, “foi fusilado ás oito da manhã [sic] do dia 29”. Em que pese a urgência do Conde dos Arcos, “sôfrego em apresentar serviços prestados e excitar as massas contra a revolução nascente”, instigando a população “a gritar ‘mata, mata’ quando rumava o Padre Roma ao patíbulo”¹⁸⁸, Abreu e Lima ressaltaria como as faces do condenado “não se desbotaram senão quando o sangue, que as tingia, correu de suas feridas, regando o solo onde, seis annos depois, se firmou para sempre a independencia da sua patria”¹⁸⁹.

“No momento em que escrevo estas linhas, assalta-me todo o horror d’aquella tremenda noite, em que fui quasi companheiro da victima”, comenta. Afinal,

Era eu que parecia o condemnado, e não elle. Tenho visto morrer milhares de homens nos campos de batalha, e muitos nos supplicios, mas nunca presenciei tamanha coragem, tanta abnegação da vida, tanta confiança nos futuros destinos da sua patria, tanta resignação enfim; era meu pai quem me animava, porque eu parecia inconsolavel: uma mão de ferro me arrancava o coração; meu pranto e minha dôr

¹⁸⁶ José Luiz Mota Menezes, *A Revolução em cena*, in Antônio Jorge de Siqueira (org.); et al., op. cit., 48, 61.

¹⁸⁷ Abreu e Lima, op. cit., p. 284. Existem algumas divergências quanto às datas da execução no Campo da Pólvora de Salvador: se para Abreu e Lima a penalização sumária de seu pai deu-se no dia 29, José Menezes escreverá como o julgamento e a execução do teólogo deu-se “no dia 26 de março de 1817”. José Menezes, op. cit., p. 61.

¹⁸⁸ Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 76.

¹⁸⁹ Abreu e Lima, *Compendio*, op. cit., p. 284-285.

commoviam a todos os que se achavam presentes; era mister separar-me então para dar alívio ás minhas lagrimas, e me conduziam á outra prisão, donde voltava depois a poder de minhas supplicas, até que foi forçoso arrancarem-me de seus braços para sempre¹⁹⁰.

Tal é o início do breve relato memorial de Abreu e Lima acerca do fuzilamento de seu pai no *Compendio*. Conforme escreve Chacon, “foram obrigados a presenciar o sacrificio final o filho trazido de Pernambuco e um outro, jovem capitão de artilharia, futuro General de Bolívar, o seu quase homônimo José Inácio de Abreu e Lima”¹⁹¹.

A própria presença de seu irmão, Luiz, nas dependências do Oratório também é narrada nesta empresa historiográfica do Abreu e Lima, assim como as situações de repressão presenciadas no mesmo: por exemplo, comenta como

Uma circumstancia mais que todas vinha de quando em quando aggravar essa especie de martirio, com que os algozes de meu pai queriam amargurar ainda mais seus ultimos instantes: meu irmão Luiz, moço de compleição mui debil e delicada, fôra preso em sua companhia, e achava-se mettido em um dos immundos calabouços do Oratorio chamados *segredo*. Nu em carne, e estendido sobre a lama, mais parecia um espectro do que ser vivente; coberto em lodo faziam-no sair algumas vezes para que meu pai o visse: n’esse momento terrivel para seu coração de pai, parecia commovido, beijava a meu irmão, e como para distrair-se dirigia a palavra a algum dos Sacerdotes, que o acompanhavam¹⁹².

Momentos que, mesmo com “essa prova tremenda de brutal ferocidade”, não fizeram o Padre Roma “desmentir um só instante sua resignação como philosopho nem como christão”¹⁹³. Chegando ao lugar de seu suplício, o condenado chegou a fazer um pequeno discurso alusivo à sua situação, “desculpando os soldados do officio de algozes” e pedindo-lhes

Que atirassem com sangue frio para não martirisa-lo, e levando ambas as mãos algemadas ao peito, fez d’ellas o alvo de seus tiros. Durante o Conselho protestou contra a sua competencia, defendeu-se sem inculpar ninguem, e negou-se a todas as sugestões, que lhe fizeram, para descobrir o objecto da sua missão; no Oratorio ninguem lhe ouviu uma queixa contra pessoa alguma, e no logar do supplicio excedeu em longanimidade a todos quanto os precederam na mesma desgraçada sorte¹⁹⁴.

“<<Os Bahianos viram como morreu o homem livre; a lição devia ficar-lhes impressa.>>, é o modo como Abreu e Lima opta por fechar essa nota de rodapé, interpretada por Mattos como um “exercício de rememoração”, uma “espécie de inflexão em uma deliberação consciente”¹⁹⁵.

Memórias, compartilhadas por Abreu e Lima, que certamente carregam uma “participação emotiva” em relação àquela sua história proposta e produzida no *Compendio*.

¹⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 284-285.

¹⁹¹ Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 76.

¹⁹² Abreu e Lima, *Compendio*, op. cit., p. 285 (*grifos do autor*).

¹⁹³ Idem, *ibidem*, p. 285.

¹⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 285.

¹⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 285. Mattos, op. cit., p. 31.

Memórias que, por também serem vida, acabam por ser um fenômeno sempre atual, um vínculo vivido no “presente eterno” conforme postulação do historiador francês Pierre Nora (1931-) e que, “por ser afetiva e pré-lógica”, “adapta-se apenas a detalhes que a fortaleçam”, sendo alimentada pelas “lembranças imprecisas, emaranhadas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, anteparos, censuras ou projeções”¹⁹⁶.

Cenário de tensões, prisões e execuções deliberadas que já prenunciavam o avanço derradeiro das forças fiéis à casa Bragantina no Norte. A situação do Governo Provisório, com o bloqueio do porto do Recife e o avanço terrestre das tropas reinóis nos parques territoriais da incipiente república, imergia na instabilidade a situação dos revoltosos, aprofundada pelas sequentes derrotas militares que agravariam a crise dos insurretos¹⁹⁷, em que pese à existência de escassa resistência armada nas capitânias – e que se mostrariam irrelevantes e incapazes de virarem o jogo a favor dos republicanos.

Se a derrota final ainda demandaria certo tempo, uma inquirição já era ordenada no dia 23 de abril sob ordens do Conde dos Arcos. A reconquista lusitana, seguida pela reinstalação da antiga ordem monárquica, seguiria no mesmo ritmo repressivo, já que

Uma longa devassa foi iniciada e [...] durou até 1821, quando a Revolução do Porto a suspendeu e anistiou todos os que ainda se encontravam presos ou tinham processos em andamento. A devassa deixou um registro de milhares de páginas e foi a mais longa devassa política em toda a história do Império luso¹⁹⁸.

Tinha início a perseguição às cabeças dos motins: uma pena capital foi imposta aos acusados, sob crime de lesa-majestade, e a prisão era decretada àqueles que tiveram qualquer tipo de participação que houvesse caracterizado adesão política à insurreição. À gente comum, restavam os “humilhantes castigos de açoites e palmatoadas [...], notadamente aos negros, mulatos e, em alguns casos, aos brancos pobres”¹⁹⁹.

Sobre o início das perseguições, Tollenare já punha em nota do primeiro dia de junho de 1817 como “as prisões na cidade são numerosas”, com a cabeça dos chefes militares postas “ao prêmio de 2.400 francos, além da [concessão de] liberdade ao escravo que os

¹⁹⁶ Pierre Nora apud Antoine Prost, *Doze lições sobre a história*, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2017, p. 267.

¹⁹⁷ Domingos José Martins, por exemplo, seria capturado após derrota campal frente aos exércitos monárquicos em um caso exemplar, para Menezes, do despreparo dos republicanos frente aos conflitos armados: Martins, com um exército nas mãos, mas sem experiência em combates, acabou por vê-lo desbaratado e dispersado. Menezes, op. cit., p. 48.

¹⁹⁸ Casseb, op. cit., p. 143.

¹⁹⁹ Idem, ibidem, p. 146-147. Aos militares que não foram considerados “cabeças” do motim couberam o perdão monárquico. Entretanto, cerca de seiscentos e cinquenta deles foram enviados a Montevideu para engrossar as fileiras luso-brasileiras nas campanhas militares no atual Uruguai. Idem, ibidem, p. 144.

denunciar”²⁰⁰. Um mês depois, as cerimônias de execução públicas dos protagonistas da revolta no Recife acabaram por virar espetáculos a céu aberto; continua o comerciante francês, sobre o cenário da promulgação destas penas, como

Os condenados de corda ao pescoço, esperam por longo tempo, sobre os degraus da prisão, a formação do cortejo. Os soldados marcham com as armas em funeral, e os tambores rufam surda e sinistramente. [...] Um oficial de justiça, vestido de luto e de manto negro, se apresenta. [...] Do alto do patamar os condenados assistem à todas estas lúgubres cerimônias. [...] Enfim, começa a marcha. Urge que os desventurados saiam do estado de concentração mental que lhes permitiu o repouso; cumpre que marchem. É o último dia em que os seus pés tocarão o solo. Os seus olhares vagam sobre uma multidão agitada, cuja curiosidade ofensiva é quase tão indiferente quanto ávida; indiferente para o supliciado, ávida do espetáculo do suplício. É a última vez que verão esta movimentação da cidade de que outrora partilhavam²⁰¹.

Processos que atingiriam mesmo a família Roma: de imediato ao fuzilamento de José Ignácio Ribeiro, o governo lusitano reteria todos os bens do Padre Roma, incluindo o Engenho e as demais propriedades da família, apreendendo mesmo as cartas enviadas por sua esposa aos filhos.

Será com estas memórias de repressão e terror, afetivas e imprecisas, até adaptáveis como vimos no *Compendio*, que o filho do mártir revolucionário conseguirá, com apoio maçônico, cerca de 100 pesos em moeda para escapar da prisão baiana junto do seu irmão Luiz. No mês de outubro, os dois filhos do Padre Roma já estariam rumando à Filadélfia dos Estados Unidos, à época um “centro dos conciliábulos dos emissários de todas as revoltas da América do Sul”, chegando finalmente ao destino estadunidense em fevereiro de 1818²⁰².

A estadia nas terras estadunidenses, porém, seria curta: procurando por ajuda financeira em Antônio Cabugá e não a encontrando²⁰³, Abreu e Lima rumaria à ilha caribenha de Santo Tomás dois meses depois acompanhado de Luiz, onde este ficaria a trabalhar numa empresa comercial em Porto Rico. José Ignácio, por sua vez, partiria para a La Guaira venezuelana, aonde chegaria a novembro de 1818. Seria nesta cidade, afinal, onde tomaria a “mais importante decisão da sua vida”: a união às forças emancipacionistas de Simón Bolívar, então envolvidas em violenta guerra de independência com as forças espanholas no antigo Vice-Reinado de Nova-Granada. Na carta enviada ao general hispano-americano, Abreu e Lima propor-se-ia mesmo a “*sacrificarse por la independencia y libertad de Venezuela, y de toda la América del Sur*”²⁰⁴.

²⁰⁰ Tollenare, op. cit., p. 177.

²⁰¹ Idem, ibidem, p. 195-196.

²⁰² Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 40. Idem, *História das Idéias Socialistas*, op. cit., p. 149.

²⁰³ Sobre a estadia nos Estados Unidos, Mazin e Stedile comentam como Abreu e Lima chegou a estabelecer contatos com os “muito lutadores pela independência dos países sul-americanos” em comunicações facilitadas pela Maçonaria. Mazin; Stedile, op. cit., p. 28.

²⁰⁴ Abreu e Lima apud Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 117 (grifos do autor).

Na leitura de Chacon, seria um Abreu e Lima já “continuador de toda esta linha do liberalismo radical [e] inclusive com certo toque romântico” que se apresentaria aos serviços no exército do *Libertador*. O recifense ainda seria, na leitura chaconiana, elo de uma suposta “tradição brasileira com a latino-americana, na epopéia e mensagem de Simón Bolívar, ao lado de quem passaria a combater pelas selvas e planícies do Orinoco, praias do Caribe, até os cumes dos Andes tocando os céus”²⁰⁵.

Nos primeiros meses de 1819, José Ignacio de Abreu e Lima seria aceito às campanhas independentistas de Bolívar. Seria o momento no qual deixaria de ser um “capitão de artilharia” para tornar-se “general das massas”²⁰⁶.

2.7 “O General de Bolívar”

Nos dias 20 e 21 de maio de 1873, pouco mais de quatro anos após a morte de Abreu e Lima, o *Diario de Pernambuco* publicaria uma carta de sua autoria endereçada ao militar e ex-presidente venezuelano José Antonio Páez (1790-1873). Escrita pouco antes de seu falecimento, esta correspondência “sempre citada, porque indispensável” na ótica de alguns biógrafos de Abreu e Lima²⁰⁷, se provará de significativa importância para compreendermos uma própria leitura de José Ignacio das suas experiências, seja nos idos da América Hispânica, seja de seu retorno ao já independente e monárquico Brasil. Naqueles pouco mais de vinte parágrafos escritos da pena de Abreu e Lima, este recordará sua família e a distinção desta, suas atividades ao serviço do *Libertador* Bolívar nos campos de batalhas e nos escritos, as memórias de suas atividades militares na América Hispânica quando já desfeito o sonho unitário bolivariano e os afortunados encontros com príncipes e imperadores em solo europeu.

Para este momento, todavia, nos basta uma consideração de seu conteúdo quando do período hispânico, em especial daquelas suas vivências cotidianas, militares, por vezes políticas, com Simón Bolívar naqueles anos de formação das novas repúblicas no norte da América do Sul.

Neste sentido, abordaremos e confrontaremos tais proposições de punho do próprio Abreu e Lima junto às documentações já coletadas até aqui, abrindo diálogo também com uma produção historiográfica voltada a esta temática do processo de emancipação e formação das repúblicas sul-americanas por parte do *Libertador*. Levemos em avaliação, agora, alguns aportes metodológicos para uma apreciação histórica deste tipo de documentação.

²⁰⁵ Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 90-91.

²⁰⁶ Mazin e Stedile, op. cit., p. 31.

²⁰⁷ Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 247.

A historiadora Teresa Malatian considera como as cartas, como escritos autobiográficos, abrem um extenso campo de possibilidades à atividade do historiador por se tratarem de uma escrita de si em que o autor assume uma posição reflexiva em relação tanto à sua história quanto àquele mundo onde se movimenta. Na consideração desta historiadora, é obtendo acesso a esses “fragmentos de uma vida” por qual o historiador pode obter uma consideração do autor da missiva sobre sua vida privada, suas condições socioeconômicas ou sobre a cultura da sua época. É por meio deste tipo de documentação, onde o privado e o público se misturam, em que há a possibilidade de se constituir a “singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva”, realizando-se uma constituição de processo identitário que se “define e redefine constantemente”, e eliminando suposições de coerência e continuidades de atitudes, opiniões ou sentimentos²⁰⁸.

Lembremos também como as cartas, no caráter intrínseco daquilo que Malatian chama de “potencial expressivo”, não carregam em si uma “verdade bruta e inexplorada”: seu próprio estilo narrativo, em que seu autor busca apresentar uma “pose” de si, também está afeito às problematizações. Esta leitura de si mesmo, a “pose” para Malatian, é também (re)feita “em formas efêmeras e transitórias” nas quais as experiências cotidianas estão presentes. Aquele que escreve, em tese, erige uma imagem de si e a narra buscando passar credibilidade ao seu interlocutor, apresentando os eventos ali contados como verdadeiros²⁰⁹.

Portanto, como Abreu e Lima, nesta missiva ao José Páez, lê suas atividades na América Hispânica com o *Libertador* dos dois primeiros decênios do XIX, Simón Bolívar? E como seus biógrafos, aqui abordados, interpretarão sua passagem além-Brasil na América do Sul?

Nos voltemos, então, à correspondência, escrita no Recife em 18 de setembro de 1868. No seu número 115, de 20 de maio de 1873, o *Diario de Pernambuco* traria aos seus leitores a primeira parte deste “documento importantíssimo para a biographia do illustre brasileiro”, vindo à público naquele momento pela primeira vez em transcrição “segundo o seu proprio manuscripto”. Na leitura do redator do *Diario*, esta missiva seria característica do Abreu e Lima já que, “como elle mesmo diz, – é um testamento de recordações de meio seculo”²¹⁰.

²⁰⁸ Porque nenhuma existência transcorre de maneira linear na história de uma vida, mas sim “em momentos, nos quais experiências organizam-se no espaço-tempo interior” construído pelo sujeito. Malatian realça como são nas cartas em que isto ocorre de “modo especialmente claro, pois é a configuração do momento biográfico que rege o contar da vida por meio da junção de experiências referidas a tempos e contextos sempre heterogêneos”. Teresa Malatian, Narrador, registro e arquivo, in Carla Bassanezi Pinsky; Tania Regina de Luca, *O Historiador e suas fontes*, São Paulo, Contexto, 2017, p. 195, 200.

²⁰⁹ Idem, ibidem, p. 201, 205.

²¹⁰ *Diario de Pernambuco*, nº 115, 20 de maio de 1873.

Na carta, Abreu e Lima escreve ao “querido general e amigo” Páez, desculpando-se desde já pela escrita em língua lusitana e não no espanhol de seu colocutor – pois, admite, não escreve em vernáculos castelhanos há mais de três décadas. Chega a surpreender-se em saber como José Páez encontra-se ainda em vida, já que o supunha morto “desde que li em um jornal, que V. havia succumbido em Cumaná por effeito de um terremoto”. Questionaria, inclusive, as motivações para a circulação de tal notícia veiculada sobre o falecimento do amigo de tantas jornadas: “seria mais um de tantos embustes, como que o odio politico costuma alimentar-se?”²¹¹.

O brasileiro prossegue seu narrar ao antigo companheiro de armas rememorando suas dificuldades no pós-Dezessete, assim como quando de sua chegada em territórios hispânicos onde “ninguem sabia quem eu era; ninguem sabia que eu pertencia á uma das mais distinctas familias deste paiz [refere-se ao Brasil]; que tinha nascido rico, que tinha uma educação de principe”. Acrescenta como fora “victima da primeira revolução, que se fizera no Brasil (1817) pela independencia deste paiz”, no qual “meu pai fôra fuzilado, e eu escapei por milagre, da cadeia da Bahia”. Abreu e Lima também elabora como, na condição de apátrida, acabou fazendo da Colômbia “a minha patria”, vendo-a nascer das movimentações militares contra os exércitos reinóis peninsulares, dos recuos dos inimigos, ao lado de Bolívar – “e fui eu quem escreveu o bolletim dessa jornada”, vangloriaria-se –, assistindo a “infância de Colômbia na Nova Granada”²¹².

Relembra até como adquiriu, “apezar de muitas intrigas, de que fui victima”, a reputação de um comandante “valente, illustrado e muito fiel” pela ocasião de seus exercícios como militar, mas não chegaria a mencionar, nesta conversação com o amigo, sobre suas primeiras atividades exercidas na chegada à cidade de Angostura, já sede do Quartel-General bolivariano²¹³. Seria nesta pequena cidade, reduto dos exércitos do *Libertador*, aonde Abreu e Lima exerceria serviços de redator no *Correo del Orinoco*, jornal dos revolucionários locais, ainda no ano de sua chegada à região, em 1819.

Convém, antes de adentrarmos nesta primeira etapa abreu-limense de participação na redação de periódicos, lembrarmos como a região norte da América do Sul, e em especial a Venezuela, encontrava-se já em uma etapa avançada nos conflitos com a metrópole espanhola por sua independência. Há cerca de pouco mais de dez anos antes da chegada de Abreu e Lima que já se registravam embates armados e fortes expressões de sentimentos

²¹¹ Idem, *ibidem*.

²¹² Idem, *ibidem*.

²¹³ Idem, *ibidem*.

emancipacionistas entre os americanos revoltosos da região, que clamavam a separação com a metrópole, contra aqueles que estavam a serviço dos legalistas espanhóis e da manutenção da ordem castelhana na América do Sul.

Se, a exemplo da fuga da família real lusitana à América, o 1808 havia transformado de maneira impactante a América Portuguesa – com a manutenção de uma ordem e das instituições monárquicas, repressora dos movimentos independentistas e republicanos –, semelhanças de alteração nas ordens políticas ao longo de toda a América hispânica também seriam presenciadas: a crise da monarquia espanhola neste mesmo ano – anterior até aos ataques napoleônicos²¹⁴ – terminaria por levar a uma vacância de legitimação deste governo reinol nas suas colônias americanas. Nem José Bonaparte (1768-1844), irmão de Napoleão e coroado imperador espanhol após a prisão do antigo monarca castelhano, parecia acreditar numa retomada da consagração e da ordem monárquica nas colônias que iam da Nova Espanha ao Rio da Prata²¹⁵: era o estopim, afinal, das emancipações hispano-americanas.

Na Venezuela, uma conjuntura de conflitos entre *criollos* locais e peninsulares reinóis, que já datavam de certo tempo à crise espanhola de 1808, marcava a posição insurreta da região. A cidade de Caracas, com seu importante porto atlântico, já apresentava um cosmopolitismo de pensamentos libertários e revolucionários do século XVIII, com “idéias e movimentos perigosos à estabilidade da colônia” espanhola que encontravam, na cidade, recepções simpáticas; suas divulgações davam-se por “um grupo considerável de letrados”, que faziam circular panfletos, memórias, discursos e jornais que defendiam a independência e demonstravam “sólido conhecimento das ideias liberais” e das “modernas ciências” à época²¹⁶.

Em 1806, por exemplo, uma conspiração capitaneada pelo agitador revolucionário caraquenho Francisco de Miranda (1750-1816) clamaria à independência total do território venezuelano. Rechaçado por autoridades e pela “população em geral”, nesta última por setores nos quais seus apelos independentistas ainda pareciam demasiadamente radicais, as tentativas de Miranda²¹⁷ já renunciavam as mobilizações armadas que primavam pela

²¹⁴ Guazzelli, op. cit., p. 143.

²¹⁵ É o que escreve David Bushnell. Este historiador estadunidense ainda pontua como “os próprios franceses logo perceberam que a América espanhola era uma causa perdida”, passando a adotar uma política de incentivo aos movimentos emancipadores hispano-americanos, “embora o governo de Paris nunca tenha tido condições de fazer muita coisa com respeito ao desdobramento da situação colonial”. David Bushnell, A independência da América do Sul espanhola, in Leslie Bethell (org.), *História da América Latina: Da Independência a 1870*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2018, p.120.

²¹⁶ Guazzelli, op. cit., p. 148. Maria Ligia Prado; Gabriela Pellegrino, op. cit., p. 34.

²¹⁷ Conhecido como “Precursor”, Miranda “já muitas vezes tinha criado problemas para a administração colonial”. Passando boa parte de sua vida no exílio, no qual chegou a militar na França revolucionária, alcançou

secessão dos locais com a Coroa madrileña²¹⁸. O sucedido na Espanha em 1808, portanto, causaria na cidade de Caracas profunda impressão de alarma e, principalmente, de uma oportunidade.

Se no continente europeu uma resistência espanhola lutava para manter uma mínima organização institucional e administrativa daquilo que restava dos espólios do Império metropolitano, com a criação de juntas centrais, locais e regionais²¹⁹, assim como com a formação de um Conselho de Regência em meio ao conflito com os franceses, surgia com ímpeto dentre os *criollos* americanos um anseio “para tomar a situação” americana “nas próprias mãos” – o que explica, em parte, como as demonstrações de fidelidade a Fernando VII por parte dos representantes americanos nas suas juntas e cabildos locais não significaram necessariamente lealdade às ordens da Junta central espanhola em Cádiz²²⁰.

É nesse cenário de agitações que, em 1810, ocorreria a primeira ruptura considerável: nos primeiros meses deste ano, um grupo de *criollos* caraquenhos reagiu e depôs o capitão-general local, formando uma junta para substituí-lo e assumindo a função de governo em nome do imperador espanhol. A junta caraquenha, todavia, negava o Conselho de Regência metropolitano e, conseqüentemente, qualquer legitimidade deste no exercício dos poderes sobre a América²²¹. Neste momento, pela aproximação com uma Sociedade Patriótica formalizada a pouco na região, esta junta impulsionaria o início da carreira política de alguns de seus membros mais radicalizados no qual se distinguiu, dentre outros eminentes afiliados, um jovem Simón Bolívar²²².

Oriundo de uma tradicional família de fazendeiros de cacau da Venezuela, e com esmerada educação de inspiração liberal na Espanha ilustrada, Simón Bolívar, nascido em 1783, estava inserido naquele grupo de defensores da independência dos territórios hispânicos

o generalato e visitou os Estados Unidos nos primeiros anos da independência deste país. Guazzelli, op. cit., p. 148.

²¹⁸ Bushnell, op. cit., p. 123.

²¹⁹ Reconhecidas formalmente enquanto soberanas quando da vacância do poder imperial, obtendo reconhecimento de dentro e mesmo de fora da metrópole – como a Inglaterra, por exemplo –, Guazzelli comenta como “era muito difícil ver na Junta todo o significado simbólico que cercava a autoridade real constituída em séculos de absolutismo”. Isto acarretaria em uma mudança brusca das relações de poder entre a Espanha e suas posses americanas. Cesar Guazzelli, op. cit., p. 143.

²²⁰ Bushnell, op. cit., p. 128.

²²¹ Idem, ibidem, p. 129.

²²² Guazzelli, op. cit., p. 148-149. Foi por pressão da Sociedade Patriótica que, em julho de 1811, foi proclamada a República da Venezuela; se impondo enquanto uma “vanguarda do movimento ‘criollo’”, a Sociedade ainda teria participação na Constituição federalista promulgada neste mesmo ano que, dentre outras proclamações, “abolía o tráfico negreiro mas não a escravidão” e abolía o “sistema de castas mas não abria novas oportunidades para negros e ‘pardos’ livres”. A Carta federalista repercutiria, em suma, discursos mais radicais de seus membros que se mostravam “pouco interessados em mudanças sociais que incluíssem o grosso da população venezuelana num projeto independentista”. Idem, ibidem, p. 149.

que “demonstravam em seus escritos [...] sólido conhecimento das idéias liberais”. Com conhecimento profundo de autores iluministas como Montesquieu, Voltaire, Rousseau e Locke, Bolívar fundamentou-se nestas filosofias modernas para armar aquilo que Maria Ligia Prado chama de “plataformas de ação” e “justificativas para a emancipação” na América²²³.

Alimentado por estas ciências do pensamento moderno, Bolívar faria destas suas armas no combate pela secessão com a metrópole: criaria, com elas, ao longo do contato com outros movimentos emancipatórios latino-americanos e mesmo nas missões diplomáticas à Europa ocidental ou aos Estados Unidos, vínculos entre aquele movimento revolucionário hispano-americano na qual estava imerso com as demais correntes liberal-democráticas que emergiam no mundo ocidental. Adotando como norte a crença da razão como guia das ações humanas, a defesa dos direitos naturais dos homens – como a liberdade, a igualdade jurídica e a legitimidade da propriedade privada – e a centralidade do indivíduo no percurso histórico, trilhou junto a seus companheiros uma rota em sentido ao completo rompimento com a Espanha e seu monarca²²⁴.

Já nesta primeira década dos oitocentos se acirriariam os conflitos pela independência, e a participação cada vez mais ascendente de Bolívar neste processo também ficava mais evidenciada; em que pese as ziguezagueantes sequências de vitórias e derrotas das forças rebeldes lideradas pelo *Libertador* – a Primeira República da Venezuela, por exemplo, tombaria pouco tempo após a proclamação de sua independência, e a Segunda de 1813 seria tragada por uma ditadura militar que por pouco tempo se sustentaria –, principalmente nos entraves com o general peninsular Pablo Morillo (1775-1837)²²⁵, já em meados desta década os exércitos revolucionários se reorganizariam e, próximo ao fim deste primeiro decênio “a virada no tabuleiro da guerra” parecia certo em favor dos independentistas²²⁶.

Em 1817 a cidade de Angostura, ao sul do rio Orinoco, passaria às mãos dos exércitos bolivaristas, tornando-se “*de facto* a capital da bi-renascida República da Venezuela”, sendo a

²²³ Idem, ibidem, p. 148. Maria Ligia Prado, *América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 53.

²²⁴ Concordamos com Bushnell quando este argumenta como não há como reduzir as tensões coloniais nas possessões espanholas na América – cada espaço territorial, afinal, com suas singularidades e complexidades e tensões sociais – e a eclosão dos movimentos insurretos e revolucionários de independência apenas à chegada daquilo que este historiador chamará de “ideologia política”. Entretanto, recordemos como estas mesmas filosofias, pensamentos e ideias serviam como narrativa moderna – e, por isso, racionais – no combate (por vezes mesmo na defesa) ao poder hegemônico e ao *status-quo* dominante. Bushnell, op. cit., p. 132-133.

²²⁵ Enviado para a “pacificação das Índias”, Morillo tinha sob seu comando uma força expedicionária com dez mil homens bem equipados para esta que foi a maior expedição enviada pela Coroa espanhola na sua tentativa de recuperar o controle de suas colônias americanas. Dividido entre o Rio da Prata e a Venezuela enquanto opções de desembarque para o início das atividades de reconquista, *El Pacificador* Morillo optou pela última. Idem, ibidem, p. 143.

²²⁶ Prado; Pellegrino, op. cit., p. 32.; Bushnell, op. cit., p. 141.

partir dela e dos afluentes de seu rio no qual Bolívar criaria “importante ligação com o mundo exterior”. Angostura, afinal, oferecia saída ao mar e fácil comunicação com redutos revolucionários em toda a região venezuelana e da Nova Granada²²⁷.

Se a luta pela independência parecia estar rumando naquilo intentado pelos emancipadores – apesar de alguns historiadores definirem o recorte de 1815 a 1817 como uma fase de intensificação dos combates entre os revoltosos com as tropas enviadas desde a Espanha, agora restaurada com o restabelecimento do Absolutismo²²⁸ –, seria também o momento propício a Bolívar para divulgar suas ideias num campo no qual ainda não havia dedicado tantos investimentos: a imprensa periódica²²⁹.

Se desde 1808 a Venezuela já testemunhava a circulação, dentro de seu território, de jornais e pasquins de diferentes vieses políticos, o *Libertador* ainda punha-se, até a saída do primeiro número de seu *Correo del Orinoco* em junho de 1818, às margens dos debates na opinião pública.

Os números de títulos e de publicações atestam à importância da imprensa venezuelana já em seu primeiro decênio de conflitos emancipacionistas: dentre 1808 e 1811 circulariam, por exemplo, *La Gaceta de Caracas* (de outubro de 1808 a janeiro de 1822), *El Semanario de Caracas* (cujas edições saíam à lume dentre os meses de novembro de 1810 e julho de 1811), *El Patriota de Venezuela* (que circularia de janeiro de 1811 até o mesmo mês do ano seguinte), *El Mercurio Venezolano* (que saíria entre janeiro de 1811 até maio do mesmo ano) e o *Publicista de Venezuela* (de julho a novembro de 1811)²³⁰.

Com a maioria destes semanários publicados em Caracas, tais títulos difundiram informações de batalhas, os avanços militares revolucionários e/ou reinóis, e as leis e decretos governamentais bolivarianos, servindo como uma “tribuna para el debate político”. Debates no campo das letras que, se até então era mantido por representantes de sociedades e clubes

²²⁷ Idem, ibidem, op. cit., p. 165 (grifos do autor).

²²⁸ Guazzelli que propõe uma divisão deste recorte temporal das emancipações em fases: a primeira seria aquela de caráter continental, de 1810 a 1815, caracterizada pelos levantes de cabildos e juntas americanas nas principais cidades coloniais e pela “radicalização apresentada por alguns dos movimentos independentistas”. Guazzelli, op. cit., p. 144.

²²⁹ Pedro Grases, *La independencia de Hispanoamérica a través de los textos e impresos de Angostura (1817-1822)*, Santiago de Chile, Universidad Católica – Instituto de Historia, 1969, p. 75.

²³⁰ Georges L. Bastin; Maria Gabriela Iturriza, *La traducción como elemento creador de identidad en la prensa independentista de Venezuela (1808-1822)*, *Trans*, Málaga, nº 12, 2008, p. 84. Os pesquisadores de história da tradução Georges Bastin e Maria Iturriza ainda acrescentam o *Courier de la Trinité espagnole*, periódico publicado entre agosto e novembro de 1789 em Trinidad que, à época, ainda pertencia à província venezuelana. O *Courier* saía em duas colunas, sendo uma em espanhol e outra em francês, e seria “el primer periódico bilingüe, la primera publicación bilingüe y la primera traducción impresa en territorio venezolano”. Idem, ibidem, p. 84.

patrióticos, juntas e governos revolucionários, Bolívar, já em meados de 1817, parecia inclinado também a participar²³¹.

Uma imprensa, originalmente na Jamaica, seria transportada à cidade de Angostura a mando do *Libertador*, aportando na cidade em setembro de 1817²³². Já nos últimos meses deste ano Bolívar iniciaria uma produção de “impresos anunciadores del proceso de la libertad de los pueblos”: divulgaria, com o novo dispositivo, leis, proclamas, resoluções governamentais e ordens militares que “recorrían la creciente geografía de las zonas libres, que la espada de los patriotas iba reconquistando al poder hispánico”²³³.

Afinal, segundo o historiador venezuelano Pedro Grases (1909-2004), o *Libertador* agora julgava a imprensa como ferramenta indispensável “para la realización de sus propósitos de libertad” e de independência para os povos americanos²³⁴. No 27 de junho de 1818 sairia, enfim, o primeiro número do periódico bolivarista *Correo del Orinoco*.

Voltado à divulgação da “libertad americana”, o *Correo* se tornaria dos principais instrumentos do “movimento republicano, com a missão de difundir a nova ordem que se queria estabelecer”, de transmitir imagens positivas das ações revolucionárias e de cumprir as funções normativas da nova república venezuelana. Ademais, intensificaria os debates públicos por meio da imprensa com a já estabelecida *Gaceta de Caracas*, porta-voz do governo espanhol na região, de orientação reacionária e “dominada pelos espanhóis e seus asseclas locais”²³⁵.

Tais eram as circunstâncias com a qual se depararia Abreu e Lima quando de sua chegada, aos 25 anos, na Venezuela insurreta e emancipacionista²³⁶: seria na redação do *Correo* bolivarista por onde iniciaria sua jornada hispânica e pelo qual seria reconhecido, na historiografia venezuelana, como um dos “letrados comprometidos” que atuaram na feitura

²³¹ Idem, ibidem, p. 84. Grases, op. cit., p. 75.

²³² Fretada por um certo José Miguel Istúriz e com um rótulo da *The Washington Press*, esta prensa foi transportada pela escuna *María* e seria descrita por observadores da época como “modesta” em tamanhos, mas com grande variedade de fontes tipográficas. Romanticamente, Grases a descreve como emanadora de uma “fuerza espiritual”, com a “energía del conductor de los destinos políticos supliría la escasez de médios”. Idem, ibidem, p. 77.

²³³ Idem, ibidem, p. 75-76.

²³⁴ Idem, ibidem, p. 77.

²³⁵ Ana Claudia Fernandes, *Revolução em pauta: o debate Correo del Orinoco-Correio Braziliense (1817-1820)*, dissertação de mestrado (História), São Paulo, USP, 2010, p. 92; Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 118. O que uma historiografia mais recente já questiona: Iturriza e Bastin comentam sobre a *Gaceta de Caracas* como esta foi um “periódico en sus inicios realista”, ao serviço dos interesses da Espanha resistente às tropas francesas, mas que se converteria em republicana “durante la Primera, Segunda y Tercera República” para, por fim, retomar uma “orientación realista cada vez que los españoles recuperan el poder”. Bastin; Iturriza, op. cit., p. 91.

²³⁶ Sobre a ida à Venezuela, Chacon traz que esta foi possibilitada por Juan Germán Roscio (1763-1821), que dirigiria o *Correo* e que teria aproximado Abreu e Lima da redação desta folha. Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 118.

desta gazeta²³⁷. Este ciclo andino e periodista receberá, também, leituras diversas daqueles que o decidiram biografar.

Ao escrever sobre este período da vida do Abreu e Lima, Bruni comenta como este se impressionara com Bolívar após uma reunião. Nesta, Bolívar teria comentado sobre aquilo “que considera ser o maior tesouro de um povo: a educação”, sugerindo sobre como “um homem sem estudos” seria um “ser incompleto” já que a “moral e as luzes”, “polos de uma república”, nada serviriam a um povo ignorante – que nada mais seria que um instrumento “cego de sua própria destruição”. Além de comentários precisos do cotidiano do recifense em Angostura – em uma narrativa romanceada e sem a indicação documental utilizada –, Bruni discorre como Bolívar o colocaria como diretor-geral de seu jornal²³⁸.

Chacon, por sua vez, enxerga como uma edição do dia 13 de fevereiro de 1819 do *Correo* traria um artigo com a “filosofia política de Abreu”. Tal editorial havia sido expedido como uma réplica do impresso bolivariano ao *Correio Braziliense*, jornal impresso desde Londres por Hipólito da Costa (1774-1823), sobre a importância do Dezesete pernambucano: nas suas publicações no segundo semestre de 1817, o *Braziliense* punha em suas matérias “o fim da tragédia em Pernambuco”, explanando aos seus leitores como “findou aquela criminosa e imprudente empresa, que na nossa opinião, tenderá a demorar muito os melhoramentos necessários no Brasil, nas coisas políticas”²³⁹.

O autor de tal seção no *Correo* demonstrava conhecimento dos artigos de Hipólito da Costa no seu artigo: chegaria a assegurar como se surpreenderia com as afirmativas do periódico londrino/brasileiro pelo que de fato lera nos “números que llegaban en nuestras manos”, apresentando até argumentos de como o redator brasileiro, desde a capital inglesa, se contradizia em suas ideias sobre o movimento insurreto originado no Recife²⁴⁰.

Convém, neste momento, ressaltarmos para alguns aspectos do *Correo* e de suas publicações. Primeiro, quanto a sua divulgação: para Grases, os impressos deste jornal “debían ser distribuidos en el país y en el exterior, a fin de cumplir en forma cabal con la primordial intención de divulgar los sucesos y el pensamiento del Gobierno” bolivarista. O *Correo*, por tal encargo do governo revolucionário, deveria circular não apenas em território venezuelano ou nas adjacências hispânicas, mas sim extrapolar os limites de sua região e

²³⁷ Bastin; Iturriza, op. cit., p. 84-85.

²³⁸ Bruni, op. cit., p. 49-50, 53.

²³⁹ Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 118; Costa apud Fernandes, op. cit., p. 130.

²⁴⁰ Fernandes, op. cit., p. 132. Em sua interessante dissertação de mestrado sobre a querela entre o *Correo* e o *Braziliense*, intitulada *Revolução em pauta* e publicada em 2010, a historiadora Ana Cláudia Fernandes detalhará como Hipólito da Costa criou uma narrativa positiva sobre o Dezesete para abandoná-la em seguida, censurando as ações destes revoltosos no Norte do Brasil.

chegar aos Estados Unidos e à Europa naquela perspectiva de expandir o alcance das mensagens independentistas e da já alentada positividade das ações do novo governo venezuelano²⁴¹.

Denota-se, portanto, a existência de uma intensa rede de informações no mundo ocidental daquilo que se publicava no campo dos periódicos, estabelecida já sob um bem assentado fluxo de comunicações que compreendia jornais sul-americanos, norte-americanos, europeus e mesmo além-Occidente²⁴².

Uma segunda perspectiva útil ao nosso olhar sobre o *Correo* é o de como, por sua extensa rede de colaboradores ao longo de seus quatro anos de existência – foram cinco redatores, três impressores e dezesseis colaboradores –, a identificação dos artigos não-assinados e daqueles assinados por pseudônimos são de difícil estabelecimento sobre a autoria²⁴³. É imprescindível, às análises desta folha, uma cautela quanto às possibilidades de autoria dos artigos, mensagens e demais narrativas presentes nesta publicação.

Mazin e Stedile, por exemplo, registrarão no *General das Massas* como Abreu e Lima defendeu a “ruptura como forma de conquistar a liberdade”, escrevendo no *Correo* opiniões como as de com apenas por ações revolucionárias os homens podem libertar-se da tirania, e de como não existira uma única reforma que não houvesse sido resultado do fulgor revolucionário. Estes historiadores indicarão, ainda, como as notícias de agitação à independência brasileira – a partir de Pernambuco – foram relatadas no periódico bolivariano “a partir da colaboração de Abreu e Lima”²⁴⁴.

Ora, a não presença da autoria nos artigos do periódico dificultam quaisquer asserções deste tipo. Ao mesmo tempo, a associação do surgimento de notícias sobre a capitania pernambucana, e mesmo de demais temáticas relativas ao Brasil, são atraentes demais para negarmos uma suposta narrativa de Abreu e Lima, ainda em sua juventude, nestes artigos do *Correo*. Permaneçamos, portanto, em precaução com tais afirmativas que insistem na identificação destes escritos venezuelanos como de autoria do então jovem militar brasileiro.

Mazin e Stedile chegarão a discutir, até, como “em seus artigos” Abreu e Lima atacara “as monarquias absolutistas, os privilégios feudais e o fanatismo religioso”, expondo

²⁴¹ Idem, *ibidem*, op. cit., p. 92.

²⁴² Será uma constância a reprodução de trechos de outros impressos americanos e europeus no *Correo*, por exemplo. Idem, *ibidem*, p. 21.

²⁴³ Idem, *ibidem*, p. 21.

²⁴⁴ Mazin;Stedile, op. cit., p. 32.

aspirações a uma grande “revolução social, indo além de mera independência formal”, em posição ao qual, conforme Chacon, “ficaria fiel a vida inteira”²⁴⁵.

O artigo a que estes historiadores fazem insinuação de ser da autoria de Abreu e Lima parece ser o da edição de 13 de fevereiro do *Correo*. Neste o redator escreve, se referindo ao *Braziliense*, como esta folha “nada dice contra nuestra revolución [...] que vitupera la de Pernambuco, pero siendo de una transcendencia universal los errores de derecho”, da qual emanaria também “el deber de todos los hombres libres atacarlos, sosteniendo los principios fundamentales de la sociedad, para que nunca puedan prevalecer contra el pacto social las invenciones que forman el tripé de la monarquía absoluta, de los privilegios feudales” e “del fanatismo religioso”²⁴⁶.

Pra Chacon, tais linhas só poderiam “ser de um brasileiro e pernambucano” por “tanta insistência” nas menções a Pernambuco e no ímpeto insurreto em 1817 no jornal de Orinoco; nas palavras do autor do *General de Bolívar*, “insistência impossível sem alguém como Abreu e Lima na distante Angostura, próxima à selva amazônica, sem outro recifense de igual porte”²⁴⁷.

Se, na correspondência de 1868 a José Páez, Abreu e Lima não faz menção aos artigos escritos ou às experiências na redação do *Correo*, lembraria “orgulhosamente seus antepassados”, descrevendo “as etapas da libertação da Grã-Colômbia”. Escreveria, sobre o período das contendas nos campos de batalha andinos, como “sou dos poucos de Vargas, de Topaga, dos Molinas [sic], e ultimamente de Boyacá!”²⁴⁸.

Seria ainda em 1819, com a decisão de Simón Bolívar em passar à ofensiva na guerra aberta com os reinóis e quando de seu famoso discurso em Angostura à época da instalação do Congresso venezuelano, que Abreu e Lima entraria nos serviços militares do *Libertador*²⁴⁹. O brasileiro participaria daquela considerada a “mais espetacular” campanha militar

²⁴⁵ Idem, ibidem, p. 32; Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 119.

²⁴⁶ Fernandes, op. cit., p. 134.

²⁴⁷ Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 119-120.

²⁴⁸ Idem, ibidem, op. cit., p. 121; *Diario de Pernambuco*, nº 115, 20 de maio de 1873.

²⁴⁹ Neste discurso, muito dos princípios políticos de Bolívar seriam apresentados àqueles que vislumbravam já uma América Hispânica à distância do domínio metropolitano e pensavam os fundamentos dos novos Estados que dali surgiriam: a necessidade de um poder executivo forte, eleito por critérios censitários, e um controle das chamadas “classes decentes” do processo político seriam necessários na perspectiva do Libertador. É famosa a passagem na qual comenta como “não aspiremos ao impossível; que não seja preciso, para nos elevarmos sobre a região da liberdade, descer à região da tirania. Da liberdade absoluta chega-se sempre ao poder absoluto – o meio-termo é a suprema liberdade social. Teorias abstratas são as que produzem a perniciosa ideia de uma liberdade ilimitada”. Simón Bolívar, *Independência e unidade latino-americana: escritos políticos*, Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2015, p. 76.

bolivariana que, saindo dos *llanos* venezuelanos, findaria apenas no coração de Nova Granada²⁵⁰.

É de forma saudosa a rememoração das batalhas e daqueles que, no calor do conflito, foram seus companheiros de armas. Escreve José Ignacio, na missiva ao amigo Páez, sobre

Quando me recordo essa série de sucessos, das Queceras del Indio á Boyacá, de ali a Porto Cabello; de ali á expedição do Peru e a Missão aos Estados Unidos, (ainda me lembro da nossa despedida em Porto Cabello), e que ainda tive parte no ultimo sucesso de armas no Portete de Tarqui; que servi com os mais distintos generaes da America²⁵¹.

“Declaro formalmente que tenho orgulho de haver servido a Colômbia”, chegará a pôr na carta; foi, com “BOLIVAR com PAEZ, com SOUBLETTE, com URDANETA, com MONTILLA (MARIANO), com SUCRE” e demais personagens, civis e oficiais anônimos, afinal, com quem dividiu sucessos na campanha definitiva contra o absolutismo espanhol no norte da América do Sul²⁵². Se o batismo de fogo de Abreu e Lima seria nas batalhas contra as tropas reinóis em Topaga e Molinos²⁵³, seria em Boyacá no qual registros do *Libertador* seriam encontrados tratando sobre a presença de um brasileiro em meio aos “*bravos de Páez e escuadrón del Llano Arriba*”.

Esta última, travada na estrada para Bogotá, seria a contenda determinante na conjuntura dos conflitos emancipatórios na região: se o número de envolvidos na refrega não impressionaria, se posto em comparação às demais batalhas já ocorridas na América Hispânica – já que, ao todo, foram cerca de cinco mil homens de ambos os lados, com uma leve vantagem dos republicanos revoltosos –, Boyacá seria, além de palco de destruição do exército real espanhol²⁵⁴, o último passo à entrada de Bolívar em Bogotá, onde chegaria na cidade aberta e sem resistência no dia 10 de agosto de 1819.

Seria, por fim, “a criação formal do que os historiadores denominam Gran Colômbia”; ou, no entendimento de Abreu e Lima, a infância colombiana despertada na antiga Nova Granada²⁵⁵. A mando de Bolívar, ainda duelaria contra as tropas metropolitanas nas

²⁵⁰ Bushnell, op. cit., p. 167.

²⁵¹ *Diario de Pernambuco*, nº 115, 20 de maio de 1873.

²⁵² *Diario de Pernambuco*, nº 115, 20 de maio de 1873.

²⁵³ É o que Chacon deduz a partir da carta de Abreu e Lima para Páez; chegará a comentar sobre alguns boletins de batalha de autoria do recifense, catalogados a partir do trabalho dos historiadores venezuelanos José Felix Bianco e Ramón Azpúrua. Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 122-123. Em sua carta para Páez, Abreu e Lima comenta sobre a escrita do “bolletim dessa jornada”, mas não entra em maiores detalhes sobre. *Diario de Pernambuco*, nº 115, 20 de maio de 1873.

²⁵⁴ Além da negatividade dos ânimos e do baixo moral das tropas reais espanholas, próximo da derrocada em Boyacá, em 1820 irromperia no coração da Península Ibérica o levante que acarretaria na restauração do regime liberal na Espanha, com o general Morillo obedecendo ordens para negociar um armistício com os revolucionários – que, rompida pela Espanha pouco tempo depois, seria o mote para a batalha em Carabobo que culminaria na liberdade definitiva da Venezuela do domínio espanhol. Bushnell, op. cit., p. 169.

²⁵⁵ *Diario de Pernambuco*, nº 115, 20 de maio de 1873; Bushnell, op. cit., p. 168.

hostilidades de Carabobo, em 1821, e Porto Cabello – onde coube ao “comandante português”, nas palavras de Páez, seu primeiro comando maior – em 1822; seria pela “bravura e competência” apresentadas no teatro de guerra hispânico pelo qual seria promovido a coronel em 1824²⁵⁶.

O título de generalato ainda tardaria ao brasileiro devido a litígios com Antonio Leocadio Guzmán (1801-1884). A pendenga entre Abreu e Lima e o experiente redator, proprietário do jornal caraquenho *El Argos*, se daria por “animosidades pessoais somadas ao clima político de desconfiança para com o Brasil monárquico”. Guzmán, desconfiado com a presença de um oficial brasileiro em meio às unidades venezuelanas, insultaria Abreu e Lima em uma edição do *Argos* o chamando de “incompetente, reles mercenário estrangeiro”, acusando-o de despreparo às funções militares que então exercia e de carecedor da confiança de Bolívar.

Abreu e Lima, por sua vez, reagiria aos insultos retalhando o rosto de Guzmán, três dias após a publicação da folha com os ataques. O periodista venezuelano, com a solidariedade de colegas, continuou os afrontes ao brasileiro, que seria confinado a seis meses no cárcere a serem “cumpridos em reclusão no deserto de Bajo Seco”²⁵⁷. Para Chacon, o desenrolar do recontro entre os dois já precedia, de antemão, uma “teia de intrigas e rivalidades” que delineariam um cenário maior de crise que assolaria a nascente Grã-Colômbia²⁵⁸. Já por este período, uma complexa rede de intrigas entre Francisco de Paula Santander (1792-1840), o principal líder colombiano e crítico aos projetos de integração da América do Sul por Bolívar, e José Páez ameaçariam a unidade latino-americana almejada por Bolívar²⁵⁹.

Se as propostas bolivaristas a uma possível unidade latino-americana, manifestadas desde suas *Memórias* de Cartagena e na sua famosa “Carta da Jamaica” de 1815, no qual aludiria a “uma ideia grandiosa [de] pretender formar de todo o novo Mundo uma única nação com um único vínculo que ligue as partes entre si e com o todo”²⁶⁰, chegariam a angariar simpatizantes em um primeiro momento, as tramas políticas surgidas nos novos territórios acabariam por solapar a utopia americanista de Bolívar. A Grã-Colômbia que tanto idealizara

²⁵⁶ Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 124.

²⁵⁷ Idem, ibidem, p. 147; Bruni, op. cit., p. 56. Sobre o ataque a Guzmán, Abreu e Lima narra na carta como de “tão irritado, tão irado, [...] commetti a loucura de acutellar o primeiro canalha que me provocou”. *Diario de Pernambuco*, nº 115, 20 de maio de 1873.

²⁵⁸ Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., 147.

²⁵⁹ Sobre Santander, confidenciaria a Páez como “posso assegurar-lhe, que nunca conheci um intrigante e perverso tão subtil, tão fino e tão astucioso”. *Diario de Pernambuco*, nº 115, 20 de maio de 1873.

²⁶⁰ “Já que tem uma só origem, uma só língua, mesmos costumes e uma só religião, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que haverão de se formar”. Bolívar, op. cit., p. 48-49.

em seus pensamentos se fragmentaria à vista de muitos de seus antigos aliados, como Santander, por exemplo, que seria um dos vértices do separatismo colombiano, tornando-se presidente do novo país já no decênio seguinte.

Por indicações do *Libertador*, Abreu e Lima ainda seria encarregado, “á vista de todos os seus documentos, que pôz á minha disposição”, de escrever um “esboço da sua vida publica para mandar ao ARBADE [sic] DE PRADT”. No continente europeu, este “acabava de defende-lo [...] de uma tremenda acusação” elaborada pelo eminente político e escritor francês Henri Rebecque, o Benjamin Constant (1767-1830), conforme recorda na carta para Páez²⁶¹.

Constant seria apresentado, neste escrito encomendado a Abreu e Lima, na qualidade de “un genio eminente y recomendable por la vasta extensión de ideas, que ha hecho circular en el inmenso océano político de ambos mundos”, mas que “ha osado atacar la reputación del Libertador de Colombia de un modo poco digno de la liberalidad de sus principios”²⁶². Produzido neste tom de réplica às acusações constantianas que ecoavam na Europa contra o *Libertador*, o *Resumen histórico de la última Dictadura del Libertador Simón Bolívar*, escrito entre 1828 e 1830, seria publicado dispersamente em jornais e panfletos da época e “comprobada con documentos”, segundo o próprio autor²⁶³. Com esta obra, que “pudo quedar en el olvido”, Abreu e Lima buscou, despertado por “el amor de la verdad”, dar uma ideia precisa “de la marcha del Libertador en su carrera dictatorial” em um recorte temporal que vai de 1826 até 1829²⁶⁴.

Se Chacon lerá o *Resumen* apenas como uma “rara síntese de paixão e exatidão”, no qual Abreu e Lima tentou responder “minunciosamente” as acusações de Constant²⁶⁵, Bruni dedicará maiores espaços no seu *Desassossegado* à investigação da obra. Para o economista, o livro hispânico de Abreu e Lima deixará “transparecer seu inflexível posicionamento sobre a necessidade da manutenção” da nascente Grã-Colômbia, transparecendo uma “total fidelidade [...] ao ideário bolivariano”, concordando com a rápida apreciação de Chacon quanto à fidedignidade aos “fatos” ali narrados. Acrescentará também como o autor do *Resumen* procurou embasar seus argumentos nas propostas de pensadores e filósofos europeus como “Montesquieu, Descartes e Bacon”, observando a instabilidade política da Grã-Colômbia

²⁶¹ *Diario de Pernambuco*, nº 115, 20 de maio de 1873.

²⁶² José Ignácio de Abreu e Lima, *Resumen histórico de la última Dictadura del Libertador Simón Bolívar*, Rio de Janeiro, Editora O Norte, 1922, p. 131.

²⁶³ No Brasil, chegaria reunido apenas em 1922 como homenagem do governo venezuelano ao centenário da independência brasileira. Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 169; Mazin;Stedile, op. cit., p. 41.

²⁶⁴ Abreu e Lima, *Resumen...*, op. cit., p. 131-133 (*grifos do autor*).

²⁶⁵ Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 169.

como a “face mais visível das ambições desmedidas das elites regionais” que Bolívar, até então, manobrava para não tornar a vir em um estado de guerra civil que desmontaria “de vez as instituições públicas” e arruinaria a economia local²⁶⁶.

Recordemos como nestes meados da década de 1820 o ideal bolivarista era posto em cheque pela resistência de alguns setores da sociedade colombiana, principalmente no que se refere às propostas de uma constituição nos moldes de seu pensamento. De fato, o rechaço a Bolívar na região atingia estágios insólitos: em setembro de 1828, por exemplo, o generalíssimo chegaria a sofrer um atentado à sua vida, desfechado por membros da elite civil bogotana²⁶⁷. Podemos afirmar que esta produção de Abreu e Lima buscou preservar as ideias do *Libertador* não apenas contra Constant e seus seguidores na Europa, mas também focando aqueles “detratores” internos na Grã-Colômbia.

Pela resistência à adoção de uma constituição elaborada nos seus moldes, Bolívar instauraria um fugaz governo ditatorial na República da Colômbia que cairia ainda antes do final do decênio; esta sua intentona, entretanto, adquiriria vieses de quase admissão do fracasso de suas propostas, na leitura do historiador estadunidense Frank Safford. No mais, alguns liberais locais temiam um dos mais assentados princípios bolivarianos propostos: o estabelecimento de um presidente e censores vitalícios, assim como o temor decorrente de que chefes militares monopolizassem, conseqüentemente, a presidência do país²⁶⁸.

Dessarte, a atividade de Abreu e Lima se poria na intenção de sustentar os projetos de Bolívar frente tanto àqueles críticos do sistema bolivariano quanto aos artigos antibolivaristas difundidos na Europa por Constant. Se Safford lerá, voltando-se à recepção das ideias de Constant, como o próprio *Libertador* seguiria os esquemas políticos do escritor francês, então “amplamente” difundidos tanto na Espanha nesta década quanto nas Américas, com especial atenção àquele que falava na existência de um “poder moderador” como eixo da balança política – Safford parte do argumento de que Bolívar adotou tal perspectiva ao dotar seus censores deste tipo de poder –, a leitura do *Resumen* apresentará uma interpretação discordante quanto à adoção destas concepções constantianas na Colômbia bolivarista²⁶⁹.

Livre “de ambages escolásticas”, Abreu e Lima escreveria como todas as suas “sencillas verdades” serão comprovadas com documentos retirados dos arquivos governamentais “de suerte que nadrie los podrá revocar á duda”, anunciando até como este

²⁶⁶ Bruni, op. cit., p. 58-59.

²⁶⁷ Frank Safford, Política, ideologia e sociedade na América Espanhola do Pós-Independência, in Leslie Bethell (org.), op. cit., p. 350.

²⁶⁸ Idem, ibidem, p. 349-350.

²⁶⁹ Idem, ibidem, p. 350-351.

Resumen passa à distância de buscar fazer a defesa de Bolívar; esta última já “está hecha”, sendo o livro apenas um tributo de sincera homenagem “de reconicimento y gratitud” ao *Libertador*²⁷⁰.

Abreu e Lima também demonstra a preocupação de defender Bolívar das acusações de que seria um governante autoritário com ganas de permanecer no poder dos novos Estados, contestando veementemente a concretude de uma hipótese, popular à época, de uma suposta adoção de uma nova monarquia, agora bolivariana, na América do Sul que visasse uma estabilização das tensões decorrentes na Grã-Colômbia e Venezuela. Citando um discurso do próprio *Libertador*, em que este compararia a Colômbia à França, Bolívar afirmava que “yo no soy Napoleón, ni quiero serlo. Tampoco quiero imitar á César, menos aún a Iturbide. Tales ejemplos me parecen indignos de mi gloria”, citaria Abreu e Lima desenvolvendo seu argumento em prol do líder venezuelano. O título de *Libertador*, afinal, seria “superior á todos los que ha recibido el orgullo humano”, ressaltaria o brasileiro²⁷¹.

A feitura do *Resumen*, junto a outros esforços em prol de Bolívar e à manutenção da estabilidade dos novos Estados e de todo o sonho do *Libertador* de uma unidade latino-americana, seria o que atestaria a Abreu e Lima o título de general. Se no final desta sua obra faz uma ode em nome da América do Sul ao general venezuelano, cujo nome deveria se encontrar entre “los bienhechores del género humano” por sua dedicação à “más justas de las Causas, la Independencia” aos povos da América²⁷², o reconhecimento do grande mandatário sul-americano iria mesmo além da consagração de títulos militares ao brasileiro.

É o que escreve na carta para Páez, ao mencionar “como o libertador me ficou agradecido por esse trabalho”, sendo a “elle a quem devo o meu posto de general, cujo diploma foi expedido por URDANETA” e do qual ganharia até um busto de ouro das mãos do *Libertador* sul-americano. Acrescentaria ao amigo até como “conservo todos os meus diplomas, attestados, cartas particulares, com poucas que se perderam; e que de V. conservo muitos documentos honrosos”²⁷³.

As relíquias e gratificações, por sinal, ainda seriam de reconhecimento e valor ao agora general de Bolívar, já que dedica um parágrafo de sua missiva para falar como

Creia V., general, que conservo todas as minhas patentes de Colombia, todas as minhas condecorações – que me desvaneço de ter sido general na velha republica de Colombia. Tenho orgulho de chamar-me um dos libertadores de Venezuela e dos da

²⁷⁰ Abreu e Lima, *Resumen...*, op. cit., p. 133.

²⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 214.

²⁷² Idem, *ibidem*, p. 287-288.

²⁷³ *Diario de Pernambuco*, nº 115, 20 de maio de 1873.

Nova Granada, e em usar das minhas veneras. Faço garbo das minhas cruces de Boyacó [sic] e de porto-cabello, e do meu nobre escudo de Carabobo²⁷⁴.

A fragilidade política, em que pese às defesas do *Resumen* e os esforços de demais fiéis à causa bolivarista, acabariam por abalar as estruturas grã-colombianas ainda nesta década. Se Abreu e Lima ainda tentaria contrapor os “inimigos de Simón Bolívar” com o jornal *La Torre de Babel*, impresso em Cartagena no primeiro semestre de 1830, citando nominalmente vários dos críticos do *Libertador*²⁷⁵, louvando sua pessoa e princípios e acusando de demagógicos seus detratores, a morte do generalíssimo em dezembro deste ano deflagraria a crise definitiva no país. Corroída em dissensões políticas, a República colombiana entraria em definitivo no processo que a conduziria à secessão no ano seguinte²⁷⁶.

“Assisti, portanto, as ultimas agonias de Colombia, assisti a sua morte, fiz tudo por ella”, escreveria Abreu e Lima na missiva para Páez de 1868. O militar brasileiro ainda cooperaria no início de 1831 com as divisões unitárias bolivarianas nos conflitos decorrentes da desagregação do país²⁷⁷, em período que, aos seus olhos, surgira como “fatalidade [...] inexhoravel”: “é verdade que eu faria tudo pela integridade da republica [colombiana]; é verdade que sempre fugi da guerra civil”, mas “afinal não me pude esquivar de cahir nella”.

Apesar de participação no conflito que desagregaria a Colômbia, em que recordaria como “despedacei as facções, esmaguei Carujo em Rio Hacha, bati-me com os Goajiros corpo á corpo, libertei Santa Martha; mas não pude livrar Carthagená da traição do General LUQUE, e ahí succumbio o general Montilla, e eu com elle”. Derrotado os unitários, restaria ao brasileiro a expulsão do território republicano pelos novos mandatários: “morto BOLIVAR, [...] que fazia eu mais em Colombia?”²⁷⁸, questionaria a Páez.

Nos últimos parágrafos desta carta, de um ano antes de sua morte, confessaria ao amigo como “durante 13 annos que servi naquelles paizes, contando com as commissões fóra, tive muitos desgostos, soffri muitas intrigas como estrangeiro”. Recordaria, apesar das

²⁷⁴ *Diario de Pernambuco*, nº 116, 21 de maio de 1873.

²⁷⁵ Sobre uma das edições, Chacon discorre sobre um artigo de Abreu e Lima em que este “reserva um ataque específico à Constituição que os antibolivarianos insistiam que fosse jurada”. Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 171. Nenhum dos biógrafos aqui abordados tratarão, com maior atenção, deste jornal redigido pelo brasileiro na Colômbia, e na carta para Páez Abreu e Lima não citará esta sua breve empreitada jornalística.

²⁷⁶ Idem, ibidem, p. 171; Mazin; Stedile, op. cit., p. 41-42.

²⁷⁷ Que seria visível até ao *Libertador*, neste momento. Abreu e Lima comentaria como Bolívar “via já que Colombia se ia desmoronar e temia sublevações”. *Diario de Pernambuco*, nº 116, 21 de maio de 1873.

²⁷⁸ Antes de sair da Colômbia, entretanto, pediria ao general Mariano Montilla – antigo companheiro de armas nos conflitos pela independência – um documento atestando seu título de general e de sua “ilibada conduta ao longo de todas as campanhas revolucionárias da Independência hispano-americana”. *Diario de Pernambuco*, nº 116, 21 de maio de 1873.

desconfianças, como também “nenhum official mereceu [...] as distincções e amizade de tudo quanto havia de mais grado no paiz como eu”²⁷⁹.

Forçado ao afastamento das forças militares e das instituições legais do país, Abreu e Lima pediria “ao governo minhas letras de quartel, e licenca [sic] para ir aos Estados Unidos, a Europa e o Brasil pelo tempo que me conviesse, e com o competente passaporte de ida e volta”²⁸⁰.

Na verdade, um dos próceres que em muito contribuiu à independência da Venezuela e dos territórios da antiga Nova-Granada nunca mais retornaria à América Hispânica²⁸¹: após a excursão europeia retornaria ao seu Brasil natal, agora também independente como aquelas regiões aos quais contribuiu nos teatros de operação militares – e também pelas letras – a libertar do domínio europeu.

Não mais o cenário republicano da Colômbia e da Venezuela. Independente por outras vias, naquela “revolução prussiana” que foram os eventos de 1822 que acarretaram na independência brasileira, o cenário político do Brasil reservaria novas possibilidades à elaboração de pensamentos e ideias um tanto distintas daqueles espaços andinos então comuns para Abreu e Lima.

Seria o Rio de Janeiro, a capital imperial brasileira, tão distinta de suas congêneres republicanas nas Américas, sua nova morada; lá, de posse apenas de suas condecorações, patentes e memórias do período emancipatório sul-americano, encontraria um cenário político na cidade fluminense tão conturbado, afinal, quanto àquele que deixara para trás.

²⁷⁹ *Diario de Pernambuco*, nº 116, 21 de maio de 1873.

²⁸⁰ *Diario de Pernambuco*, nº 116, 21 de maio de 1873.

²⁸¹ O nome de “Jose Ignacio de Abreu y Lima” consta como sendo o do único brasileiro homenageado pela nação venezuelana por sua independência. Chacon trará, em sua produção biográfica, a íntegra da mensagem de “la nacion a sus proceres”. Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 401.

3 A TORRE DE BABEL, E OS TRAÇOS DE UMA CULTURA POLÍTICA MODERNA NO BRASIL DAS REGÊNCIAS

3.1 “Eu nada sabia do Brasil”

12 de julho de 1831. Desde a cidade de Filadélfia, nos Estados Unidos, uma curta correspondência aos “queridos irmãos Luiz, João e Antonio” é escrita por José Ignácio de Abreu e Lima neste dia. Nela, acentua como “vocês se admirarão de ver-me” em terras estadunidenses por estes tempos, uma decorrência das crescentes tensões, centrifugadas em violenta guerra civil, vivenciadas na Grã-Colômbia e Venezuela bolivaristas. Em que pese o pouco contato familiar durante este período andino, apesar de assumir como “tenho perguntado por vocês, e ninguém me informa”, o militar recordaria “huma licença do Governo [colombiano] para ir á Europa” e, após a morte de Bolívar, precisaria aos irmãos como “*me aproveitei della para fugir da revolução, que se tem apoderado de todo o paiz*”²⁸².

Na missiva, publicada no artigo “Interior” do pasquim fluminense *Homem e a America*²⁸³, no dia 25 de novembro de 1831, a carta “particular, [...] do nosso Patricio conhecido pelo nome de José Ignácio Roma”, ressaltaria a realização de movimentações militares em defesa de Simón Bolívar e da instável unidade grã-colombiana durante a crise política deste país. Relata seu autor como por “sete mezes mandei huma divisão em Magdalena, e bati constantemente os facciosos”, até o momento de sua expulsão – não citada neste texto²⁸⁴ – da Colômbia e da ida ao continente europeu.

Não seria, entretanto, em torno das recordações dos conflitos hispânicos ou sobre as suas participações nas contendas independentistas junto ao *Libertador* pelo qual gravitaria o conteúdo desta correspondência; sobre a turbulenta desintegração colombiana e do estouro dos conflitos entre os então unitários pró-bolivaristas e seus opositores, bastaria semelhante questionamento, aos irmãos, àquele que seria digirido para José Páez mais de sessenta anos depois: “porê[m] morto Bolivar, por quem faria eu mais sacrificios?”²⁸⁵.

²⁸² *Homem e a America*, 25 de novembro de 1831 (grifos do autor). A carta seria republicada posteriormente, no ano de 1833, na sétima edição da *Torre de Babel*, pasquim de Abreu e Lima no Rio de Janeiro. *A Torre de Babel*, nº 7, 6 de março de 1833.

²⁸³ “Jornal da Sociedade Defensora da Liberdade e Independencia Nacional do Rio de Janeiro”, como designaria o próprio Abreu e Lima, *A Torre de Babel*, nº 7, 6 de março de 1833.

²⁸⁴ O redator do *Homem e a America* explicaria ao seu leitor que, apesar da missiva encontrar-se “em nosso poder á mais que quinze dias” (desde antes do dia 10 de novembro de 1831, portanto), sua transcrição nas folhas do *Homem* respeitariam alguns conteúdos concernentes “a negocios de familia”, deixando-os “em silencio”. *Homem e a America*, 25 de novembro de 1831.

²⁸⁵ “*Eu não quiz envolver-me na guerra civil, e apenas trez Generaes temos abandonado o capo da anarquia*”, acrescentaria Abreu e Lima, que não chegaria a citar o nome dos demais comandantes que, junto a si, optaram pela não-participação no conflito colombiano. *Homem e a America*, 25 de novembro de 1831 (grifos do autor).

Antes seria uma escrita atravessada de dúvidas e apreensões da situação brasileira que daria o teor primordial desta carta. Após tomar conhecimento da abdicação do então imperador do país, Pedro I, no dia 7 de abril deste mesmo ano, os “*temores da guerra civil*” no Brasil seriam o grande receio daquele que construiu “na América do Sul huma reputação militar” à custa de “14 annos de sacrificios, de batalhas; e de feridas” pela exitosa independência da Venezuela e da Colômbia – mas também do fracasso em prol da unidade desta última. Cenário tão inquietante, para Abreu e Lima, que até garantia como já “dentro de seis mezes sem falta alguma” retornaria ao Império sul-americano, após quase quinze anos de ausência desde sua fuga das masmorras na Bahia durante os eventos do Dezesete²⁸⁶.

Tamanho temor fazia, inclusive, o já experiente José Ignácio aconselhar seus irmãos para que “nunca concorrão vocês para *scenas de sangue, e de horror*” nas terras brasileiras, recomendando mesmo uma maior tolerância nas alterações políticas do momento. Afinal, o Império “tem experimentado todo o rigor da intollerancia” e, rogando ao Deus cristão, finalizava sua missiva pedindo aos irmãos para que “não se compromettão em partido algum até a minha chegada”²⁸⁷.

O cenário imediato à renúncia do primeiro imperador brasileiro, Pedro I, não se prefigurava desalentador apenas aos descendentes do Padre Roma. Se o herdeiro do trono, Pedro II, encontrava-se inabilitado para conduzir o poder soberano do Estado – já que contava, quando da abdicação de seu pai, com 5 anos de idade –, a ausência de um sucessor dinástico imediato ao trono brasileiro à época acabaria por encetar uma etapa de acentuada agitação política entre os coetâneos de Abreu e Lima²⁸⁸.

Momentos de tensão na vacância do poder estatal que, se assustavam aqueles que se esforçavam para enxergar no Império brasileiro ecos fragmentários semelhantes aos ocorridos em alguns outros Estados da América Hispânica, para outros serviriam de instante apropriado para reivindicações de verniz político-social a partir dos mais diversos veículos, cunhos e formas de organização. Deste primeiro e temeroso grupo, por exemplo, seriam notáveis as leituras do jurista e diplomata Joaquim Nabuco (1849-1910) que, temendo a transfiguração do Brasil em um “estado permanente de desgoverno, de anarquia” como seria a América Latina a

²⁸⁶ *Homem e a America*, 25 de novembro de 1831 (*grifos do autor*).

²⁸⁷ *Homem e a America*, 25 de novembro de 1831 (*grifos do autor*).

²⁸⁸ José Murilo de Carvalho, A vida política, in José Murilo de Carvalho (org.), *A construção nacional: 1830-1889*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2012, p. 84.

seus olhos²⁸⁹, analisaria anos depois este recorte das Regências como um “decênio de terremotos políticos”²⁹⁰.

Se a saída encontrada, ao nível da esfera política e institucional do país, foi a da promoção de uma regência inicialmente trina, um novo quadro delinear-se-ia pelo Brasil nas mais variantes dimensões a partir deste momento: nas palavras do historiador Marco Morel, este período regencial seria quase um “laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais” no qual se presenciou, por exemplo, um “momento de explosão da palavra pública em suas múltiplas (e nem sempre tranquilizadoras) possibilidades”, e cujo fluxo social envolveria setores ampliados. “Escravos, índios, grupos urbanos, rurais, intelectuais, camadas pobres, nobres, grandes e pequenos proprietários” estariam imersos nestes momentos de pluralidade marcados por posições não-monolíticas e/ou definidas no campo político²⁹¹.

Recorte temporal que, como “tempo de esperanças, inseguranças e exaltações, [...] de rebeldia e repressão”, modificariam no nascente Estado monárquico brasileiro alguns velhos traços de uma cultura política construída durante um nem-tão distante passado colonial. Afinal, acompanhando a modernidade política que aos poucos ganhava vigor desde a década de 1820 no Brasil, foram nos anos regenciais em que algumas das identidades políticas que caracterizariam – e mesmo extrapolariam – esta fase das Regências foram traçadas: surge a tripartição entre aqueles chamados liberais exaltados, liberais moderados e caramurus que, cada qual a seu modo, haveriam de dar interpretações próprias às noções de soberania, política e liberalismo no Império, estendendo suas discussões, projetos de Estado e polêmicas ao incipiente espaço público que, então, tomava forma no Rio de Janeiro e nas outras principais cidades do país²⁹².

Vislumbres de possibilidade de emissão de opinião e debates de caráter político que Abreu e Lima, na missiva de 1831 aos irmãos, também compartilhava: comenta, por exemplo, como “eu nunca abraçarei se não huma causa *mui Nacional, e mui Brasileira*, e em meu character de General não me convém ser *hum chefe de partido*”. Se o general brasileiro, em 1831, já estaria em terras brasílicas conforme prometido aos familiares, dois anos depois estaria imerso, com a publicação de dois pasquins de curta duração, nos debates por meio da

²⁸⁹ Joaquim Nabuco, Balmaceda, in Evaldo Cabral de Mello (org.), *Essencial Joaquim Nabuco*, São Paulo, Penguin Classics/Companhia das Letras, 2010, p. 307.

²⁹⁰ Idem, Um estadista do Império, *ibidem*, p. 340.

²⁹¹ Marco Morel, *O período das Regências (1831-1840)*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003a, p. 9-10.

²⁹² Idem, *ibidem* op. cit., p. 10; idem, *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*, Jundiaí, Paco Editorial, 2016, p. 64.

imprensa periódica fluminense sobre os rumos, perspectivas e demais reflexões políticas do Estado imperial e de suas políticas até o momento²⁹³.

Neste capítulo privilegiaremos, portanto, um periódico da produção de José Ignácio redigido e publicado no ano de 1833, a *Torre de Babel*, buscando debater algumas de suas escritas. Nesta produção encontraremos, por exemplo, pensamentos de Abreu e Lima acerca da abdicação de Pedro I, das desavenças com alguns liberais moderados e liberais exaltados por meio das letras, dos temores da explosão de uma guerra civil, e a apreensão do bolivarianista que, mais uma vez tornado redator, defrontaria-se de novo com horizontes de instabilidade política e até revolucionários, agora no seu país natal.

Em diálogo com demais leituras historiográficas e metodológicas, traremos ao debate algumas das compreensões de Abreu e Lima que foram postas neste pasquim ao lume do campo historiográfico brasileiro que privilegia a Regência, em que pese à escassez sobre tais interpretações deste personagem nas discussões acadêmicas que se voltam a este recorte e que reverbera, até, naquelas produções biográficas que o privilegiam – e mesmo naqueles breves relatos que leem sua participação neste recorte da década de 1830²⁹⁴. Um dos mais reconhecidos historiadores do oitocentos brasileiro, por exemplo, se prestará a comentar sobre os escritos jornalísticos do general apenas como parte de uma trajetória “curiosa”, de vieses monarquistas e restauracionistas: para José Murilo de Carvalho, o monarquismo unitarista de Abreu e Lima era “claramente instrumental”, visto seu temor de ver seu Brasil natal acometido pela fragmentação aguda vivenciada nos seus anos em Estados andinos²⁹⁵.

“Apresentar-me-hei como Cidadão para viver tranquilo, ou como General e soldado para servir á Patria, se ella necessitar de mim”, alentaria Abreu e Lima aos seus irmãos. “Não aspiro senão á ser realmente util a minha Patria, empregando minha espada na *conservação dos imprescriptiveis direitos de meos Concidadãos*” e, caso chegue a “desembainha-la no Brasil”, atestaria como “não a embainharei sem haver cumprido com o meu dever”. Se a prática dos conhecimentos militares e o desembainhar de armas ao serviço do Império do Brasil não se faria necessário àquele momento, Abreu e Lima empregaria a verve e domínio das letras, em muito adquiridas e postas já em prática quando de seu momento hispânico, em produções escritas no Rio de Janeiro regencial.

²⁹³ *Homem e a America*, 25 de novembro de 1831 (*grifos do autor*).

²⁹⁴ Chacon não dedicará em sua produção espaço à análise ou discussões sobre estes jornais, tal como Mazin e Stedile. Bruni tratará de todo o período fluminense de Abreu e Lima em duas páginas de seu *Mui Desassossegado*. Bruni, op. cit., p. 89-91.

²⁹⁵ José Murilo de Carvalho, As marcas do período, in José Murilo de Carvalho (org.), *A construção nacional: 1830-1889*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2012, p. 22. Carvalho, A vida política, op. cit., p. 94.

“Eu nada sabia do Brasil, e aqui recebi a noticia das mudanças acontecidas no Imperio”, relataria o general na epístola²⁹⁶: ora, de sua chegada ao Rio de Janeiro neste ano até a decisão de retornar ao Recife, em 1844, sua “vida” fluminense seria das mais proficuas no que se refere à produção escrita. Produziria, quando na cidade, além de seu *Compendio*, mais dois livros voltados às discussões históricas, sem esquecermo-nos de suas numerosas incursões no âmbito do periodismo com a publicação de dois pasquins, em 1833, e a participação em diversos outros jornais na capital do Brasil em anos posteriores.

Voltemo-nos, portanto, a explorar como suas iniciativas fluminenses neste campo das letras, mais em específico na *Torre de Babel* neste primeiro momento, se deram a ler e interpretar algumas das conjunturas e pressões políticas que já pelos fins da década de 1820 e começo da de 1830 acabariam por impelir, no parecer de Abreu e Lima, naquele ato que “tinha cauzado hum estremecimento politico no Brasil”. Desta maneira, como o general bolivariano leu e escreveu sobre o 7 de abril de 1831? Quais seriam as consequências, na sua leitura, deste ato de abdicação de Pedro I? E como se afiguraria o cenário político após este abalo político?

Antes de nos aprofundarmos nestas problemáticas, nos orientemos ao desenvolvimento do espaço público impresso no Rio de Janeiro das primeiras décadas do XIX, de cariz moderno e que acabaria permitindo um crescimento profícuo do debate público nesta cidade e em sua Corte. Espaço de circulações dos jornais abreu-limenses de 1833, não há como separar a feitura e o conteúdo destes das tramas político-culturais que, divulgadas e comentadas nos impressos e em demais veículos da opinião pública²⁹⁷, abarrotariam a capital imperial nos fins dos anos 1820 e ao longo de toda a década de 1830.

3.2 O Rio de Janeiro, “República das Letras”

“Na confusão dos partidos, na divergencia de opiniões, seria competente hum terceiro em discordia?”. Seria esta a indagação imediata nas primeiras linhas da *Torre de Babel*: lançada a 9 de janeiro de 1833 no Rio de Janeiro, com o subtítulo de “*cada louco com o seu têma*” e homônima de empreitada jornalística de Abreu e Lima na Colômbia de anos antes, este pasquim trazia em seu prospecto como “desgraçadamente he o publico quem paga essa

²⁹⁶ *Homem e a America*, 25 de novembro de 1831 (*grifos do autor*).

²⁹⁷ Aqui adotada como categoria analítica carregada de historicidade, e interpretada como “criação de um espaço público de crítica” em que “opiniões políticas publicizadas destacavam-se dos governos”. Marco Morel, *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*, Rio de Janeiro, DP&A, 2003b p. 17.

nuvem de Papeis, que como as pragas do Egypto, devorão a Capital”. “E como eu não tenho que fazer, quero tambem á custa do publico, moer-lhe a paciencia!!”²⁹⁸.

A nuvem de papéis aludida no caput debutante da *Torre*, de fato, foi distinta na cidade fluminense especialmente neste ano de 1833: se o período regencial ficaria marcado, dentre outros aspectos, pelo surto de periódicos alimentados pela emergência de uma esfera pública local de acentuada participação política e pela proliferação tipográfica, o volume de produção dos impressos acompanharia a febre de pasquins, jornais e panfletos com números exorbitantes à época. Afinal, só o montante de publicações deste ano de 1833 corresponderia a cerca de um quarto do total de toda a produção periódica do Rio de Janeiro nestes anos de Regências²⁹⁹.

Se o cenário impresso fluminense deste momento regencial continua sendo objeto de largo número de estudos, consolidando-se como das temáticas mais abordadas no campo historiográfico brasileiro, muito se deve a esta farta quantidade de pasquins, jornais e demais veículos impressos nos anos 1830 na cidade. Segundo levantamento do historiador Marcello Basile, foram 215 as publicações que circularam no Rio de Janeiro por esta década, marcada pelo “auge das disputas” e pelos “conflitos políticos entre *liberais moderados*, *liberais exaltados* e *caramurus*” que não se reduziram apenas aos espaços de instituição política da cidade ou aos inúmeros jornais locais³⁰⁰: associações, manifestações cívicas e mesmo movimentos de protestos e revoltas acabariam por carregar a marca de cada uma destas facções e suas reivindicações e ideias.

Esta “República das Letras” no coração da capital imperial³⁰¹, entretanto, emergira já uma década antes, em um cenário ainda anterior à independência brasileira. Dentre os anos de 1820 e 1821, transformações radicais de cunho constitucionalistas irromperiam na Península Ibérica afetando não apenas o território peninsular lusitano, mas também seu então Vice-Reino do outro lado do Atlântico.

O ano de 1820 seria marcado, nos territórios ibéricos, por um ímpeto reformista que, apesar das ações conservadoras e da política restauradora da Santa Aliança frente às revoltas e à circulação de ideias inspiradas na Revolução de 1789 na França, sentir-se-ia mesmo além dos espaços das duas coroas ibéricas. Em Portugal, apesar das ações de censura visando

²⁹⁸ *A Torre de Babel*, nº 1, 9 de janeiro de 1833.

²⁹⁹ Marcello Basile, Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos, in José Murilo de Carvalho; Lucia Maria Bastos P. Neves (org.), *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 2014, p. 44.

³⁰⁰ Idem, ibidem, p. 44 (*grifos do autor*).

³⁰¹ Morel, *As Transformações...*, op. cit., p. 191.

principalmente periódicos e escritos revolucionários, o temor de distúrbios populares provocados por descontentamentos diversos que poderiam possibilitar um novo entusiasmo revolucionário pós-1789 preocupava o governo. O chamado movimento vintista, surgido na cidade do Porto, apontava um desgaste “generalizado com o *status quo* político, econômico e social”, além de anseios por mudanças e da crença nas reformas nas Cortes e na constituição portuguesa. Também insistiam “que o centro do Império luso-brasileiro devia voltar a Portugal”, não podendo mais este “continuar como simples colônia do Brasil”³⁰².

Se “Cortes, Constituição e Liberdade transformavam-se nos símbolos mágicos para a solução de toda a crise portuguesa”, os adeptos do Vintismo lusitano não pretendiam maiores rupturas nas estruturas do Antigo Regime bragantino³⁰³. Antes, esperavam transformar aquele cenário político por vias das ideias liberais, conciliando a modernidade política destas ideias “com as instituições tradicionais do Reino” lusitano³⁰⁴.

Uma regeneração política que transformasse a situação de Portugal no interior do Império Luso-Brasileiro, seguida de uma “recolonização econômica do Brasil” na busca do reequilíbrio das relações comerciais luso-brasileiras, então afetadas pela abertura dos portos em 1808, adensavam as propostas dos “revolucionários” do Porto³⁰⁵. O êxito vintista, com a convocação das Cortes portuguesas – tornadas deliberativas e não mais consultivas – e a pressão sobre o retorno do soberano, João VI, a Portugal, acarretariam na adoção de medidas liberais: em mensagem enviada ao rei, a Junta Provisional do Supremo Governo do Reino solicitava duas coisas, a saber, a “sua presença ou de outra pessoa da família real que fosse governar em seu nome”³⁰⁶ e a aprovação da convocatória das Cortes, impossível de adiar àquele momento³⁰⁷.

Pressionado, restava a João VI a tomada das iniciativas: “a única forma que o rei tinha para ‘ditar a lei e atalhar a revolução’”, paradoxalmente, era “colocar-se [...] à testa dela”. À interpretação dos conselheiros reinóis bragantinos, a constituição lusitana só poderia

³⁰² Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, *Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)*, Rio de Janeiro, Revan/FAPERJ, 2003, p. 232-233 (*grifos da autora*).

³⁰³ Discordamos, portanto, da historiadora Isabel Lustosa quando esta diz que o movimento surgido em 1820 em terras portuguesas foi “uma revolução constitucionalista, bem no espírito das que agitaram a Europa no rastro da Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa”. Isabel Lustosa, *O nascimento da imprensa brasileira*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004, p. 18.

³⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 237-238.

³⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 238.

³⁰⁶ Segundo Pedreira e Costa, o regresso de João VI abafaria “um sentimento, largamente disseminado, de decapitação do reino e de uma degradação material que estava a ele ligada, pelo fato de ter deixado de ser o centro da monarquia da casa de Bragança”. Pedreira; Costa, *op. cit.*, p. 366.

³⁰⁷ Idem, *ibidem*, *op. cit.*, p. 347.

consolidar-se com as reformas, melhoramentos e leis estabelecidas³⁰⁸; neste primeiro momento, e pela decisão real a partir das pressões vintistas, indivíduos foram “elevados à dignidade de cidadãos, de homens livres”, a linguagem tornava-se pública e institucionalizada, “relações políticas no interior do novo regime constitucional” foram delimitadas e uma realidade inédita desvanecia-se no horizonte político do Império Luso-Brasileiro: uma monarquia constitucional, agora, ditaria os rumos de todo o reino³⁰⁹.

No Brasil, o novo cenário constitucionalista em Portugal instauraria uma “nova linguagem política, inspirada na crença dos princípios” liberais, que “transformava a palavra em coisa pública”³¹⁰. Uma das medidas da Junta portuguesa decretaria mesmo a liberdade de imprensa, ainda em 1820, seguido por uma liberação à circulação dos impressos portugueses além-mar aprovada ainda neste ano³¹¹.

Medidas que afetariam, naturalmente, o representante do trono português, ainda instalado no Rio de Janeiro. Observando seu poder dividido com a Junta peninsular, João VI assinaria nos inícios de março de 1821 um decreto que suspendia, de maneira provisória, a censura prévia dos impressos; é por esta medida que alguns historiadores lerão este como o momento em que a liberdade de imprensa instalar-se-ia no Brasil³¹².

Mudanças que seriam cruciais à transformação de um espaço público então marcado pelas formas de comunicação características do Antigo Regime. Se gazetas, a exibição de cartazes impressos ou manuscritos em ruas, leituras coletivas, proclamações em voz alta e pregões eram o comum nas grandes cidades brasileiras, debates por meio da imprensa vieram somar-se a este espaço público que, ainda marcado por permanências destas formas comunicativas, se acabaria por permitir à composição “de uma opinião de caráter mais abstrato” e “fundada sobre o julgamento crítico de cada cidadão leitor”³¹³. Ganhavam importância, portanto, as leituras privadas e individuais³¹⁴.

O Rio de Janeiro, tornado centro político e também intelectual da América Portuguesa já nos meados da primeira década do XIX, experimentava estas transformações de seus espaços públicos com a ampliação, dentro da cidade e do Município Neutro da Corte, do número de livrarias, jornais, revistas e de todo o complexo de profissões vinculadas a estas

³⁰⁸ Idem, *ibidem*, op. cit., p. 354.

³⁰⁹ Neves, op. cit., p. 257-258.

³¹⁰ Idem, *ibidem*, op. cit., p. 257.

³¹¹ Morel, *O período das Regências*, op. cit., p. 23.

³¹² Morel, por exemplo. Idem, *Palavra...*, op. cit., p. 24.

³¹³ Não esqueçamos que demais tipos de “impressos, não-periódicos, como brochuras, manifestos, proclamações” e denúncias também proliferaram no Rio de Janeiro no início da década de 1820, por exemplo. Idem, *ibidem*, p. 25.

³¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 24-25.

atividades, concentrando “livreiros e [...] editores interessados nessa nova e potencial clientela” que vinha à tona na cidade fluminense³¹⁵.

Mais do que espaço para estas transformações, a cidade fluminense foi integrante destes espaços públicos em transformação. Corte e cidade, portanto, se envolviam em um “comércio (no sentido mais amplo, de trocas) entre interesses privados, econômicos, com a esfera pública enquanto literalmente esfera pública, tida como bem comum”³¹⁶.

Este cenário fluminense, marcado pelas pressões externas do Vintismo português, mas seguido por algumas medidas – limitadas – liberais adotadas por um João VI ainda em território brasileiro, seria o panorama de advento da opinião pública como “instrumento de debates, referência e fonte de legitimidade política” no Brasil, em distinção àquela soberania da majestade lusitana, alcançando um público ascendente de leitores e também de demais participantes envolvidos no Rio de Janeiro³¹⁷. Seguindo os postulados clássicos de Jürgen Habermas, vinha à tona uma esfera pública moderna com suas “diversas arenas nas quais um conflito de opiniões é mediado por testemunhos impressos, isto é, pela formação, informação e entretenimento, e dirimido de modo mais ou menos discursivo”³¹⁸.

Essa nova cultura política, estabelecida nas duas bandas de poder portuguesas do Atlântico, de crítica a algumas das tradicionais formas de fazer política do absolutismo e de intenso debate quanto à adoção ou nas ideias liberais e do constitucionalismo, acabaria reproduzida nestas novas publicações impressas que despontavam em especial na cidade fluminense. Nas palavras de Neves, alguns destes novos periódicos

Não deixavam de constituir o reflexo de uma inédita preocupação coletiva em relação ao campo político, com seus artigos sendo discutidos tanto nas ruas e praças das cidades, quanto nos novos espaços de sociabilidades que tendiam a surgir, como livrarias, cafés, academias e, sobretudo, as sociedades secretas do tipo da maçonaria³¹⁹.

Era um espaço de modernidade política que se legitimava, no qual com o “uso público da razão e da crítica” se comporia um cenário de debates em que, apesar dos temores existentes ainda quanto às repressões do governo monárquico português, perspectivas

³¹⁵ Tânia Maria Tavares Bressone da Cruz Ferreira, Livros e cidadania no Rio de Janeiro do século XIX, in José Murilo de Carvalho; Adriana Pereira Campos (org.), *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, p. 308.

³¹⁶ Morel, *As Transformações...*, op. cit., p. 181-182.

³¹⁷ Morel, *Palavra...*, op. cit., p. 27, 43. Consideramos que as atividades da opinião pública não compreendem apenas o relacionamento entre autores e leitores; “um universo quase impalpável”, que surge nos “registros, como palavras isoladas, gritos, exclamações mais ou menos abafadas, [...] vozes e gestos, violências e ‘anarquias’”, oriundas das diversas camadas populacionais fluminenses, também estavam presentes e foram também “forma de manifestação pública” nas ruas do Rio de Janeiro. Morel, *As transformações...*, op. cit., 179.

³¹⁸ Jürgen Habermas, *Mudança estrutura da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*, São Paulo, Editora Unesp, 2014, p. 48.

³¹⁹ Lúcia Bastos Pereira das Neves, A vida política, in Alberto da Costa e Silva (coord.), *Crise colonial e independência: 1808-1830*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2011, p. 89-90.

discordantes saíam a público, para leituras e discussões. Difundidos além dos grupos letrados a partir do falar “de boca”, os valores “dessa nova cultura política do mundo luso-brasileiro” não ficariam restritos apenas à década de 1820: encontraria, sobretudo, repercussões ao longo de todo o XIX no Brasil³²⁰.

Cultura(s) política(s) que, entretanto, não deve ser lida enquanto um bloco homogêneo. Definida como “uma construção histórica que se adapta e se transforma, [...] em sintonia tanto com os acontecimentos quanto com as atitudes dos indivíduos e dos grupos”, a cultura política de um recorte social não se encerra apenas nos “conhecimentos e crenças” que alicerçam direitos e deveres normativos de um sistema político, mas compreende também “as posturas que asseguram a identidade e delimitam as fronteiras das comunidades a que pertencem indivíduos e grupos”, tal como “os simbolismos através dos quais exprimem os seus valores e reforçam essas formas de solidariedade”.

Portanto, todas “as normas, as atitudes, os símbolos e os valores que a expressam não se apresentam com um significado único e idêntico para todos os indivíduos”. Em um mesmo cenário, afinal, encontram-se diferentes e mesmo novos conceitos, ideias e discursos, lado-a-lado de velhas práticas políticas que, inevitavelmente, ainda se faziam permanentes³²¹.

Neste espaço de mixórdias e transformações que foi o Rio de Janeiro de início dos oitocentos, “os quarteirões de comércio [...] congregavam as elites letradas da época, em pontos de sociabilidade” como aqueles locais de venda da imprensa, boticas, cafés e livrarias. Mesmo as tipografias adquiriam relevância enquanto espaço de sociabilidade política, sendo “habitualmente frequentadas por indivíduos que se reuniam ali para discutir as questões que movimentavam a vida pública no momento”, sendo muitas, inclusive, dirigidas por publicistas vinculados a algum grupo político local³²².

A possibilidade do desenvolvimento de debates, de se comentar livros, de criticar peças de teatro e poemas e de ampliar “polêmicas sobre política, religião, literatura em geral” passava, até então, por um processo de consolidação neste Rio de Janeiro. A cidade, inclusive, “condicionava o enredo político e cultural” ao mesmo tempo em que “ia sendo transformada pelas interferências dos diferentes atores sociais e políticos”. “As ruas da capital imperial eram *locus* privilegiado de se fazer política, mesmo para aqueles que não eram privilegiados sociais e não interferiam diretamente nas decisões do poder”, escreve Morel, já que “as ruas

³²⁰ Idem, *ibidem*, p. 90; Morel, *Palavras...*, op. cit., p. 82.

³²¹ Neves, *Corcundas e constitucionais*, op. cit., 25-26.

³²² Morel, *As Transformações...*, op. cit., p. 185; Basile, op. cit., p. 51.

da Cidade-Corte” tornavam-se “cena de poder”, e o Rio de Janeiro um “lugar privilegiado de formação de uma opinião pública nacional e regional” ao mesmo tempo³²³.

Neste cenário marcado pelas reverberações e ecos das ideias e pensamentos vintistas portugueses no Brasil, a maior parte das discussões, neste novo espaço público moderno que era a imprensa, circularia no entorno e nas conjecturas sobre a posição que João VI deveria adotar quanto àquela conjuntura política liberal insurreta na península ibérica versando, dentre outras temáticas, sobre sua permanência ou não no território brasileiro.

Nos rastros do Vintismo e dos clamores deste na cobrança do retorno de um soberano real da casa de Bragança, João VI anunciaria contrariado³²⁴, a 7 de março de 1821, o seu regresso à “antiga sede e berço original da monarquia”, falando em “cooperar com os deputados procuradores dos povos na gloriosa empresa de restituir à briosa Nação portuguesa aquele grau de esplendor, com que tanto se assinalou nos antigos tempos”³²⁵. Ao Brasil, restava ao príncipe Pedro a função de regente.

Se os caminhos para a independência brasileira se acelerariam em 1822, com as crises entre as juntas provinciais brasileiras e as Cortes de Lisboa, que constituíam uma afronta àquela nobreza rasa do Rio de Janeiro – ameaçada com as retiradas dos dispositivos que então punham o Brasil na categoria de reino, a que fora elevado em 1815, e que a tornaria classe diluída nos seus próprios meios de sustentação e autoridade³²⁶ –, o periodismo fluminense consolidava-se com a ocupação de seus espaços públicos por agentes oriundos das províncias brasileiras que agregariam, a este “novo universo político-cultural”, uma ampla rede “em torno dos escritos e escritores, homens de letras e seus editores” no quais autores e público, agora, ganhavam papel determinante nessa sociedade³²⁷.

Foi este o despontar da opinião pública brasileira, lida por muitos daqueles que a construía ali na primeira metade dos oitocentos enquanto um “reinado da sabedoria, da prudência e da razão” e reacionária, majoritariamente, a quaisquer reivindicações de revoluções, transformações bruscas e exaltações políticas. Seus construtores, por sua vez, seriam os “letrados” e os “*esclarecidos*”, homens que, lendo-se ilustrados, vislumbravam a propagação das Luzes do progresso, das ciências modernas e da civilização em defesa da ordem, da moderação e, acima de tudo, da razão no Brasil.

³²³ Morel, *As Transformações...*, op. cit., p.190, 199; Ferreira, op. cit., p. 190.

³²⁴ “Assim como não quisera ir para o Brasil, e só se resolveu a partir quando os exércitos de Junot marchavam já em solo português, d. João VI não queria agora voltar a Portugal. Via-se porém na contingência de tê-lo de fazer e de cumprir o voto dos seus ministros e conselheiros”. Pedreira; Costa, op. cit., p. 360.

³²⁵ *Gazeta do Rio de Janeiro* apud Neves, *Corcundas e constitucionais*, op. cit., p. 251.

³²⁶ Pedreira; Costa, op. cit., p. 377.

³²⁷ Ferreira, op. cit., p. 308; Morel, *As Transformações...*, op. cit., 200.

Leituras que, antes proibidas, circulavam apenas dentre alguns segmentos de uma elite intelectual e com alcance delimitado a um grande público por causa das censuras, tornavam-se públicas neste cenário fluminense. Agora, no meio daqueles nomes associados às chamadas “Luzes portuguesas”, também se citavam “aqueles autores considerados sábios que, por suas idéias, haviam iluminado o mundo civilizado, como Edmund Burke, Montesquieu, Jeremy Bentham e Benjamin Constant”. Pensamentos mais radicais, até então proibidos pelas instituições portuguesas, também eram recorrentemente utilizados por aqueles que sonhavam um novo Brasil erigido em vias revolucionárias: Voltaire, Rousseau e os abades Raynal e Pradt alcançariam um “público mais amplo, que começava a conviver em seu cotidiano com novos valores políticos, relacionados à construção de um Estado liberal e constitucional”³²⁸.

Saía às ruas fluminenses também o homem público – “jornalista ou panfletário, [...] redator ou gazeteiro” – na imprensa de opinião que, atento a estas leituras ilustradas, merece, de nossa parte, uma consideração mais detalhada. Afinal, estes sujeitos foram decorrências das “mutações culturais sobrevindas com a manifestação da modernidade política ocidental”, sendo vistos e enxergando-se de maneira geral “como portador[es] de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica”: seriam estes os tipos de escritores que, difusores de ideias, encontravam à frente um “terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações”³²⁹. Nesta esfera pública, aquilo que Habermas chama de “artesanato crítico” seria construído por todos aqueles úteis “ao processo de Esclarecimento” e que soubessem usar publicamente sua “razão”³³⁰.

Delineava-se nestes três primeiros decênios do século XIX a imprensa no Brasil. Objeto e sujeito da história brasileira, o cenário impresso constituía-se aqui como campo de formulação dos mais variados projetos de nação e como um complexo espaço público do qual emergiam personagens sociais distintos entre si³³¹. Motor e difusor destes cenários de profundas e acentuadas transformações³³², seria durante as Regências, “quando jornais eram criados no calor instável dos acontecimentos” e em meio às efervescências políticas, que a imprensa conheceria seu mais frutífero período³³³.

³²⁸ Neves, *Corcundas e constitucionais*, op. cit., p. 37.

³²⁹ Morel, *Palavras...*, op. cit., p. 15.

³³⁰ Habermas, op. cit., p. 268.

³³¹ Marco Morel, Os primeiros passos da palavra impressa, in Ana Luiza Martins; Tânia Regina de Luca (org.), *História da imprensa no Brasil*, São Paulo, Contexto, 2018, p. 42.

³³² Lustosa, op. cit., p. 58.

³³³ Marcello Basile, O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840), in Keila Grinberg; Ricardo Salles (org.), *O Brasil imperial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, p. 65.

Neste recorte regencial, de 1831 a 1840, um veículo impresso ficaria marcado como exemplo do ofício jornalista deste período: os pasquins, proliferados desde as agitações da década de 1820 e de certo modo já populares após a independência brasileira, se sobressairiam nas ruas do Rio de Janeiro e das demais grandes cidades brasileiras por suas opiniões políticas e mensagens ríspidas, muitas vezes carregadas de ataques escritos motivados por arengas pessoais. A *Torre de Babel* e a *Arca de Noé*, duas produções do Abreu e Lima, também se incluíam nesta onda de folhas pasquinescas que invadiam a capital imperial brasileira no ano de 1833.

3.3 Abreu e Lima, “redactor”

De formato pequeno, com quatro páginas na maioria das vezes e redigido por uma ou no máximo duas pessoas que compunham “o original em manuscrito e o enviava à tipografia”, os pasquins não se diferenciavam de demais opúsculos, panfletos e folhetos postos em abundante circulação no Rio de Janeiro pós-1831. Era, por seu feitio, uma imprensa com ares de artesanal e voluntarismo que caracterizava maior parte da formação destes espaços públicos modernos na capital do Império e que virariam exemplo maior deste alargamento da opinião pública³³⁴.

Nesta fase da imprensa brasileira, convém atentarmos, o jornalismo ainda não era uma categoria propriamente profissional. Qualquer indivíduo letrado e com desejos de atuação na vida pública, “fosse médico, clérigo, filósofo ou militar”, dispunha de relativas oportunidades e acessos para fazer circular seu pasquim à época³³⁵.

Sem periodicidade definida e lançada no anonimato, no que se refere à autoria do jornal e dos seus redatores, a *Torre de Babel* seria publicada em apenas sete edições dentre os meses de janeiro e março de 1833, sempre contando quatro páginas em cada exemplar. Publicada desde o Rio de Janeiro, a *Torre* poderia adquirir-se em números avulsos ou por subscrição na “Typographia de R[ené] Ogier, rua da Cadeia n. 142” e, em caso das edições avulsas, na Tipografia Imperial de Pierre Plancher, rua do Ouvidor, n. 95³³⁶.

³³⁴ Morel, *Palavras...*, op. cit., p. 47-48.

³³⁵ Idem, *ibidem*, p. 48-49.

³³⁶ A *Torre de Babel*, nº 1, 9 de janeiro de 1833. Ambos, Plancher e Ogier, franceses de origem, acabariam tendo papel significativo por apresentarem procedimentos técnicos e administrativos que atualizaram a atividade tipográfica do Rio de Janeiro, buscando “sintonizar a arte tipográfica realizada naquele momento [no Rio de Janeiro] com as suas contemporâneas européias”. Nelson Shapochnik, Malditos tipógrafos, in Alcides Freire Ramos; Rosângela Patriota; Sandra Jatahy Pesavento, *Imagens na História*, São Paulo, Alderado & Rothschild, 2008, p. 376. Para um excelente apanhado das atividades tipográficas de Plancher, recomendamos “As revoluções nas prateleiras da rua do Ouvidor”, de Marco Morel. Morel, *As Transformações...*, op. cit., p. 19-64.

Seu “Prospecto”, apresentado na primeira edição, apresenta um redator que buscava *esclarecer* seu público – e não apenas às formas de obtenção desta folha. Sobre o título de inspiração bíblica deste periódico, Abreu e Lima registraria como, naquele momento político brasileiro, era “tanto idioma diferente, tanta linguagem discordante, tanto dialecto ininteligível, [que] não posso crer senão que esta confusão nasce de alguma arrogancia” da qual o próprio Deus quisera castigar, “fazendo com que os homens não se entendão, e caião dispersos por este novo mundo, que não he pequeno, ou pelo menos maior que o mundo do Genesis”³³⁷.

A alegoria religiosa, entretanto, não ficava reduzida apenas à arrogância humana ou à discordância de linguagens, comunicações e dialetos; já na própria difusão dos “homens pelo mundo, dizem que cada hum, ou cada familia formou hum povo á parte, e pelo decurso dos seculos se fôrao propagando, e estendendo até encontrarem-se huns com os outros”, começando mesmo a guerrearem-se “*sem lembrarem-se que tinham huma mesma origem, e que, antes da Torre, fallavão a mesma lingua*”³³⁸.

Se a discordância aventada do homem, originária de sua própria condição, não estivesse ainda esclarecida ao leitor, uma rápida passagem pela seção “Intolerancia” abdicaria das análises ontológicas e universalistas da religião para apresentar um novo tipo de discórdia no Brasil daquele momento. “Em politica, tambem ha intolerancia assim como em Religião”, escreveria, porque “as nossas idéas são exclusivas e não admittimos contradição; hum homem que não pensa como nós he hum velhaco, hum malvado, hum ambicioso” que “não pensa bem”. Afinal, nesta Babel política que era o Brasil, por que não seria permitido ao redator da *Torre* “dizer o que penso com moderação, guardadas as leis da decencia e do pudor? Porque não será permittido á huns o serem Carcundas [conservadores] da Regencia, assim como outros o forão do Imperador?”³³⁹.

Ora, para Abreu e Lima se apresentava um quadro no qual mesmo a sensatez e o bom juízo, em matéria de discussões políticas, pareciam acometidos pela intolerância. O senso comum, tal a rispidez dos debates políticos, parecia “a cousa mais rara e mais inutil do Brasil, que por castigo” do divino fora transformado em *Torre de Babel* naquele momento regencial³⁴⁰.

³³⁷ A *Torre de Babel*, nº 1, 9 de janeiro de 1833.

³³⁸ A *Torre de Babel*, nº 1, 9 de janeiro de 1833 (*grifos do autor*).

³³⁹ A *Torre de Babel*, nº 1, 9 de janeiro de 1833.

³⁴⁰ A *Torre de Babel*, nº 4, 19 de janeiro de 1833.

A apresentação das atividades jornalísticas também não seria das mais cautelosas na *Torre*. Em anonimato, prática comum nos impressos periódicos fluminenses publicados ao longo do período regencial³⁴¹, o redator escrevia como não era pobre, “quero dizer, posso sustentar o meo papel por dous, tres ou quatro mezes pelo gosto de ser Redactor, que não he pequeno”. Anunciava, sobre a assinatura de sua folha, como “este Periodico sahirá á luz duas vezes por Semana em formato ordinario; boa letra, e bem correcto”, com a colaboração do “mecenato coletivo” que eram as subscrições³⁴², então postas por “2\$000rs. por trimestre, pagos adiantados” e com cada folha que “se venderá por 80 rs”³⁴³. Preços módicos, o desta *Torre*, e em valores regulares quanto aos dos demais jornais deste período que, nestes anos, ainda seriam mercadorias relativamente “baratas, acessíveis à maior parte da população fluminense”³⁴⁴.

“Haverá especial cuidado em encher bem a folha para conter grande numero de materias novas”, comentaria Abreu e Lima, acrescentando como “muito poucas vezes se copiará artigos de outro Periodico nacional, e muito menos da Capital”. Sobre o cumprimento das leis sobre a liberdade de imprensa, então em vigor naquele ano, diria como

Empenhamos a nossa palavra em que não daremos o gosto ao Sr. Jury de reunir-se á nossa custa, *id est*, não traspassaremos a lei de liberdade Imprensa, salvo huma provocação manifesta, ou algum escandalo publico, em cujo caso estaremos [...] garantidos pela provocação ou pela publicidade do facto³⁴⁵.

Outro empenho logo apresentado seria o de determinar o público-leitor da *Torre*: em artigo intitulado “Prottestação”, Abreu e Lima assumiria que “escrevo para o povo, porque eu tambem sou povo”, admitindo sobre os usos de uma “linguagem trivial [...] para dar mais vigor á frase” e, por vezes, com a utilização de “alguma palavra mais forte” – algo que, aos seus olhos, “não he de certo muito polido”. Portanto, clamava ao público para que compartilhassem de “senso commum, e me julguem segundo as minhas idéas”³⁴⁶.

Por estas ressalvas já podemos observar as primeiras indicações quanto ao conteúdo, bem como ao estilo e à forma escrita que sairiam veiculadas neste pasquim. Sobre os porquês

³⁴¹ Basile porá como “o anonimato foi prática generalizada durante todo o [período do] Império, sobretudo na primeira metade do século XIX. A legislação da época – o Código Criminal de 1830 e a lei de imprensa de 20 de setembro do mesmo ano – garantia esse direito, ao não exigir a obrigatoriedade de que materiais impressos, litografados ou gravados tivessem identificação de autoria (e sim declaração do nome do impressor e do local e ano da impressão). Basile, *Inventário...*, op. cit., p. 57.

³⁴² Nas palavras de Neves. Neves, *Corcundas e constitucionais*, op. cit., p. 105. Sobre as subscrições, Lustosa comenta como o retorno financeiro obtido por tais acordos mal pagavam os custos de publicação das folhas. Lustosa, op. cit., p. 55.

³⁴³ *A Torre de Babel*, nº 1, 9 de janeiro de 1833.

³⁴⁴ Com 80 réis comprava-se uma libra de açúcar mascavo e uma garrafa de vinagre no Rio de Janeiro, por exemplo. Basile, *Inventário...*, op. cit., p. 52.

³⁴⁵ *A Torre de Babel*, nº 1, 9 de janeiro de 1833 (*grifos do autor*).

³⁴⁶ *A Torre de Babel*, nº 1, 9 de janeiro de 1833.

do uso desta linguagem, trivial em sua acepção, Abreu e Lima alegaria como ela seria “de uso em todos os Periodicos do estilo de que eu me sirvo”, e indicaria suas referências: “os Inglezes e Francezes tomão muitas vezes esta liberdade” de escrita, precisaria, e por isso seriam os exemplos a serem seguidos na atividade redatorial³⁴⁷.

A “trivialidade” do linguajar da *Torre*, e da ampla maioria das folhas regenciais, já seria definida como de “franca virulência” por alguns historiadores: acobertados “pela relativa liberdade de expressão e pela prática comum do anonimato”, e com a potencialidade de ultrapassar as barreiras do analfabetismo pela permanência das práticas de oralidade em voz alta e em público, o que “multiplicava seu poder de comunicação”³⁴⁸ por suas frases simples e diretas, os redatores de pasquins, jornais e folhetos excediam em provocações, ataques pessoais e interpretações exageradas naquela “República das Letras” fluminense.

“Grande polemica de Periodicos: novo Diccionario de injurias, Biographia dos Redactores: unico argumento que persuade, salvo hum tiro de pistola, que, como já disse, tambem he argumento concludente”, conforme as folhas do primeiro número da *Torre*³⁴⁹.

Mesmo nas conversações do cotidiano, fora de seu ambiente de redação e das tipografias, o assunto parecia perpassar, vez ou outra, pelo número – excessivo, para alguns – de jornais e de seus “espíritos”, que faziam da capital imperial um verdadeiro campo minado pela variedade dos tipos de impressos e das distintas vertentes políticas que ganhavam as ruas da cidade.

Em “Periodicos”, no número 4 da *Torre*, por exemplo, Abreu e Lima escreveria, adotando verves cronistas, como “estava hum destes dias com hum amigo, e recahio a conversação por acaso sobre os Jornaes do Rio de Janeiro; eu notava que em todos elles não se via sinão o espirito de partido”, com “a declamação” da maioria destas folhas elaborados em uma linguagem “de ordinario impropria das producções deste genero”³⁵⁰.

Até mesmo o feitiço da escrita jornalística dali passava pelo crivo do general bolivarista. No mesmo artigo, confidenciaria ao camarada como alguns jornais seriam de “estilo inchado” em suas palavras, e tantos outros com “longos e fastidiosos periodos, e em todos a pedagogia personalisada, de sorte que bem se poderia diser em geral, que tudo se redusia a *palavras de sete arrobas e á periodos de legua e meia*”, ao que o amigo, em toda sua erudição, teria respondido como José Ignácio simplesmente “não concebe então a força da

³⁴⁷ A *Torre de Babel*, nº 1, 9 de janeiro de 1833.

³⁴⁸ Basile, O laboratório..., op. cit., 65.

³⁴⁹ A *Torre de Babel*, nº 1, 9 de janeiro de 1833.

³⁵⁰ A *Torre de Babel*, nº 4, 19 de janeiro de 1833.

palavra; *periódico quer diser periodo grande*”. “Achei-lhe rasão”, registraria Abreu e Lima, “e não tive que responder-lhe”³⁵¹.

Ponderações sobre a opinião pública fluminense e a fartura da palavra escrita posta às ruas da capital do Império seriam dos temas abordados nesta *Torre* do bolivariano. “He hum gosto o ver a luta dos Jornaes da Capital”, seria o incipit do artigo “Compensações” do quinto número deste pasquim: “todos hostis; todos enchoriçados arreganhão os dentes” e se “encurvão como o porco espinho, para lançarem setas huns contra os outros”, comentaria sobre o jogo das relações entre os periódicos e seus redatores neste espaço público. “A polemica consiste em ver qual d’elles ha de primeiro dizer hum insulto, ou levantar [...] ao seo contrario”, no que “dizem huns que os Caramurús são assassinos”, enquanto outros proclamavam “que a Sociedade Defensora quer assassinar o Monarca”³⁵².

De certeza, para Abreu e Lima, é que “si existisse hum Povo como o do que pode formar-se idéa pelos Jornaes do Rio de Janeiro”, seria digno “a pena de fazer-se huma cruzada contra elle para extermina-lo, como huma raça réproba” e “indigna de viver em sociedade com o resto do genero humano”³⁵³.

Era a explosão do vitupério nos impressos, como escreveria o historiador Nelson Werneck Sodré sobre a popularização do pasquim na sua *História da Imprensa no Brasil*³⁵⁴, e que se descortinava ao redator da *Torre*. “De duas huma, ou nada do que se tem dito he verdade, que he o mais certo ou somos o Povo mais despresivel da terra, e graças aos escritores publicos do Rio de Janeiro”, seria a interpretação de Abreu e Lima.

A troca de insultos entre os redatores por meio dos periódicos, em tons ásperos, era rejeitado ao menos no primeiro número da *Torre*, já que o general se punha a atacar “as opiniões, [...] não as pessoas”. “Fallarei de hum Periodico, de hum Redactor, porêm nunca indicarei huma só qualidade que sinale o individuo”, afinal: “insultos, o *sarcasmo*, e a *diatribe* formão hoje a estrada coberta de toda a defeza de huma opinião atrincheirada, e a vida privada se tem tornado a propriedade de qualquer Detractor”³⁵⁵.

Se Sodré, com uma perspectiva elitista, leria a utilização destas formas de linguagem dos pasquins como “vozes desconexas e desarmoniosas”, utilizadas porque “num meio em que a educação, [...] estava pouquissimamente difundida, em que a massa de analfabetos era esmagadora” e porque aqueles “que não sabiam ler *não tinham atingido o nível necessário ao*

³⁵¹ *A Torre de Babel*, nº 4, 19 de janeiro de 1833 (*grifos do autor*).

³⁵² *A Torre de Babel*, nº 5, 25 de janeiro de 1833.

³⁵³ *A Torre de Babel*, nº 5, 25 de janeiro de 1833.

³⁵⁴ Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 180.

³⁵⁵ *A Torre de Babel*, nº 1, 9 de janeiro de 1833 (*grifos do autor*).

entendimento de questões políticas”³⁵⁶, Abreu e Lima, moderno porque esclarecido, falava que “quando queremos dar a lei sobre toda a intelligencia humana, ferindo deste modo o amor proprio dos outros homens, nos abandona a razão e ficamos furiosos”³⁵⁷.

Mesmo repudiando os insultos, as “diatribes” e os “sarcasmos” da escrita impressa fluminense, o general não se poria às margens destas classificações acusadas de punho próprio sobre os “redactores” que tanto ojerizava. A *Torre de Babel*, em especial, pareceu seguir a risca a própria afirmação que fazia logo em seu prospecto, quando afirmava que seria “muito natural que agrade á alguns, disgoste á muitos”. Se o “Pobre Brazil” parecia às vias das paixões e intolerâncias políticas, e em que pese a asseveração ao afirmar como não pertenceria “á partido algum”, porque veria “virtudes e vicios em todos os partidos”, Abreu e Lima não escaparia deste jogo de opiniões, acusações e retóricas que dominavam as publicações fluminenses. Afinal, “sem ser Napoleon também tenho *ma politique à moi*”, garantindo como “sendo tolerante com todo o mundo sou muito aferrado aos meos principios”³⁵⁸.

O redator da *Torre* não se colocaria em contraste com a bandeira daqueles que defendiam “a força das idéias liberais, as qualidades intellectuais” e a justeza da razão, portanto. Valores assumidos por aqueles que se intitulavam como promotores do progresso científico e da civilização, estas marcas da “modernidade do período”³⁵⁹ seriam proclamadas também por Abreu e Lima já nos artigos deste seu primeiro pasquim de 1833.

No artigo “Preliminares de Paz”, lançado no quinto número da *Torre*, podemos encontrar recortes interessantes a se pensar sobre os insultos trocados entre o general bolivarista e outros redatores; nele, e lendo a si próprio como “Escritor publico”, Abreu e Lima proporia aos seus pares de redação “um fim muito louvavel”, a saber, o estabelecimento de “huma regra de conducta que regule á todos, e obrigue *honrosamente* á cada hum em particular”³⁶⁰.

“Ninguém duvida que insultar não he persuadir, e que hum desaforo não he razão [...]; logo o escritor que insulta á outro, aberra dos principios universaes da urbanidade, e do senso commum”³⁶¹, observaria com olhares *civilizados*. Adotando estes princípios da razão e suas

³⁵⁶ Sodré, op. cit., p. 181 (*grifos nossos*). Embora clássica, discordamos das interpretações deste historiador; já discutimos como a política, neste início de século XIX, alcançara – por seus meios, muitas vezes não impressos – amplos setores sociais, cf. nota 317 deste capítulo.

³⁵⁷ *A Torre de Babel*, nº 1, 9 de janeiro de 1833.

³⁵⁸ *A Torre de Babel*, nº 1, 9 de janeiro de 1833 (*grifos do autor*).

³⁵⁹ Neves, *Corcundas e constitucionais*, op. cit., p. 163-164.

³⁶⁰ *A Torre de Babel*, nº 5, 25 de janeiro de 1833 (*grifos do autor*).

³⁶¹ *A Torre de Babel*, nº 5, 25 de janeiro de 1833.

variantes, pilares básicos de uma cultura política moderna oitocentista não apenas brasileira, mas também ocidental, Abreu e Lima reassumiria com certa constância a sua confiança nas ideias e pensamentos modernos, naquilo que alguns historiadores definiram como o “espírito do século”³⁶².

Escreveria na primeira edição da *Torre* como “não se acha hoje no Rio de Janeiro hum Periodico que se mereça ler se, incluso o meo, porque eu não sou excepção”, apresentando, sarcasticamente, uma cartilha cronológica que, quase como um roteiro, seria seguida à risca pelos novos impressos que surgiam na cidade: com “protestações de moderação, tolerancia”, que se daria “no 1.º numero o Elenco de materias”, contraditoriamente “não se tem voltado a pagina já o Redactor tem violado todos os seus juramentos”³⁶³.

Como “em huma época tão fecunda em successos desagradaveis não pode chamar-se á juizo quem não pensa como nós”, “seja-nos permittido se quer opomos [...] razões á razões, factos á factos”³⁶⁴, reivindicaria. Por isto, como o homem que não aguentaria ouvir “desaforos, não serve mais para nada”, a *Torre* proporia, para “que nos entendamos como entes racionaes”, as seguintes normas no qual estabelecia como

Si algum Redactor se julgar ofendido individualmente [...]; isto he, no que toca-á sua pessoa, [...] ás suas idéas, póde dizer-m’o com franqueza, no seo jornal, e convidar-me á que nos entendamos; conviremos no dia em que nos devamos ver, e logo que de cara á acara me prove (com razões, *bem entendido*) que eu fui injusto, prometto sob minha palavra cantar a Palinodia na Torre de Babel; si eu disser algum dia que *huma sociedade inteira he malvada, e que os seos membros são huns assassinos, e ladrões*, estou pronto á sofrer de cada hum a pena da ousadia³⁶⁵.

Ecos de uma proposta e abertura ao diálogo civilizado de duas partes envolvidas no debate, evidentemente. Se *razão e moderação* seriam os sustentáculos de um amplo segmento do liberalismo político brasileiro deste recorte pós-emancipatório, em resposta (e reativo) àqueles princípios liberais mais radicalizados e ao absolutismo contrarrevolucionário³⁶⁶, o general bolivarista compartilharia destas propostas de vernizes modernos nas suas folhas.

Delineações modernas de razão e moderação, por exemplo, que seriam constituintes por si dessa própria opinião pública ilustrada e de berços europeus. Sobre a “república das letras” de fins do século XVIII europeu, Koselleck comentaria como por essa república ser um “Estado [...] livre” nela só se reconheceria os impérios “da verdade e da razão; e, sob os auspícios delas, trava-se guerra inocentemente contra quem quer que seja”. Como “todos são soberanos e podem ser julgados por todos”, neste campo da opinião pública também “trava-se

³⁶² Neves, *Corcundas e constitucionais*, op. cit., 164.

³⁶³ *A Torre de Babel*, nº 1, 9 de janeiro de 1833.

³⁶⁴ *A Torre de Babel*, nº 5, 25 de janeiro de 1833.

³⁶⁵ *A Torre de Babel*, nº 5, 25 de janeiro de 1833 (*grifos do autor*).

³⁶⁶ Morel, *As Transformações...*, op. cit., p. 243-244.

guerra inocentemente contra quem quer que seja”; afinal, soberano em relação ao todo, cada um também seria “sujeito ao juízo de todos” aqueles homens de letra partícipes desta república³⁶⁷.

“Não tenho vergonha de dizer que não sou infallível, ou que tenho defeitos; sou homem, e tenho muitos defeitos, entre elles, paixões violentas que [...] na minha vida me tem conduzido á scenas [...] desagradaveis e incommodas”, admitiria Abreu e Lima, talvez recordando os incidentes com Guzmán na Venezuela. “Si algum Redactor me provar com decencia que eu fui injusto para com alguma pessoa de qualquer condição que seja”, o general se certificaria de “desdizer-me com a mesma franqueza com que emitti a opinião erronea, ou falsa”, neste verdadeiro “*exercício de armas*” que era a condução de um pasquim na capital do Império brasileiro³⁶⁸.

Os textos da *Torre*, entretanto, não se reduziram apenas aos julgamentos racionais de José Ignácio acerca das medidas e atitudes da imprensa fluminense com a qual disputava a atenção do público no Rio de Janeiro. Nesta opinião pública avolumada e inflamada, os debates com demais folhas e redatores da cidade e sua corte seriam inevitáveis, com arengas entre “homens de letras” que carregavam consigo todo um *vocabulo político moderno*, com o qual interpretavam desde as facções políticas em evidência àquele momento até ao evento que desencadeara o surgimento de uma Regência naquele horizonte político brasileiro.

3.4 Leituras da abdicação

Ora, a franca troca de ideias e o debate no “Reino da Opinião” não era negado; Abreu e Lima, inclusive, já mandava às ruas por meio da *Torre* como “não permitto que me digão que não dou a cara, e que me occulto debaixo da capa do mysterio”. O general chamava atenção, apenas, aos limites que a contenda deveria ter, “pois [...] prefiro entender-me com razões á disputar á couces, e á dentadas”³⁶⁹.

Nas querelas de cunho político, no qual se interpretava não apenas os que compunham a Regência no momento, mas também os projetos de nação voltados ao Brasil e circulantes no espaço público da imprensa, a linguagem, porém, seria majoritariamente acima do tom. Se os pasquins caracterizavam-se por suas curtas durações, pequenas dimensões e preços baixos,

³⁶⁷ Reinhart Koselleck, *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*, Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 97-98.

³⁶⁸ *A Torre de Babel*, nº 5, 25 de janeiro de 1833 (*grifos do autor*).

³⁶⁹ *A Torre de Babel*, nº 5, 25 de janeiro de 1833.

outro traço seria de fácil peculiaridade nestes tipos de folhas: os traços doutrinários de seu conteúdo político e a exacerbação na emissão de seus argumentos e pontos de vista³⁷⁰.

Uma interessante leitura acerca desse cenário político imperial, imerso nas Regências, pode-se aferir do artigo “Intolerancia”: próximo ao seu fim, lemos a opinião de como o Brasil “está dividido em partidos, em seitas políticas mais ou menos notáveis pela perseguição que mutuamente se fazem”, em que chega a se formar “idéas bizarras de palavras inocentes”. Afinal, questionava Abreu e Lima, “quem diria que a palavra *moderação* se havia trocar em labeo, e que Caramurú quer dizer inimigo do Imperador? Sómente a palavra exaltação não tem sido viciada, porque ella em si encerra já hum vicio”³⁷¹.

Neste sentido, cabe a seguinte problematização: como a *Torre*, com a perspectiva de Abreu e Lima, abordou os modos de pensar daqueles três grandes grupos políticos que disputavam o espaço de poder na capital do Império do Brasil? E como seriam representadas, nas folhas deste pasquim, este primeiro ciclo de poder regencial no país?

Vale, antes, retomarmos o debate sobre o “conteúdo político doutrinário” dos impressos brasileiros circulantes – e popularizados – durante a Regência. Afinal, na época áurea das publicações impressas na cidade fluminense, uma imprensa ainda incipiente privilegiava um conteúdo doutrinário e propagandístico “em detrimento do *factual* e descritivo”³⁷². Com isto, concordamos com as historiadoras Silvia Carla Fonseca e Maria Letícia Corrêa quando partem da afirmação de que o estudo de “jornais, panfletos e revistas” são de relevância à historiografia para se pensar as perspectivas de caráter político, como suas convicções, conceitos, agremiações e, mesmo, o recurso da retórica empregada pelos redatores de tais escritos³⁷³.

Recordemos também Morel que, em seu *Transformações dos Espaços Públicos*, de 2003, comentaria como o estudo da opinião pública, analisada como categoria analítica, é de utilidade ao historiador quando situado “cronologicamente e geograficamente”, por permitir um “conhecimento mais aprofundado das gêneses da política moderna pós-Absolutista”. Desta maneira, Morel propõe pensar a opinião pública não enquanto algo cristalizado ou

³⁷⁰ Basile, Inventário..., op. cit., p. 60.

³⁷¹ *A Torre de Babel*, nº 1, 9 de janeiro de 1833 (*grifos do autor*).

³⁷² Morel, *Palavras...*, op. cit., p. 49 (*grifos do autor*).

³⁷³ Silvia Carla Fonseca; Maria Letícia Corrêa, A imprensa e os historiadores, in Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca; Maria Letícia Corrêa, *200 anos de imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Contra Capa, 2009, p. 7, 15. Neste texto, as autoras também fazem um significativo balanço dos impressos enquanto objetos que subsidiam os estudos históricos ao serem abordados enquanto fonte de pesquisa: lemos como “apenas a partir dos anos quarenta” do século XX que a imprensa “passou a conformar” um campo específico de interesse intensificado, nos anos 1990, pela investigação acadêmica que passou a dominar “a reflexão sobre a história dos impressos no Brasil”. Idem, *ibidem*, p. 8, 11.

mesmo pré-definido, mas sim como objeto de estudo que pode indicar a legitimação de práticas políticas e a operação simbólica de “transformar opiniões individuais ou setoriais em opinião geral”³⁷⁴.

Ora, se o campo de produção de periódicos e demais impressos vinha em crescente desde os 1820, em um Rio de Janeiro já livre das amarras de uma censura real por causa da proclamação da liberdade de imprensa e que prepararia um propício cenário à chamada “solução da Independência”³⁷⁵, sendo esta última que se fez mesmo em grande parte graças à ação daquela³⁷⁶, a década seguinte, com a abdicação do imperador no dia 7 de abril de 1831, ofereceria sinais de um aumento considerável da produção periódica.

Se foram as crises “política e de abastecimento” que acarretaram na abdicação de Pedro I, este novo cenário traçado em 1831, agora com a ausência da figura de um monarca e marcado por uma primeira indecisão quanto à soberania do Estado brasileiro, seria o da “explosão da palavra pública” pelo país. Entretanto, interpretações muito distintas seriam feitas sobre o acarretamento decisivo protagonizado pelo imperador brasileiro.

Joaquim Nabuco, com seu *Um estadista do Império* de 1896, por exemplo, leria o 7 de abril como “um desquite amigável entre o imperador e a nação, entendendo-se por nação a minoria política que a representa”. Para este historiador, apenas dois caminhos se desvelavam ao então soberano do Brasil neste momento de crise: ou às vias despóticas, pela “perfeita incapacidade” de Pedro I e “nação” se compreenderem, ou pela abdicação³⁷⁷.

O processo, porém, foi mais conflituoso e complexo do que a leitura de Nabuco daria a entender. Agitações civis e militares tomavam conta das ruas do Rio de Janeiro nos momentos agudos do desgaste do primeiro imperador, e expectativas diversas circundavam o cenário que poderia advir das incertezas do momento. Nas precisas palavras de Basile, “muito mais do que produto de um simples arranjo das elites, a sintomaticamente chamada

³⁷⁴ Morel, *Transformações...*, op. cit., p. 233. Este livro, versão em português de sua tese de doutorado em História apresentada em 1995 na França, traz a ponderação de como a própria expressão “opinião pública” é carregada de polissemia e polêmica, já que constituiria um “campo de estudos no qual a riqueza de elementos conceituais estabelece uma tênue fronteira com as imprecisões”. O autor, ainda, alerta para como a expressão encontra-se por vezes cristalizada por “seu uso no vocabulário corrente”, o que a faz ser lida como “sujeito político, com vontade e identidade própria, ou seja, reificada”. Idem, *ibidem*, p. 233.

³⁷⁵ Sobre os movimentos que propiciariam a independência brasileira, nos bastam as palavras de Neves quando fala que esta “não foi alcançada a partir de um plano preconcebido de motivações nativistas ou nacionalistas”, mas sendo resultado antes de um “jogo de interesses de reduzido grupo de participantes”. O Brasil, único Estado monárquico dentre repúblicas na América independente, não brotaria das “inspirações liberais que o período da Independência colocou em circulação, mas nasceu e foi acalentado [...] sob o signo do mesmo absolutismo ilustrado que forjara a idéia de império para conservar o que supunha sempre haver sido”. Neves, *Corcundas e constitucionais*, op. cit., p. 414, 418.

³⁷⁶ Lustosa, op. cit., p. 52.

³⁷⁷ Nabuco, *Um estadista do Império*, op. cit., p. 333.

Revolução do 7 de abril foi resultado não só das tramas urdidas na imprensa” e no Parlamento,

Mas também da forte pressão popular; participação essa manifesta nos frequentes movimentos de protesto, envolvendo até centenas de pessoas, que se multiplicaram pelas ruas da corte no mês de março e na primeira semana de abril, e que culminaram na grande mobilização do dia 6 [de abril de 1831], reunindo nada menos do que cerca de quatro mil pessoas³⁷⁸.

Desde a emancipação política brasileira, afinal, a discussão política se fazia em tons mais altos nas ruas do Rio de Janeiro³⁷⁹, e seria o acontecimento que marcaria a consagração desse espaço público, de formas impressas e não impressas, mas também afeitas a esta cultura política moderna³⁸⁰, como uma “arena de luta dos mais diversos grupos políticos e camadas sociais”.

Este espaço da opinião pública, mais uma vez, seria afeito a novas formas de fazer política. Muito além da “esfera dos círculos palacianos e das instituições representativas”³⁸¹, politizavam-se também as ruas. Agora com o envolvimento das “massas populares”, estes espaços de modernidade imbuídos dos usos públicos da razão e da crítica, também marcados por um hibridismo pela permanência de certos traços do Antigo Regime³⁸², ganhavam feições que encontrariam, sobretudo, repercussões não apenas nesta fase agitada de Regências, mas ao longo de todo o XIX nacional³⁸³.

Na *Torre de Babel*, o xadrez político e os ataques mútuos entre as três grandes facções políticas regenciais ocuparão parte das folhas do pasquim, e, para Abreu e Lima, não parecia possível discriminar a atuação de parte desses grupos com a abdicação de Pedro I que inquietava parte do país. No artigo “Interior”, primeiro número da *Torre*, o bolivarista poria, sarcasticamente sobre a conjuntura política do país, como

Isto vai ás mil maravilhas; reina em todo o Brasil numa tranquilidade *Sepulcral*; a industria, a moral, e a civilização marchão com passos violentos, ainda que nem por muito madrugar amanhece mais depressa. O povo repousa na lei, e a lei na m... que a pario³⁸⁴.

Visão negativa de um Império do Brasil mais distante dos signos do progresso, das Luzes e da tão apregoada civilização, seria esta a do José Ignácio sobre o tal desquite. “O Brasil esta muito tranquillo, e tão tranquillo como o que quebra huma perna e não a póde

³⁷⁸ Basile, O Laboratório da nação..., op. cit., p. 59.

³⁷⁹ Morel, *As Transformações...*, op. cit., p. 244.

³⁸⁰ A leitura, lembremos, não era limitada a uma prática individual e privada, mas continha elementos coletivos; desta forma, apesar do peso nada descartável do analfabetismo, o corpo de leitores nas grandes cidades brasileiras alargavam-se com estas práticas políticas. Idem, *Palavras...*, op. cit., 43, 45-46.

³⁸¹ Basile, O laboratório da nação..., op. cit., p. 59.

³⁸² Presente em alguns significados e particularidades, também pela proximidade temporal com o chamado Antigo Regime. Morel, *As Transformações...*, op. cit., p. 244.

³⁸³ Arnaldo Fazoli Filho apud Basile, O laboratório da nação..., op. cit., p. 59; Morel, *Palavras...*, op. cit., p. 82; Neves, A vida política, op. cit., p. 90.

³⁸⁴ *A Torre de Babel*, nº 1, 9 de janeiro de 1833 (*grifos do autor*).

mover”, ironizaria. Todo este estado negativista, aliás, partia para Abreu e Lima de uma única causa, este “[7 de] Abril para cá”, e seria “hum cego” aquele que não compartilhasse desta leitura³⁸⁵.

Revolução, partidos, civilização; seriam estes alguns dos termos amplamente utilizados já na primeira edição da *Torre* e que, presentes ao longo de suas seis edições restantes, também estariam nas linhas do outro pasquim deste ano do Abreu e Lima, a *Arca de Noé*. Vocábulos que, localizados e analisados em um recorte geográfico e temporal, servem ao historiador para a compreensão de determinados cenários e de algumas de suas correntes de pensamentos e ideias.

É por este viés de interpelar a linguagem não como um reflexo direto da sociedade ou como fato natural e herdado, mas antes como um “ponto inicial” que oferece ao historiador “pistas sobre mundo” e suas relações na conjuntura problematizada, que proporemos uma maior reflexão sobre a versatilidade e utilização destes vocábulos. Com sentidos novos “através da ação e da prática política”, estes nos permitem percorrer a consistência dos argumentos a que seus sujeitos evocaram quando de sua utilização³⁸⁶.

Concordamos com o historiador colombiano Renán Silva quando pontua que “uma das vias mais produtivas de entrada à análise de uma sociedade” é dada “pelo reconhecimento do caráter específico da linguagem”³⁸⁷, com a qual determinados setores desta mesma sociedade nomeiam e classificam “seus objetos, mediante a reconstrução da linguagem em que designa as relações, os grupos sociais e as formas de interação que a caracterizam”. A linguagem, por nos pôr “em contato com as formas de perceber, com as formas de representar, com as formas como uma sociedade *fala de si mesma*” e com uma aplicação metodológica apropriada pode acentuar, ao historiador, a investigação deste jogo entre *palavras* e suas *relações* naquele recorte social proposto³⁸⁸.

Abordando as ideias como veículos de transmissão intelectual e cultural, transformando-as em “personagens [...] das histórias” e problematizando-as, o historiador pode encontrar “maneiras de rastrear o esforço, o diálogo, a troca intelectual coletiva”,

³⁸⁵ *A Torre de Babel*, nº 1, 9 de janeiro de 1833.

³⁸⁶ Renán Silva, *Lugar de dúvidas: sobre a prática da análise histórica: breviário de inseguranças*, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2015, p. 78; Neves, *Corcundas e constitucionais*, op. cit., p. 17, 21.

³⁸⁷ Além de serem “uma das formas mais eficazes de luta contra o etnocentrismo e o anacronismo”, nos indica Silva. Silva, op. cit., p. 78.

³⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 78 (*grifos do autor*).

conforme o historiador estadunidense Donald R. Kelley³⁸⁹. Neste esforço de um estudo dessa história do pensamento, não percamos de vista também como “quando recuperamos os *termos do vocabulário normativo* de que qualquer agente dispõe para descrever seu comportamento político”, o historiador indica, “ao mesmo tempo, uma das limitações aplicáveis a esse mesmo comportamento” segundo Skinner.

Afinal, ao debruçar-se às questões de “por que tal agente faz o que faz”, o estudioso do pensamento volta suas atenções ao vocabulário, “já que este [...] se delineia como um dos fatores a determinar sua ação [refere-se ao agente]”. Assim, “se concentrarmos nossas histórias no estudo desses vocabulários”, nas palavras de Skinner “teremos condições de entender exatamente por que meios a explicação do comportamento político depende do estudo do *pensamento político*”.

Por estes métodos historiográficos, portanto, o pesquisador da História pode se debruçar não apenas nos argumentos desses que o historiador inglês chama de agentes, mas também às “questões que formulavam e tentavam responder, e em que medida aceitavam e endossavam, ou contestavam e repeliam, ou às vezes até ignoravam” ideias, projetos, filosofias e demais pensamentos “então predominantes no debate político”³⁹⁰.

Neste recorte brasileiro no qual a *Torre* estava inserta, portanto, uma atenção de nossa parte aos vocábulos e conceitos apresentados neste pasquim acaba nos permitindo uma melhor observação e condição analítica das condições políticas deste momento regencial.

Sobre “revolução”, dos conceitos mais evocados em debates ao longo dos oitocentos no mundo ocidental, interpretado por seus adeptos e antagonistas “como um processo inelutável e às vezes irreversível” do qual não se fica indiferente, seja à sua defesa ou ao seu combate, Reinhart Koselleck o tratará como “um produto linguístico” moderno, aberto para possibilidades semânticas flexíveis que podem variar “desde sangrentos movimentos de deposição e/ou golpes políticos e sociais até inovações científicas decisivas”, podendo, inclusive, significar tudo isto – ou não – ao mesmo tempo³⁹¹.

Este historiador alemão dedica parte considerável dos seus estudos às análises da “revolução” enquanto um conceito carregado de historicidade. Segundo Koselleck, revolução foi, de início, um “conceito físico-político” que aludia ao ciclo das estrelas – significado com

³⁸⁹ Donald R. Kelley, Nas margens da *Begriffsgeschichte*, in Marcelo Gantus Jasmin; João Feres Júnior (org.) *História dos conceitos: debates e perspectivas*, Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio, Edições Loyola, IUPERJ, 2006, p. 72-73.

³⁹⁰ Quentin Skinner, *As fundações do pensamento político moderno*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 12-13 (*grifos nossos*).

³⁹¹ Koselleck, op. cit., p. 62; Morel, *As Transformações...*, op. cit., p. 38.

o qual o matemático e astrônomo polonês Nicolau Copérnico (1473-1543), já em obra nos meados da década de 1540, se apropriava para explicar o seu estudo do movimento rotatório dos corpos celestes³⁹².

Se a Revolução Francesa de 1789 se tornaria uma “espécie de paradigma do nascimento da modernidade política”, com a criação de novas referências e valores político-culturais, além de intervenções no vocabulário e uma dinâmica diferenciada de associações – com “a organização dos poderes com outros critérios de soberania”, por exemplo –, Koselleck enxergará no termo “revolução” quatro características que o definiriam semanticamente após os eventos franceses deste ano.

Tornado “*conceito meta-histórico*” e transfigurado em “coletivo singular”, revolução adquirira primeiro, para o historiador alemão, um sentido transcendental que passa a “ter por objetivo ordenar historicamente as experiências de convulsão social”, ou seja, viraria um princípio “regulador tanto para o conhecimento quanto para a ação de todos os homens envolvidos nela”. Uma “experiência de *aceleração do tempo*” também permitira à revolução uma nova particularidade, já que, com o êxito inicial do movimento revolucionário francês no término dos setecentos, “o horizonte ‘natural’ da história foi abandonado”, ao mesmo tempo em que “a experiência de aceleração” tornava evidente novas perspectivas que impregnaram o conceito de revolução.

Revolução ainda adquiriria um “coeficiente dinâmico” que permitiria caracterizar os prognósticos lançados após 1789; surge, por exemplo, o neologismo *contrarrevolucionário* no vocabulário político do mundo ocidental. Por fim, a transformação desta palavra aludiria também à alteração da perspectiva em direção ao passado, abrindo-se “um novo espaço de experiência cujos pontos de fuga remetiam a diferentes fases da Revolução de 1789”: agora, e a depender do interesse e da posição de cada observador, “era possível identificar-se com uma determinada etapa da revolução, a fim de [...] tirar conclusões aplicáveis ao futuro”. Revolução, assim, transformara-se em um “*conceito perspectivista dentro da história da filosofia*”, apontando para uma direção irreversível. Em suma, o conceito moderno de revolução distinguia-se, portanto, por uma passagem da “*revolução política à revolução social*”³⁹³.

Termo de caráter polissêmico, que logo estaria presente nas publicações impressas no Rio de Janeiro poucas décadas depois: leituras das, e sobre, as revoluções já estariam

³⁹² Koselleck, op. cit., p. 64.

³⁹³ Idem, ibidem, p. 69-71 (*grifos do autor*).

presentes nas prateleiras da livraria do francês Pierre Plancher (1779-1844), por exemplo³⁹⁴, e na segunda década do XIX não raras seriam as leituras da revolução como “praga” que destruía a moral do país e apenas produzia anarquias e guerras civis³⁹⁵. Afinal, o vocábulo chegava pelos filtros da monarquia lusitana, intermediada pela Ilustração ibérica – em que os liberalismos políticos eram lidos através de suas “próprias diversidades”³⁹⁶ – e, por isso, revolução também era (re)apropriada como um “instrumento de satanização dos adversários”³⁹⁷.

Interpretações distintas, polissêmicas, sobre revolução. Se o mito em torno desta palavra ainda assombraria o mundo no decorrer de todo os oitocentos, sendo uma constância na imprensa o debate acirrado de ideias e pensamentos, distintos muitas vezes, voltados ao legado “revolucionário”, seguimos Morel quando este historiador endossa “como seria arriscado estudar um determinado vocabulário político descolado de seu *contexto*, das *práticas* que o conformavam e dos *atores políticos e sociais* que o expressavam”³⁹⁸.

A década de 1830, porém, seria o decênio no qual a revolução adentraria de vez as folhas fluminenses. Com a pressão política sob Pedro I, nos fins dos anos 1820 e no início desta década, cenas de agitação popular e protestos marcados muitas vezes por conflitos de rua e quebra-quebras acorriam a cidade do Rio de Janeiro e algumas das principais cidades do Império. Os ápices de violência, como a Noite das Garrafadas entre os dias 11 e 14 de março de 1831, contribuía ainda mais à instabilidade do Primeiro Reinado: nestes dias de desordem, a capital imperial viu suas ruas serem palco de peijas entre brasileiros e portugueses.

O representante da casa bragantina, aliás, já vislumbrava uma crescente rejeição à sua figura. Passado o período de sua popularidade, adquirida principalmente pela proclamação da independência brasileira, Pedro I “foi se indispondo com as correntes liberais e mesmo com a população em geral”. Pouco após a emancipação do Brasil, o imperador dissolveria a Constituinte para outorgar, em seguida, uma constituição que não dispunha da legitimidade dos constituintes³⁹⁹.

As desavenças se acentuariam: a fracassada guerra à beira do Prata, para manter a posse da antiga colônia portuguesa de Sacramento, e seu sequente envolvimento no imbróglio

³⁹⁴ Morel, *As Transformações...*, op. cit., p. 58, 60.

³⁹⁵ Neves, *Corcundas e constitucionais*, op. cit., p. 174.

³⁹⁶ Morel, *As Transformações...*, op. cit., p. 60.

³⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 123.

³⁹⁸ Idem, *ibidem*, p. 116-117 (*grifos nossos*).

³⁹⁹ Carvalho, *A vida política*, op. cit., p. 83-84.

dinástico português para defender o trono da filha, Maria II (1819-1853), contra seu irmão, Miguel (1802-1866)⁴⁰⁰, serviriam de motivos aos opositores de Pedro I que, cada vez mais populares e notórios, arregimentavam um número crescente de vozes às manifestações no Rio de Janeiro⁴⁰¹.

A sensação de perda da legitimidade, aliada aos agudos protestos políticos, fariam o soberano do Primeiro Reinado incapaz de manter o controle que já tivera sobre o espaço público⁴⁰². Possibilidades de abdicação já se aventavam em conversas do monarca com o pensador suíço Benjamin Constant, nos anos finais da década de 1820. O cenário de crise e de indecisão quanto à crise dinástica de Portugal já havia sido alvo de reflexões deste pensador europeu: em carta a Pedro I, Constant aconselhava-o sobre a melhor decisão a tomar-se nesta encruzilhada dinástica, e a consideração sobre uma abdicação do trono brasileiro, em nome do príncipe herdeiro, foi explanada como o único meio de garantir “a ordem, a monarquia e o *status quo*” no Brasil⁴⁰³.

Além da conturbada situação interna do Império, um evento ocorrido no exterior, em Paris no ano de 1830, ainda inspiraria opositoristas do monarca brasileiro. Uma insurreição ocorrida na capital francesa, em julho deste ano, destronara Carlos X (1757-1836), rei identificado ao despotismo e às práticas absolutistas, e foi coroado em seu lugar o “reicidadão”, Luís Felipe de Orleans (1773-1850)⁴⁰⁴.

A queda de Carlos X, um “exemplo de luta contra o autoritarismo monárquico” nas palavras de José Murilo de Carvalho, encontraria tamanha recepção no Brasil que uma assimilação entre a deposta majestade da casa dos Bourbon e Pedro I logo foi traçada pelos opositores deste último. Em algumas cidades brasileiras, festejos pela destituição do francês, “com alusões pouco sutis ao imperador do Brasil”, foram realizados e, temendo no Rio de Janeiro levantes semelhantes aos ocorridos em Paris, um Conselho de Estado foi reunido às

⁴⁰⁰ Por um curto período, Pedro I assumiu as duas coroas, portuguesa e brasileira, pelo fato de João VI não explicitar sua sucessão. Morel, *O período das regências*, op. cit., p. 11.

⁴⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 84.

⁴⁰² Marcello Basile, A Revolução de 7 de Abril de 1831: disputas políticas e lutas de representações, XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal – RN, p. 8. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364533003_ARQUIVO_Art-ANPUH2013-MarcelloBasile.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.

⁴⁰³ Morel, *O período das regências*, op. cit., 10-12. “Tal como me parece esse estado de coisas, eu creio que, se fosse possível organizar uma Regência sábia, vigilante, que mantivesse as coisas no ‘status quo’, a ausência de D. Pedro seria antes desejável até para a tranquilidade interna”, escreveria Constant em 1827, em carta encontrada nos arquivos de Pedro I. Constant apud Morel, *As Transformações...*, op. cit., p. 47-48 (*grifos do autor*).

⁴⁰⁴ Neves, A vida política, op. cit., p. 111; Morel, *O período das regências*, op. cit., p. 15-16.

pressas pelo monarca americano à discussão do “potencial de perturbação política” que o caso francês poderia motivar⁴⁰⁵.

Os eventos parisienses de 1830 ainda influenciariam, para uma corrente historiográfica, as fronteiras das facções políticas brasileiras que, inspiradas no processo francês, seriam atravessadas por “uma reformulação”: aqueles grupos de ideias liberais mais radicais, desejosos em “alcançar reformas [...] através da *revolução armada*”, seriam identificados pela alcunha de liberais exaltados por este momento, enquanto os demais liberais, que apreciavam “um ajuste pacífico” e mais reformista do mecanismo político brasileiro, seriam conhecidos como os liberais moderados⁴⁰⁶.

O mês de abril de 1831 iniciaria com maiores desgastes à legitimidade de Pedro I. No dia 1º, cerca de quatrocentas pessoas se juntaram às tropas aquarteladas para afastarem possibilidades de reação de portugueses – dias antes, boatos de que brasileiros haviam sido assassinados por lusitanos na cidade inflamaram as tensões na capital do Império⁴⁰⁷. No dia 6, gente de todas as camadas sociais, escravizados ou livres, se dirigiram ao campo da Aclamação para ouvirem pronunciamentos em que vivas foram dados à Constituição e à independência do país, “como se fossem coisas opostas” ao imperador⁴⁰⁸.

Movimentados pelos liberais exaltados e pelos liberais moderados, com aproximação das tropas na cidade – e mesmo daquela mais fiel à Corte brasileira, como a Guarda de Honra⁴⁰⁹ – às protestações, a multidão expunha a falta de sustentação do Imperador que, já na madrugada do dia 7 de abril, entregava sua abdicação à leitura do “*povo e tropa*”⁴¹⁰.

Nas linhas de alguns redatores do Rio de Janeiro, foi este o dia no qual o “carro da revolução” cruzou o Brasil, enquanto que outros homens de letras, como Evaristo da Veiga (1799-1837), a observavam como o momento de uma “revolução gloriosa” à brasileira, que nada devia aos dias julianos de 1830 em Paris⁴¹¹.

⁴⁰⁵ Carvalho, A vida política, op. cit., p. 84; Morel, *O período das regências*, op. cit., p. 16. Neste Conselho, “entre os pareceres de dez conselheiros, sete temiam ameaças da ordem e mesmo uma revolução no Brasil, seis atribuíram o enfraquecimento do prestígio do monarca à imprensa de oposição e cinco jogavam a responsabilidade pelo clima político” nos motins parisienses de julho de 1830. Idem, ibidem, p. 17.

⁴⁰⁶ Paulo Pereira de Castro, A experiência republicana, in Fernando Henrique Cardoso; Paulo Pereira de Castro; Sérgio Buarque de Holanda [et al], *O Brasil monárquico, v. 4: dispersão e unidade*, Rio de Janeiro, Betrand Brasil, 2004, p. 19 (*grifos do autor*).

⁴⁰⁷ Borges da Fonseca, na ocasião, proferira discursos inflamados e chegava a clamar vingança aos mortos. Basile, A Revolução do 7 de abril..., op. cit., p. 7.

⁴⁰⁸ Idem, ibidem, p. 9.

⁴⁰⁹ Que já estavam “há muito envolvidas com os exaltados”. Idem, ibidem, p. 9.

⁴¹⁰ Idem, ibidem, p. 9 (*grifos do autor*).

⁴¹¹ Morel, *O período das regências*, op. cit., p. 20-21.

Àqueles envolvidos nas movimentações ou, de alguma forma, nos acontecimentos que fomentaram a crise decisiva do Primeiro Reinado, o 7 de abril se revestia como “*acontecimento fundador*”, uma revolução, que rompia um “passado proscrito” e ia em direção a uma nova ordem político-social⁴¹². Revolução

Exemplar e única na história, porque feita com moderação, sem derramamento de sangue, mediante a união de todos os patriotas brasileiros e de forma a consagrar a *liberdade* no país. Uma revolução, todavia, que, bem de acordo com as *luzes* mitigadas da ilustração ibérica, representava uma ruptura pacífica⁴¹³.

“Revolução” que, pacífica porque racional, para alguns homens de pensamentos e ideias modernas seriam indicativos de um processo verdadeiramente civilizatório; afinal, com “povo” e “tropa” aliados, nas letras de alguns destes modernos “a *Independência* da nossa pátria e as *suas Leis* vão ser desde este dia uma realidade”⁴¹⁴.

“Revolução” que, se olhadas por estas lentes, propiciava rumos do Império do Brasil à liberdade e ao tão acalentado progresso, mas que receberá uma leitura dissonante de José Ignácio de Abreu e Lima. Em longo artigo que abriria o 2º número da *Torre de Babel*, o general bolivariano argumentaria como o “7 de Abril *não foi huma revolução*”, mas uma “sedição militar” em que a “indisciplina foi logo a imediata consequencia” e que permitiu, ao novo governo sucessor do monarca abdicado, arrastar o país para “huma era de calamidades”.

A abdição de Pedro I como façanha de uma “tropa” sediciosa não era, todavia, uma leitura exclusiva de Abreu e Lima. Pouco após os eventos no Rio de Janeiro, o inglês John Armitage (1807-s/d), em sua *Historia do Brazil* de 1837, escreveria que “a revolução foi quasi exclusivamente operada pelos militares; ou, por outras palavras, nada mais do que uma sedição militar”⁴¹⁵, enquanto Nabuco consideraria “a primeira grande decepção do Sete de Abril” como justamente sendo aquela da “tropa”, de importante participação à abdição⁴¹⁶.

Esta perspectiva de Nabuco encontrava fundamentos. Já no dia 4 de maio de 1831, um decreto reduziria em mais da metade o efetivo militar do Império, e o Exército, pela imagem negativa construída durante o Primeiro Reinado, sofreria um progressivo esvaziamento ao longo das Regências. Se esta instituição teria sido o braço armado do despotismo de Pedro I durante seu reinado, conforme a imagem então predominante, restava à Regência manter sob

⁴¹² Basile, A Revolução do 7 de abril..., op. cit., p. 12 (*grifos do autor*).

⁴¹³ Idem, ibidem, p. 12 (*grifos do autor*).

⁴¹⁴ Luiz Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque apud Basile, idem, ibidem, p. 12 (*grifos do autor*).

⁴¹⁵ John Armitage, *Historia do Brazil, desde a chegada da real familia de Bragança, em 1808, até a abdição do Imperador D. Pedro I, em 1831*, Rio de Janeiro, Tym. Imp. e Const. de J. Villeneuve e comp., 1837, p. 309.

⁴¹⁶ Nabuco, Um estadista do Império, op. cit., p. 337.

controle a “tropa” para evitar maiores distúrbios internos ocasionados pela insatisfação militar⁴¹⁷.

A mais elaborada consideração de Abreu e Lima sobre a situação do exército estaria não na *Torre*, mas em seu outro pasquim publicado em 1833, a *Arca de Noé*. No artigo “Militares”, quarto número da *Arca*, podia-se ler como o “infausto 7 d’Abril [...] ainda se fazia mister para de todo a aniquilar, e fazer-lhe sentir mais o pezo dos males que trouxe consigo [...] que os *Militares*”, classe enobrecida anteriormente ao 1831, “fossem agora vilmente entregues aos caprichos, aos odios, ás vinganças de gratuitos, e ferrenhos inimigos”. Um crime, dos mais bárbaros e incivilizados na perspectiva do redator, transcorria a pleno vigor contra as “tropas”, visto que “os *Militares*”, na Regência, “já não tem liberdade de pensar”. “Infeliz Corporação em nenhuma parte do mundo tão aviltada!” como no Brasil das Regências, afinal⁴¹⁸.

Desapontamento que, se para Nabuco, seria maior para toda a nação, surpreendida “quando [...] esperava do imperador somente uma mudança de ministério”⁴¹⁹, atingiria e também seria compartilhada pelo general redator. Na *Torre*, aludia para que “deixemos de polemicas, vamos aos factos”: “a abdicação tinha cauzado hum estremecimento politico no Brasil”. O 7 de abril, aos olhos de Abreu e Lima, além do esmorecimento das instituições imperiais, propiciara tamanhas tensões internas no país que um panorama de guerra civil se afigurava nas rumações do general. Qualquer acontecimento seria passível de acender o barril de pólvora brasileiro, e “hum transtorno nas Provincias do Norte póde trazer a dissolução do Imperio [...] de cuja marcha ninguem poderá lavar a Regencia”⁴²⁰.

Este cenário calamitoso, fruto da abdicação de Pedro I na opinião de José Ignácio, só teria tendência a prosseguir caso alguma mudança política mais profunda e conciliadora não emergisse das instituições políticas que estavam à frente do Estado brasileiro. Do contrário, o pior certamente poderia expectar-se: “ninguem julge [sic] então salvar-se do naufragio, pois no meio do oceano das paixões não haverá taboa de salvação”.

Prenunciando ares de catástrofe por aquilo que lia de precário no poder regencial, Abreu e Lima rogava a Deus para “que me engane, porêm temo muito que não”.

Entretanto, mais do que prognósticos negativos e cenários de fragmentação do Estado imperial, o bolivarista também traria às folhas de seus pasquins o descontentamento com a

⁴¹⁷ Basile, O laboratório da nação..., op. cit., p. 75.

⁴¹⁸ A *Arca de Noé*, nº 4, 8 de março de 1833 (*grifos do autor*).

⁴¹⁹ Nabuco, um estadista do Império, op. cit., p. 338.

⁴²⁰ A *Torre de Babel*, nº 2, 12 de janeiro de 1833.

nova governança do Império. “Longe de mim a critica mordaz dos papeis chamados da opposição”, atentaria à *Torre*: “eu quero convencer, não quero irritar, quando mais necessitamos de calma em assuntos de huma transcendencia vital”. Porém, na mesma medida em que aconselhava serenidade nos debates sobre os rumos do Brasil, questionaria, em linhas provocativas: “existe acazo hum partido mais culpavel que outro?”. “Sim, o partido de que se servio” o atual governo, “por que este não tinha necessidade de hum partido nem de huma facção para obrar com energia, senão de boa fé, de muito boa fé e nada mais”⁴²¹.

Para Abreu e Lima, aqueles que compunham o novo governo deveriam “contrabalançar [...] os interesses então divergentes, [...] rondar o espirito dos corifeos, ou dos homens mais influentes, e calcular os meios moraes ou civicos” de que estes podiam dispor. Ao propor aos regentes que se colocassem “no centro [...] para fazer inclinar a balança quando fosse conveniente, sem chocar o amor proprio de ninguem”, o bolivariano não cobrava mais do que aquele traço de identidade política da facção liberal que, então, tinha sob domínio a composição regencial⁴²²: a moderação.

Ora, se à frente do movimento que conduziu a queda de Pedro I estavam os liberais exaltados e os liberais moderados, a delicada aliança entre os dois grupos não suportaria, “porém, às consequências de seu grande feito”. O espírito inicial após a abdicação de euforia e esperança entre estas duas partes logo daria vez às tensões e conflitos entre estas facções, que viriam à tona deflagrando suas linhas de ação e projetos distintos⁴²³.

A composição da Regência Trina Provisória também apontaria a esta tendência de direção moderada e exclusão dos liberais exaltados. Joaquim Nabuco, por exemplo, comentaria como se a primeira grande decepção com os prosseguimentos do 7 de abril ficariam às mãos dos militares, a segunda seria dos “exaltados”, isto é, dos homens que haviam concebido, organizado, feito o movimento, e que no dia seguinte também foram lançados fora como inimigos da sociedade pelos ‘moderados’”. Constituída às pressas pelo Congresso, a Regência Trina Provisória seria ocupada pelo general Francisco de Lima e Silva (1785-1853), pelo senador liberal Nicolau Vergueiro (1778-1859) e pelo antigo ministro, conservador, José Joaquim Carneiro de Campos (1768-1836).

⁴²¹ A *Torre de Babel*, nº 2, 12 de janeiro de 1833.

⁴²² A *Torre de Babel*, nº 2, 12 de janeiro de 1833.

⁴²³ Basile, O laboratório da nação, op. cit., p. 59-60.

Daí as famosas palavras deste historiador, que no seu *Estadista* afirmaria que “a fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las e com eles é impossível governar”⁴²⁴.

Receios de uma nova revolução, advindos desta situação de inquietação, imprevisibilidade e temores de uma turbulência política inquietavam Abreu e Lima. “As carnes si me arrepião quando penso em huma nova revolução, ou hum motim ou sedição”, esclareceria aos leitores de suas páginas, “e he por isto que abomino o 7 de Abril, que abriu a porta a todo genero de desordens”⁴²⁵.

Quaisquer formas de distúrbios eram coibidas pelo general, e para tornar mais compreensível ao seu público, Abreu e Lima afirmaria como “as revoluções [...] são hum verdadeiro Polipo, que cortadas e não estirpadas de raiz se reproduzem” e, “si se separão os seos membros, prompto formarão tantas revoluções quanto os individuos separados”⁴²⁶.

Revoluções que, como vocábulo moderno apreendido pelo general bolivariano, se relacionariam intrinsecamente às erupções de “convulsões sociais” e aos movimentos negacionistas da ordem e das autoridades locais estabelecidas, cujo processo seria desenrolado inevitavelmente em violências e guerras caso iniciadas.

“Revolução” que, como conceito ainda a assombrar o mundo no correr do século XIX, era empregada por Abreu e Lima como espantalho, um tenebroso e sanguinolento fantasma que negava rupturas bruscas no edifício político então (precariamente) firmado.

Especificamente nestes anos da década de 1830, a revolução não parecia surgir em espontâneo ao redator da *Torre*. As movimentações revolucionárias pareciam estar em relação de consequência com um outro substantivo, vocábulo também utilizado à exausta nos jornais e pasquins fluminenses do período.

3.5 As arengas políticas do “general sem batalhas”

“Ora bem; as revoluções são o resultado do choque dos *partidos*” e “por consequencia”, nas elucubrações do general, “em quanto estes não forem estirpados haverá revoluções”. Afinal, o que se poderia “esperar das novas seitas [partidárias] que se formão todos os dias no Brasil?”⁴²⁷.

⁴²⁴ Nabuco, Um estadista do Império, op. cit., p. 337.

⁴²⁵ A *Torre de Babel*, nº 5, 25 de janeiro de 1833.

⁴²⁶ A *Torre de Babel*, nº 3, 16 de janeiro de 1833.

⁴²⁷ A *Torre de Babel*, nº 2, 12 de janeiro de 1833.

Recordemos, todavia, como a palavra *partido* tinha significação distinta neste recorte do século XIX, e em nada continha de semelhante ao significado do “partido-máquina” que seria corrente no século XX. Antes, a compreensão de partido no oitocentos se relacionava para uma concepção de grupos “que se posicionam a favor ou contra alguma prática política”, se distanciando daquela acepção que o compreende como “um conjunto de indivíduos, com organização pública, aberto à inscrição de afiliados” e que apresentam programa e ideologia definidos⁴²⁸.

Neste começo de oitocentos, partidos e partidários também eram associados por amplos setores sociais à divisão e facções, e mesmo a “inimigos da pátria”. A iniciativa de formação de qualquer associação que carregava este nome também era interpretada a algo “parcial”, beirando o “ataque à integridade da ordem nacional”. Em um Estado como o Brasil ainda recém-independente e à procura de uma identidade nacional, um agrupamento assim nominado estaria exposto às críticas e considerações negativas, pejorativas por vezes, aos olhos de muitos daqueles que compunham o espaço público nestes anos de construção nacional⁴²⁹.

Contudo, o agrupamento em torno de um líder ou a iniciativa de associação a partir de chavões políticos e demais palavras de ordem, em certos círculos de sociabilidade delineados por algum tipo de lealdade e certas afinidades culturais, intelectuais ou econômicas, também constituía o chamado *tomar partido* no século XIX.

O campo político, posto desta forma, “engendraria uma ‘teia maior de interesses e relações sociais diversas [...] que entrecruzavam interesses, solidariedades, tensões e conflitos’”, agregando problemas “mais amplos e interesses que não se circunscreviam à Corte” e atravessando a própria capital do Império, as demais províncias e até mesmo a forma como estava montado o Estado imperial⁴³⁰.

Neste panorama de identidades políticas, que ia muito além da mera preferência ou adesão de ideias, entrecruzavam-se pensamentos muitas vezes divergentes dentro de um mesmo grupo. E a discussão mesma de assuntos como o primeiro imperador brasileiro e seu juramento à Constituição, a autonomia do Estado nacional e até a definição de uma identidade brasileira eram motivos de debates acalorados no interior destas coletividades: de identidades fluídas, estes agrupamentos políticos do período regencial não obrigavam seus integrantes a

⁴²⁸ Neves, *Corcundas e constitucionais*, op. cit., p. 194.

⁴²⁹ Morel, *As Transformações...*, op. cit., p. 68.

⁴³⁰ Idem, *O período das Regências...*, op. cit., p. 32; Gladys Sabina Ribeiro, “A opinião pública tem sido o molho do pasteleiro”: o *Caramuru* e a conservação, in José Murilo de Carvalho; Adriana Pereira Campos (org.), *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, p. 232.

filiarem-se “a uma única associação” e nem a “manterem-se pertencentes a ela”, e muito menos cobravam coerência ideológica ou fidelidade aos fundamentos aconselhados. A historiadora Gladys Ribeiro considera até como o binômio situação/oposição, neste recorte, não seria dos mais adequados para classificar ou analisar os partidos brasileiros desta primeira fase da Regência⁴³¹.

Foi durante a fase destas regências trinas, dentre os anos de 1831 e 1835, no qual três agremiações políticas, identificadas por rótulos ou nomeações – desdenhativas em alguns casos – disputaram os espaços de poder político-institucional e a opinião pública nas grandes cidades brasileiras⁴³²; liberais moderados, liberais exaltados e caramurus, portadores de diferentes projetos voltados ao espectro político, abarcavam as dimensões políticas brasileiras por esta época.

Enquanto Marco Morel opta por analisar estas três sociedades de cunho político a partir de suas compreensões do conceito de soberania, Marcello Basile partiria aos referenciais de pensamento político de cada um destes grupos para discriminá-los. Assim, Morel observaria como “as lógicas que estruturam as divisões políticas fundamentais” entre estas facções eram projetadas nas suas respectivas adesões ou críticas à “soberania do rei (caramurus), à soberania do povo (liberais exaltados) ou à soberania da nação (liberais moderados)”⁴³³.

Basile, partindo do viés das ideias, comenta como os moderados se intitulavam “seguidores dos postulados clássicos liberais”, adotando os princípios e pensamentos de filósofos como Locke, Montesquieu, Guizot e Benjamin Constant como referências doutrinárias, ao passo que, mais à esquerda do campo político, os liberais exaltados assumiriam “feições jacobinistas, matizadas pelo modelo de governo americano” e do radicalismo liberal, buscando em pensadores como Rousseau e Thomas Paine inspirações para conjugar suas filosofias liberais com os ideais democráticos, pleiteando reformas políticas e sociais profundas⁴³⁴.

⁴³¹ Idem, *ibidem*, p. 232, 255.

⁴³² As formas de participação política, que perpassavam estas três facções, acabavam por entrecruzar “as atividades da imprensa, das associações, dos parlamentos, das mobilizações nas ruas, nos pampas, florestas e sertões, das lutas armadas e das alianças” que compunham, enfim, o mosaico incrementado durante este primeiro período regencial por todos os espaços que formavam à época o Império do Brasil. Morel, *O período das Regências*, op. cit., p. 38.

⁴³³ Idem, *ibidem*, p. 33.

⁴³⁴ Marcello Basile, *Sociedade e política na Regência: as associações caramurus da Corte*, in Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca; Maria Letícia Corrêa, *200 anos de imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Contra Capa, 2009, p. 82. Os exaltados também defendiam “a instauração de uma república federativa, a extensão da cidadania política e civil a todos os segmentos livres da sociedade, o fim gradual da escravidão, uma relativa igualdade social” e “até uma espécie de reforma agrária”. Idem, *ibidem*, p. 82.

Mais à direita do campo, os *caramurus* abraçavam as concepções mais conservadoras do liberalismo, enxergando em Edmund Burke um referencial político na maioria das vezes. Contrários a qualquer reforma na Constituição de 1824, os *caramurus* defendiam uma monarquia constitucional centralizada, à semelhança do Primeiro Reinado, por vezes ansiando e divulgando interesses de restauração com propostas de retorno do abdicado Pedro I ao trono brasileiro⁴³⁵.

Diferentes projetos voltados à construção do Estado nacional brasileiro, por propostas e concepções distintas umas das outras, inseridos nesta cultura política de várias facetas – e híbrida – no Brasil deste momento, em que correntes de pensamento modernos do liberalismo mesclavam-se aos resquícios absolutistas do Antigo Regime e causavam até surpresa por alianças casuais e estratégicas efêmeras na busca por alguns objetivos específicos em certos cenários⁴³⁶. Estas facções, ao se servirem de diversos mecanismos de ação política, extrapolavam as formalidades do Parlamento: além da imprensa, as associações, manifestações cívicas e movimentos de protesto ou revolta constituíram os palcos de luta política, “conhecendo no período um desenvolvimento sem precedentes”.

E, como não podia deixar de ser, estes diferentes grupos passavam pelo crivo do olhar atento e sarcástico de Abreu e Lima no alto de sua *Torre*. Motivado em levar ao público suas interpretações destes grupos políticos do momento, Abreu e Lima afrontava em especial aqueles mais próximos da dirigência regencial: eram os “papeis *moderados*”, que “enxovalhão todos os dias á huma classe numerosa, qual [...] descontente hoje com os resultados do 7 de Abril”, o grande foco das agressivas linhas do general-redator nos seus pasquins.

Imputações que, decerto, também recebiam réplicas. No quinto número deste pasquim, nota-se Abreu e Lima aludir a uma representação que os liberais moderados faziam de si como redator, já que “dizem os papeis *moderados* (Anjo valha o seo Agoiro) que todos quantos não pensão como elles, são escravos de D. Pedro”⁴³⁷.

Este quinto número da *Torre* também traria a primeira grande desavença, à luz da opinião pública, entre Abreu e Lima e aquele que, no começo desta década de 1830, já alcançara popularidade por suas atividades nas redações de impressos no Rio de Janeiro. Evaristo da Veiga (1799-1837), deputado desde 1830 por Minas Gerais e das principais vozes

⁴³⁵ Idem, *ibidem*, p. 82.

⁴³⁶ Como, por exemplo, “a ensaiada entre os *caramurus* e parte dos *exaltados* em 1832 e 1833”, ou a “firmada entre os *moderados* e outra ala dos *exaltados* em 1833 e 1834, em prol do Ato Adicional”. Idem, *ibidem*, p. 82-83 (*grifos do autor*).

⁴³⁷ A *Torre de Babel*, nº 5, 25 de janeiro de 1833 (*grifos do autor*).

da facção moderada por sua ocupação à frente da *Aurora Fluminense*⁴³⁸, redator atacado por exaltados, caramurus e até por parcelas de alguns moderados, lido pelos adversários como “um fraco” e “tirano” que fazia perseguição a todos aqueles que não eram adeptos da moderação⁴³⁹, também seria dos antagonistas do general.

Se a primeira discussão entre Abreu e Lima e Evaristo da Veiga nas folhas impressas se dariam em finais do mês de janeiro de 1833, quando a *Aurora* chamaria de aventureiros e covardes aqueles que estariam à frente da *Torre*, naquele “mais pungente de todos” os insultos na leitura do general, à “*insolente*” crítica de Veiga restaria, neste primeiro embate escrito entre ambos, a reafirmação dos princípios nacionalistas da parte do José Ignácio, que assumia-se “pronto á arrostar tudo por esta Patria, que me custa mais caro que á vós”.

Nesta resposta da *Torre* era reiterado um apelo à “fusão dos Brasileiros de boa fé, sem cuja união não ha salvação, não ha vida para ninguém”, para a superação da instabilidade brasileira nesta fase de Regências, sendo “para isto [...] mister que nos entendamos como entes *racionaes*, renunciando as bravatas”. Era a reiteração dos valores civilizados e modernos que, como homens ilustrados e modernos que eram os redatores, todos os homens de letras deveriam incorporar às suas folhas⁴⁴⁰.

Novos entreveros entre os dois personagens despontariam quase um mês depois após as respostas na *Torre* do dia 25 de janeiro, assim como o próprio pasquim: se o quinto número do jornal fora lançado nesta data de finais de janeiro, uma nova edição só sairia às ruas no dia 2 de março de 1833. “Gloriosa sem duvida he a [...] Torre de Babel, que surge de entre os mortos para dizer as cousas que vio lá no outro mundo”, conforme escrito no sugestivo artigo “Ressureição”: “he impossivel descrever a sensação que causou geralmente a suspensão da Torre; parecia negocio de Estado, cujo segredo interessava á todos”. Entretanto, um agradecimento ao público já prenunciava o fim da folha, com Abreu e Lima agradecendo de antemão seus leitores “pelo acolhimento e benevola atenção com que o Publico desta Capital, a honrou durante sua curta existencia”.

⁴³⁸ Fundada em 1827, a *Aurora* circularia ininterruptamente entre 21 de dezembro deste ano até 30 de dezembro de 1835, pondo às ruas 1.136 edições regulares. Saindo três vezes por semana, continha geralmente quatro páginas por exemplar, mas por vezes traria seis ou até oito páginas em casos esporádicos. Marcus Ferreira de Andrade; Janaína de Carvalho Silva, Moderados, Exaltados e Caramurus no prelo carioca: os embates e as representações de Evaristo da Veiga (1831-1835), *Almanack*, Guarulhos, 2012, p. 132. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alm/n4/2236-4633-alm-04-00130.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

⁴³⁹ Idem, ibidem, p. 147. Como Veiga não chegou a se atribuir “princípio algum”, seus adversários usaram de tal indefinição para contestá-lo além das provocações e escaramuças habituais. Os historiadores Marcos Andrade e Janaína Silva comentarão que “as representações que os adversários políticos faziam de Evaristo tinham o claro interesse de fazê-lo perder o conceito público”, acusando-o de fingido e igualando sua pessoa àqueles déspotas que “combatera no Primeiro Reinado”. Idem, ibidem, p. 147-148.

⁴⁴⁰ A *Torre de Babel*, nº 5, 25 de janeiro de 1833 (*grifos nossos*).

Despido de modéstias, o responsável do pasquim admitiria que se o “merito de um Jornal pode avaliar-se pelo interesse com que era lido e relido no instante [...] da sua aparição, a Torre deveria ocupar o primeiro lugar entre todos os Periodicos do Rio de Janeiro”⁴⁴¹. Sobre a lacuna de edições entre o quinto número, de 25 de janeiro, e o sexto, de 2 de março, Abreu e Lima diria como neste “negocio [da suspensão do pasquim] não houve a menor influencia politica”, mas sim “hum acto meo, e muito meo, de que ninguem tinha direito para increpar-me”. Este jornal, afinal, seria “somente meo, custou o meo dinheiro, e sahio da minha penna sem ajuda de terceira [sic]”, sendo suspensa apenas “porque eu quis, continua porque eu quero, e continuará em quanto eu quizer”.

Entretanto, além dos esclarecimentos de costume às indagações do público sobre o desaparecimento fugaz deste periódico das ruas fluminenses, uma correspondência à *Torre* seria publicada nesta edição.

Assinada por “huns amigos do General Lima”, seus autores assumiam a defesa da figura do general nas suas atividades emancipatórias na Grã-Colômbia, questionadas então por alguns redatores fluminenses. Nela, “lendo nós [...] hum artigo, em que o seo *sujo e toscó* Redactor ataca o Sr. General José de Lima, chamando-lhe clara, e terminantemente impostor”, estes consumidores da *Torre* asseguravam conhecer “outras historias de Colombia dignamente escritas por Americanos, e que casualmente possuimos huma verdadeira, composta toda de documentos authenticos”; obra de história que conteria, por exemplo, o “Boletim do assalto da Praça de Porto-Cabello, unico documento official que existe à tal respeito, no qual se lê em dous differentes lugares o nome do nosso amigo, recommendado pelo famoso General Paez”, do qual Abreu e Lima fora “1.º Ajudante de Campo”.

Os “amigos do General” expuseram este livro na “Typographia do Sr. Gueffer, rua da Quitanda, nº 79”, junto da “medalha honrosa que lhe foi dada com o seo nome por aquelle importante successo”. Suplicavam “encarecidamente ao Respeitavel Publico”, também, para ir “á desenganar-se vendo com os seos proprios olhos o interessante documento á fim de que possa decidir então, qual dos dous he o impostor”⁴⁴².

O endosso dos “amigos”, porém, não se dirigiam apenas a Veiga; na verdade, voltava-se a “qualquer nova impostura ou calumnia” posta em circulação contra a imagem de Abreu e Lima – e àquelas que, em específico, buscavam atingir ao redator. O nome do general se encontrava, portanto, mais do que nunca exposto aos boatos e difamações no “Reino da Opinião” do Rio de Janeiro.

⁴⁴¹ A *Torre de Babel*, nº 6, 2 de março de 1833.

⁴⁴² A *Torre de Babel*, nº 6, 2 de março de 1833 (*grifos do autor*).

E um novo debate da *Torre* com a *Aurora Fluminense* ganharia atenções neste agitado espaço público fluminense. O redator da *Aurora*, de conhecimento da carta de 12 de julho de 1831 do “general Roma” aos irmãos, escreveria como o “Sr. Abreu e Lima”, um “*aventureiro*, e [...] *rodomante*”, nada mais era do que um arrivista social cujos interesses seriam, antes, o gozar da “fortuna da pessoa de Bolívar” quando deveria estar a “serviço da Nação Columbiana [em] que elle estava”.

Aventureiro, “general *sem batalhas*” e que fazia “corte aos Moderados” conforme as páginas da *Aurora*, Abreu e Lima parecia “apressar-se a vir ao Brasil tentar venturas, tendo sempre diante dos olhos a sua espada, que elle parece pronto a vender [...] como á quem mais dér”. Distante do “theatro do drama politico, em que pertende representar hum papel” e não sabendo “*o que lhe convém*” por seus anos à distância do Brasil e pelo suposto desconhecimento do cenário político do país da parte do militar, à leitura de Veiga o retornado bolivariano parecia querer insuflar a opinião pública do Rio de Janeiro remetendo sempre seus escritos ao “ex-Imperador” e à “Patria, nos direitos imprescriptiveis, disposto a invocar qualquer destes nomes, segundo melhor *lhe convier*”.

Não “he este o caracter de hum genuino aventureiro? Elle mesmo se descreveo a si proprio, e de maneira tal que ninguem se enganasse com á sua pessoa”, finalizaria Evaristo da Veiga as impressões sobre o bolivarianista⁴⁴³. A provocação do moderado não passaria incólume para Abreu e Lima: ao general, bastava comparar as considerações do “indecente [...] Sr. Evaristo” em sua *Aurora Boreal*⁴⁴⁴ com as apreciações do redator do *Homem e a America*, que primeiro publicara a carta de 1831.

Neste último impresso, Abreu e Lima era manifestado como “hum *General famoso a terra*”, que “ao longe faz votos ao ceo para que a Patria não soffra os furores da guerra dos partidos”. “Filho e perseguido da adversidade”, José Ignácio “tem sabido colher as lições d’esta proficua Mestra”, afinal; se “o homem livre he Cidadão do mundo inteiro... O General Roma e o Libertador [Simón Bolívar] o tem provado”. Eram estas as posições a ser julgadas pelo público, para o redator da *Torre*, que deveria decidir “qual dos dois Redactores he mais sincero”: se Evaristo da Veiga, com sua visão de um “general sem batalhas”, ou o redator do *Homem e a sua imagem de um Abreu e Lima a par do grande Libertador sul-americano*⁴⁴⁵.

⁴⁴³ *Aurora Fluminense* apud *A Torre de Babel*, nº 7, 6 de março de 1833 (*grifos do autor*). Esta coluna de Evaristo da Veiga sobre a missiva do general aos irmãos seria reproduzida neste mesmo número da *Torre de Babel*.

⁴⁴⁴ “A *Aurora Fluminense*, que foi sem duvida o melhor papel que se tem ridigido no Brazil, já não he *Aurora Fluminense*, tornou-se *Aurora Boreal*”. *A Torre de Babel*, nº 7, 6 de março de 1833.

⁴⁴⁵ *A Torre de Babel*, nº 7, 6 de março de 1833 (*grifos do autor*).

Em que pese o prosseguimento dos debates por escritos, da recepção do seu conteúdo por seus pares de imprensa e do apoio dos leitores “amigos do General” que se faziam presença recorrente no pasquim com suas correspondências ao redator, a *Torre* já anunciaria o cancelamento das subscrições, com o aviso de que a venda dos números avulsos anteriores poderiam ser feitas ainda “nas lojas do costume, e continuará assim até que se acabe”. Era o prenúncio do fim de atividades da *Torre de Babel* que explicitara, antes, que encerraria as atividades quando Abreu e Lima se “aborreça de escrever, ou o Publico de ler-me”⁴⁴⁶.

Uma outra produção impressa, entretanto, igualmente anônima como a *Torre* logo surgiria nas prateleiras “nas cazas dos Srs. Plancher”. Se fevereiro seria o mês sabático do pasquim que condenava vício em todos os partidos, e que pregava até uma maior ponderação racional nas discussões do espaço público, Abreu e Lima traria à tona no 12 deste mês a *Arca de Noé* que, já em seu primeiro número, oferecia uma extensa e sarcástica análise crítica de dois dos agrupamentos políticos que se digladiavam pelos “poderes” do Rio de Janeiro, tanto aquele do Parlamento quanto aquele que emanava das ruas da capital do Império.

Afinal, “o que se deve esperar de tanta divergência de opiniões, da tanta confusão de partidos, de tanto abuzo de boa fé, de tão grande efervencia de paixões, e mesmo de tanto egoismo, e de tanta ambição?”, eram os questionamentos que abriam a *Arca* do general bolivarista que, nesta empreitada, voltaria a maior parte da verve de suas linhas ásperas às leituras dos grupos políticos majoritários da Regência⁴⁴⁷.

⁴⁴⁶ A *Torre de Babel*, nº 6, 2 de março de 1833.

⁴⁴⁷ A *Arca de Noé*, nº 1, 12 de fevereiro de 1833.

4 REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS REGENCIAIS NA ARCA DE NOÉ

4.1 “Será o Brasil culpado dos monstros que cria?”

No dia 8 de março de 1833 sairia às ruas do Rio de Janeiro um artigo chamado “O Brasil”. Nele narrava-se a trajetória de um “*Príncipe Magnanimo*” que, na opinião do autor, quebrara as amarras que prendiam o nascente país à sua antiga metrópole, abrindo ao povo brasileiro “as portas do Templo da liberdade”. Com as glórias de um libertador porque “Creador de huma Nação livre” e “Fundador de hum imperio no continente d’America”, o nunca nomeado magnânimo, em que pese ter entregado ao povo brasileiro sua independência pátria e a sua liberdade, por obra de ingratos e malvados fora ultrajado anos depois e, o que é mais grave, expellido “do seio da Patria” na qual enraizara seu coração e do qual fora até então soberano e autoridade máxima.

Em passos imprudentes e desmedidos, este príncipe, “então o unico centro da estabilidade, e ventura, o *talisman* da paz” brasileira, encontrava-se excluído dos seus “supremos Cargos da Nação” por responsabilidade de alguns “ambiciosos, e egoistas”. Lançado às “garras d’anarchia” por causa destes, o Império brasileiro via à sua frente abertas as portas do abismo e da barbárie: “o Brasil com magoa o sabe, com dor o sente!”.

Os responsáveis por este processo, entretanto, seriam expostos no artigo, e um questionamento interpunha-se: “mas será o Brasil culpado dos monstros que em si cria?”. O “Povo Brasileiro”, por seu bom senso, não poderia “dar hum passo tão imprudente, não aferrolharia a liberdade de que esse *Principe* lhe tinha feito mimoso presente”, garante o redator. Esse povo, recentemente livre, porém iludido por aqueles “ambiciosos, que levantando se [sic] de todos os recantos, assolarão o Imperio”, teve destruída sua tão preciosa liberdade e não continuaria a sujeitar-se àqueles que, por suas atitudes e escolhas, traziam alarmas de perigos e convulsões políticas que poderiam desestabilizar o recém-emancipado país.

O povo brasileiro, para o autor, não deveria ser imputado das “pérfidas maquinações” de uma minoria anárquica que, sem mais a presença do antigo soberano da “Cauza da Liberdade”, empenhava-se à destruição do “fructo dos trabalhos” obtidos sob a direção de “seu primeiro Imperador”. Às “massas” não cabiam essas acusações; afinal, por que “imputar a hum povo docil, e grato, os crimes só de huma facção horrorosa?”.

A estes últimos restava o seguinte informe: “conquistes a final [sic] vossos fins, e soubesteis zombar da credulidade d’alguns; mas a Patria, a quem vós não amais, sente [...] o

fruto de vossas iniquidades”. Com as vistas voltadas também à *marcha da História*, ao autor sobrava a promessa de que “o mundo civilizado fará a devida justiça ao Brasil”⁴⁴⁸.

O artigo, saído no número 4 do pasquim a *Arca de Noé*, era da autoria de José Ignácio de Abreu e Lima, o “general de Bolívar”. A *Arca*, de sua direção e autoria, mais do que a empreitada impressa anterior do militar, a *Torre de Babel*, traria sua admiração e deslumbre para com aquele que, até o “infausto 7 d’Abril”, houvera sido o soberano máximo do Império do Brasil.

A adesão de Abreu a Lima aos séquitos de adeptos de Pedro I já fora comentada por uma historiografia que escolheu os pensamentos e as experiências do general como objetos de estudo.

Se alguns leram seu apoio ao antigo monarca como prova maior de seu conservadorismo político, uns por vezes preferem enxergar neste posicionamento uma resposta de empatia pelo próprio degredo que sofrera, quando do 1817, ao agora exilado imperador, enquanto outros aí interpretaram uma escolha estratégica: o general, ao se pôr politicamente entre os adeptos do herdeiro bragantino e por vezes defender sua restauração, na verdade buscava resguardar a unidade política brasileira, associando os riscos de fragmentação que enxergava no Império à falta de mandatários legítimos. Testemunha da desagregação dos sonhos unitários de Simón Bolívar na Colômbia dos anos 1820 e das crises políticas intermitentes na Venezuela dentre os fins da década de 1810 e começo da de 1820, José Ignácio não iria querer rever estes turbulentos cenários andinos de conflito civil e secessão política transpostos ao seu país natal.

Se nos parece justo considerarmos a historiografia também como fonte produtora e legitimadora de memórias, por “fornecer credibilidade científica a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação”⁴⁴⁹, a opção de Abreu e Lima por manifestar seu apoio à monarquia e Pedro I cristalizou-se em interpretações que a analisaram desde um passo “romântico”, que comprovariam o “péssimo [...] ideólogo” que o general bolivarista supostamente foi, até àquelas que leram esse seu movimento como mais uma prova de suas “contradições internas”, por exemplo⁴⁵⁰.

Uma historiografia sobre o pensamento político do Abreu e Lima que inventaria e alimentaria, para ficarmos em expressão de alguns historiadores, “*mitologias da história do*

⁴⁴⁸ A *Arca de Noé*, nº 4, 8 de março de 1833 (*grifos do autor*).

⁴⁴⁹ Catroga, op. cit., p. 73.

⁴⁵⁰ Aqui, ficamos apenas com os exames que Chacon fizera sobre Abreu e Lima no seu “O romântico de 48”. Chacon, *História das idéias socialistas no Brasil*, op. cit., p. 154-155, 179, 185.

pensamento” do general. Ao incorrerem “no erro frequente de projetar expectativas do presente sobre o estudo de autores do passado”, estas narrativas produziram “interpretações que não correspondem ao que esses autores de fato pretenderam comunicar através de seus escritos”. Quando apresentam as leituras políticas pró-monarquistas abreu-limenses como caducas ou contraditórias, pelas experiências republicanas do sujeito na Venezuela e Colômbia bolivarianas, por exemplo, algumas destas asseverações historiográficas recaem em falácias metodológicas por lerem seu pensamento “sob a forma de sistemas ou de se exigir, do conjunto da obra de um autor ou de seus textos particulares, uma coerência nem sempre existente ou buscada pelo próprio autor”⁴⁵¹.

Acreditamos que cabe uma releitura desta postura monárquica e simpática a Pedro I de Abreu e Lima. Para isto, não faremos o movimento de buscar em todas as demais produções do militar os traços que indiquem os motivos para tal postura política. Também nos basta a referência de Skinner, quando comenta como o historiador do pensamento pode ajudar nos estudos das diferentes maneiras de se pensar aquilo que ele postula de “valores incorporados” que refletem “escolhas feitas em épocas diferentes entre diferentes mundos possíveis”.

Por este traçado, esta consciência do historiador “pode ajudar a libertar-nos do domínio de qualquer uma das explicações hegemônicas desses valores e de como eles devem ser interpretados e compreendidos”. “Munidos de uma possibilidade mais ampla”, o historiador do pensamento pode distanciar-se “dos compromissos intelectuais herdados e exigir um novo princípio de investigação sobre esses valores”⁴⁵².

Portanto, partiremos da *Arca de Noé* neste capítulo para, nesta atividade de sondar nossa documentação e procurando os rastros que nos parecem úteis para tal feita, problematizarmos como José Ignacio de Abreu e Lima, neste pasquim, criou uma representação de Pedro I neste recorte das Regências. Primeiramente, nos voltaremos para um deslocamento diferente deste propósito; afinal, um bom caminho para buscar compreender inicialmente estas leituras do general pode ser feita, também, a partir do modo como os três grandes agrupamentos políticos deste período regencial foram lidos neste mesmo pasquim.

⁴⁵¹ Marcelo Gantus Jasmin; João Feres Júnior, História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual, in *História dos conceitos...*, op. cit., p. 14-15.

⁴⁵² Skinner, *Liberdade...*, op. cit., p. 93-94.

4.2 “Os Architectos de Ruínas”: facções políticas regenciais na *Arca de Abreu e Lima*

Um tormentoso cenário ao futuro do Brasil era pressagiado no prospecto da *Arca de Noé*. Nele o redator prospectava como “nada menos que o flagello da Guerra Civil [...], e com ella hum *Deluvio de sangue*” faria “inundar nossos Campos, e submergir nossas Cidades” se o atual estado das instituições políticas e sociais da Regência, interpretadas aqui pelo redator como fonte de confusões, divergências e abusos, encontrasse sequência para o já decadente momento em que se encontravam.

Além da epígrafe do pasquim, que carregaria o versículo 16 do sexto capítulo do livro bíblico do Gênesis⁴⁵³, o empenho salvacionista do personagem bíblico inspiraria um José Ignácio de Abreu e Lima que, na tormenta brasileira gerada pelos governos regenciais, enxergava na epopeia do Noé um exemplo às saídas daquele turbulento momento político. A *Arca*, agora conduzida pelo *esclarecido* general, salvaguardaria todos os brasileiros do dilúvio sanguinolento augurado: como a embarcação narrada no mito bíblico, a *Arca de Noé* do bolivarista prometia a dissipação de ódios, o desvanecimento das inimizades, “e dos mais figadaes inimigos se formão sinceros amigos”⁴⁵⁴.

Como a nau divina, no qual “se [...] armonizarão [...] o Lobo, e o Cordeiro; [...] o Cão com o Gato”, uma convivência dos antagonistas políticos dos três grandes agrupamentos brasileiros do período poderia ser aventada ao redator bolivarista, que, acreditando nos esforços de caramurus, exaltados e moderados “de boa-fé” a um único fim, o bem do Estado brasileiro, poderiam tender à salvação geral brasileira. Sem periodicidade definida e vendida ao preço de 80rs cada folha, a *Arca de Noé* gozaria de uma sobrevida maior que o primeiro pasquim brasileiro de Abreu e Lima: se a *Torre de Babel* contaria apenas sete edições entre janeiro e março de 1833, a *Arca* estaria nas ruas fluminenses ainda no mês de dezembro, contabilizando vinte números em sua existência⁴⁵⁵.

Interpretações das Regências como momentos de auge da crise política brasileira e de tensões que corroíam os interiores do país, com riscos de revoltas, motins e mesmo processos fragmentistas e secessionistas, cristalizaram-se na historiografia brasileira em interpretações bastante semelhantes àquelas de Abreu e Lima.

⁴⁵³ “Eu farei hum concerto contigo, e tu entrarás na Arca, tu, teus filhos, tua mulher, e as mulheres de teus filhos contigo. *Genesis Cap. 6.º*”. *A Arca de Noé*, nº 1, 12 de fevereiro de 1833.

⁴⁵⁴ *A Arca de Noé*, nº 1, 12 de fevereiro de 1833 (*grifos do autor*).

⁴⁵⁵ À dessemelhança com a empreitada pasquinesca anterior do general, a *Arca* não aceitaria subscrições ou assinaturas, sendo vendida apenas em números avulsos que poderiam ser adquiridos “nas cazas dos Srs. Plancher, rua do Ouvidor; João Baptista, rua da Cadea; Albino, Praça da Constituição; Costa, rua da Cadea; e na rua da Ajuda, n.º 118”. *A Arca de Noé*, nº 1, 12 de fevereiro de 1833.

Joaquim Nabuco escreveria sobre esses nove anos de recorte regencial como suas agitações produziram “a paz dos cinquenta que se lhe vão seguir”, sendo suas “lutas, os conflitos, a agitação dos clubes” todas as “feições da época [...] de uma democracia antiga antes de a corrupção invadi-la”. Ao autor do *Estadista do Império*, os anos regenciais seriam “quase um decênio de terremotos políticos”, que colocaram à prova os homens frente a este governo⁴⁵⁶.

Morel trataria este mesmo recorte como época de ensaios experimentais de vasta amplitude político-social, em que ideias “messiânicas, absolutistas, militaristas, separatistas, federalistas, liberais e em parte democráticas” irromperiam mais no “Reino da Opinião” que fora a esfera pública àquele momento e na sociedade brasileira do que nos próprios espaços institucionais e políticos do Estado⁴⁵⁷. Para Basile teria sido a “fase mais conturbada da história do Brasil”, tradicionalmente lida sob lentes negativistas que a caracterizariam como anos de anarquia e de “empecilho à formação e à preservação da nação brasileira”⁴⁵⁸.

Quadro historiográfico, de certo modo, comparável àquela leitura que Abreu e Lima faria no fulgor dos acontecimentos. Se a *Arca* apresentaria prospectos no seu número inaugural vislumbrando um ambiente pacificado e harmonioso politicamente, as utopias do general já desandariam nos artigos seguintes da primeira edição: em um dos textos, Abreu e Lima consideraria como “do luctuozo, e sempre infausto 7 de Abril”, a origem fecunda de todos os males que pesam e ainda se farão pesar sobre o Brasil, “rebentarão os partidos mais, ou menos justos, mais ou menos cordatos que aparecem” no Império.

É o olhar do bolivarista, mais uma vez sobre os agrupamentos políticos que se distinguem àquele momento. Neste sentido, uma consideração sobre as representações construídas destes três grandes grupamentos que compartilhavam entre si a busca da hegemonia do poder regencial à época é de proveito para uma melhor compreensão das culturas políticas, imbuídas de variantes correntes de pensamento, deste recorte das nascentes Regências.

Para este trabalho, consideramos o estudo destas representações políticas construídas e dos seus traços, presentes nestes pasquins de autoria do José Ignácio, enquanto sinais que se interpõem no posto do acontecido – por vezes mesmo o substituindo. Nas palavras da

⁴⁵⁶ Nabuco, Um estadista do Império, op. cit., p. 340-341. Para o jurista, “a Regência parece não ter tido outra função histórica senão a de desprender o sentimento liberal da inspiração republicana, que em teoria é a gradação mais forte daquele sentimento, mas que na prática sul-americana o exclui”. Idem, ibidem, p. 341.

⁴⁵⁷ Morel, *As Transformações...* op. cit., p. 156-157.

⁴⁵⁸ Basile, O laboratório da nação, op. cit., p. 55. Neste texto Basile realiza um rápido, mas significativo, balanço daquelas interpretações que considera como marcantes da historiografia sobre o tema.

historiadora Sandra Jatahy Pesavento, são as representações “do acontecido, [...] que o historiador visualiza como fontes ou documentos para sua pesquisa, porque os vê como registros de significado para as questões que levanta”. Documentação apropriada “como representação do passado” transformado em instrumento, pelo historiador, para “chegar às representações construídas no passado” em matrizes que, confeccionadas, “fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência”, gerando condutas e práticas sociais explicativas deste real⁴⁵⁹.

Portanto, é partindo destas considerações que abordaremos neste capítulo as representações construídas por José Ignácio de Abreu e Lima no seu pasquim a *Arca de Noé*, primeiro nos voltando às construções das facções políticas de força neste momento de Regências, os liberais moderados, os liberais exaltados e os caramurus, para, em seguida, nos voltarmos às construções do general bolivariano sobre a figura do antigo imperador brasileiro, Pedro I.

Voltemo-nos inicialmente aos pensamentos do general elaborados em torno das três grandes facções políticas, “partidos” para Abreu e Lima, que disputavam os espaços institucionais de poder das Regências e os acirrados espaços públicos do Rio de Janeiro. Para o redator da *Arca de Noé*, uns seriam aqueles que se “arroga[m] indevidamente o nome de – Moderado –”, mas que corriqueiramente ultrapassam “as raias do comedimento, do dever, e da prudencia”. Outros liberais, que “se appellida[m] Exaltado”, encerrariam no seu epíteto “humã ideia desfavoravel ao bom conceito que d’elle se queira formar”: afinal, “aonde ha exaltação não pode haver prudencia, nem frieza de razão; e onde falta a prudencia, aonde falta a razão tudo he funesto e nocivo em seus resultados”⁴⁶⁰. Por fim, e isento de “injurieza” e que “nada de ridiculo contem”, os caramurus; para estes últimos, bastava uma breve etimologia da palavra, cuja derivação, historicizada por Abreu e Lima, fazia referência ao “em si nobre, honroso, e patriotico pela recordação grata dos serviços, e penosos sacrificios que a prol da Patria fez o espozo do Paraguassú”.

As considerações de Abreu e Lima, porém, não se restringiriam apenas às observações construídas em torno dos cognomes destas facções. Um primeiro exame destes três grandes grupos já ocuparia boa parte das linhas do primeiro número da *Arca*, neste ainda incipiente momento das Regências.

⁴⁵⁹ Sandra Jatahy Pesavento, op. cit., p. 39, 42. Pesavento ainda interpõe como este “raciocínio não leva a desconsiderar a realidade sobre a qual se construíram as representações, mas sim a entender que a realidade do passado só chega ao historiador por meio de representações”. Idem, ibidem, p. 42.

⁴⁶⁰ A *Arca de Noé*, nº 1, 12 de fevereiro de 1833.

Os moderados, promotores do “movimento sedicioso do dia 7 d’Abril”, ansiariam por forçar o “povo a sugerir-se á obediencia que elle ensinou a desconhecer, e desprezar nesse dia infausto”, prestando-se apenas a observar a “marcha revolucionaria” que ajudaram a traçar no país, em opposição aos valores que Abreu e Lima entendia como de “interesses, e felicidade da Patria”. Pondo toda a “Nação” às beiras do “abismo”, e nas entrelinhas temendo a recorrência da *revolução*, “carro” que seguia em prosseguimento no seu andar por todo o Império do Brasil, caberia aos da facção moderada, de maior força como dirigentes da Regência neste momento, a maior parte das críticas do militar neste pasquim.

A desaprovação com os moderados não se voltavam ou atingiam apenas aqueles redatores que, à frente de seus impressos, sustentavam ou mostravam-se simpáticos a este grupo. O próprio governo das Regências, cujo tom político era ditado por esta facção liberal organizada no Rio de Janeiro, também era alvejado pelas cobranças e reprovações de Abreu e Lima.

Ainda na *Torre de Babel*, a condução do poder regencial já sofria reprimendas por não conseguir “si não dar huma muito má idéa da gente que chama *moderada* por equivocação”, o que faria Abreu e Lima reafirmar como “creio mais da moralidade das nossas massas”⁴⁶¹. Na *Arca*, porém, as críticas aumentariam de tom.

Escrevendo como “muito mimoseado tem sido o Brasil com actos d’atroz dispotismo, depois que huma *facção* cruel, e liberticida assumio as redeas da publica administração” logo após o “para sempre lamentavel 7 de Abril”, o general comentaria como nunca na história do Brasil foram exercidas “tanta crueldade, nem suas leis forão menos respeitadas, os direitos dos Cidadãos menos attendidos, e a liberdade menos garantida, do que o tem sido depois de tão calamitosa época”.

“Em que tempo, responde o Brasil inteiro: se vio o Cidadão opprimido debaixo do pezo da tyrannia, como está sendo sob o poder, e influencia da facção [regencial] dominante?”, encerraria com provocação aos leitores⁴⁶².

Eram narrativas vindas dos pasquins de Abreu e Lima que em nada se assemelham àquelas interpretações que os liberais moderados faziam de si mesmo. Para os moderados, então expressão política principalmente dos interesses econômicos de parte das elites próximas da capital imperial, a *moderação* seria mais um estilo de conduta que de posição política demarcada, apropriada como espécie de corrente de pensamento que a permitiria

⁴⁶¹ A *Torre de Babel*, nº 3, 16 de janeiro de 1833 (*grifos do autor*).

⁴⁶² A *Arca de Noé*, nº 5, 27 de março de 1833 (*grifos do autor*).

tomar posição sobre qualquer debate e adotada por aqueles que assim se identificavam como distinção de razão e progresso, harmonioso com a erudição e com os costumes civilizados⁴⁶³.

Se os liberais moderados faziam uso da moderação quase que como um sinônimo de razão, intencionando, agora como senhores de parte das instituições políticas do Império, manter o bom funcionamento das leis e do regime regente – conservando, em suma, a ordem social, mas trazendo pequenas transformações ao jogo político –, seus aliados das “paixões exaltadas” quando da crise do Primeiro Reinado localizavam-se, neste novo cenário, agora mais à sua esquerda no espectro político e distantes das camadas do poder imperial⁴⁶⁴.

Estes liberais exaltados, minoritários no novo circuito político, seriam aqueles na visão de Abreu e Lima que, apesar de por “humas vezes [...] clamar pela federação” e por outras parecerem “contente sem ella”, seriam de “boa fé” por almejarem “á felicidade da Patria”. Entretanto, “porque se distinguirá com hum titulo tão pouco concernente a seus fins, e que offerece tão desfavoravel ideia?”.

Vale a recordação de como a definição desta facção *exaltada* não vinha da violência de sua linguagem ou mesmo de uma suposta agressividade de suas manifestações e protestos nos espaços públicos do Rio de Janeiro e das demais grandes cidades brasileiras. Antes, a identificação como liberal exaltado se devia à interpretação da exaltação como “excesso político”, a saber, de seus pensamentos quanto às instituições políticas do Estado; nesta leitura, comum após os eventos da Revolução de 1789 francesa, os exaltados seriam aqueles que perdem a razão “fugindo das ideias e atitudes razoáveis”, guiando-se por sentimentos e paixões políticas que, beirando o jacobinismo por vezes, punham-se “em prejuízo da racionalidade da coisa pública”⁴⁶⁵.

Juízos típicos como aqueles associados à banda exaltada pelo general bolivarista, como a defesa de uma federação ou uma maior descentralização política, não compartilhavam de um entendimento homogêneo dentro deste grupo, todavia. A identificação como “exaltado” também se dava mais por acusação de opositores do que como uma identidade propriamente assumida por entre os simpatizantes desta ramificação política.

As diferentes compreensões de soberania, nação e federação também não compartilhavam compreensão unívoca àqueles encerrados no grupo da exaltação. Além das dificuldades de delimitação das fronteiras exaltadas, podia-se ainda identificar pensamentos e

⁴⁶³ Morel, *O período das regências*, op. cit., p. 35.

⁴⁶⁴ Idem, *As Transformações...*, op. cit., p. 135, 142.

⁴⁶⁵ *A Arca de Noé*, nº 1, 12 de fevereiro de 1833; Morel, *As Transformações...*, op. cit., p. 113.

interpretações antagônicas de algumas destas concepções apresentadas entre os nomes no interior deste grupo⁴⁶⁶.

A título de exemplo sobre os pensamentos exaltados, vale recordar as ideias de Antonio Borges da Fonseca (1808-1872). O “desordeiro”, como ficaria conhecido posteriormente o redator do *Republico*, partia das modernas concepções jusnaturalistas à moda liberal para atestar a liberdade dos homens⁴⁶⁷. Figura maior deste campo liberal por suas participações nas manifestações contra Pedro I em 1831, Borges da Fonseca compartilhava no seu jornal, além de propostas para a nacionalização do comércio, pensamentos radicais àquela conjuntura da opinião pública, como ideais democráticos e planos para uma abolição gradual da escravatura⁴⁶⁸. Bruscas reformas na Constituição e na reorganização política do país, por vezes, também eram propagadas pelo *Republico* e replicado por demais simpatizantes.

“Robespierre caboclo”, por suas temperanças políticas radicais que beiravam o jacobinismo do Terror francês, Borges da Fonseca estrearia nas movimentações populares fluminenses “em 6 de abril de 1831, participando em cheio na Abrilada, ao ser o primeiro a instigar o povo no Campo de Santana no Rio de Janeiro” contra as medidas antiliberais de Pedro I naquele momento. Profundamente impactado pelas insurreições liberais estouradas no primeiro quartel do século XIX no então Norte brasileiro, como as de 1817, 1821 e 1824, Borges preconizava um “nacionalismo econômico, e não só político” em seus projetos, viés de pensamento “que hei adotado desde 1824”⁴⁶⁹.

“Célebre pasquineiro” neste período regencial, Borges afirmava simpatias por Thomas Paine, britânico panfletário das ideias revolucionárias liberais e independentistas dos Estados Unidos, e pelas ideias rousseauianas de igualitarismo no seu *Republico*. Pensamentos, estes de Borges da Fonseca, que aterrorizavam tanto caramurus quanto liberais moderados, e mesmo parcelas significativas dos ditos exaltados da capital imperial⁴⁷⁰.

⁴⁶⁶ Morel comentaria como o campo dos exaltados seriam marcados por “deserções, recuos, posições, e alianças que nos parecem hoje contraditórias”; análise, por fim, que parece encerrar os demais agrupamentos políticos também. Morel, *As Transformações...*, op. cit., p. 127-128.

⁴⁶⁷ “Quando [...] leis são justas, os cidadãos gozam de toda a liberdade que a natureza e a razão lhe permitem exercer”, escreveria em 1830. *O Republico* apud Carolina Paes Barreto da Silva, Discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca: análise da palavra *república* a partir da trajetória do jornal *O Republico* (1830-1837), XXV Simpósio Nacional de História (ANPUH) – Fortaleza, 2009, p. 6-7. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772191_4d5df43a6adf362533948c943f4aec6a.pdf. Acesso em: 16 jan. 2020.

⁴⁶⁸ Vamireh Chacon, O Agitador de 48: Borges da Fonseca, *História das Ideias Socialistas no Brasil*, op. cit., p. 196.

⁴⁶⁹ Borges da Fonseca apud Vamireh Chacon, idem, ibidem, p. 195.

⁴⁷⁰ Idem, ibidem, p. 203, 208-209.

Um aconselhamento aos exaltados seria veiculado por Abreu e Lima na *Arca*: advertiria a esta facção como “seria melhor que, attentos tão bons dezejos, a illusão não o fascinasse [sic] por mais tempo sobre seus verdadeiros interesses”. O general alimentava esperanças de que uma certa “vóz do verdadeiro patriotismo, e da utilidade publica calando no peito dissipasse as trevas do erro, e do engano” destes liberais, fazendo-os ver como “não he a simples permutação do termo *moderado* em *exaltado*, que pode fazer a felicidade da Patria”.

Crivos a estes liberais, entretanto, seriam postos de maneiras das mais virulentas neste pasquim. Sobre um suposto fanatismo dos liberais exaltados, o redator apontaria como estes parecem “querer tudo sugeitar ao insano furor de que se acha possuido; e [...] desconhecem a tolerancia”, cegando

huns, e outros fanaticos; e em vão os saudaveis conselho da prudencia, os dictames de huma razão fria, e depurada, ou os irrefragaveis testemunhos da experiencia se lhes apprezentão; nada he capaz de conter o impeto de seu furor, ou de fazer-lhes ver a verdade, e desarmar a colera que os domina⁴⁷¹.

Destituídos de razão, seriam os exaltados intolerantes que julgavam “dever seguir a marcha [...] de suas virulentas, e insanas paixões” sepultando, por isso, o Brasil “debaixo do montão de ruinas que elles levantão”⁴⁷². Era o alerta, emitido por um experiente bolivariano, ao radicalismo de vieses republicanos propagado em turbulento cenário de instabilidade política imperial no Brasil.

Se estes exaltados, excluídos do poder central, buscavam atingir maiores vetores sociais do país com suas grandes ideias de reformas e democracias ou repúblicas – por vezes pregando vieses revolucionários –, fazendo circular também seus impressos nas ruas da capital do Império, decerto que suas propostas também seriam esmiuçadas nos pasquins de Abreu e Lima.

Para o general as vozes exaltadas nada mais serviriam do que para manter o *status quo* Regencial, trazendo à opinião pública ideias de caráter quase utópico que só fariam sentido a estes “republicanos”. “Milhares de vezes temos ouvido fallar em federação, em reformas da Constituição, e em se conceder ás Provincias mais atribuições, e poderes”, traria a *Arca* em sua edição de 20 de julho, “más tudo isto não passa de meras formalidades, e ensaios para distrahir, e esperarçar os Povos opprimidos; e queixosos”. Uma distração no debate público, enfim, enquanto os dirigentes moderados iriam a “salvo praticando quantas a bitriedades [sic] lhes sugere a sua imaginação e que mais a salvo pódem contribuir para o eu bem estar”.

⁴⁷¹ A *Arca de Noé*, nº 4, 8 de março de 1833 (*grifos do autor*).

⁴⁷² A *Arca de Noé*, nº 4, 8 de março de 1833.

Como cortina de fumaça para Abreu e Lima, as ideias exaltadas desfocariam os debates públicos àquelas propostas “jacobinistas” que, certamente, nunca chegariam a concretizar-se no Império do Brasil, servindo apenas para desviar as atenções daquelas discussões que realmente importavam. Contudo, as movimentações exaltadas ainda constituíam perigo à nação e à monarquia por seus radicalismos: “perigosos sim, e bem perigosos são esses *facciosos*, esses *jacobinos* que minão pelas bases” o Brasil, “e trabalham já sem reбуço na destruição da Monarchia, ou na formação de republicas *sui generis* e *Convenções* á maneira da França”⁴⁷³. Realçam-se, uma vez mais, os temores de uma revolução à francesa no Brasil.

Por fim, os *caramurus*. Sobre estes, o número inaugural da *Arca* traria como lamentariam “os males que se tem seguido depois de 7 de Abril; com susto aguarda outros maiores; e dezejando evital-os anceia, em contraposição” àqueles de identificação moderada. Os *caramurus* seriam, na concepção de Abreu e Lima, aquela facção política mais numerosa dentre as três “porque não só he composto de todos aquelles que considerárão logo ao principio como origem de grandes males o movimento revolucionario de 7 d’Abril, e como tál [sic] lhe forão tacitamente oppostos”, como também envolveriam “parte dos outros dous partidos, que na boa fé seguirão o movimento revolucionario, e n’elle tem achado resultados bem alheios da sua expectação, e que nada de utilidade tem d’elle provindo a Patria”.

Bando político, se interpretado à maneira de Abreu e Lima, composto tanto pelos arrependidos envolvidos nas tramas e movimentações que decorreram na abdicação de Pedro I como por aqueles que, contrários desde o início à chamada “revolução” do 7 de abril, lhe foram – e ainda o seriam – detratores⁴⁷⁴.

Interpretação semelhante, escrita mais de seis décadas depois da circulação deste pasquim, à de Nabuco. Este, no *Estadista*, afiançaria como “a nação sem desejar a volta de Pedro I era todavia ‘*caramuru*’, isto é, voltava a sua simpatia e confiança para os homens que a revolução tinha posto de parte”. Maioria também *caramuru*, a exemplo de Abreu e Lima, porque fora a “nação” a mais decepcionada pelo desenrolar político visto após a abdicação do imperador no Brasil; em suas palavras “a abdicação tinha-a profundamente surpreendido, quando ela esperava do imperador” apenas “o abandono de uma camarilha que lhe era suspeita”. Os “espíritos” que agitaram as ruas do Rio de Janeiro contra Pedro I não previram, ou não se prepararam, “para uma solução que não anteviam, e, como sempre acontece com os movimentos que tomam o país de surpresa e vão além do que se desejava, as esperanças

⁴⁷³ A *Arca de Noé*, nº 14, 20 de julho de 1833 (*grifos do autor*).

⁴⁷⁴ A *Arca de Noé*, nº 1, 12 de fevereiro de 1833.

tornaram-se excessivas, os espíritos abalados pelo choque exaltaram-se, e deu-se então este fato” nada singular visto nas “revoluções”: aqueles revolucionários mais ardentes tiveram de recuar, “a toda pressão e sob a inspiração do momento, a máquina para trás, para impedi-la de precipitar-se com a velocidade adquirida”⁴⁷⁵. Era o pavor de que o aludido “carro da revolução”, desgovernado, pusesse abaixo o ainda recém-emancipado Estado brasileiro diante das incertezas após a abdicação.

A *Torre de Babel*, como esperado, também seguiria as linhas caramurus de seu redator. No pasquim, os seguidores desta facção seriam apresentados “simplesmente [como] aquelles que desejão as unicas reformas uteis e necessarias, como hum poder municipal mais amplo, huma nova organização fiscal, huma policia mais activa” e a “supressão de muitos empregos inuteis”, em contraposição àqueles liberais exaltados que, defensores da ampla reforma do edifício institucional brasileiro, já eram chamados de “malditos” por Abreu e Lima⁴⁷⁶.

Imputações do cunho de “jacobinos”, “demagogos” e “utópicos” encontrariam maiores espaços em um artigo da *Arca de Noé*, edição 10. Intitulada de “Os Architectos de Ruinas”, o texto partia de uma reflexão mais apurada do risco de “*malvados jacobinos*” no poder dos Estados; no artigo, se lia que

Em todos os tempos, tem desgraçadamente a humanidade sentido os terríveis effeitos das *utopias sublimes*, que fantasião em suas mentes vertiginosas os homens, que, para satisfazerem a ambição que os devora, o orgulho que os mata, se arrogão o Directorio da Opinião Publica, se inculcão regeneradores do genero humano, restauradores dos direitos do homem, que ninguem mais do que elles a seu tempo supplantão e despresão⁴⁷⁷.

Este trecho traz uma abordagem que, às guisas de um olhar diligente às culturas políticas modernas presentes no espaço público do Rio de Janeiro, torna-se de significância para pensarmos o caldeirão de pensamentos e ideias que podem ser extraídos da leitura deste pasquim.

Afinal, encontramos nesta citação um olhar singular a dois fenômenos tipicamente modernos, a saber, uma interpretação inicial com ares históricos daqueles que ousavam exprimir suas “utopias sublimes”, seguida da construção de um panorama na perspectiva de Abreu e Lima para com “o Directorio da Opinião Publica”, o espaço público em outras palavras, fluminense ali do ano de 1833.

Uma análise de intenções históricas, esta da *Arca*, por buscar em um passado recente a justificativa para as opiniões emitidas. Caso estes jacobinos, de influência e poder na opinião

⁴⁷⁵ Nabuco, *Um estadista do Império*, op. cit., p. 338 (grifos do autor).

⁴⁷⁶ *A Torre de Babel*, nº 7, 6 de março de 1833.

⁴⁷⁷ *A Arca de Noé*, nº 10, 13 de maio de 1833 (grifos do autor).

pública, não encontrassem obstáculos em seus trajetos que o afastassem do poder do Estado, poderia ocorrer no Brasil uma situação semelhante à da França após aqueles acontecimentos de 1789.

Foram as desventuras revolucionárias no país gálico, para o general bolivarista, submerso nos horrores das perseguições e do terrorismo interno porque vítima das “inculcadas ideias de *liberdade* com que hum tirano Robespierre, e seus consócios souberão fanatizar o Povo”, que deveriam servir de exemplo do que ocorria quando sujeitos perdidos em paixões políticas alcançavam, por rotas revolucionárias e de brusca ruptura, os rumos de um país⁴⁷⁸. Os riscos de tais ideias liberalistas e libertárias alcançavam mesmo a penalização da humanidade para o José Ignácio: famílias se separariam, com “ternas mães com suas lágrimas [que] tem humedecido por vezes os tristes tumulos de seus filhos”, cidades “populosas e ricas”, atingidas pelo furacão revolucionário jacobino, encontrar-se-iam devastadas. “Tal aconteceo á *França* com as *sublimes utopias* dos seus *Architectos*”.

Eram os riscos do “liberalismo da moda”, o jacobinismo. Neste artigo, saído na edição 19 da *Arca de Noé*, Abreu e Lima comenta sobre o processo revolucionário jacobino de 1789, que pôs os rumos da França “a huma desorganização geral” e em que o “Povo aturdido pela rapidez” revolucionária “não sabia o que devia temer, ou esperar”. Cenários de miséria e “desordem espantosa” no qual enquanto os jacobinos, “com cartazes dirigidos ao povo soberano”, o “adulvão, o enganvão, o desviavão, o perdião em seu proprio nome”, a França encontrava-se “*sem governo, sem leis, sem moral, sem pão*”.

A *revolução*, um “crime [que] marchava com o passo tranquillo”, cobrira “o solo Francez [...] de novas prizões”, e o alcance do Terror destes liberais radicais era tamanho que “ametade [sic] da Nação arrastava os grilhões que a outra metade lhe impunha”. Processo que, em suma, acentuava o abismo à que fora atirada a França pelos princípios e valores de “*certos homens*, que se condecorão com os bellos nomes de *patriotas*, e *liberaes*” quando, no cotidiano, só clamariam por “sangue, e furor de riquezas”⁴⁷⁹.

Tal seria a leitura do “espírito de 1789” para o antigo revolucionário bolivariano; aos olhos conservadores de Abreu e Lima, a Revolução Francesa fora obra de utopistas que, ao atraírem a simpatia do “Directorio da Opinião Publica” e com o convencimento de um incauto “Povo”, arrastaram seu país às ruínas. O objetivo maior do general seria, pois, o de evitar semelhantes andamentos no Império do Brasil, impedindo o “carro da revolução” destes utópicos que, com o fôlego adquirido pelo cenário de quase anarquia perceptível em todo o

⁴⁷⁸ A *Arca de Noé*, nº 10, 13 de maio de 1833 (*grifos do autor*).

⁴⁷⁹ A *Arca de Noé*, nº 19, 20 de novembro de 1833 (*grifos do autor*).

espaço brasileiro após o 7 de abril e pelos avanços de seus discursos no espaço público da capital imperial, poderiam ser os artífices do abismo em que se encontrava o império brasileiro. Caberiam, portanto, todos os esforços para se evitar o avanço jacobínico nos meios políticos e nos espaços públicos.

Estas doutrinas subversivas, “arteiras insinuações d’esses *utopistas*”, pareciam a Abreu e Lima atrair o olhar cúmplice de boa parte deste “Povo brasileiro”: este, referenciado quase como uma entidade pelo militar e cego pelas promessas destes “*Innovadores*”, a exemplo do ocorrido na França de fins do XVIII, experimentaria as máximas e doutrinas destes “*Architectos*, para então se certificar do veneno de suas doutrinas, da falsidade de suas ideias, do embuste de suas palavras”⁴⁸⁰.

Estas fantasmagorias e seus “*Architectos de Ruínas*” – servientes apenas às suas causas “do interesse privado, da ambição, do orgulho” –, que pareciam ser sempre as mesmas que levariam a revolução da Europa ao Brasil, ainda seriam fontes de discussões da *Arca de Noé*.

As atividades dos supostos jacobinos, afinal, seriam mais exploradas neste pasquim do que na *Torre de Babel* anterior do mesmo redator. Por exemplo, mais apreensões sobre a sujeição da opinião pública às ideias revolucionárias seria alvo de maiores esclarecimentos porque “no nosso Brasil, Patria infeliz, e malfadada, [...] a barbara intriga por toda a parte”. Em coluna lançada na edição 13 da *Arca*, Abreu e Lima estenderia seus argumentos ao falar que, nestes novos pensamentos que pareciam dominar a esfera pública brasileira, “nem a Religião, nem as Leis humanas, nem os sentimentos da natureza são respeitados pelos Jacobinos e Demagogos!”⁴⁸¹.

Ao propor o estudo da historicidade de alguns conceitos-chave para uma melhor compreensão da cultura política brasileira às vésperas e pós-independência, Lúcia Neves comenta como o termo *jacobino* significava aqueles sujeitos temerários que, pregadores de doutrinas da revolução, eram até comparados aos “filósofos de Paris”, enquanto “demagogos” era associado àqueles que sustentavam maiores princípios de democracia e de participação popular nas instituições políticas⁴⁸².

No espaço ibero-americano, já se fariam numerosas as utilizações do jacobino ou jacobinismo enquanto vocábulo naqueles momentos de lutas emancipatórias – e por ambos os lados na contenda. Legalistas e reinóis, por exemplo, referenciavam como jacobinismo todo o

⁴⁸⁰ A *Arca de Noé*, nº 10, 13 de maio de 1833 (*grifos do autor*).

⁴⁸¹ A *Arca de Noé*, nº 13, 10 de julho de 1833.

⁴⁸² Neves, *Corcundas e constitucionais*, op. cit., p. 189, 192.

“signo de desorden y rebelión contra las legítimas potestades [...] del suelo americano”⁴⁸³, enquanto alguns independentistas sul-americanos liam-se como “revolucionarios y jacobinos”⁴⁸⁴.

Se nas lutas grã-colombianas um libertador do porte de Bolívar se expressaria como “acérrimo enemigo de la ‘democracia absoluta’ de los jacobinos”, resguardando-se na “‘libertad negativa’ de los modernos”⁴⁸⁵, no Brasil já se encontrariam usos do termo visando a desqualificação de todos aqueles opostos a uma Coroa forte e centralizadora ainda naqueles anos de indefinições do Vintismo⁴⁸⁶.

A independência brasileira, contudo, reservaria uma maior ampliação da utilização desse vocábulo, estendido junto à expansão da opinião pública. Evaristo da Veiga, em sua *Aurora*, já escreveria em fins de 1829 como “*nada de jacobinismo de qualquer côr que elle seja. Nada de excessos. A linha está traçada – é a da Constituição*”. Para Veiga, “tornar pratica a Constituição que existe sobre o papel deve ser o esforço dos liberaes”⁴⁸⁷.

Aludida como sinônimo de violenta ruptura política, beirando cenários anárquicos, cabe o recorde de como a chamada República Jacobina de 1793-94 causara fortes impressões nos contemporâneos que acompanhavam, à distância, os desenrolares do movimento francês de 1789. Este recorte, de radicalização da república francesa instituída um ano antes, também seria marcado pela fase do Terror sob Robespierre. Fora o momento, afinal, do “poder popular” no país – parte de uma “nova era, absolutamente revolucionária, na história da humanidade”⁴⁸⁸.

Marcas de uma fase revolucionária que seriam lembradas ainda décadas depois, no Brasil imperial. “Que resultados colherião *nossos demagogos* de taes actos de tyrannia, que não fossem identicos aos que obteve um *Robspiérre*, hum *Danton* e outros!”, advertiria Abreu e Lima⁴⁸⁹. Ora, neste cenário brumoso de ameaças revolucionárias e de pensamentos sediciosos que ganhavam popularidade, apenas “o Patriota, o amigo da liberdade” seria capaz de ilustrar a “massa dos Cidadãos” de tais manejos perigosos.

⁴⁸³ Hans-Joachim König, Ciudadano-Colombia, in Javier Fernández Sebastián (org.), *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750-1850*, Madrid, Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 240.

⁴⁸⁴ Javier Fernández Sebastián, Liberalismo-Introducción, *ibidem*, p. 712.

⁴⁸⁵ Georges Lomné, República-Introducción, *ibidem*, p. 1267.

⁴⁸⁶ Christian Edward Cyril Lynch, Liberalismo-Brasil, *ibidem*, p. 749.

⁴⁸⁷ *Aurora Fluminense*, nº 276, 9 de dezembro de 1829 (*grifos nossos*).

⁴⁸⁸ Eric J. Hobsbawm, Uma revolução de classe média, *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 18-19.

⁴⁸⁹ *A Arca de Noé*, nº 12, 15 de junho de 1833 (*grifos do autor*).

Uma destas ideias de risco à estabilidade nacional, ao general, seria aquela que versava sobre a adoção do federalismo no Brasil. Associados ao separatismo e aos liberais exaltados e *jacobinos*, Abreu e Lima comentaria sobre os pensamentos de federação como estes

Disem alguns que ha hum remedio conhecido para evitar o mal primeiro, isto he, a dissolução completa do Imperio, deixando despedaçar-se o Norte, attraíndo os ricos para o Sul, e formando hum novo Estado das Provincias ao Sul da Bahia, e por isto já não se ouve mais fallar em federação, porque convém unir as Provincias do tropico debaixo de huma centralisação mais vigorosa⁴⁹⁰.

Seria repudiada como asneira, “tão falso como o 7 de Abril”, a própria possibilidade desta alternativa federal ao Estado brasileiro; para Abreu e Lima, se adotada, esta desmembraria o Brasil e, pior, faria-o assemelhar-se àquelas “Republicas que nos cercão”⁴⁹¹.

Como farol propagador das luzes da ciência, do pensamento racional e dos modos civilizados, só aqueles convencidos e portadores de esclarecimentos poderiam prevenir “os Cidadãos contra taes tramas [jacobinas] que tem por fim impor lhes o jugo cruel da mais pezada tyrannia” que certamente se afiguraria com a tomada do poder do Império do Brasil por estes radicais do liberalismo. Restava o repúdio destes modernos àquele que seria “o mais perverso, e immoral dos governos” e que se valeria “dos meios mais atrozes e tyrannicos” para dividir os cidadãos e, assim, conservar “seu detestavel dominio”⁴⁹².

Contudo, estas representações de jacobinos e demagogos não se encerrariam apenas aos exaltados. Os liberais moderados, pela forma de condução do Estado imperial brasileiro, fomentariam “a ruina e escravidão da Patria”, afiando “o cutelo das perseguições” e procurando “manchar o solo patrio com o sangue Brasileiro”. Acusados de ingratição e demagogia por Abreu e Lima, os dirigentes da Regência seriam os “fieis imitadores dos revolucionarios da França” que faziam, de posse do poder político, o Brasil rumar à “estrada do crime: a sede de sangue humano, o furor canibal em condemnar á morte, e no desterro massas inteiras da população”. Compartilhavam, aos olhos do bolivarista, das mesmas práticas que os “*Robespierres, Dantons, e Marats*” nas terras francesas de décadas antes.

Seriam estes os “homens, que se appellidão *moderados*”⁴⁹³. Objeto maior dos juízos de Abreu e Lima, mas igualmente criticados como aqueles liberais exaltados, para o general

⁴⁹⁰ *A Torre de Babel*, nº 7, 6 de março de 1833.

⁴⁹¹ *A Torre de Babel*, nº 7, 6 de março de 1833.

⁴⁹² *A Arca de Noé*, nº 13, 10 de julho de 1833.

⁴⁹³ *A Arca de Noé*, nº 14, 20 de julho de 1833 (*grifos do autor*). A Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, agrupamento moderado que daria o tom dos poderes políticos neste início de Regências, também passariam pelo crivo de Abreu e Lima: organizada à maneira dos “Jacobinos da França”, a Defensora supostamente articulava planos para completar a “*grande obra de nossa revolução*”, que “só sera completa com o *derramamento de sangue*”. *A Arca de Noé*, nº 14, 20 de julho de 1833 (*grifos do autor*). Para uma historiografia sobre as sociedades regenciais, ver: Morel, *O período das Regências*, op. cit., p. 36 et seq;

apenas a facção caramuru poderia recuperar a moral e a “civilização” do país, abaladas por um lado pelos desgastes dos “tyrannicos” moderados, por seu exercício do poder regencial, e pelos “republicanos” exaltados, com seus pensamentos radicais que, caso obtivessem acesso às instituições políticas imperiais, poderiam levar todo o Brasil, se não à fragmentação total, ao menos ao colapso.

Representações e criações de identidades políticas que aproximavam José Ignácio do agrupamento caramuru. Partilhas semelhantes às de Abreu e Lima sobre as facções políticas deste período confirmam a afinidade do redator da *Torre de Babel* e da *Arca de Noé* com esta facção: o periódico *O Caramuru*, por exemplo, compartilharia de interpretações análogas ao registrar, em uma edição de fevereiro de 1833, como “a nossa população pode-se hoje dividir em três classes, a dos moderados, a dos exaltados, e a dos *comprometidos*”, em que na “primeira e a segunda compõe-se da gente da revolução hoje dividida, e a terceira da que defendia e sustentava o governo anterior ao dia 7 de Abril”⁴⁹⁴.

Eram os “architectos de Ruinas” que, dispersos por todo o Império mas com posições relevantes nos espaços políticos e públicos na capital imperial, ameaçavam o já instável cenário brasileiro. Se estas representações foram confeccionadas por Abreu e Lima aos seus adversários e antagonistas políticos nestes pasquins, aqueles que eram divergentes destes liberais moderados e liberais exaltados também receberiam narrativas distintas da parte do general bolivarista.

Projetos daqueles “propugnadores das Liberdades dos Povos”, porque “bravos patriotas”, fariam reação aos dirigentes regenciais moderados e aos liberais exaltados que confundiam e arrastavam todo o Império do Brasil ao “abysmo”. Afinal, para Abreu e Lima só um “*energumeno*”, cujo “coração nao he susceptivel do mais nobre sentimento humano, o da gratidão”, poderia deixar de reconhecer os “prestantes serviços que o Sr. D. Pedro fez a liberdade, e independencia patria”; de vieses bárbaros porque, críticos de Pedro I, seriam alheios à “moral dos Povos” e contra os “direitos da natureza”, das “leis da moral, e da civilização!”⁴⁹⁵.

Era a aproximação de José Ignácio às posições restauracionistas que encantavam parte da ala caramuru. Se ainda restariam dúvidas para uma parcela da historiografia que se voltara

idem, *As Transformações...*, op. cit., p. 325-327; Marcello Basile, *Sociedade e política na Regência*, op. cit., p. 81-115.

⁴⁹⁴ O *Caramuru* apud Gabriela da Silva Ramos Fernandes, *7 de Abril: usos políticos e representações na Regência (1831-1840)*, dissertação de mestrado (História), Juiz de Fora, UFJF, 2013, p. 60 (*grifos nossos*).

⁴⁹⁵ *A Arca de Noé*, nº 17, 2 de outubro de 1833; *A Arca de Noé*, nº 13, 10 de julho de 1833 (*grifos do autor*).

a ponderar a sustentação ou não deste projeto de nação por Abreu e Lima⁴⁹⁶, poderíamos recordar o artigo “Restauração”, publicado ainda em sua *Torre de Babel*, em que o militar assumiria como

Eu entendo cá com os meos botões, que restauração quér dizer a volta de D. Pedro I. ao throno do Brasil como Imperador, e a devolução de D. Pedro II. para Principe Imperial – [...] Por consequencia restauradores são aquelles homens que dezeção ou que trabalhão para que D. Pedro I. se torne á sentar no throno do Brasil; ora como dizemos que esta foi a doutrina do papel chamado Caramurú, ficarão por consequencia [...] Caramurús todos aquelles [...] de semelhante pretenção⁴⁹⁷.

“Até aqui estamos conformes”, acrescentaria José Ignácio ao fim desta nota⁴⁹⁸. Para o general, restaria “hum só unico meio para recuperar a perda, que ha soffrido” o Império, pondo fim “às suas desgraças”⁴⁹⁹. Voltemos-nos, agora, às reverberações restauracionistas de Abreu e Lima na *Arca de Noé*.

4.3 “Aos que amão o progresso da Civilização”: ecos restauracionistas na *Arca de Noé*

Uma anedota fecharia o número 12 da *Arca*. No artigo “Mais uma ferroadada. Ha doidos, que vendem ciso”, Abreu e Lima registraria como “consta-nos que está no Hospital da Misericórdia por demente hum homem pardo, que entre alguns ditos jocosos delle, não deixa tão bem ter sua graça a seguinte lembrança”: o homem, muito sério, teria dito como “os Inglezes, os Francezes, os Portuguezes fizeram a sua restauração, e só nos [sic] Brasileiros não havemos de fazer a nossa! nada, isto não pode ser; não havemos de ser menos que os outros”.

Os devaneios do internado, para o general, significariam mais do que um mero chiste. Ainda nesta edição do pasquim, ao comentar como a Regência “*ella mesma [...] que se desacredita a si*”, Abreu e Lima compartilhava da opinião de que, para se “ter motivo de suspeita de restauração”, prova-se “o disgosto, e descontentamento da massa geral da Nação, e o que não acredita muito a – lealdade do Governo Imperial”⁵⁰⁰. Afigurava-se o restauracionismo como escape político àqueles insatisfeitos com os dirigentes regenciais, portanto.

Não raro, pensamentos que propunham o retorno de Pedro I ao Brasil como mandatário já circulavam nos espaços públicos do Rio de Janeiro pouco após seu

⁴⁹⁶ Fazemos referência ao jurista, jornalista e historiador Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000) quando, em prefácio para a edição de 1979 do livro *O Socialismo*, lançado originalmente por Abreu e Lima em 1855, escreve como o militar “aparentemente, defendia a restauração de Pedro I e a sua volta ao trono que havia renunciado”. Barbosa Lima Sobrinho, op. cit., p. 14.

⁴⁹⁷ *A Torre de Babel*, nº 2, 12 de janeiro de 1833.

⁴⁹⁸ *A Torre de Babel*, nº 2, 12 de janeiro de 1833.

⁴⁹⁹ *A Arca de Noé*, nº 2, 23 de fevereiro de 1833.

⁵⁰⁰ *A Arca de Noé*, nº 12, 15 de junho de 1833 (*grifos do autor*).

desligamento do trono. Evaristo da Veiga, em edição de abril de 1832 da sua *Aurora Fluminense*, era da opinião de que “a nação não o quer: a mudança operada no dia 7 de Abril foi recebida com aplauso e júbilo em todos os ângulos do Império”, e “não são passados ainda tantos anos para que possam já ter esquecido os fatos por que d. Pedro se tornou odioso da população”,⁵⁰¹.

Todavia, ecos de uma proposta restauracionista, cautelosa e indiretamente citada por vezes, encontrariam espaços na *Arca* de Abreu e Lima para a aversão de Veiga e demais liberais. Para o general, apenas este projeto de nação que poderia salvar o Império

E de que necessariamente deve lançar mão: embora a ambição, o egoísmo faça desconhecer a alguns esta verdade, a illuzão, e o erro afaste outros de seus deveres; porem o puro amor da Patria, os sinceros desejos da felicidade publica não podem aconselhar medidas que só nutrão vistas particulares, e cauzem a ruina do Brasil⁵⁰².

Para o bem público, aqui entendido como aparato político imperial e “Povo”, era necessária a restauração do primeiro soberano ao trono no Brasil. Contudo, atentemos como o termo *restauração* também é vocábulo carregado de historicidade, e o tal “retorno à determinada situação ou condição” nem sempre intentava às mesmas finalidades que estas aventadas por Abreu e Lima. Marco Morel lembra como, em inícios do oitocentos, o uso de “restauração” exprimia em alguns casos significados que iam do “apelo à legitimidade regeneradora e tradicional” absolutista dos espanhóis e portugueses até às “ideias liberais, modernas e [...] revolucionárias do tipo francês pós-1789”,⁵⁰³.

Todavia, em uma destas interpretações na conjuntura brasileira da primeira metade da década de 1840, restauração foi correlacionada ao retorno de Pedro I ao poder político máximo do Brasil, em proposta que articulava uma reabilitação monárquica porque, enfraquecida as instituições políticas pelas Regências, o retorno desta à plenitude só poderia dar-se com a volta do novo-velho imperador⁵⁰⁴.

Se estas propostas restauracionistas – polissêmicas –, que cruzavam as valorizações de uma supremacia monárquica até às aproximações com o tradicionalismo ibérico, “ainda não foram devidamente dimensionadas no Brasil pós-independência”,⁵⁰⁵, podemos partir desta deixa para pensar como Abreu e Lima fez uso da “restauração” na sua *Arca de Noé*.

Não deixa de ser inusitada a admissão caramuru do general neste último periódico, se posto em olhar comparativo a como em seu primeiro pasquim evitou-se, por um número considerável de edições, um posicionamento mais explícito a esta proposta política. Ora, era o

⁵⁰¹ *Aurora Fluminense* apud Gabriela da Silva Ramos Fernandes, op. cit., p. 65.

⁵⁰² *A Arca de Noé*, nº 2, 23 de fevereiro de 1833.

⁵⁰³ Morel, *As Transformações...*, op. cit., p. 147-149.

⁵⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 147, 150.

⁵⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 150.

mesmo Abreu e Lima que escrevera, no número 3 da *Torre de Babel*, que não queria imputar culpa nos “responsáveis” do 7 de abril porque “não quero que me chamem Caramurú, Moderado, ou Exaltado ou hum C... que os atravesse”⁵⁰⁶, e agora argumentava em constância considerável na *Arca* como a solução para o Brasil passava pelos projetos de nação e Estados caramurus?

Além da leitura de um acentuado declínio político do Império sob comando das Regências, uma outra hipótese poderia ser aludida quanto às bruscas tomadas de posições caramurus e pró-Pedro I na *Arca de Noé*, em detrimento daqueles comentários mais cautelosos (por vezes nem tanto, é verdade) exprimidos na *Torre*.

Afinal, acentuaram-se também as intrigas com aqueles considerados papéis da oposição. A *Aurora Fluminense*, do quase onipresente na opinião pública Evaristo da Veiga, fortalecia suas posições anti-restauracionismo e de contestação das demais propostas caramurus neste campo dos impressos do Rio de Janeiro. Sobre os argumentos para a volta do Pedro I, assentados na perspectiva de um cenário de “desmoronamento” do Brasil nestes anos regenciais, Veiga comentaria como “costumam certos escritores carregar o quadro de nossa atual, dolorosa posição”, pintar com

Cores denegridas a desordem das finanças, a anárquica administração das justiças, a insubordinação dos agentes subalternos do Poder, o desprezo das leis; o que tudo imputado ao 7 de Abril, e à falta do Príncipe adulto que sobre o trono impunha respeito e temor. Aqueles que assim disseram, procuravam desviar da mente e esconder o verdadeiro estado em que nos achávamos nos últimos anos do reinado de d. Pedro, estado que deu causa à revolução, e que a prolongar-se, não sabemos onde nos levaria⁵⁰⁷.

O principal jornal dos liberais moderados partia das posições caramurus e, insertos nestes, daquelas ideias restauracionistas para desconstruir o argumento sobre as benesses de um suposto retorno do primeiro monarca ao poder brasileiro. Afinal, se o Império encontrava-se em crise neste momento, como seria o quadro resultante caso Pedro I houvesse permanecido no trono? Certamente, aos moderados, um horizonte de muito mais tensão e abalos políticos do que aqueles que os regentes, no momento, estariam a tentar superar.

Na *Arca* respingariam tais insinuações moderadas, e as respostas de Abreu e Lima para Veiga aumentariam em rispidez. No artigo “O Evaristo assustado”, o general bolivariano colocaria nas folhas do pasquim, respondendo as atribuições veiculadas pela *Aurora* sobre os caramurus, que se os “restauradores, segundo a Aurora, são *Sabastianistas* [sic] *incorrigiveis*: isto he, esperão pelo Sr. D. Pedro que hade vir como D. Sebastião veio”; por isso, “temos o

⁵⁰⁶ A *Torre de Babel*, nº 3, 16 de janeiro de 1833.

⁵⁰⁷ *Aurora Fluminense* apud Gabriela da Silva Ramos Fernandes, 22 de maio de 1833 (*grifos nossos*).

Sr. *Evaristo* a confessar mesmo que a vinda do Sr. D. Pedro he *peta*”, em “contradição do que á dias tem publicado os Escriptores da *Santa moderação* inclusive o Redactor da *Aurora*”,⁵⁰⁸.

O resguardo de um projeto de restauração, por consequência, estava sempre à vista de Abreu e Lima. José Ignácio, em antagonismo às assertivas dos liberais moderados, buscara expor nos seus pasquins como o restauracionismo não se oporia às perspectivas da construção de uma “nova nação” na marcha das modernas ideias de *civilização* e *progresso* – aqui fazendo vista aos argumentos de que um Brasil nestes rumos, de novo sob a tutela de Pedro I, segundo os moderados, seria antes um “regresso” à nação –, muito menos de uma revogação daquele que seria o futuro imperador brasileiro, o herdeiro real Pedro II, que, segundo Veiga e alguns outros moderados, poderia ser preterido do cargo pelo retorno de seu pai ao trono imperial.

A estes argumentos, bastariam as definições de *restaurador* apresentadas na *Torre*. Para Abreu e Lima, que pensa o termo como um conceito, restaurador “não quer dizer sómente amigo do Duque de Bragança”, mas seriam todos aqueles que “mostrão hum respeito devido á pessoa do Monarcha actual [aqui, refere-se a Pedro II]; são restauradores os que não insultão á seu Augusto pae e não o tratão de ladrão” e também aqueles que, “respeitando as fórmãs e os uzos” de um Estado jovem, “não se tirão por [...] frades do Convento da *Moderação* ou não rezão pelo breviario da *Aurora* ou da *Verdade*”,⁵⁰⁹.

Também eram homens “de fortuna, de saber, e de virtudes” que, antes, almejavam “a publica felicidade” da “Patria” e que nada mais “querem do que verem hum dique ás calamidades publicas”. Se o Império do Brasil houvesse prosperado sob os regentes, como indicavam os liberais moderados e principalmente Evaristo da Veiga em sua *Aurora*, “nada haveria feito avultar tal partido [restaurador]; e por isso mesmo que elle cresce”, nutrindo o “verdadeiro Patriotismo”.

Se os liberais moderados e os liberais exaltados definiriam como “homens levianos, e credulos” alguns dos “illustres Campeões” restauracionistas, como os “Andradas, Montesuma, [...] Lopes Gama”, o tempo daria razão aos caramurus, conforme o redator da *Arca*⁵¹⁰. E nenhum destes últimos, inclusive, partilhariam da proposta “absurda” de postergar e/ou nulificar o ascenso de Pedro II ao trono imperial quando chegado o seu momento de assumir o trono imperial.

⁵⁰⁸ A *Arca de Noé*, nº 16, 10 de agosto de 1833 (*grifos do autor*).

⁵⁰⁹ A *Torre de Babel*, nº 1, 12 de janeiro de 1833 (*grifos do autor*).

⁵¹⁰ A *Arca de Noé*, nº 3, 2 de março de 1833.

A “Nação toda”, para Abreu e Lima, desejaria “a permanencia do principe Brasileiro [Pedro II]”, e “huma mudança agora offenderia a sua Nacionalidade”. Restauracionismo de vieses legalistas, em respeito às linhas de sucessão monárquicas afinal; a figura de um soberano real “nacido deste lado do Atlantico” em muito “satisfaz [...] a ambição dos Brasileiros”, e dentro do agrupamento caramuru “nem Deos me faria crer quem dezeje ou trabalhe para destronar hum filho”. A simples plausibilidade da existência de pensamentos do tipo seria “único na historia, e nos cobriria de oprobrio”, como realçaria o militar⁵¹¹.

Linhas restauracionistas em bases que asseguravam também um caminho de legitimação do herdeiro do cetro do Império, ao mesmo tempo em que cobravam o restabelecimento de seu pai ao poder máximo no Brasil, as que defendiam José Ignácio. Interpretações que, por seus fundos legalistas, dialogam com as leituras de Marco Morel quando este diz como “mesmo levando em conta que logo após a abdicação de d. Pedro I os defensores de seu retorno são numerosos, percebe-se que, passados dois anos, essa ‘opinião caramuru’ e legitimista” converter-se-ia, antes, “numa tendência de valorização da soberania monárquica personificada no jovem Pedro II”⁵¹².

Se aquilo que Morel chama de “fidelidade” ao monarca afastado seria um posicionamento político estratégico, em discursos que afirmariam à opinião pública a “bandeira de fortalecimento do poder monárquico”, podemos pensar o desenvolvimento destes argumentos que ansiavam uma restauração da parte de Abreu e Lima.

A própria história, consultada ao estilo *magistra vitae*, confirmaria a necessidade e utilidade desta movimentação para “evitar a tormenta que nos ameaça”. Exemplos de “uma restauração ao Throno de um principe, ou dynastia” seriam apropriadas e expostas por Abreu e Lima na sua *Arca*, a partir de exemplos que apontariam as transformações de Estados então mergulhados na “ambição” e no “excessivo orgulho” daqueles seus dirigentes de momento.

A Europa, sempre ela, com seus casos de dinastias e monarcas “retornados” na França, na Espanha e em Nápoles, forneceria todas as ocorrências “onde se tem effectuado restaurações de príncipes ou dynastias decahidas” e no qual “não encontramos esses horrores que se querem figurar” aqueles que, opositores das ideias de restauracionismo, rechaçariam mesmo o debate de tais vieses de projeto de Estado⁵¹³. Para Abreu e Lima, os casos europeus

⁵¹¹ *A Torre de Babel*, nº 1, 12 de janeiro de 1833.

⁵¹² Morel, *As Transformações...*, op. cit., p. 158-159.

⁵¹³ *A Arca de Noé*, nº 2, 23 de fevereiro de 1833. “Com effeito”, escreveria Abreu e Lima neste artigo, “á excepção da de Carlos 1.º d’Inglaterra, onde o azedume das paixões motivou horrores, a que derão lugar as crueldades praticadas por Cromwel, e seus partidarios”, poderia ser constatado como todas as outras restaurações monárquicas “tem sido favoraveis, e uteis aos povos; a restauração de Luiz 18.º. ao Throno da França depois da

assemelhavam-se e poderiam servir de inspiração aos brasileiros por assumirem um “justo ressentimento da quebra dos direitos dos povos, e o desejo de recuperar a sua liberdade”, exteriorizando-se como “franca declaração da vontade de hum povo que”, desejoso de sua liberdade perdida, expulsaram “hum governo tyrannico” das rédeas do poder de seu país⁵¹⁴.

Era a *restauração* entendida como movimento regenerador das instituições políticas e do próprio Brasil com a volta de Pedro I ao poder máximo deste Estado, conforme nossas leituras desse vocábulo transformado em conceito por Abreu e Lima. Alargando as interpretações da própria *revolução* enquanto termo, o general bolivariano também dera contornos conservadores e reacionários à palavra nas suas folhas fluminenses de 1833 com a associação oportunista desta a essa adoção de um projeto de restauracionismo político.

Em suma, era uma experimentação moderna da História como processo e mudança que esta leitura da restauração pelo José Ignácio nos remete. Tornada alvo de reflexões consciente e metódica desde finais do século XVIII, esta abordagem tipicamente *moderna* da História fez emergir “um novo tipo de vencidos”: são aqueles “que se veem ultrapassados pela história ou pelo progresso, ou que assumiram a tarefa de alcançar ou ultrapassar esse processo”⁵¹⁵. Inseto neste grupo à sua maneira, restava a Abreu e Lima a luta, por entre palavras, pasquins, debates e impressos, por um horizonte político distinto daquele até então apresentado pelas Regências.

Encarnava, portanto, a figura daquele sujeito que “já não se via mais no fim de um período [histórico] mas no início de um período novo” e aberto, em grandes medidas, ao planejamento, ações e transformações do próprio homem, também ator da própria História em sua escatologia e progresso. Se a “experiência preserva um conhecimento histórico que só com rupturas pode ser transformado em expectativa”⁵¹⁶, a opção em termos políticos do bolivariano era, ao Brasil destes anos regenciais, uma ruptura conservadora com o cenário estabelecido de então, e não pelas vias daqueles que falavam em república, anarquismo, democracia ou, naquela de feições mais radicais, jacobinismos.

quéda de Napoleão não foi hum mal, mas hum bem para a Nação Franceza; a do Sr. D. João 6.º em Portugal; a de Fernando 7.º em Hespanha, e a do Throno de Napoles em Italia depois da expulsão dos Francezes, foi hum beneficio para os povos d’estas trez monarquias que vivião opprimidos debaixo do jugo de hum despota Estrangeiro, que tinha pizado todos os [...] direitos”. Além destes, exemplos da “restauração do Sr. D. Affonso 5.º, depois de haver mui voluntariamente abdicado a corôa em favor do Sr. D. João 2.º”, e a do “Sr. João 4.º que libertou a Monarchia Portugueza do jugo de Hespanha não pode deixar de ser considerada, como hum feito nobre do patriotismo, da honra, e da dignidade da nação”. *A Arca de Noé*, nº 2, 23 de fevereiro de 1833.

⁵¹⁴ *A Arca de Noé*, nº 2, 23 de fevereiro de 1833.

⁵¹⁵ Koselleck, *Estratos do tempo: estudos sobre história*, Rio de Janeiro, Contraponto, PUC-Rio, 2014, p. 68.

⁵¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 308.

Antes primava por um retorno, uma *restauração* planejada ao poder máximo do Estado brasileiro daquele que já fora um nome forte e ocupante desse cargo político de poder. Ideias e projetos conservadores beirando o reacionarismo e que reverberariam na própria leitura da História, lida enquanto processo, da parte do Abreu e Lima.

Estas posições e convicções de Abreu e Lima renderiam debates, dentre os estudiosos de seu pensamento, sobre o porquê de sua escolha destes projetos *caramurus* para um Império como o Brasil. Barbosa Lima Sobrinho, por exemplo, interpreta as escolhas do general bolivarista como originadas do desejo, da parte do militar, de “alistar-se no partido que lutasse contra a desagregação do Brasil”. O recurso, portanto, seria a defesa do “prestígio da dinastia, que soubera sobreviver às lutas pela independência”.

Mas, por que à banda *caramuru*? Para Barbosa Sobrinho, Abreu e Lima não teria compreendido “que os chefes [moderados] da Regência alimentavam os mesmos propósitos” que os seus, sendo curioso, para este historiador, sua adesão aos monarquistas – do qual viraria o “mais sincero e mais convicto com que veio a contar a dinastia dos Braganças” – ao invés de aspirar àqueles do movimento republicano, em que teria “mais razões do que todos os outros” para defender a causa e os projetos modernos de república e da soberania popular⁵¹⁷.

Um Abreu e Lima de viés conservador, do qual Chacon compartilha nos seus estudos sobre o restauracionismo do general bolivariano. Impelido por um “romantismo” intrínseco em si, poderiam ter ficado impressas ao militar “o espetáculo da desagregação da herança libertária de Bolívar” naquelas repúblicas que agora eram dominadas por caudilhos.

O futuro autor de *Abreu e Lima: General de Bolívar* também traz à tona uma perspectiva peculiar sobre a adesão de José Ignácio aos *caramurus* e à causa restauracionista: seria a “ênfase contra o mal agradecimento e a calúnia” o que arrastara Abreu e Lima aos princípios deste grupo. Enxergando em Pedro I traços dos mesmos motivos pelos quais Bolívar fora vítima na América Andina, na leitura de Chacon “o subconsciente de Abreu” o movera nestas pairagens brasileiras em querelas políticas dominadas “excessivamente [...] pela paixão”⁵¹⁸.

De fato, Abreu e Lima traria à *Arca de Noé* linhas muito distintas sobre o primeiro imperador brasileiro, se postas em comparação às representações do qual Pedro I era, neste primeiro período pós-7 de abril, objeto daqueles demais papéis “jacobinicos” e “tyrannicos” que desqualificavam o agora soberano de Portugal.

⁵¹⁷ Barbosa Lima Sobrinho, op. cit., p. 14, 16-17.

⁵¹⁸ Chacon, *História das idéias socialistas*, op. cit., p. 155, 160.

Por exemplo, estampava no artigo “Anedota” a *Aurora Fluminense*, que saíra às ruas do Rio de Janeiro no dia 25 de abril de 1831,

Perguntava-se em certo círculo quem fora o principal autor de nossa *revolução gloriosa*. E depois de haver a cada um lembrado naturalmente o nome da pessoa com que mais simpatizava, ou de algum de quem dependia; o último desatou as dúvidas, exclamando: – Não estejam para aqui nem para ali a quebrar a cabeça: o *autor principal da revolução foi esse ex-imperador*, ele mais do que ninguém *trabalhou para que as coisas chegassem a este ponto*⁵¹⁹.

Maior culpado pela sua própria queda, segundo Evaristo da Veiga, na verdade o lusitano herdeiro dos Bragança desde os fins da década de 1820 não dispunha do renome que tivera quando proclamara a independência brasileira, aproveitando-se da crise entre aqueles que à época defendiam o poder sediado em Lisboa e os que visavam a preservação da unidade política do então reino do Brasil para proclamar a secessão deste último⁵²⁰.

Como não ficara a imagem do homem que fez o Brasil despedaçar suas “cadeias da escravidão” com Portugal, momentos como aqueles de comemorações ao aniversário do soberano, em que “discursos e recitações de poesia” eram realizados ao mesmo tempo em que a população, ocupando as ruas do Rio de Janeiro, se entusiasmava com os cortejos e gritavam “vivas” ao imperador e à sua dinastia de Bragança, também atravessavam esvaziamento⁵²¹.

A imagem de Pedro I, de fato, passava por um declínio da qual provavelmente não se recuperaria no Brasil. Tanto àqueles seus opositores, agora com voz e popularidades cada vez mais ascendentes na opinião pública do Rio de Janeiro, até à boa parcela da população da cidade que não compreendia certas atitudes do imperador, como a manutenção de um círculo privado de maioria lusitana na Corte ou mesmo as sustentações da guerra na Cisplatina, por exemplo, a imagem do príncipe soberano distanciava-se a passos largos daquela construída principalmente nos primeiros anos de pós-Independência: a de um imperador liberal e respeitoso da Constituição promulgada em 1824⁵²².

Admirado quando do pós-independência brasileira, com sua figura representada e compreendida como a de um “salvador da Pátria”, “liberalíssimo e fidelíssimo assertor e vingador do sistema constitucional”, promotor da união e tranquilidade, os próximos anos à frente do Império brasileiro já seriam aqueles também do declínio de sua imagem e representação pública⁵²³.

Figura da renovação política de todo um Estado, agora independente, mas com as raízes político-institucionais fincadas em parte naquela estrutura reinol (e colonial) anterior de

⁵¹⁹ *Aurora Fluminense* apud Gabriela da Silva Ramos Fernandes, op. cit., p. 67 (*grifos nossos*).

⁵²⁰ Pedreira; Costa, op. cit., p. 382.

⁵²¹ Neves, A vida política, op. cit., p. 97.

⁵²² Idem, ibidem, p. 108.

⁵²³ Idem, *Corcundas e constitucionais*, op. cit., p. 305.

anos antes, Pedro I aceitara e proclamara a emancipação brasileira assentado em égides liberais. Sujeito principal de uma monarquia constitucional, única desta forma no continente americano, fora seguido em seu projeto de unidade e integração do país em 1822 por agrupamentos políticos de todas as províncias que, naquele momento, “sufocaram as discordâncias ideológicas ou de outra natureza para apoiá-lo”.

Seduzido pelo “espírito revolucionário do século [XVIII]”, quando jovem o ainda príncipe “não escondia a simpatia pelas ideias políticas a que se opunham os soberanos absolutistas”. Suas impressões do movimento revolucionário francês de 1789 e da era napoleônica subsequente, por exemplo, apontava-o “dando razão aos que clamaram pelos direitos do Homem, preferindo inexplicavelmente a vitória do corso [Napoleão Bonaparte]”⁵²⁴.

Enxergava até compatibilidades entre os ideias liberais – e suas ideias jusnaturalistas e do *laissez-faire* econômico – e os próprios regimes monárquicos, observando simpaticamente, poucos anos antes do 1822, o Vintismo português e as exigências demandadas pelas Cortes lusitanas quanto à Constituição deste Estado. E a admiração que causava, nas bandas americanas, era tamanha que a população o aplaudiu com exultação quando recebera o título de Defensor Perpétuo do Brasil, outorgado pela Maçonaria meses antes da Independência proclamada no 7 de setembro⁵²⁵.

O exercício de poder à frente do Estado, independente e imperial, brasileiro serviria para desvelar a outra face, de traços autoritários, do agora imperador. As atitudes arbitrárias desmandadas da parte de Pedro I, como em relação ao movimento da Vilafrancada e, um ano depois, pela forma como lidou com a chamada Confederação do Equador, acentuariam o abatimento da outrora representação liberal, justa e positiva do príncipe: agora se revelavam suas facetas autoritárias e despóticas⁵²⁶ e, conseqüentemente, sua imagem de “pai da Pátria” declinava.

À ampla parte da população brasileira não parecia esse quem “percebera a impossibilidade de manter o absolutismo e que talvez tivesse sonhado com a renovação necessária para dar à monarquia um sentido compatível com os novos tempos”. As medidas opressivas, e mesmo suas formações aristocráticas e a origem nobre lusitana, traíam-lhe a imagem política construída anteriormente como a de um sujeito aberto aos ares renovadores

⁵²⁴ Suely Robles Reis de Queiroz, *Política e cultura no Império brasileiro*, São Paulo, Editora Brasiliense, 2010, p. 32, 46-47.

⁵²⁵ Idem, *ibidem*, p. 32-47. O título lhe foi conferido em maio de 1822.

⁵²⁶ Idem, *ibidem*, p. 103.

trazidos da Europa e dos Estados Unidos pelas correntes libertárias e liberais. A historiadora Suely Queiroz comenta até como, apesar das décadas vivendo no continente americano, Pedro I “nunca deixará de ser um adotivo aos olhos de muitos brasileiros”; próximo do “partido português” e se esforçando a todo custo para manter o cetro real herdado “tomando, como já se disse, medidas intempestivas e autoritárias”, o imperador provocaria “o temor – sincero ou não – de uma recolonização” do Brasil por suas ações⁵²⁷.

Se estas últimas impressões se arrastariam até à crise definitiva do Primeiro Reinado e marcariam a imagem do primeiro imperador, outras, mais simpáticas à figura do monarca, também chegariam às ruas das grandes cidades do país, ganhando ressonância dos segmentos caramurus e incomodando tanto aquele grupo então no poder, de liberais moderados, quanto àqueles que recusavam o aceite de qualquer vestígio de sistema monárquico em vigor no país, a saber, os liberais exaltados.

Leituras destes grupos liberais sobre as vésperas das movimentações que derrubariam Pedro I que em muito se distanciariam das narrativas de Abreu e Lima. Para o general, o trono do primeiro imperador “antes do 7 d’Abril [...], não tinha até então soffrido aballo, que pozesse em perigo a Realeza, não tinha a dignidade do Monarcha sido desacatada por infames Demagogos” e, o que parece de mais notoriedade ao bolivarista, a autoridade do monarca não sofrera “a peito descoberto indignos, e virulentos ataques, dirigidos e traçados por homens sangui-auri-sedentos”⁵²⁸.

Representações de Pedro I criadas por Abreu e Lima que acabariam se entrelaçando às suas leituras não apenas quanto à própria abdicação do imperador, mas que chegariam a se interseccionar com os cenários da realeza lusitana com a coroação do “príncipe” em sua terra natal em diálogo até à elaboração de concepções de civilização ao “Povo” do Brasil. Várias seriam as (re)apropriações do general sobre o régio luso na *Arca de Noé*.

Para o redator deste pasquim, fora Pedro I o exemplo “de maior constancia, e valor na sustentação da Causa da Liberdade, e da Justiça” do Brasil, por “alcançar o mais glorioso triumpho, derribando a tirannia, e restituindo a um Povo opprimido seus direitos e Liberdade”, princípios que os déspotas “*moderados*”, certamente, desconheciam⁵²⁹.

E por isso a indignação de Abreu e Lima com o 7 de abril: já na *Torre de Babel*, comentara como se os eventos deste dia foram transformados em revolução pelas lentes moderadas antes mesmo de ter sido uma sedição militar, a abdicação foi ela própria exclusiva

⁵²⁷ Idem, ibidem, p. 38-39, 53-54.

⁵²⁸ A *Arca de Noé*, nº 9, 11 de maio de 1833.

⁵²⁹ A *Arca de Noé*, nº 17, 2 de outubro de 1833 (*grifos do autor*).

“obra do Ex-Imperador”, que “abdicou por que quis abdicar”. Portanto, que “não se lisongee [sic] pessoa alguma do successo” do que houve neste dia no Rio de Janeiro, mesmo porque, se Pedro I “tivesse querido continuar a governar o Brasil, o 6 de Abril lhe proporcionava huma brilhante occasião de assegurar o poder imperial”.

Para o então imperador, “hum só acto” bastaria para assegurar seu poder, e “hum só acto de generosidade bastava para calmar o povo; e a tropa cederia toda ao prestigio da realesa”⁵³⁰. Porém, como o soberano optara por abrir mão do trono brasileiro...

Esta atitude da abdicação de Pedro I em 1831 também não teria se dado por vozes dissonantes e críticas externas, como seus opositores moderados fariam circular em suas folhas. A abdicação fora, na verdade, “anticipada” pelo então imperador, sendo “inesplicable o seo praser quando presenciou a entrada majestosa de seo filho no Paço Imperial”: mais feliz até que Napoleão “abdicando a Corôa em seo filho, ou que Carlos 10 em seu Neto, elle vio realisar o seo Decreto, e passar da sua cabeça a Corôa para seu filho”⁵³¹.

O tema sobre a abdicação puramente voluntária seria retomado pouco mais de um mês depois, agora na *Arca de Noé*. No artigo “Abdicação”, Abreu e Lima afirmara encontrar “razões que induzão” a consideração sobre a atitude do imperador “involuntario, ou nullo”; nesta sua reflexão, feita “com sisudeza sobre o Acto d’Abdicação”, e buscando contestar o discurso dos liberais moderados de que conseguiram forçar a “Revolução do 7 d’Abril”, Abreu e Lima aponta, ao analisar a transcrição do discurso de renúncia feito por Pedro I, como dentro dos limites legais da Constituição de 1824 o imperador não agiu “por acto forçado, ou motivado por huma *sedição*”.

Em suma, as narrativas de Abreu e Lima neste pasquim contrapunham a narrativa moderada e exaltada – hegemônicas – de que a saída de Pedro I teria sido por pressão popular, não sendo a abdicação “obra da Nação” nesta sua análise⁵³², mas antes uma atitude íntima e pessoal do próprio soberano.

A imagem de Pedro I, arranhada desde os seus primeiros anos de governo por aquelas atitudes que lhe valeriam o epíteto de “despótico” dado por seus opositores, precisava ser recuperada por aqueles que tencionavam sua restauração ao trono do Brasil. E, para ratificar a grandeza do antigo soberano, Abreu e Lima também recorrerá à imprensa lusitana.

Desde as leituras de “hum jornalista do Porto”, José Ignácio informaria ao público de seu pasquim que, na antiga metrópole, o Duque de Bragança era “o objecto da adoração e do

⁵³⁰ *A Torre de Babel*, nº 3, 16 de janeiro de 1833.

⁵³¹ *A Torre de Babel*, nº 3, 16 de janeiro de 1833.

⁵³² *A Arca de Noé*, nº 3, 2 de março de 1833 (*grifos do autor*).

amor” dos portugueses e que, por lá, “a ninguém assustão nem os ataques, nem as vozerias dos inimigos, e suas ameaças de mortes e de incendios” contra Pedro I. Afinal, a Europa “inteira [...] ha visto com admiração os prodigios obrados pelo [...] Duque de Bragança” que, em um também turbulento cenário político português⁵³³, “não podia deixar de declarar a sua opinião e sympathia pela causa da honra e da liberdade, defendida por poucos contra muitos, e com victoria daquelles contra estes” para o general⁵³⁴.

Vislumbres de um personagem ilustrado, defensor da liberdade e do liberalismo que o Brasil perdera, nestas leituras dos pasquins de Abreu e Lima. Seria mesmo “hum gosto o ver como se pertende inculir nos animos o terror, e medo com a Pessoa do Sr. D. Pedro 1.º, como se nós fossemos crianças, e elle algum *papão*”, diria sobre as narrativas moderadas e exaltadas que criticavam o antigo imperador. Além das “provas suporabundantes [sic] de hum genio liberal, pacifico, soffredor” que seria o bragantino, “não acariciou Elle todos os partidos? Não destruiu dadivas, e mercez por esses que lhe erão dezaffectos? Não soffreo pacificamente injurias” e, o mais importante, “não evitou a effusão de sangue, que outros com tanto gosto tem feito derramar?”.

Narrativas contrárias ao primeiro imperador brasileiro que, portanto, beiravam a incoerência ao general: “como, pois, se pode combinar no mesmo individuo qualidades tão contradictorias, como, por exemplo, a de despota, e liberal; a de vingativo, e soffredor; a de sanguinario e pacifico?”. Àqueles que illogicamente detravam o antigo monarca bragantino, caberia a acusação de “que só podem acreditar malevolos, ou egoistas; mentecaptos, ou ambiciozos”⁵³⁵.

Personificação de valores positivos e de uma unidade brasileira, a de Pedro I, que se contrapunha frontalmente àquela dos “jacobinistas” e republicanos que, ao fim, só trouxeram ruínas e tiranias ao Brasil neste momento da década de 1830 para o general. Moderno porque ilustrado e defensor da “Cauza da Liberdade”, Abreu e Lima aproxima-se da dicotomia civilização/barbárie que, dominante na leitura das ciências e dos homens modernos na América do Sul desta primeira década do XIX, dividiam e segregavam toda uma sociedade nestas duas categorias em suas observações.

Foi em aliança com um futuro que projetara, criado e debatido nos pasquins, que Abreu e Lima acreditaria que suas prospecções se cumpririam com a mesma certeza moral com a qual agira ao escrevê-los. Se o planejamento da “história torna-se tão importante

⁵³³ Eram os anos de disputas entre Pedro e Miguel pela Coroa lusitana.

⁵³⁴ *A Arca de Noé*, nº 14, 20 de julho de 1833.

⁵³⁵ *A Arca de Noé*, nº 2, 23 de fevereiro de 1833 (*grifos do autor*).

quanto dominar a natureza” a estes pensadores carregados de ideias de modernas e racionais, restaria a ação – aqui, pelas letras – para tornar práticas tais desenrolares históricos escritos e prospectados⁵³⁶.

Porque o próprio pensamento moderno continha, intrínseco em si, uma promessa quase religiosa que tingia o próprio futuro traçado em linhas “científicas”. Ao comentar sobre as filosofias da História, Reinhart Koselleck escreveria como estas se tornaram “herdeiras da teologia”; afinal, as rumações esclarecidas e iluministas, que dominavam a opinião pública europeia e americana, pregavam, cada qual suas vertentes, “felicidade e liberdade, que haveriam de ser alcançadas pela ação humana”⁵³⁷. Nas linhas deste historiador alemão,

Fosse a escatologia cristã modificada sob a forma do progresso secular, fossem elementos gnósticos e maniqueístas subjacentes ao dualismo da moral e da política, antigas ciclogias, ou ainda a então recente legalidade das ciências naturais aplicadas à história, tudo isso contribuiu para formar a consciência histórica do século XVIII⁵³⁸.

Iluminado e por isso destinado a dissipar as trevas da ignorância da sociedade, àquilo que chamava de “Povo”, Abreu e Lima imbuu-se de espalhar, com suas narrativas e ideias, pensamentos de civilização, modernidade e progresso, muitas vezes associando-os às políticas e até à figura do antigo monarca. Aproxima-se, por isso, daqueles “libertadores mentales” do qual fala Leopoldo Zea que, esforçados “en completar la obra de los libertadores” e emancipadores dos recém-independentes países da região, labutariam escritos voltados à “conciencia de la realidad latinoamericana”, expondo os impedimentos que haviam feito, no caso do “general de Bolívar”, o Estado brasileiro tropeçar nos seus passos rumo à civilização⁵³⁹.

Para José Ignácio, não havia espaço para dúvidas. Assumindo o dever de esclarecer a sociedade brasileira, afirmava que foi a partir do momento em que Pedro I deixara o país que o Brasil entrou na contramão da tão aludida “marcha civilizatória” que corria o mundo para os homens de ciência, modernos e racionais, deste momento.

Mesmo algumas outras empreitadas poderiam auxiliar o Império a pôr-se de volta naquele páreo das nações civilizadas rumo ao *progreso*. Observador atento da situação educacional brasileira e crítico da conservação dos “ressabios do antigo regimen no que toca á costumes e educação”, Abreu e Lima criticará a redução desta última aquela elite que fazia “da Igreja e do Fórum” seus únicos fins educacionais. Para o general, o melhor ao Brasil no campo educativo seria a adoção de modelos externos, com aquele exemplo da “educação

⁵³⁶ Koselleck, *Crítica e crise*, op. cit., p. 16, 116.

⁵³⁷ Idem, *Estratos do tempo*, op. cit., p. 179-180.

⁵³⁸ Idem, *Crítica e crise*, op. cit., p. 114.

⁵³⁹ Zea, *Filosofia de la historia americana*, op. cit., p. 204-205.

racional” estadunidense, “compreendida entre a indústria e a moral”, como suficiente para melhorar os costumes e aperfeiçoar o homem brasileiro⁵⁴⁰.

Entretanto, medidas como a reforma educacional nada mais seriam do que paliativos neste cenário político. Afinal, foi o primeiro soberano brasileiro, para Abreu e Lima, um daqueles grandes “nobres propugnadores das Liberdades dos Povos”, que transpôs “este lindo Paiz” à “Causa da Liberdade contra o governo absoluto”, privilegiando-a “dos progressos e da civilização contra a barbaridade e a ignorancia”. Sem o “*Príncipe Magnanimo*”, portanto, os caminhos não apenas do Estado brasileiro, mas do país e da sua sociedade compreendida como civilização se afigurariam em horizontes de barbárie e retrocessos.

As defesas intransigentes do monarca por Abreu e Lima, seja nestes seus pasquins de 1833 ou em demais produções escritas nesta década de 1830, receberam um olhar atencioso da parte daqueles que biografaram e/ou cobriram parte das produções do militar. Em que pese uma historiografia sobre as Regências já afirmar ser a criação de um cenário caótico do Brasil um artifício estratégico e narrativo utilizado às largas pelos caramurus, para convencerem seu público e aqueles demais personagens da chamada “República das Letras” da importância de uma soberania monárquica no país⁵⁴¹, nos parece um movimento errôneo interpretar estes pensamentos e ideias do José Ignácio reduzidas ao mero artifício retórico desta facção.

Ao comentar, já na sua biografia do José Ignácio, sobre estas escolhas e posicionamentos políticos, Chacon diria como Pedro I poderia ter sido visto pelo militar como “uma espécie de novo Simón Bolívar, coroado pelas circunstâncias brasileiras” que, por meio de um despotismo ilustrado, poderia preservar a unidade do país⁵⁴².

Chacon vai mais além nos seus argumentos, ao comentar como Abreu e Lima não soube distinguir que “a Independência brasileira pouco tinha a ver com liderança carismática”; o bolivariano, portanto, *não compreenderia* o cenário político brasileiro. Por estar fora do Brasil há mais de uma década e distante do cotidiano político do país, “embora os acompanhando à distância, Abreu e Lima era um soldado egresso do jacobinismo [...] convertido ao girondinismo”, por vezes compartilhando de um liberalismo de bases mais radicais para este cientista político.

Análises que reduzirão José Ignácio a *um mero desconhecedor* do cenário político brasileiro ainda encontrariam ressonâncias: Mazin e Stedile, no *General das Massas*, fariam uma interpretação semelhante à de Chacon. Ao escreverem como “Abreu e Lima *não*

⁵⁴⁰ *A Torre de Babel*, nº 4, 19 de janeiro de 1833; *A Torre de Babel*, nº 5, 25 de janeiro de 1833.

⁵⁴¹ Moura, op. cit., p. 86.

⁵⁴² Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 248.

compreendia as características específicas da independência brasileira”, estes autores compartilham a imprudente leitura de que o bolivarianista, desconhecedor do seu entorno político e das especificidades políticas brasileiras, apresentava uma contradição de pensamento: “libertador dos povos da América do Sul, [Abreu e Lima] imaginava que o Brasil só poderia manter sua unidade e grandeza através da monarquia”, por temer que ocorresse no Brasil a mesma fragmentação que presenciara quando nos seus anos na Colômbia⁵⁴³.

Afinal, a máxima de Chacon produzida no seu *História das idéias socialistas*, de 1965, ainda parecem cristalizadas na literatura e historiografia que buscam analisar e estudar o “general de Bolívar”: “estas contradições internas só podiam enfraquecer o comportamento revolucionário do ‘General das massas’, como romântico, e *péssimo* como ideólogo”⁵⁴⁴.

4.4 “O Brasil é um vulcão”: atividades de José Ignácio de Abreu e Lima no Rio de Janeiro (1834-1844)

Um rogo, na sétima edição da *Arca*, nos chama a atenção ao primeiro artigo deste número do pasquim. Ao comentar sobre as perversas “tramas que os Republicanos mascarados urdirão para a expulsão do Sr. D. Pedro 1.º” a partir da edição de um periódico fluminense, com argumentos de “huma logica depurada” e “razões de intima convicção [...] em que borbulhavam os sentimentos de patriotismo, de justiça, de liberdade, e de gratidão”, Abreu e Lima reafirmaria como não houve razão plausível ao “infausto dia 7 d’Abril”.

Na sua opinião, concordando com o redator deste impresso, a *Patriotica Trombeta*, quanto às imagens e a defesa de Pedro I – pondo em evidência, mais uma vez, suas ações justas, humanitárias e liberais –, e fazendo um exercício de comparação entre o atual regime de Regências com aquele do antigo monarca luso-brasileiro, Abreu e Lima comentaria que “he desnecessario e indevido o paralelo entre o Governo da Justiça, e da Liberdade” de Pedro I com este atual, da “tyrannia, e escravidão” conduzido e marcado por “acções de tyrannos, e despotas”. Mesmo a confrontação entre as duas governanças se assemelharia injusta: afinal era o governo de “hum Monarcha justo e liberal”, “Fundador da Monarchia”, colocado “na mesma dependencia de julgamento” com seus “destruidores”. Era o pai do Brasil comparado com aqueles que o apunhalaram⁵⁴⁵.

⁵⁴³ Mazin;Stedile, op. cit., p. 44-45 (*grifos nossos*).

⁵⁴⁴ Chacon, *História das idéias socialistas*, op. cit., p. 179 (*grifos nossos*).

⁵⁴⁵ *A Arca de Noé*, nº 7, 21 de abril de 1833.

Este “improprio parallelo”, todavia, se fazia necessário: seriam os argumentos apresentados pela *Arca* com os da *Trombeta* que, combinados quanto a esta questão, lançariam “de sejos [sic] de que a luz da verdade” refletissem no “entendimento com todo o fulgor de seus raios”, aclarando as trevas que pairavam o Brasil e sua opinião pública. “Oxalá”, concluiria Abreu e Lima, “que mesmo sua impropriedade seja motivo para ser escutada, e seguida a voz da razão e da justiça, e que callando ella em seus corações, elles se tornem doces e flexiveis a seus dictames”⁵⁴⁶.

A morte do primeiro imperador brasileiro em terras portuguesas no ano de 1834, entretanto, arrefeceria de modo inevitável os ânimos de José Ignácio e dos demais restauradores. E proporcionaria, até, uma aproximação impensável até àquele momento de Regências: temendo o tão citado “abyssmo” alimentado por clamores revolucionários e jacobinos, caramurus e liberais moderados se conciliariam para isolar os liberais exaltados no novo tabuleiro político que se armava⁵⁴⁷.

Em 1834, porém, um ano após as últimas edições da *Arca* e da *Torre*, o nome de Abreu e Lima voltaria à tona nos impressos fluminenses. Na Rusga da Praia Grande, por vezes também chamada de Cabanada da Praia Grande, o bolivarianista seria apontado como um dos participantes desta conspiração que, naquele reduto de “opositores políticos” da Regência, sem o disparo de uma única bala, acabaria sendo rapidamente desmantelado pelas tropas governamentais.

Nesta ocasião, Abreu e Lima – apontado até como uma das lideranças da rebelião – e demais caramurus conseguiram atrair cerca de 70 pessoas “miseráveis”⁵⁴⁸ à Praia Grande, hoje Niterói, onde contavam com simpatia de boa fatia daquela população e até de algumas autoridades locais. A revolta, para azar de seus mentores e participantes, fora denunciada antes da eclosão e, já no dia 15 de fevereiro de 1834, uma mobilização de forças do Estado se apressou em deter todos aqueles envolvidos⁵⁴⁹.

O imbróglio, decerto, não passaria despercebido aos opositores e rivais do militar. Evaristo da Veiga, que já vinha com desentendimentos com o general e a quem já provocara nas páginas da *Aurora Fluminense*, faria uso nos seus escritos de um epíteto retirado da

⁵⁴⁶ *A Arca de Noé*, nº 7, 21 de abril de 1833.

⁵⁴⁷ Morel, *O período das Regências*, op. cit., p. 31.

⁵⁴⁸ A maioria de estrangeiros, então atraídos pela promessa de bons pagamentos – “dez tostões diários” que alguns, inclusive, alegariam não ter recebido. Adriana Pereira Campos; Fernanda Cláudia Pandolfi; Marcello Otávio Neri de Campos Basile, *Percursos de um homem de letras nos oitocentos: Marcelino Pinto Ribeiro Duarte*, *Almanack*, Guarulhos, 2018, v. 1, n. 20, p. 32. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alm/n20/2236-4633-alm-20-10.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

⁵⁴⁹ Adriana Pereira Campos; Fernanda Cláudia Pandolfi; Marcello Otávio Neri de Campos Basile, op. cit., p. 32.

comédia *A rusga da Praia Grande ou o quixotismo do general das massas*, de autoria do Cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), que marcaria referências, identidades e representações futuras sobre Abreu e Lima. “Inflamando-lhe a imaginação, verdadeiro D. Quixote, ele vê à sua voz encher-se de gente o campo da Aclamação, [...] fantasia deliberações em comício, [...] sonha com a sombra de seu pai”, acreditando até “haver feito milagres, e ter *assombrado as massas*”, escreveria Veiga na sua *Aurora*⁵⁵⁰.

Ainda no ano de 1833, no dia 16 de fevereiro, podemos citar também como apenas quatro dias após o primeiro número da *Arca de Noé*, o periodista e poeta José Maria do Amaral (1812-1885) criticava em seu *O Nacional* as ideias e pensamentos defendidos pelo general bolivarista nas suas empreitadas periodistas deste ano. Nas letras de Amaral,

Com efeito, em dez anos de Independência poucas obras úteis tem aparecido; temos ocasião de promovê-las, não nos poupemos a isso, não sejamos caramurus, que só cultivam a retrogração. Depois da destruição da Torre de Babel, nada mais natural do que o Pai Noé aparecesse com sua Arca para receber toda espécie de animalejos que quisessem fugir do dilúvio, causado pela maldade e ambição dos edificadores da Torre; eis um passo da História Sagrada que a política tem aproveitado, talvez por ser manejada por bons cidadãos⁵⁵¹.

“Apareceu com efeito a Arca do Pai Noé da parte dos Caramurus”, sinal “evidente de que eles já se receiam da destruição, e começam a preparar-se para salvar-se do desinteresse político” e da “falta de esperança pela vitória”, pontuaria o *Nacional*. O poeta ia mais além, ao provocar como “dizem que o autor da Arca é o mesmo que caiu com a Torre” que, concebendo grande medo da queda, “se pôs fechado na Arca para evitar alguma outra desgraça” – e, “se assim for, é um dos casos mais galantes o termos de admirar el general feito piloto depois de ter sido sineiro”⁵⁵².

Nos dizeres de Mattos sobre a polêmica levantada por Amaral, a *Arca* para este seria “túmulos político dos caramurus” e Abreu e Lima um simples retornado, general fanfarrão e bisonho “que se mostrava piloto de uma nau desgobernada”⁵⁵³.

O ano de 1834, além das rusgas na Praia Grande e das contendidas com alguns dos mais iminentes redatores na cidade do Rio de Janeiro, reservaria também o advento de uma grave delação da parte do *Diario de Pernambuco* para Abreu e Lima. O jornal do Recife traria, na sua edição de 12 de janeiro deste ano, a íntegra de uma correspondência do bolivarista para seu irmão, Luiz, no qual se podia ler como que “canalha he o tal partido chamado Caramurú

⁵⁵⁰ *Aurora Fluminense* apud Mattos, op. cit., p. 63 (grifos nossos).

⁵⁵¹ *O Nacional* apud Mattos, op. cit., p. 68.

⁵⁵² *O Nacional* apud Mattos, op. cit., p. 68.

⁵⁵³ Mattos, op. cit., p. 68.

do Rio de Janeiro!!! O que elles pensão menos he em D. Pedro; todos querem mãdar [sic]; todos querem ser Regentes e Ministros de Estado”⁵⁵⁴.

Rumos caramurus que o militar, por sua vez, não assentia. Escreveria ao irmão, no Recife, como “eu não quero ser nem huma couza nem outra; e por isso já os não posso aturar”. A carta não se limitaria apenas ao debate e insatisfações políticas da capital imperial: nela, Abreu e Lima atentaria como “o Norte he quem hade [sic] dicidir o problema; se tu logras dirigir os Cabanos á hum centro commum”, e no caso de “hum primeiro triumpho, podes contar que a minha incorporação ao partido he um signal de hum movimento geral”⁵⁵⁵.

Se a Cabanada, segundo alguns historiadores, eclodida em Pernambuco e Alagoas no ano de 1832⁵⁵⁶, foi daquelas rebeliões fomentadas por militares caramurus, com apoio de alguns setores do clero e de grandes proprietários rurais destas duas províncias, houve mesmo uma tentativa de integração dos adeptos desta facção nas províncias do Norte à revolta: com a arregimentação de “camadas pobres rurais” destes espaços, inclusive com grande número de indígenas aldeados, a mobilização se transformaria em estopim das mais variantes insatisfações sociais nela envolvidos⁵⁵⁷.

Uma heterogeneidade de bandeiras, objetivos e discursos permearam essa insurreição dos “cabanos”: pensamentos ultramontanos, conservadores, absolutistas e messiânicos intercalavam-se entre as convicções compartilhadas no movimento, com gestos e práticas que buscavam a restauração de Pedro I ao trono brasileiro e a perseguição de liberais, republicanos e maçons. Lutas contra a escravidão também encontraram acolhidas na Cabanada, cujos participantes atuavam em forma de guerrilhas e habitando cabanas, estabelecendo-se em arraiais para suas ações nos espaços rurais das províncias de Alagoas e Pernambuco⁵⁵⁸.

“Eu hoje concebo que o Rio de Janeiro hade [sic] ser a ultima Provincia que se declare” a este movimento, analisaria Abreu e Lima, “por que aqui está o foco de todos os ambiciosos, e o assento de toda a intriga”, sendo a cidade e a Corte “o gremem das antigas

⁵⁵⁴ *Diario de Pernambuco*, nº 292, 12 de janeiro de 1834. Moura comenta como no total foram contabilizadas oito correspondências de Abreu e Lima a Luiz, dentre os dias 18 de setembro e 29 de novembro de 1833, apreendidas.

⁵⁵⁵ *Diario de Pernambuco*, nº 292, 12 de janeiro de 1834.

⁵⁵⁶ Também conhecida como Movimento das Carneiradas.

⁵⁵⁷ Morel, *As Transformações...*, op. cit., p. 166. Observação de uma maior conjuntura que uma historiografia mais antiga que lia não só a Cabanada, mas algumas outras revoltas e rebeliões regenciais, apenas como movimentações de “pobres fanatizados e manipulados”; em outra referência ao movimento, Morel cita Quintas como daqueles que viam “no comportamento dessas parcelas socialmente oprimidas da população” manifestações de “pobres-diabos fanatizados e totalmente controlados por padres, militares e fazendeiros perversos”. Idem, *ibidem*, p. 166-167; idem, *O período das Regências*, op. cit., p. 60.

⁵⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 60-61.

influencias” que pesariam no desenrolar da revolta. “Sobre tudo por que a revolução não se faz sem pancadaria, e he mister occorrer aos Cabanos”, esclareceria o militar, pois a população fluminense seria da “gente mais vil que eu conheço; só servem para fallar e para intrigar; elles me medem por si mesmos, e se persuadem que eu podia servir-lhes de escada”, como confiaria ao irmão⁵⁵⁹.

A ânsia de Abreu e Lima para participar das movimentações pernambucanas seriam das maiores, conforme encontramos na sua narrativa: o militar nada temeria “por mim, nem do Governo, nem dos que me calumnião; ao contrario isto he mais que hum triunfo para mim”. Inclusive, já tomava posição à espera da hora da contenda decisiva, afirmando a Luiz como “deixa que chegue a hora do combate, meu Lulu: ardo já por ver-me a frente de vosseis”, projetando até “que triunfo, que gloria, que feitos tão extraordinarios vão a ver-se pela primeira vez no Brasil!!! e tudo reservado aos Pernambucanos!!!”.

Para o *Diario de Pernambuco*, o conteúdo da carta não deixaria nenhuma “duvida [...] não só àcerca da solicitude com que os Romas se empenhão na causa dos Cabanos, mas até de que em pouco tempo teriamos de ver engrossado o partido dos salteadores” pelo experiente militar. Tamanha era a clareza da correspondência que o *Diario* adicionava aos leitores que “nenhuma reflexão faremos sobre esta Carta”, já que a mesma “falla por si”, mostrando o “character de hum dos mais encarniçados, porém mais tollos inimigos da ordem actual de coizas”. “Deos lhe dê juizo, se he possivel”, encerraria o periódico sua avaliação da situação envolvendo Abreu e Lima⁵⁶⁰.

Em 1835, o nome do militar voltaria a circular na opinião pública do Rio de Janeiro. Neste ano, o deputado baiano Antônio Ferreira França (1771-1848) apresentaria à Câmara dos Deputados, no dia 16 de maio, um projeto que visava reorganizar o sistema governamental do país: a proposta do baiano era a de mudar o sistema monárquico, então em vigor, para o republicano. Ainda neste ano, no dia 6 de julho, o maranhense Estevão Rafael de Carvalho (1808-1846), também deputado, proporia a separação da Igreja brasileira da Santa Sé.

Editor do *Mensageiro Nichteroyense* em 1835, Abreu e Lima desenvolveu uma série de artigos e textos ao jornal sobre as propostas de França e Carvalho que seriam reunidos, ainda em 1835 junto a outros escritos então inéditos, em seu *Bosquejo Historico, Politico e Literario do Brasil*. Este livro, publicado pela Typographia Nichteroy de Reco e Comp. e

⁵⁵⁹ A carta seria concluída com algumas intensões e projeções do general quanto ao seu futuro: “eu, que nada quero para mim, e que só desejo ver o Brasil feliz e tranquillo para realisar os meos projectos de colonisação e de industria rural”. *Diario de Pernambuco*, nº292, 12 de janeiro de 1834.

⁵⁶⁰ *Diario de Pernambuco*, nº 292, 12 de janeiro de 1834.

considerado a melhor documentação sobre a orientação do pensamento de Abreu e Lima para Barbosa Lima Sobrinho⁵⁶¹, em sua introdução já apontava que “resolvidos, como estamos, á denunciar ao Povo Brasileiro o maior atentado que, nas actuaes circunstancias, poderia cometer um seu Representante”; também “reimprimimos em seguimento o Corpo de delicto”, e no texto introdutório encontrariam-se excertos de artigos constitucionais que serviriam, segundo o autor, “para formarmos o processo do *insigne* Criminoso”⁵⁶².

Se o projeto de França, em especial, ofendeu não apenas o imperador mas a “Nação inteira”, “da qual o Sr. Dom Pedro 2.º he *Sagrado Pupillo*”, cabia às instituições políticas do Império “vindicar a sua honra com a dignidade, que corresponde á um Povo civilisado, pronunciando-se de uma maneira, que não reste duvida, sobre a louca e temeraria proposição do Deputado França”.

O projeto do deputado baiano seria um mote apropriado a Abreu e Lima para desenvolver várias de suas ideias e questões sobre a organização das instituições políticas do Brasil imperial, se aprofundando em concepções que seriam tocantes, muitas vezes, nas representações sobre a nação. O projeto de França, que consistia em pontos que versavam sobre o fim do Estado brasileiro como “patrimonio de uma familia” e da eleição de um “Chefe eleito de dous em dous annos” seria questão, também, às incursões do militar sobre aquilo que chamava de “história universal”⁵⁶³.

Buscando exemplo de propostas semelhantes à de França naquele que considerava o rol de países “civilizados”, Abreu e Lima ressaltaria que era um crime, nestes países, “atentar contra a ley fundamental, contra a [...] liberdade politica ou contra a pessôa do Monarca inviolável e sagrada”, e o Brasil, certamente, não mereceria ser o único a acatar “semelhante impunidade”.

O *Bosquejo*, posto em apreciação ao lado do que trabalhamos mais atentamente na *Arca* e na *Torre*, apresentaria como o pensamento de José Ignácio seria pautado em fortes apelos constitucionais e legalistas no que tange a formação do Estado brasileiro, em que as leis tomavam papel importante, uma vez que se queria firmar um novo governo e um corpo jurídico que estivessem de acordo com a tendência liberal em moda no momento. Como argumento contra aquelas Constituições feitas “á retalhos, mutilada, e remendada á cada passo”, Abreu e Lima citava em tons negativos a maioria dos Estados hispânicos recém-

⁵⁶¹ Barbosa Lima Sobrinho, op. cit., p. 15.

⁵⁶² José Ignácio de Abreu e Lima, *Bosquejo Historico, Politico e Literario do Brasil*, Niterói, Typographia Nichteroy de Rego e Comp., 1835, p. 5 (*grifos do autor*).

⁵⁶³ Idem, ibidem, p. 5; Moura, op. cit., p. 96.

independentes. Como uma Constituição, para o militar, deveria ser uma “ley das leys, cujo character he o de ser permanente”, o grande exemplo, mais uma vez, seriam os Estados Unidos, que não “tocarão na sua ley fundamental de 1787”⁵⁶⁴.

Além do *Mensageiro*, da *Torre de Babel* e da *Arca de Noé*, um outro pasquim organizado por Abreu e Lima sairia às ruas do Rio de Janeiro na década de 1830. Surgido como uma defesa da união brasileira ao entorno do governo monárquico contra a dissolução do Brasil, o *Raio de Júpiter* circularia em vinte e cinco números dentre 8 de fevereiro e 3 de maio de 1836. Na primeira edição do *Raio*, Abreu e Lima já exporia em “Nossa fé” como a monarquia “é o nosso credo, e somos monarquistas por educação, hábitos e princípios; e o somos também porque (graças a Deus), temos senso comum e mais boa fé do que todos aqueles que se dizem” republicanos⁵⁶⁵.

Para Chacon, o *Raio* seria uma publicação que além de atacar o Diogo Antonio Feijó, então Regente, defenderia “a Regência da Princesa Dona Januária, irmã de Pedro II” e que, nas expectativas do bolivariano, retomaria a legitimidade dinástica no Império brasileiro⁵⁶⁶. Feijó seria, já durante o período das Regências Trinas, o mais destacado personagem do poder Executivo, sendo ministro da Justiça neste momento – que assumira com atribuições semelhantes a de um primeiro-ministro – para, em 1835, tornar-se regente uno naquele processo de eleição direta em que fora escolhido o governante máximo do Brasil para uma gestão de quatro anos⁵⁶⁷.

Tal como na *Torre* e na *Arca*, seriam encontradas no *Raio* juízos de Abreu e Lima sobre a imprensa. Aqui, o militar escreveria que a imprensa periódica seria “cadinho por onde passa o critério público”, sendo tal a sua potência que concorreria até para a destruição de “todas as preocupações, todos os erros populares, todas as imposturas”. Minando e solapando “o despotismo e a arbitrariedade”, este debate impresso faria vigorar “a liberdade e a moral pública”⁵⁶⁸.

Se a temporada de Feijó à frente da Regência seria marcada pela explosão de motins e sedições que se espalhavam de forma rápida de sul a norte do Brasil, o próprio *Raio* chegaria a estender sua rede de contatos para a compreensão e à análise de tais movimentações. Comunicar-se-ia, por exemplo, com a *Sentinela Rio-Grandense* sobre a insurreição estourada

⁵⁶⁴ Abreu e Lima, *Bosquejo...*, op. cit., p. 22-23.

⁵⁶⁵ *O Raio de Júpiter* apud Mattos, op. cit., p. 69-70, 72.

⁵⁶⁶ Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 252.

⁵⁶⁷ Morel, *O período das Regências*, op. cit., p. 29.

⁵⁶⁸ *O Raio de Júpiter* apud Mattos, op. cit., p. 72.

na província de São Pedro do Rio Grande do Sul neste ano, colocando-se ao lado daqueles que se opunham aos insurretos rio-grandenses-do-sul⁵⁶⁹.

O temor das insurreições e revoltas que ameaçavam o Império do Brasil era tamanho que, em memória oferecida ao Ministério imperial e, posteriormente, publicada no Diário Oficial⁵⁷⁰, Abreu e Lima leria como “o Brasil é um vulcão, e o trono de V. M. I.”, Pedro II, “está sobre a cratera”. Nas interpretações do general neste momento, o risco era tão grande que “dentro de um ou dois anos, a este passo, não teremos nem Monarquia nem união”, porque os erros dos ministros imperiais “têm colocado V. M. I. na dura alternativa de vencer e castigar já e já a rebeldia, ou de renunciar o Trono para sempre: Escolha, meu Senhor!”⁵⁷¹.

A grande obra de Abreu e Lima, entretanto, não viria dos artigos escritos nos seus agressivos pasquins fluminenses e nem se deteria às análises críticas e pensamentos voltados à situação política brasileira, debatidos nos campos institucionais políticos e públicos no Império por seus deputados, ministros, senadores e o chamado espaço público.

Apresentado em 1843 ao IHGB, a empreitada historiográfica do general bolivariano, o *Compendio da Historia do Brasil*, já oferecia dedicatória e consagração de sua produção ao “**MUITO ALTO, MUITO PODEROSO SENHOR D. PEDRO II**”, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. O compêndio de Abreu e Lima, ainda nesta dedicatória, já entregava a natureza de seu conteúdo, ao ler-se como um escrito tencionado à “História Pátria”⁵⁷².

Uma historiografia mais recente, felizmente, dedicou maiores atenções aos estudos desta obra⁵⁷³. Entretanto, é inevitável não dedicarmos espaço à primeira polêmica de caráter historiográfico que dividiu o IHGB nos inícios da década de 1840: ainda no ano de sua apresentação, um *Primeiro Juízo* sobre o *Compendio* iniciaria apaixonados debates quanto a natureza de uma pesquisa histórica e sobre a metodologia a ser empregada em atividades desta feita.

O *Juízo*, escrito em nome do Instituto por um jovem Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878), que contava 27 anos à época, avaliava não apenas a obra historiográfica do

⁵⁶⁹ Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 72; Morel, *O período das Regências*, op. cit., p. 29.

⁵⁷⁰ Esta, da qual extraímos a citação, é a *Memória sobre a elefância*; além desta, Abreu e Lima ofereceria outra, feita ainda quando de seu tempo na América Hispânica, a *Memória sobre o guaco*, de 1826. Chacon, *Abreu e Lima*, op. cit., p. 73.

⁵⁷¹ Abreu e Lima apud Mattos, op. cit., p. 74.

⁵⁷² Abreu e Lima, *Compendio da Historia do Brasil*, op. cit., p. iii (*grifos do autor*).

⁵⁷³ Chacon dedica uma considerável fatia de sua biografia do general para esta produção, enquanto Mattos e Moura, por sua vez, fazem da empreitada histórica de Abreu e Lima o objeto principal de suas teses e dissertações, respectivamente.

Abreu e Lima quanto as suas propostas, temáticas ou abordagens; dava, de fato, um parecer sobre a qualidade do trabalho ali produzido.

Escrito desde Lisboa, a crítica seria publicada na revista do IHGB no mesmo ano de sua feitura⁵⁷⁴. Desqualificando o *Compendio* – do qual teria lido pouco mais de vinte páginas –, e opinando como este livro deveria ser vetado dos colégios, Varnhagen neste juízo escreveria como “magoou-nos profundamente o não só conhecer quantos usos, invenções e falsidades iam ser comunicadas aos nossos jovens, por uma pessoa de boa fé” que, provavelmente, empreendeu sua escrita “com os melhores desejos de acertar”⁵⁷⁵.

Contudo, indo além mesmo da quantidade que afirmara que lera, Varnhagen asseveraria como boa parte do primeiro volume desta obra seria nada mais que “um apontado de pedaços da tradução portuguesa de Beauchamp” e, por isso mesmo, um plágio do plágio – já que o próprio trabalho deste seria uma cópia da *História do Brasil* do britânico Robert Southey. Aparentemente, e em que pese o próprio Abreu e Lima já alertar no seu prefácio como servira-se em boa parte “do trabalho alheio” dos mais diversos historiadores, o jovem historiador não lera com tanta afinco certos trechos do livro⁵⁷⁶...

Estava, de fato, instaurado o debate sobre as formas do próprio *métier* historiográfico no IHGB. Um de seus fundadores e Secretário Perpétuo do Instituto, o Cônego Januário da Cunha Barbosa, responsável direto pela solicitação do *Juízo* varnhageniano, se alinharia aos críticos do *Compendio*: “perdoe-nos o Sr. Abreu e Lima que não admittamos a sua compilação, que, quando temos documentos positivos que fallam, a historia não póde inventar, nem fazer capitulações”⁵⁷⁷.

O veto do IHGB à sua obra, a partir do *Juízo*, causaria profunda comoção em José Ignácio. Em seu diário particular podemos avaliar a impressão que o escrito de Varnhagen causaria em Abreu e Lima: no espaço marcado à data de 22 de abril de 1844, o general bolivarista registraria como foi agraciado com a revista do Instituto, sendo pego de surpresa pelo “tremendo artigo de Varnhagen contra o meu *Compêndio da História do Brasil* e o

⁵⁷⁴ Aqui não discutiremos os pensamentos e princípios historiográficos do jovem Varnhagen: para tanto, recomendamos o capítulo “Varnhagen em movimento” do *Ser historiador no século XIX*, livro do historiador Temístocles Cezar. Temístocles Cezar, *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*, Belo Horizonte, Autêntica, 2018, p. 29-67.

⁵⁷⁵ Varnhagen apud Moura, op. cit., p. 198. Um compêndio para Varnhagen seria dos livros mais difíceis de escrever, sendo o que mais pertence “aos balisados grandes mestres”. Varnhagen apud Moura, op. cit., p. 199.

⁵⁷⁶ Varnhagen apud Mattos, op. cit., p. 180; Abreu e Lima, *Compendio da Historia do Brasil*, op. cit., p. viii.

⁵⁷⁷ Varnhagen apud Moura, op. cit., p. 200.

parecer do Cônego Januário” sobre o mesmo⁵⁷⁸. Neste mesmo dia, abriria mão da sua condição de Sócio Honorário da instituição.

“Em vista do ‘Parecer da Comissão de Redacção da Revista Trimestral’ do Instituto Histórico”, acerca do “Primeiro Juizo do Sr, Francisco de Adolpho Varnhagen, sobre o meu Compendio da Historia do Brasil, não me he licito nem decoroso continuar a pertencer à mesma associação”, seria a justificativa apresentada na carta de desligamento do IHGB. Abreu e Lima pediria, até, que seu nome fosse riscado da lista de sócios daquele Instituto⁵⁷⁹.

No dia 7 de julho de 1844, cansado dos litígios no Rio de Janeiro, Abreu e Lima decidiria voltar ao seu Recife natal após quase vinte e sete anos de ausência. Recordemos, aqui, um trecho da carta do general para Páez, em 1868: nela, podemos ler que o bolivarista, chegando aos Estados Unidos, “soube da abdicação do primeiro imperador, e na Europa contrahi com elle muito boas relações, e suppuz que talvez conviesse ao Brasil a sua volta; porém, Deus o levou antes da realização desse plano”.

Ainda na missiva comentaria ao amigo como “então assentei de renunciar a politica”, sendo até “o primeiro a confessar que vamos muito mal; porém, não serei eu o que tome a menor parte na politica do paiz – lá se avenham as facções – eu sou liberal do tempo antigo”. Restringir-se-ia, portanto, “com as minhas idéas [políticas] sem o desejo de propaganda”⁵⁸⁰.

Fechava-se o período fluminense de José Ignácio de Abreu e Lima. Se discorreria ao general venezuelano como renunciaria às questões políticas, silenciaria, nesta carta, suas polêmicas e querelas na então capital imperial.

Igualmente, não se remeteria ao retorno para a capital pernambucana onde, na verdade, não se poria à distância dos litígios políticos como comentaria na missiva ao ex-presidente da Venezuela. Foi no Recife da segunda metade da década de 1840 onde Abreu e Lima acabaria por envolver-se com o Partido Liberal de Pernambuco; e, de novo, se encontraria às voltas com sua tão cara atividade de “escritor publico”, mas agora às vésperas daquela Insurreição Praieira de 1848 que definiria até mesmo os rumos políticos brasileiros e que deixariam, neste general de Simón Bolívar, profunda impressão.

⁵⁷⁸ Abreu e Lima apud Oliveira, op. cit., p. 161. O original manuscrito encontra-se hoje no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP); Oliveira, em sua dissertação, traz em anexo vastos trechos do diário.

⁵⁷⁹ Abreu e Lima apud Mattos, op. cit., p. 203.

⁵⁸⁰ *Diario de Pernambuco*, nº 116, 21 de maio de 1873.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma década da formalização de sua independência e da sua constituição enquanto um Estado imperial envolto entre repúblicas, o Brasil atravessaria um de seus mais agitados recortes político-social. Com a abdicação do imperador que proclamara a Independência brasileira da metrópole portuguesa em 7 de abril de 1831, Pedro I, as Regências assumiriam as rédeas da nação e neste breve período de 1831 a 1840 o país viveria uma explosão da palavra pública como jamais visto: nas ruas das grandes cidades brasileiras circulavam impressos contendo ideias e projetos de nação dos mais diversos, enquanto discursos e proclamações declamados a céu aberto expandiriam palavras e debates políticos para além daqueles espaços institucionais legitimados às tergiversações políticas.

Na capital deste turbulento Império do Brasil, um José Ignácio de Abreu e Lima, retornado quase como estrangeiro após quase quatorze anos ao seu país natal, optara pela participação ativa neste cenário ascendente da opinião pública fluminense. Publicando dois pasquins, a *Torre de Babel* e a *Arca de Noé*, de curta periodicidade no ano de 1833, Abreu e Lima carregaria àquelas folhas seus pensamentos políticos, suas ideias quanto ao Brasil, o cenário no qual este estava envolvido e os projetos que, em sua opinião, poderiam pôr o país nas marchas civilizatórias. Na perspectiva do general, estes caminhos de *civilização* estariam cada vez mais afastados do Estado brasileiro justamente por causa da então administração regencial.

Esta dissertação buscou apresentar uma leitura da cultura política nestes dois pasquins. Cultura política que, compartilhando ares de modernidade e autointitulando-se *ilustrada* e *racional*, marcaria não apenas este início dos oitocentos, mas deixaria marcas até àqueles anos próximos já à virada do século. Cultura política que, em um Estado sul-americano recém-independente, seria receptora das modernas e científicas ideias e filosofias circulantes na Europa, acrescentando novos vocábulos, interpretações e perspectivas de mundo que seriam (re)apropriadas nestes novos países por estes sujeitos que se tratavam por homens de letras. E no qual um Abreu e Lima, de vasta experiência na América Andina bolivariana, imergiria.

O que não significa, em suma, que fosse o único a partir de tais posições modernas neste espaço público que excitava e agitava a capital do Império brasileiro. Imerso em um complexo cenário de opinião pública, marcado pelos debates virulentos e por um número cada vez maior de publicações impressas dos três grandes grupos políticos que disputavam

acirradamente a hegemonia desta “República das Letras” no Rio de Janeiro, Abreu e Lima inseria-se em um rico cenário de diversidades de projetos e de acaloradas discussões.

O debate das ideias entre os redatores, por meio de seus impressos, seria uma constante, e os acalorados debates destes homens tão racionais descambariam, por vezes, em ataques e ofensas pessoais. Mas estas narrativas, entretanto, não chamam a atenção do pesquisador apenas pelas posições ali apaixonadamente postas; antes, o historiador pode encontrar ali inspirações para suas problemáticas de momento e que o podem conduzir a um amplo território de estudos do pensamento político no recorte regencial. Este, ainda muito exíguo na historiografia brasileira, ajuda a explicar os pensamentos e compreensões daqueles que disto participavam.

Se para Reinhart Koselleck são as perguntas específicas às documentações colhidas e recortadas que viabilizam os procedimentos e os métodos da atividade historiográfica⁵⁸¹, foi a problematização de algumas destas ideias, sonhos, utopias, reacionarismos e projetos de país e nação de Abreu e Lima nestes pasquins de 1833 que buscamos estudar neste trabalho. Questões que, em que pese à distância temporal e todas as transformações que quase dois séculos de distância acarretaram nas instituições políticas e públicas, acreditamos ainda carregar relevância à historiografia do pensamento político brasileiro da primeira metade do XIX, à historiografia político-cultural das Regências e, por que não, à História, ainda em construção, do Brasil.

E se for verdade a afirmativa do historiador Jurandir Malerba de que “a história do Brasil permanece uma terra incógnita”⁵⁸², não lemos nosso trabalho como um ponto final. Em que pese à pequenez destes dois pasquins, que somados contam apenas 27 números lançados às ruas, muito ainda há por se explorar nestas linhas acaloradas do José Ignácio. Este trabalho, antes, foi apenas um primeiro passo neste movimento; afinal, em que pese as produções e ideias do Abreu e Lima estarem sendo resgatadas pela academia há mais de uma década, estes pasquins pouco foram analisados.

Como toda documentação, ela é farta e, a depender da problematização a ser feita, inúmeras possibilidades de pesquisa se abrem nela. Por exemplo, uma análise mais cuidadosa de alguns dos significativos personagens das Regências ainda há de se fazer: será constante a abordagem por Abreu e Lima de sujeitos como Diogo Antonio Feijó e Francisco de Lima e Silva, para ficarmos nestes dois personagens de relevância ao cenário regencial por seus cargos à época. Sobre Feijó, acusaria na *Arca* como o então ministro “procura-se por todos os

⁵⁸¹ Koselleck, *Estratos...*, op. cit., p. 41.

⁵⁸² Malerba, op. cit., p. 301.

modos atizar o facho da rivalidade entre os brasileiros” para poder “dividir a Nação” e “tornar mais duradouro o tyrannico dominio, embora a Patria seja convencida em hum montão de ruinas, offerecendo o triste simulacro da devastação e da miseria!”⁵⁸³. Maiores desvelamentos das críticas e opiniões emitidas pelo bolivarista acerca destes dois personagens ascendentes politicamente neste ano de 1833 podem encontrar, nestes dois pasquins, promissoras passagens.

Um aprofundamento da relação da *Torre de Babel* e da *Arca de Noé* com demais periódicos também merece um olhar mais cuidadoso. Nos dois pasquins, Abreu e Lima não medirá esforços para defesas e críticas de demais redatores que compartilhavam deste mesmo cenário impresso; folhas caramurus, moderadas e exaltadas são frequentemente citadas pelas mais diversas situações nestes impressos. Em que pese termos abordado mais a fundo as querelas entre o José Ignácio e o redator da *Aurora Fluminense*, Evaristo da Veiga, este é um campo riquíssimo de estudos a se pensar.

Igualmente rica seria uma abordagem da sociabilidade construída entre os redatores e seus leitores nesta opinião pública fluminense de 1833. Opiniões, questões e críticas de leitores abundarão nos pasquins do general e podem oferecer, ao pesquisador interessado nestas relações costuradas naquela cultura política impressa, oferecer um bom panorama documental. Em certo número da *Arca*, um leitor escreveria ao “*Sr. Redactor*” que, participante das movimentações populares que derrubaram Pedro I em abril de 1831, se arrependera das escolhas políticas naquele momento: “abandonei as *bandeiras* sob as quaes me tinha incautamente alistado; e guerra declarei aos inimigos da Patria”; agora ao lado da oposição, confiaria a Abreu e Lima como “saberei pugnar [...] pela integridade do imperio, inviolabilidade do sistema constitucional, e pela vida precioza do *Joven Monarcha* [Pedro II]”⁵⁸⁴.

As posições políticas do general também estão aptas para novas interpretações, já que não esgotamos de modo algum este debate no nosso trabalho. Abreu e Lima chegará a dedicar, por exemplo, vários artigos à Sociedade Defensora, associada aos moderados, e à Sociedade Militar dos caramurus, então espaços de sociabilidade que, neste recorte de Regências, foram de exacerbada influência no Rio de Janeiro. À Sociedade Defensora dedicaria uma “Miscelania” já no primeiro número da *Torre*, escrevendo como

O titulo pomposo desta Sociedade he um labeo contra os Brasileiros; provo: a defeza presupõe ataque; ora, para defender a independencia e liberdade do Imperio he mister que haja quem ataque estas duas grandes garantias; disem que a Sociedade

⁵⁸³ A *Arca de Noé*, nº 13, 10 de julho de 1833.

⁵⁸⁴ A *Arca de Noé*, n 13, 10 de julho de 1833 (*grifos do autor*).

consta de mil membros nesta Capital [o Rio de Janeiro]; e [...] segue-se que o resto dos habitantes desta grande Cidade, [...] atacão a Independencia e a liberdade do Brasil⁵⁸⁵.

A escravidão e o lugar social do negro também não passavam despercebidos aos olhos do bolivarianista. “He hum gosto ouvir fallar baixinho muita gente com medo da gente de côr; que não se tem dito ultimamente á este respeito? Encrusamento de classes, liberdade de escravos, primasia de cores, igualdade de facto”: todas temáticas, para Abreu e Lima, que “se tem imaginado para pôr a metade do nosso povo em guerra com a outra metade”. E, como de costume, o general emitira seu olhar nos debates desta que era, para ele, uma “rivalidade entre as classes”: “sejamos justos – porque havemos de colocar os homens de côr livres entre os da mesma especie escravos? A escravidão he hum ferrete de ignominia porque traz consigo a degradação da especie, mas a côr he hum accidente”⁵⁸⁶.

Leituras sobre o herdeiro do trono brasileiro, Pedro II, também se oferecem para instigantes leituras. Como pasquins voltados ao debate político, o nome do herdeiro bragantino na América surge constantemente nas linhas do general, seja para comentários acerca do 7 de abril, do restauracionismo ou como resposta às críticas de moderados e exaltados ao pai do futuro monarca – e, por vezes, ao próprio jovem sucessor. A criança, para Abreu e Lima, já seria alvo da Regência legitimada no Império brasileiro que o pretendiam “truncar, e talvez despedaçar! O Deos dos Brasileiros honrados proteja a vossa orphandade, e innocencia, a fim de que no meio dos embates das paixões, dos erros, e dos crimes não tenhaes de ser victima da ambição dos malvados”. “Infeliz Monarcha que ainda não chegastes á idade de jurar o Pacto solemne da Nação”⁵⁸⁷, enfim.

Impressões da América Latina também podem ser realizadas a partir destes pasquins; como são curtas, já que maiores olhares sobre a região não se darão nestes impressos, podem servir para uma interpretação da narrativa que um general de Simón Bolívar faria de algumas regiões do nosso continente do qual, afinal, se empenhara tanto, a ferro, fogo e escritos, em libertar.

⁵⁸⁵ *A Torre de Babel*, nº 1, 9 de janeiro de 1833.

⁵⁸⁶ *A Torre de Babel*, n 2, 12 de janeiro de 1833.

⁵⁸⁷ *A Arca de Noé*, nº 14, 20 de julho de 1833.

REFERÊNCIAS

A ARCA DE NOÉ. Rio de Janeiro: Typ. do Diario, 1833. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702137&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 5 nov. 2020.

A TORRE DE BABEL. Rio de Janeiro: Typographia de R. Ogier, 1833. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702129&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 5 nov. 2020.

ABREU E LIMA, José Ignácio de. Advertencia. In: **As Bíblias falsificadas ou duas respostas ao Sr. Joaquim Pinto de Campos pelo Christão Velho**. Recife: Typographia Mercantil, 1867.

_____. **Bosquejo Historico, Politico e Literario do Brasil; ou analyse critica do projecto do Dr. A. F. França, offerecido Em Sessão de 16 de Maio ultimo á Camara dos Deputados, redusindo o Sistema Monarquico Constitucional, que felismente nos rege, á uma REPUBLICA DEMOCRATICA; seguida De outra analyse de Projecto do Deputado Rafael de Carvalho, sobre a separação da Igreja Brasileira da SANTA SEDE APOSTOLICA**. Niterói: Typographia Nichteroy de Rego e Comp., 1835.

_____. **Compendio da Historia do Brasil I**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1843.

_____. Primera parte. In: **Resumen histórico de la última dictadura del Libertador Simón Bolívar comprobada con documentos**. Rio de Janeiro: Editora O Norte, 1922.

ACIOLI, Rodrigo. Astronomia da Revolução. In: SIQUEIRA, Antônio Jorge; WEINSTEIN, Flávio Teixeira; REZENDE, Antônio Paulo (org.). **1817 e outros ensaios**. Recife: Cepe, 2017.

ANDRADE, Marcos Ferreira de; SILVA, Janaína de Carvalho. Moderados, Exaltados e Caramurus no prelo carioca: os embates e as representações de Evaristo da Veiga (1831-1835). **Almanack**, Guarulhos, 2012c, v. 1, n. 4, pp. 130-148. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alm/n4/2236-4633-alm-04-00130.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

ARENDDT, Hannah. O conceito de História – antigo e moderno. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

ARMITAGE, John. **Historia do Brazil, desde a chegada da real familia de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831**. Rio de Janeiro: Tym. Imp. e Const. de J. Villeneuve e comp., 1837.

BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício; DA PAZ, André. Don Leopoldo. Un hombre sin menos. Poucas palavras sobre um mestre e sua mensagem. In: ZEA, Leopoldo. **Discurso desde a marginalização e a barbárie; A filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BASILE, Marcello. A Revolução de 7 de Abril de 1831: disputas políticas e lutas de representações. XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo

social, 2013, Natal – RN, p. 8. Disponível em:
http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364533003_ARQUIVO_Art-ANPUH2013-MarcelloBasile.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos P. (org.). **Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

_____. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840), in Keila Grinberg; Ricardo Salles (org.). In: **O Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. Sociedade e política na Regência: as associações *caramurus* da Corte. In: FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Letícia. **200 anos de imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

BASTIN, Georges L; ITURRIZA, Maria Gabriela. La traducción como elemento creador de identidad en la prensa independentista de Venezuela (1808-1822). **Trans**, Málaga, n. 12, p. 81-94, 2008.

BLAUT, James Morris. **Eight Eurocentric historians**. Nova Iorque: The Guilford Press, 2000.

_____. History Inside Out. In: **The colonizer's model of the world: geographical and eurocentric history**. Nova Iorque: The Guilford Press, 1993.

BOBBIO, Norberto. Os direitos do homem. In: **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Edipro, 2017.

BOLÍVAR, Simón. **Independência e unidade latino-americana: escritos políticos**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassenzi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2014.

BRUNI, Sergio. **O mui desassossegado Senhor General: a vida de José Inácio de Abreu e Lima**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BUSHNELL, David. A independência da América do Sul espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: Da Independência a 1870**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

CABRAL, Flávio. Os homens, as ideias, os escritos e os projetos políticos no Norte da América Portuguesa oitocentista, *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v. 7, nº 14, dezembro de 2015.

CAMPOS, Adriana Pereira; PANDOLFI, Fernanda Cláudia; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Percursos de um homem de letras nos oitocentos: Marcelino Pinto Ribeiro Duarte. **Almanack**, Guarulhos, 2018e, v. 1, n. 20, pp. 10-37. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/alm/n20/2236-4633-alm-20-10.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

CANDAUL, Joël. O jogo social da memória e da identidade (2): fundar, construir. In: **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.

CARVALHO, Francisco. **Memórias do espantalho – poemas escolhidos**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política: In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **A construção nacional: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012b.

_____. As marcas do período. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **A construção nacional: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012a.

_____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, 2000, v. 1, n. 1, pp. 123-152. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi01/01_artigo03.pdf. Acesso em: 9 ago. 2019.

CASSEB, Marcelo. Lei Orgânica e Constituição na Revolução Republicana de 1817. In: SIQUEIRA, Antônio Jorge; WEINSTEIN, Flávio Teixeira; REZENDE, Antônio Paulo (org.). **1817 e outros ensaios**. Recife: Cepe, 2017.

CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: CARDOSO, Fernando Henrique; CASTRO, Paulo Pereira de; HOLANDA, Sérgio Buarque de... [*et al.*]. **O Brasil monárquico, v.4: dispersão e unidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CATROGA, Fernando. A representificação do ausente. In: **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento. In: **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CHACON, Vamireh. **Abreu e Lima: general de Bolívar**. Recife: Cepe, 2007.

_____. **História das idéias socialistas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

COSTA, Wilma Peres. Viajantes europeus e o escrever da nação brasileira. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (org.). **Nacionalismo no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

COUCEIRO, Sylvia Costa. Entre banquetes e batuques: a visão dos viajantes sobre um Recife em tempos de revolução. In: SIQUEIRA, Antônio Jorge; WEINSTEIN, Flávio Teixeira; REZENDE, Antônio Paulo (org.). **1817 e outros ensaios**. Recife: Cepe, 2017.

DH – Documentos históricos – A Revolução de 1817, vol. 104. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954. Disponível em:

http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1954_00104.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife: Tipografia do Diario. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_01&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=6404. Acesso em: 5 nov. 2020.

FERNANDES, Ana Claudia. **Revolução em pauta: o debate *Correo del Orinoco* – Correo Braziliense (1817-1820)**. Dissertação de Mestrado (História). São Paulo, USP, 2010.

FERNANDES, Gabriela da Silva Ramos. **7 de Abril: usos políticos e representações na Regência (1831-1840)**. Dissertação de mestrado (História). Juiz de Fora, UFJF, 2013.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bressone da Cruz. Livros e cidadania no Rio de Janeiro do século XIX. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (org.). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FONSECA, Homero. **Pernambucânia: o que há nos nomes das nossas cidades**. Recife: Cepe, 2006.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. Pernambuco, 1817: crônicas, memórias e historiografia. In: SIQUEIRA, Antônio Jorge; WEINSTEIN, Flávio Teixeira; REZENDE, Antônio Paulo (org.). **1817 e outros ensaios**. Recife: Cepe, 2017.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Letícia. A imprensa e os historiadores. In: FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Letícia. **200 anos de imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

GRASES, Pedro. La independencia de Hispanoamérica a través de los textos e impresos de Angostura (1817-1822). Santiago de Chile: Universidad Católica, Instituto de Historia, 1969. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwiPzeLF3sHjAhUAHbkGHeMDBMgQFjAAegQIAhAC&url=http%3A%2F%2Frevistahistoria.u.c.cl%2Findex.php%2Fthis%2Farticle%2Fdownload%2F521%2F359&usg=AOvVaw1ooJ8wnWw27LK0p7glkvSx>. Acesso em: 15 jul. 2019.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. A crise do sistema colonial e o processo de independência. In: WASSERMAN, Claudia (coord.). **História da América Latina: cinco séculos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HEINRICH, Michael. As possibilidades da escrita biográfica hoje: sobre a metodologia em uma biografia de Marx. In: **Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna: biografia e desenvolvimento de sua obra**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HOBBSAWM, Eric J. Uma revolução de classe média. In: **Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ILLUSTRAÇÃO ACADEMICA. Recife, 1869. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=822876&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 5 nov. 2020.

JASMIN, Marcelo Gantus; JÚNIOR, João Feres. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: JASMIN, Marcelo Gantus; JÚNIOR, João Feres (org.) **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

JORNAL DO RECIFE. Recife, 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=4042>. Acesso em: 5 nov. 2020.

KANT, Immanuel. Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita. In: **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

KELLEY, Donald R. Nas margens da *Begriffsgeschichte*. In: JASMIN, Marcelo Gantus; JÚNIOR, João Feres (org.) **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

KÖNIG, Hans-Joachim. Ciudadano-Colombia. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750-1850**. Madrid: Fundación Carolina: Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GUNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

_____. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

_____. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

_____. “Modernidade” – Sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade. In: **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. O conceito moderno de revolução. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LOMNÉ, Georges. República-Introducción. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750-1850**. Madrid: Fundación Carolina: Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

LUCA, Tania Regina de. Historia dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.), São Paulo: Contexto, 2014.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Liberalismo-Brasil. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750-1850**. Madrid: Fundación Carolina: Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina. **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2017.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MATTOS, Selma Rinaldi de. **Para formar os brasileiros. O Compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil**. Tese de Doutorado (História). São Paulo, USP. 2007.

MAZIN, Angelo Diogo; STEDILE, Miguel Enrique. **Abreu e Lima, general das massas**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Editora 34, 2014.

MELLO, Evaldo Cabral de (org.). **Essencial Joaquim Nabuco**. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2010.

MENEZES, José Luiz Mota. A Revolução em cena. In: SIQUEIRA, Antônio Jorge; WEINSTEIN, Flávio Teixeira; REZENDE, Antônio Paulo (org.). **1817 e outros ensaios**. Recife: Cepe, 2017.

MOLLIER, Jean-Yves. **A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre história cultural**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

_____. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOURA, Luís Cláudio Rocha Henriques de. **Abreu e Lima: uma leitura sobre o Brasil**. Dissertação de Mestrado (História). Brasília, UNB. 2006.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)**. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

_____. A vida política. In: SILVA, Alberto da Costa e (coord.). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

O DEMOCRATA PERNAMBUCANO. Recife, 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=822850&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=5>. Acesso em: 5 nov. 2020.

O LIBERAL. Recife, 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709611&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=201>. Acesso em: 5 nov. 2020.

OLIVEIRA, Tatiane Maria Barbosa de. **Abreu e Lima, o escritor público: estudo e antologia**. Dissertação de Mestrado (Letras). São Paulo, USP. 2018.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. **D. João VI: um príncipe entre dois continentes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PINTO, Estevão. O General Abreu e Lima. **Ci. & Tróp**, Recife, n. 11, pp. 79-94, 1983. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/324>. Acesso em: 05. Jul. 2019.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. Campanhas de independência nos vice-reinos espanhóis. In: **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Sonhos e Desilusões nas Independências Hispano-americanas. In: **América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Política e cultura no Império brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: **Questiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

QUINTAS, AMARO. A Revolução Praieira. In: **O sentido social da Revolução Praieira**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2004.

PONCIONI, Claudia. O curioso percurso do general Abreu e Lima: de personagem histórico a ícone das relações entre a Venezuela de Chaves e o Brasil de Lula. **Impulso**, Piracicaba, v. 25(64), 2015, p. 129. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/view/2942>. Acesso em: 18 jan. 2020.

PROST, Antoine. Verdade e função social da história. In: **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

REIS, José Carlos. Anos 1850: Varnhagen. In: **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RIBEIRO, Gladys Sabina. “A opinião pública tem sido o molho do pasteleiro”: o *Caramuru* e a conservação. In: In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (org.). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. Sobre as origens da ideia de progresso. In: **Naufrágio sem espectador**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

RÜSEN, Jörn **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SAFFORD, Frank. Política, ideologia e sociedade na América Espanhola do Pós-Independência. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: Da Independência a 1870**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo, ou civilização e barbárie**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Malditos tipógrafos. In: RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Imagens na História**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cultura. In: SILVA, Alberto da Costa e (coord.). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

_____. Entre “homens de ciência”. In: **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. Liberalismo-Introducción. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750-1850**. Madrid: Fundación Carolina: Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

SILVA, Alberto da Costa e. As marcas do período. In: SILVA, Alberto da Costa e (coord.). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SILVA, Carolina Paes Barreto. Discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca: análise da palavra *república* a partir da trajetória do jornal *O Republico* (1830-1837). XXV Simpósio Nacional de História (ANPUH) – Fortaleza, 2009, p. 6-7. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772191_4d5df43a6adf362533948c943f4aec6a.pdf. Acesso em: 16 jan. 2020.

SILVA, Renán. O problema da linguagem. In: SILVA, Renán. **Lugar de dúvidas: sobre a prática da análise histórica: breviário de inseguranças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SIQUEIRA, Antônio Jorge de. **Os Padres e a Teologia da Ilustração: Pernambuco, 1817**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Liberdade antes do liberalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TOLLENARE, Louis-François. **Notas dominicais**. Recife: Cepe, 1978.

VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro. Notas sobre as idéias de pátria, país e nação. **Revista USP**, p. 58-91, São Paulo, n. 58, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33850>. Acesso em: 06 jul. 2019.

VOLTAIRE. História. In: **A filosofia da história**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. É possível não ser orientalista? O particularismo essencialista. In: **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WASSERMAN, Claudia. A primeira fase da historiografia latino-americana e a construção da identidade das novas nações. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 7, pp. 94-115, 2011.

ZEA, Leopoldo. **Discurso desde a marginalização e a barbárie/A filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. **Filosofía de la historia americana**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1978.